



RELATÓRIO DE GESTÃO

2021

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

João Rodrigues Filho
José Demóstenes de Abreu
Luciano Cesar Casaroti
Marco Antonio Alves Bezerra
Moacir Camargo de Oliveira

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Marco Antonio Alves Bezerra
Corregedor-Geral
José Maria da Silva Júnior
Corregedor-Geral Substituto
Benedicto de Oliveira Guedes Neto
Promotor-Corregedor
Edson Azambuja
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Luciano Cesar Casaroti

Presidente

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Jacqueline Borges Silva Tomaz

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

José Maria da Silva Júnior

Leila da Costa Vilela Magalhães

Marco Antonio Alves Bezerra

Marcos Luciano Bignotti

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Moacir Camargo de Oliveira

Ricardo Vicente da Silva

Secretário Substituto

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

Secretária

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Marcos Luciano Bignotti

Ouvidor

ELABORAÇÃO

Ediney Vaz de Azevedo

Ivana Labre

João da Silva Macedo

João Ricardo da Silva Araújo

Luciele Ferreira Marchezan

Marcos Conceição da Silva

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Servidores das Unidades do Ministério Público do Tocantins mencionadas no texto.

REVISÃO

Luciana Duailibe

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T631r	<p>Tocantins. Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Relatório de Gestão – 2021 / Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão. – Palmas: MPTO, 2021.</p> <p>411 p.:il.</p> <p>1. Ministério Público – Tocantins – Relatório – 2021/ 2. Planejamento. I. Título.</p> <p>CDD – 341.3852</p> <p>CDU – 336.126.5</p>
-------	--

Catálogo na fonte: Biblioteca do Ministério Público do Tocantins

SUMÁRIO

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	9
1.1 Identificação.....	9
1.2 Competências.....	9
1.3 Atribuições.....	10
1.4 Organização.....	11
2. GOVERNANÇA E GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPTO.....	15
2.1 Os elementos do Planejamento Estratégico 2020-2029.....	16
2.2 Das reuniões da Comissão de Gestão da Estratégia.....	19
2.3 Dificuldades/Potenciais Identificados no Exercício de 2021.....	21
2.4 Desafios para o Exercício 2022.....	22
2.5 Análise do Desempenho dos Indicadores Institucionais em 2021.....	23
3. AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL E COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (EXERCÍCIO DE 2021).....	27
3.1 A revisão do Plano Plurianual e o orçamento aprovado de 2021.....	27
3.1.1 Receita Estimada x Realizada.....	29
3.1.2 Despesa Autorizada x Empenhada.....	30
3.1.3 Alterações da Despesa Aprovada.....	31
3.2 Execução do Programa Temático: 1170 – Modernização e Governança da Justiça.....	34
3.2.1 Ação 1010 – Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do Ministério Público.....	36

3.2.2 Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público.....	38
3.2.3 Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público.....	41
3.2.4 Ação 1127 – Realização de Concursos para Membros e Servidores do Ministério Público.....	41
3.2.5 Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça.....	43
3.2.6 Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO.....	45
3.2.7 Ação 2339 – Realização de Ações de Desenvolvimento Organizacional....	47
3.3 Execução do Programa Temático: 1173 – Justiça.....	48
3.3.1 Ação 2099 – Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	51
3.3.2 Ação 2100 – Promoção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público.....	51
3.3.3 Ação 2101 – Gestão das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional.....	53
3.3.4 Ação 2147 – Gestão das Ações de Combate às Organizações Criminosas...54	
3.3.5 Ação 2149 – Gestão das Ações para a Defesa do Interesse Público no Processo Judicial.....	56
3.3.6 Ação 2148 – Gestão das Ações de Comunicação do Ministério Público.....	55
3.4 Execução do Programa de Gestão: 1144 – Manutenção do Ministério Público	59
3.4.1 Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos.....	60
3.4.2 Ação 2285 – Manutenção de Estagiários e Residentes do Ministério Público.	61
3.4.3 Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores do MPTO.....	62
3.4.4 Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	63
3.4.5 Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte.....	66

3.4.6 Ação 2294 – Manutenção dos Serviços de Informática.....	68
4. INFORMAÇÕES SOBRE MONITORAMENTO DE PROJETOS	69
5. ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....	88
5.1 Estruturas da Administração Superior.....	88
5.1.1 Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional).....	88
5.1.2 Colégio de Procuradores de Justiça.....	88
5.1.3 Conselho Superior do Ministério Público.....	90
5.1.4 Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	92
5.1.5 Ouvidoria do Ministério Público.....	97
5.2 Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução.....	104
5.2.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid).....	104
5.2.2 Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma).....	118
5.2.3 Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde).....	138
5.2.4 Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal.....	144
5.2.5 Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).....	146
5.2.6 Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm).....	153
5.2.7 Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujuri).....	156
5.3 Estruturas e Assessorias das demais Macrorrotinas.....	159
5.3.1 Assessoria de Comunicação.....	159
5.3.2 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP)	170
5.3.3 Cartório de Distribuição.....	201
5.4 Estruturas de Apoio Indireto.....	215
5.4.1 Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo).....	215

5.4.2 Gabinete da Diretoria-Geral.....	215
5.4.3 Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia.....	221
5.4.4 Departamento de Licitações.....	234
5.4.5 Departamento de Planejamento e Gestão.....	271
5.4.6 Departamento de Finanças e Contabilidade.....	329
5.4.7 Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.....	330
5.4.8 Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação.....	345
5.4.9 Departamento Administrativo.....	367

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

1.1 Identificação

Quadro 1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla	Procurador-Geral de Justiça / PGJ
Natureza jurídica	Administração Direta
Normativas de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei n. 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial n. 2.562
CNPJ	01.786.078/0001-46
Código da Unidade Gestora	070100
Endereço completo da sede	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – CEP: 77.020-494
Endereço da página institucional na internet	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante	Essencial à Justiça
Tipo de atividade	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Fonte: Assessoria de Comunicação

1.2 Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 definiu o Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição do Estado do Tocantins em seu artigo 49.

Em 2 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar n. 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do MPTO, definiu outras providências, revogando a LC n. 12/96.

O artigo 60, da LC n. 51/2008, instituiu como funções institucionais do MPTO:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública;
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- f) exercer o controle externo da atividade policial;
- g) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- h) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- i) defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

1.3 Atribuições

A função desempenhada pelos Membros do MPTO restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

“Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 76);

“Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira

instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 77).

1.4 Organização

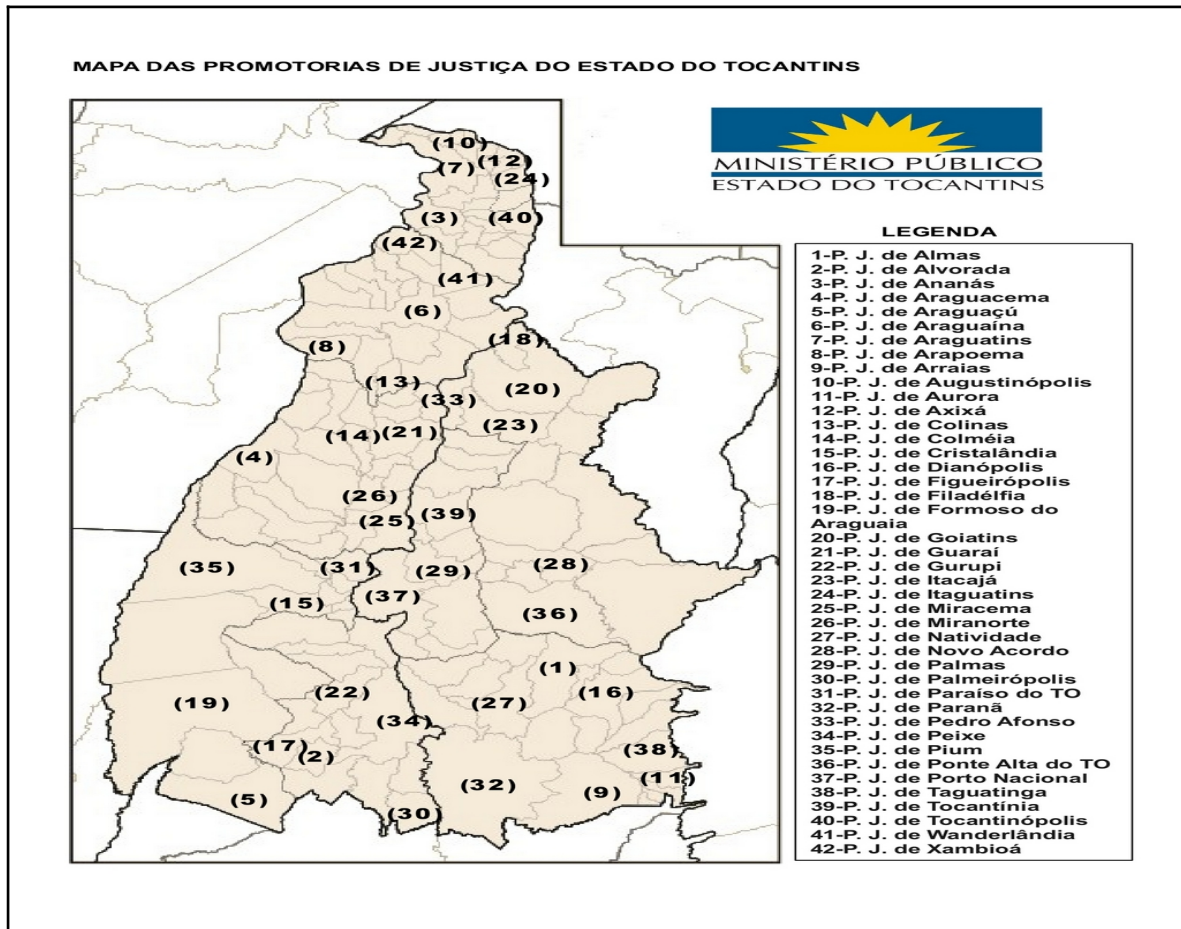
A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, da Ouvidoria do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros.

Os Órgãos da Administração Superior são estruturas organizacionais que atuam diretamente para a regulação dos demais componentes da Instituição. Eles são o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça.

As Procuradorias de Justiça atuam em segundo grau, isto é, oficiam nos processos de competência originária dos tribunais, cíveis ou penais, naqueles que se encontram na corte em grau de recurso e nos quais haja interesse público a justificar a intervenção do órgão, participando das sessões de julgamento. O MPTO conta com doze Procuradorias de Justiça.

Por sua vez, as Promotorias de Justiça estão localizadas em comarcas de primeira, segunda e terceira entrâncias, dependendo da movimentação e do volume de processos. Nas comarcas de segunda e terceira entrâncias, as promotorias de Justiça podem se encontrar especializadas por ramo ou assunto do Direito.

A disposição da organização administrativa e das vinculações hierárquicas do

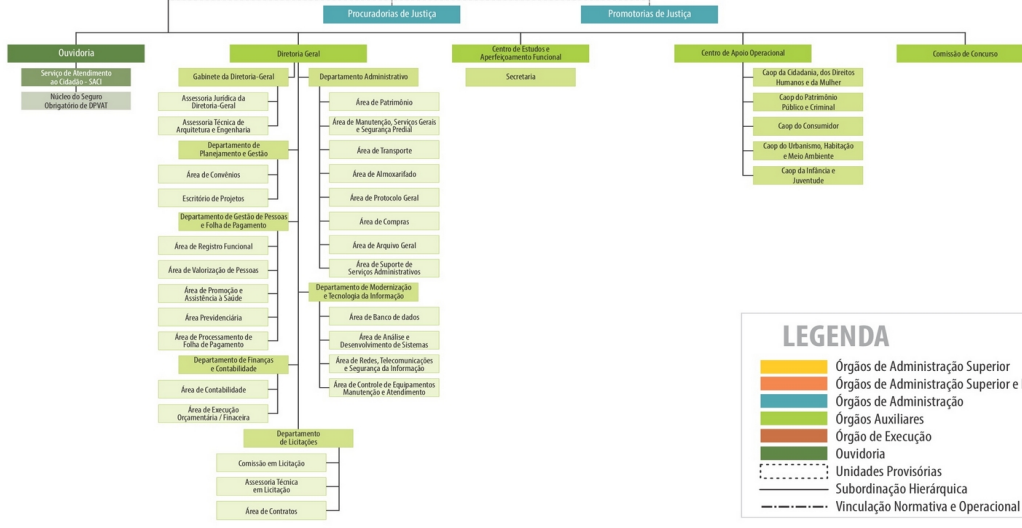
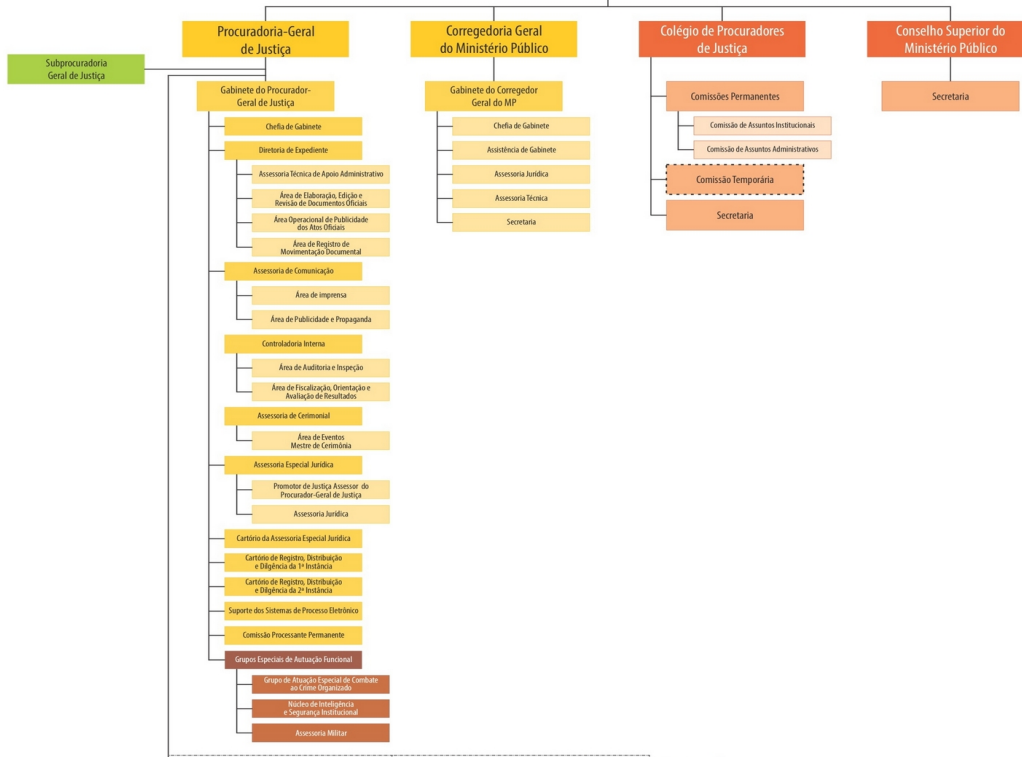


MPTO foi normatizada pela Resolução CPJ n. 8/2015, que aprovou o organograma da instituição (disponível para download em seu Portal da Transparência).



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS



LEGENDA

- Órgãos de Administração Superior
- Órgãos de Administração Superior e Execução
- Órgãos de Administração
- Órgãos Auxiliares
- Órgão de Execução
- Ouvidoria
- Unidades Provisórias
- Subordinação Hierárquica
- Vinculação Normativa e Operacional

2. GOVERNANÇA E GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPTO

O aprendizado organizacional, adquirido ao longo do tempo pelos ocupantes dos cargos de liderança da Instituição, permitiu a consolidação dos sistemas de governança e de gestão do planejamento estratégico do MPTO. A governança se fundamenta nas diretrizes dos Órgãos da Alta Administração (Colégio de Procuradores de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Corregedoria-Geral do Ministério Público e Procuradoria-Geral de Justiça), responsáveis pela direção, monitoramento e avaliação do plano estratégico, já a gestão cabe ao Procurador-Geral de Justiça, assessorado pela Comissão de Gestão Estratégica e pelos Órgãos de Execução, Diretorias, Assessorias, Departamentos e Áreas.

A adoção do processo participativo segregou responsabilidades, para elaboração do Planejamento Estratégico, entre a Alta Administração, membros e servidores do MPTO. Num primeiro momento, visando estabelecer uma base conceitual para se trabalhar a estratégia, entrevistaram-se 12 Procuradores de Justiça ativos e 1 inativo, a fim de conhecer os pilares institucionais da Instituição, bem como ações e decisões históricas das quais derivou o presente e que norteariam a estratégia para o futuro. No segundo momento, que também envolveu a Alta Administração, procedeu-se à reunião dos 12 Procuradores de Justiça em um ambiente externo do trabalho, para que pudessem pensar livremente nos resultados das entrevistas e nos dados preliminares, buscando formular a estratégia macro e micro de aspectos da atuação do MPTO.

Após a formulação da estratégia, realizou-se o I Fórum de Planejamento Estratégico do MPTO, que contou com a participação de 73 membros, para o trabalho de traduzir a estratégia em termos operacionais, ou seja, trazer os conceitos dos elementos definidos pela Alta Administração para a prática do dia a dia das Promotorias de Justiça.

O passo seguinte consistiu no Workshop de Planejamento Estratégico, com a presença de 80 servidores das áreas meio e fim, também para detalhamento da estratégia em termos operacionais, mas voltado ao apoio da área-fim. Assim, concluiu-se o ciclo de formulação e tradução da estratégia em termos operacionais, que resultaram na Resolução n. 6/2020 do Colégio de Procuradores de Justiça.

2.1 Os elementos do Planejamento Estratégico 2020-2029.

Apresentamos, a seguir, os elementos aprovados até o momento, com sua respectiva descrição, representados graficamente no Mapa Estratégico e na Cadeia de Valor, os quais também foram devidamente publicados no portal eletrônico do MPTO:

Missão:

“Defender, com qualidade e eficiência, os direitos fundamentais, a democracia, a ordem jurídica e os interesses da sociedade.”

Cadeia de Valor:

I – Macrorrotinas de Trabalho Principal:

- a) Atuação Judicial;
- b) Atuação Extrajudicial;
- c) Atuação Residual.

II – Macrorrotinas de Trabalho de Gestão:

- a) Representação Institucional (PGJ)
- b) Gestão de Política Institucional;
- c) Gestão Regulatória;
- d) Gestão Correccional;
- e) Gestão de Ouvidoria e Transparência.

III – Macrorrotinas de Trabalho de Apoio

- a) Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;
- b) Gestão de Pessoas;
- c) Gestão do Conhecimento;
- d) Gestão Administrativa, Infraestrutural e Logística;
- e) Gestão da Informação e suas Tecnologias;
- f) Gestão da Comunicação e Marketing Institucional;
- g) Gestão de Inteligência e Segurança Institucional;

h) Apoio Técnico-Operacional aos Órgãos de Execução;

i) Apoio Jurídico aos Órgãos de Execução.

Visão de Futuro:

“Ser uma instituição acessível, resolutiva, guardiã dos valores da justiça social, priorizando o combate à criminalidade e à corrupção.”

Estratégia Institucional:

Estabelecer, consolidar e fortalecer as estratégias institucionais de resolutividade, celeridade, integração, proximidade com o cidadão, autocomposição, especialização da atuação, intransigência no combate ao crime e à corrupção, na defesa dos direitos fundamentais, da democracia, da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

Perspectivas Estratégicas:

I – Contribuições do MPTO ao Tocantins: Constitui uma fração do Mapa Estratégico, na qual se encontram as metas para o período 2020-2029, revelando, de plano, o compromisso de tratar adequadamente os principais problemas e conflitos sociais do Estado e promover o alinhamento das instituições para transmitir segurança no Sistema de Justiça;

II – Atuação Ministerial (Execução): Contempla as Rotinas de Trabalho (atuação judicial e/ou extrajudicial) dos Procuradores e Promotores de Justiça, sendo realizadas e desenvolvidas para a obtenção dos resultados almejados na perspectiva que se refere às “Contribuições do MPTO ao Tocantins”;

III – Apoio e Gestão (Administração): Compreende todo o suporte à atuação ministerial através das rotinas de trabalho com apoio técnico e jurídico, gestão, planejamento, regulação, controle e correição, além das atividades de ouvidoria, comunicação e transparência. Os objetivos dessa perspectiva são garantir o suporte para atender aos fins institucionais do MPTO.

IV – Cultura Organizacional: Esta perspectiva, de natureza interna corporis, pode ser definida como “... a programação coletiva da mente que distingue os membros de uma organização dos de outra”¹. Possui dois aspectos: (1) Clima Organizacional – capacitação, desenvolvimento humano e valorização de pessoas; e (2) Mentalidade – promoção dos objetivos institucionais, dos valores éticos, da autonomia e coesão institucionais e da cultura de excelência na prestação de serviços.

Objetivos Estratégicos:

I – Na perspectiva “Contribuições do MPTO ao Tocantins”:

a) Reduzir os índices de criminalidade, mediante o aumento do esclarecimento dos crimes;

b) Defender o ordenamento jurídico e o Sistema de Justiça;

c) Transformar a sociedade por meio da tutela dos direitos difusos e coletivos, garantindo a efetividade das Políticas Públicas.

II – Na perspectiva “Atuação Ministerial (Execução)”:

a) Buscar sempre a reparação do dano à vítima e à sociedade e aumentar os índices de efetividade na execução da pena;

b) Aprimorar a persecução cível e penal, priorizando o combate à improbidade, ao crime organizado e à corrupção;

c) Priorizar a pacificação dos conflitos sociais, por meio da atuação extrajudicial.

III – No âmbito das perspectivas de “Atuação Ministerial (Execução)” e “Apoio e Gestão (Administração)”:

a) Promover a imagem do MPTO, estreitando o relacionamento institucional com os Poderes e o diálogo com a sociedade, mediante atuação e comunicação adequadas.

IV – Na perspectiva de “Apoio e Gestão (Administração)”:

a) Melhorar os resultados da atuação finalística, promovendo infraestrutura adequada;

b) Aprimorar a captação e alocação de recursos, sistematizando as rotinas de trabalho e outras medidas que busquem a sustentação e o desenvolvimento institucional;

c) Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

V – Na perspectiva da Cultura Organizacional:

a) Aperfeiçoar o modelo de gestão, estimulando a formação contínua, valorizando o mérito e o trabalho integrado, garantindo a unidade institucional.

Valores (incorporados do Planejamento Estratégico Nacional):

- I – Resolutividade;
- II – Transparência;
- III – Proatividade;
- IV – Inovação; e
- V – Cooperação.

2.2 Das reuniões da Comissão de Gestão da Estratégia

Em 2021, em face da necessidade de melhoria do fluxo decisório de alocação de recursos para implementação de projetos estratégicos, além de ajuste na composição dos integrantes diretamente responsáveis pelo desenvolvimento de ações na Administração, o Procurador-Geral de Justiça instituiu uma nova Comissão de Gestão da Estratégia (CGE), através do Ato n. 39/2021, para assessorá-lo nas atribuições concernentes à governança e gestão do planejamento estratégico 2020-2029 detalhadas no Regimento Interno da CGE.

O normativo definiu, em relação à governança estratégica, que compete à CGE auxiliar o Procurador-Geral de Justiça em:

a) promover a mitigação de conflitos de qualquer natureza entre os órgãos responsáveis pela Gestão Estratégica;

b) submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça propostas: i) de revisão ou proposição inicial de políticas, planos e objetivos; ii) de sistema de gestão integrado que considere aspectos como organização dos serviços administrativos, transparência, accountability e envolvimento das partes interessadas no MPTO; iii) de indicadores e metas para o monitoramento de políticas, planos e objetivos; iv) de modificação no funcionamento das macrorrotinas de trabalho da cadeia de valor;

c) escolher membros do MPTO a serem designados para gestão de projetos, na ausência de iniciativa por parte dos órgãos responsáveis pela gestão estratégica;

d) promover, nas fases de elaboração e de execução do orçamento anual, o equilíbrio entre as necessidades financeiras do custeio em geral, dos projetos aprovados e em execução, e da folha de pagamento da Instituição;

e) suscitar o alinhamento do sistema de controle interno à Estratégia Institucional.

Por sua vez, em relação à gestão estratégica, o Ato n. 39/2021 definiu como competências da CGE:

a) assessorar o Procurador-Geral de Justiça na definição, elaboração, coordenação, acompanhamento, orientação e avaliação de planos, projetos programas, ações e medidas institucionais, inclusive de inteligência e segurança, do plano geral de atuação, de captação de recursos públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

b) estabelecer mecanismos para alinhamento intraorganizacional, a fim de que as estruturas organizacionais tenham efetiva comunicação interna, objetivando evitar sobreposição de ações e de informações para tomada de decisão;

c) propor mecanismos de alinhamento transorganizacionais para atuação conjunta com órgãos e, quando possível, em redes, para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de ações e políticas transversais e descentralizadas;

d) incentivar o alcance dos objetivos das unidades e dos projetos estratégicos institucionais;

e) auxiliar na divulgação das ações e dos resultados relacionados com a Gestão Estratégica desta Instituição;

f) prestar auxílio no processo de formulação da estratégia para a atuação institucional e na definição de objetivos, metas e indicadores de resultado;

g) promover o alinhamento da Estratégia Institucional, no que couber, ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, observando as demandas advindas dos fóruns e comitês nacionais nas respectivas áreas de atuação;

h) elaborar seu regimento interno e respectivas alterações, a ser aprovado e publicado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Nas 3 reuniões realizadas pela CGE em 2021, restaram aprovadas 2 propostas de resolução a serem submetidas ao Colégio de Procuradores de Justiça, oportunamente, pelo Procurador-Geral de Justiça. A primeira minuta propõe normatizar as definições, organização e atribuições dos órgãos da Administração Superior em relação ao Planejamento Estratégico 2020-2029. A segunda dispõe sobre o sistema de indicadores, que, vinculados aos objetivos

do plano, permitirão o monitoramento dos resultados definidos nas metas estratégicas. A CGE deliberou, ainda, quanto ao edital para chamamento de propostas de projetos a serem executados no ano de 2022 e quanto aos 12 projetos submetidos a homologação do Procurador-Geral de Justiça, que já se encontram em execução.

2.3 Dificuldades/Potenciais Identificados no Exercício de 2021.

Entre os principais óbices que se colocaram como dificuldades/percalços à execução dos objetivos do Planejamento Estratégico 2020-2029, em 2021, pode-se citar:

- O estado de calamidade decretado em função da pandemia de Covid-19;
- A necessidade de tradução de alguns elementos conceituais, a fim de promover a adequada compreensão à natureza do serviço jurídico do MPTO, e de facilitar a difusão de termos ligados à literatura de planejamento e gestão;
- O alto custo e a dificuldade de participação, devido aos conflitos de agenda de membros da Alta Administração, para a realização de reuniões, inclusive audiências públicas com a população;
- A indefinição do processo seleção de indicadores, do qual depende a definição de metas organizacionais e à normatização do sistema de governança, todos estes, componentes indispensáveis ao correto monitoramento e avaliação dos objetivos do planejamento estratégico 2020-2029.

Dentre os pontos potenciais mapeados, podemos citar:

- É possível adequar o modelo de planejamento do setor privado, quanto a sua aplicabilidade ao setor público, sem abrir mão da rigidez teórica, para melhorar os resultados para do setor público.
- A ampla participação da Alta Administração reforçou a legitimidade do Plano Estratégico 2020-2029 e reduziu a resistência de integrantes aos objetivos propostos. Além disso, ampliou-se a compreensão do planejamento como ferramenta de gestão;
- A normatização do Plano em um texto jurídico, em formato de linguagem mais conhecida pelos Membros, facilitou seu trâmite, discussão e compreensão na Instituição.

– O aprendizado organizacional no uso de ferramentas virtuais, durante os períodos de “Lockdown”, mostrou-se importante aliado para realização flexível de reuniões entre os integrantes de diversas sedes de promotorias de justiça, inclusive para debate e construção de projetos estratégicos.

2.4 Desafios para o Exercício 2022

Os principais pontos, em relação ao Planejamento Estratégico 2020-2029, que precisam ser visados em 2022 são:

1. Selecionar e aprovar fatores críticos de sucesso e indicadores para os objetivos estratégicos definidos no Mapa;

2. Após uma mensuração prévia, demonstrando a viabilidade do indicador e, quando possível, uma análise da série histórica deste, traçar metas ousadas de curto e longo prazo, para efetivo monitoramento do alcance de resultados estratégicos pretendidos;

3. Discutir e aprovar a política de governança do planejamento estratégico institucional, que nos aproxime dos paradigmas de governança “estado da arte”, e delineie o efetivo monitoramento, controle, transparência e aprendizado, elementos necessários ao aperfeiçoamento da Administração do MPTO;

4. Estabelecer planos táticos, como o plano geral de atuação para a área-fim e planos operacionais para a área meio, resultantes do desdobramento do Plano Estratégico em projetos e de melhorias das rotinas de trabalho.

2.5 Análise do Desempenho dos Indicadores Institucionais em 2021

Ao apresentarmos os indicadores do desempenho institucional em 2021, quadro 2.5, ressaltamos o início da recuperação dos números de produção, refletindo o resultado da desaceleração da pandemia que se alastrou sobre o País e o mundo, desde 2020. Importa, contudo, registrar que as restrições mantidas, ao longo do ano, como o percentual de apenas 50% de equipe presencial, ainda prejudicam a completa recuperação dos números pré-pandemia.

Em outra voga, o novo ciclo estratégico também privilegia uma atuação mais resolutiva dentro da esfera extraprocessual e extrajudicial, que poderá impactar negativamente o número de ações judicializadas e, positivamente, o número de atuações extrajudiciais.

Quadro 2.5 – Evolução dos Indicadores Estratégicos, em 2021

Indicadores institucionais	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
1 - Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (Plano Plurianual 2020-2023)	410.032	300.314	365.839
2 - Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	4.269	3.605	2.133
3 - Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	16.914	10.313	10.439
4 - Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	17.494	10.308	11.018
5 - Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	2.102	1.728	648
6 - Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	387	3.929	137
7 - Ações judiciais de combate à criminalidade	166.908	115.576	170.507
8 - Ações extrajudiciais de combate à criminalidade	1.330	811	131
9 - Ações judiciais de controle externo da atividade policial	582	57	334

Quadro 2.5 – Evolução dos Indicadores Estratégicos, em 2021

Indicadores institucionais	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
10 - Ações extrajudiciais de controle externo da atividade policial	106	627	331
11 - Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas	8	N/A	N/A
12 - Ações de fiscalização da Execução Penal	23.697	14.390	17.047
13 - Inspeções nas unidades prisionais	148	N/A	N/A
14 - Ações de combate ao crime organizado	733	1.165	573
15 - Ações de combate à violência doméstica	28.738	27.922	28.877
16 - Ações judiciais de crimes contra a pessoa com deficiência	16	50	18
17 - Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	98	615	135
18 - Ações de fiscalização da execução da política do idoso	803	1.833	408
19 - Ações judiciais de cumprimento do direito à saúde	6.515	7.489	4.188
20 - Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	5.823	8.409	6.774
21 - Ações judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	4.599	7.426	9.770
22 - Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	2.860	2.353	4.307
23 - Ações de cumprimento do direito eleitoral	3.481	10.278	5.371
24 - Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	3.963	5.802	7.516

Quadro 2.5 – Evolução dos Indicadores Estratégicos, em 2021

Indicadores institucionais	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
25 - Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	704	564	680
26 - Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	4.521	2.897	3.780
27 - Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico	58	96	93
28 - Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	1.348	986	468
29 - Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	1.351	1.021	1.423
30 - Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor	147	150	143
31 - Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas	61	N/A	10
32 - Parcerias realizadas	35	20	36
33 - Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	10/30	10/30	10/30
34 - Nota Gespública	586	586	586
35 - Custo médio por processo (Em R\$) (Plano Plurianual 2020-2023)	531,59	670,38	622,39
36 - Número de acessos ao portal do MPTO	964.320	52.732	74.314
37 - Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	11.267	7.202	9.718
38 - Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	99%	99%	99,7%

Quadro 2.5 – Evolução dos Indicadores Estratégicos, em 2021

Indicadores institucionais	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
39 - Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	32,52	17,70	16,30
40 - Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição	61,78%	30,73%	-
41 - Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	8,60%	0%	0,5%
42 - Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	7.038	7.038	9.975
43 - Integração dos Sistemas do MPTO	65,38%	66,34%	72,24%
44 - Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Corrente Líquida	2,95%	2,24%	2,26%
45 - Nota obtida na autoavaliação do MEG/FNQ (Plano Plurianual 2020-2023)	283	283	283

Fonte: Departamento de Planejamento de Gestão

3. AVALIAÇÃO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL E COMENTÁRIOS SOBRE A EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (EXERCÍCIO DE 2021)

Os esforços para tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocantinenses, por parte do poder estatal, documentam-se no Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento de planejamento que explicita como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Ente da Federação. Sua finalidade é definir as ações que suprirão as necessidades mediatas, segundo estratégia e visão de longo prazo, entendendo que o futuro se constrói com atitudes no presente. Num recorte setorial, o PPA retrata uma determinada política pública. No caso do Ministério Público do Tocantins (MPTO), seu PPA 2020-2023 representa a Política de Estado Essencial à Justiça, por isso, todas as suas ações se classificam nesta função de governo.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), ou Lei dos Meios, por sua vez, evidencia a política fiscal do ente federativo. Ela estima as receitas e fixa as despesas, estabelecendo os programas de trabalho para um determinado exercício financeiro. Na perspectiva setorial, a Lei Orçamentária Anual de 2021 refletiu a autorização dada pelo Parlamento ao MPTO para aplicação dos recursos do Erário, segundo o conjunto de ações propostas, a fim de produzir resultados na forma de bens e serviços à sociedade tocantinense.

Este relatório procura descrever a utilização desses dois instrumentos de planejamento, na perspectiva setorial do MPTO, através da apresentação da execução dos programas autorizados, seguida do desdobramento de suas ações. Ao mesmo tempo, traz esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, tanto financeiras quanto físicas.

3.1 A revisão do Plano Plurianual e o orçamento aprovado de 2021

A Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023. No recorte setorial do MPTO, o instrumento em vigor manteve-se fundamentado no Planejamento Estratégico 2020-2029, nas oportunidades de melhoria apontadas pela Fundação Nacional da Qualidade e Excelência da Gestão (FNQ) e na análise de ambiente institucional na visão dos procuradores de Justiça. Manteve-se a estrutura de 2 programas e de 19 metas propostas, além do Programa de Manutenção e Gestão do Estado.

Por sua vez, a Lei 3.781 de 15 de fevereiro de 2021, LOA 2021, aprovou o orçamento de R\$ 203.525.881,00, para a Unidade 07100 – Procuradoria-Geral de Justiça, vinculados, em sua totalidade, à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro. Orientamo-nos

para alocação destes valores segundo as prioridades elencadas pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, reservando recursos para garantir a manutenção dos serviços já instituídos e para a preservação do patrimônio público.

Foram abertos os seguintes créditos adicionais suplementares 1) à fonte 0104 – Recursos do Tesouro – Emendas Parlamentares, o valor de 1.500,00, 2) à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro, o valor de R\$ 24.164.291,00 e 3) à fonte 930 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos, o valor de R\$ 2.692,00; vinculados à Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça em 2021. Com isso, o orçamento autorizado para o exercício de 2021 alcançou R\$ 227.694.364,00, variando 3,33% em relação ao exercício de 2020.

Tabela 3.1 - Evolução do Orçamento Autorizado da Unidade 07100 - Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte	Ano (R\$)			
	2018	2019	2020	2021
0100 - Recursos Ordinários do Tesouro	207.582.463,00	222.886.120,00	220.204.333,00	227.690.172,00
0103 - Contrapartida	3.000,00	0,00	0,00	0,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	0,00	350.000,00	0,00	1.500,00
0226 – Alienação de Bens	73.196,00	47.203,00	152.692,00	0,00
0225 - Recursos de Convênios Federais	147.142,00	0,00	0,00	0,00
0930 – Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	2.692,00
Total do Orçamento Autorizado no ano	207.805.801,00	223.283.323,00	220.357.025,00	227.694.364,00
Varição em Relação ao Ano Anterior	4,52%	7,45%	-1,31%	3,33%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.1.1 Receita Estimada x Realizada

Segundo a LOA 2021, por fazer parte da estrutura dos órgãos da administração direta, a unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça não possui receitas. Os ingressos devem ser repassados na forma de duodécimos, conforme art. 83 da Constituição Estadual, proporcionando liquidez ao orçamento autorizado. Nesse diapasão, no exercício de 2021 foi previsto e repassado à Unidade, com base no Orçamento autorizado, o valor de R\$ 213.525.881,00 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro.

Tabela 3.1.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
jan/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
fev/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
mar/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
abr/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
mai/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
jun/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
jul/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
ago/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
set/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
out/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
nov/21	16.960.490,08	16.960.490,08	0,00
dez/21	16.960.490,08	26.960.490,08	10.000.000,00

Tabela 3.1.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
Total	203.525.881,00	213.525.881,00	-10.000.000,00

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 18.01.2022, e DEFIN/DG/PGJ.

Conforme tabela 3.1.1, verifica-se que restou a diferença superavitária de R\$ 10.000.000,00 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro repassados de duodécimos no exercício de 2021 ao MPTO, de forma justificada pelo Executivo e aprovada pela PGJ.

3.1.2 Despesa Autorizada x Empenhada

Ao somarmos os créditos adicionais suplementares, R\$ 24.168.483,00, ao valor inicialmente aprovado, R\$ 203.525.881,00, obtemos o orçamento autorizado para o MPTO R\$ 227.694.364,00. Utilizaremos o confronto entre os valores autorizados e empenhados para conduzirmos a análise das metas financeiras do Orçamento de 2021.

Tabela 3.1.2 – Execução do Orçamento 2021, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	166.764.578,00	153.518.348,90	92,06%
	33 – Outras Despesas Correntes	43.031.171,00	40.045.158,64	93,06%
	44 – Investimentos	17.894.423,00	13.010.371,92	72,71%
	Subtotal	227.690.172,00	206.573.879,46	90,73
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	44 – Investimentos	1.500,00	0,00	0,00%
0930 – Alienação de Bens/Ativos	44 – Investimentos	2.692,00	0,00	0,00%

Tabela 3.1.2 – Execução do Orçamento 2021, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
Total		227.694.364,00	206.573.879,46	90,72%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

Conforme tabela 3.1.2, observa-se que o orçamento autorizado da fonte 0100 – Recursos Próprios resultou em R\$ 227.690.172,00, e que o mesmo alcançou 90,73% de execução. Não houve realização para os recursos das fontes 0104 (Recursos do Tesouro – Emendas Parlamentares) e 0930 (Alienação de Bens/Ativos).

Justificamos a baixa execução em razão do elevado repasse adicional no mês de dezembro, o que impossibilitou o planejamento adequado para uma execução orçamentária dentro do período, entretanto, cumpre ressaltar que há necessidades planejadas para fazer frente ao superávit no ano de 2022, com a devida abertura dos créditos na forma da lei.

3.1.3 Alterações da Despesa Aprovada

A gestão das finanças das organizações exige flexibilidade para sua realização. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021 previu e a LOA 2021 autorizou alterações nas dotações aprovadas até o limite de 30%. Os diplomas legais também conferiram permissão aos Poderes e Unidades Autônomas para realizarem transferências entre as dotações orçamentárias do mesmo grupo de despesas e projeto/atividade.

Tabela 3.1.3 – Alterações Orçamentárias em 2021, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
Concedidos	03.128.1170.1010		-423.962,00	-

Tabela 3.1.3 – Alterações Orçamentárias em 2021, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
	03.122.1170.1023			-1.952.838,00
	03.126.1170.1037	-	-	-201.527,00
	03.091.1170.1082	-	-865.366,00	-
	03.091.1170.1088	-	-	-800.000,00
	03.091.1173.2099	-	-92.000,00	-
	03.091.1173.2100	-	-38.000,00	-
	03.091.1173.2101	-	-	-25.810,00
	03.131.1173.2148	-	-434.964,00	-
	03.091.1173.2149	-	-1.081.637,00	-
	03.126.1144.2294	-	-260.000,00	-
	03.122.1144.2310	-	-40.000,00	-
	03.122.1144.2285		-747.675,00	
	03.121.1170.2339	-	-256.600,00	-
Subtotal		-	-4.240.204,00	-2.980.175,00
	03.128.1170.1010	-	-	14.650,00

Tabela 3.1.3 – Alterações Orçamentárias em 2021, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
Recebidos	03.126.1170.1037	-	707.025,00	-
	03.091.1170.1082	-	-	2.462.137,00
	03.122.1170.1127	-	494.951,00	-
	03.091.1173.2101	-	518.630,00	-
	03.091.1173.2147	-	134.366,00	153.693,00
	03.122.1144.2210	-	405.785,00	-
	03.122.1144.2284	-	2.333.334,00	-
	03.122.1144.2289	24.164.291,00	-	-
Subtotal		24.164.291,00	4.594.091,00	2.630.480,00
Total		24.164.291,00	353.887,00	-349.695,00

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.2 Execução do Programa Temático: 1170 – Modernização e Governança da Justiça

O programa temático “1170 – Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço de aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequada resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, fortalece a defesa do interesse coletivo.

Quadro 3.2 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Denominação:	Modernização e Governança da Justiça			
Objetivo:	Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e sistemas.			
Público-Alvo:	Sociedade tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2021	Inicial: R\$ 23.740.700,00	Autorizada: R\$ 22.919.170,00	Empenhada: R\$ 17.109.685,47	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
Custo médio por processo, em (R\$)	462,00	531,59	670,38	622,39
Nota obtida na autoavaliação do MEG/FNQ	-	-	283	283

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2 apresenta um resumo do ocorrido no programa “1170 - Modernização e Governança da Justiça” ano de 2021. Observa-se que a execução do orçamento obteve 74,67% do total autorizado (valor empenhado sobre o total autorizado). Este índice retrata uma queda em relação ao ano anterior, quando a execução do orçamento para o programa em questão foi de 72,03%.

A partir do objetivo do programa, estabeleceu-se 2 metas, conforme apresentado na Tabela 3.2. Ressaltamos que a meta referente ao Custo Processual Médio apresentou uma redução de aproximadamente 8% em relação ao exercício 2020, amparada pela recuperação do volume de movimentações processuais e extraprocessuais dos membros do MPTO, já em relação a nota da Autoavaliação do MEG/FNQ foi mantida, já que o ciclo ainda não chegou ao prazo de ser retroalimentado.

Tabela 3.2 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2021)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2020-2023(A)	Realizado 2021(B)	% (B/A)
Alcançar 80% de integração nos sistemas de TIC do Ministério Público	Estadual	80	70	%
Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores do MPTO	Estadual	26		%
Construir 06 sedes de promotorias de Justiça	Região de Planejamento Bico do Papagaio	1	0	0
	Região de Planejamento Central	1	0	0
	Região de Planejamento Centro-Oeste	1	57%	57%
	Região de Planejamento Nordeste	1	0	0
	Região de Planejamento Noroeste	1	0	0
	Região de Planejamento Norte	1	0	0

Tabela 3.2 - Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2021)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2020-2023(A)	Realizado 2021(B)	% (B/A)
	Região de Planejamento Sul	1	9%	9%
Manter 42 unidades com Tecnologia de Informação estruturada (equipamentos e sistemas)	Estadual	42	42	100%
Manter 43 unidades do Ministério Público em condições físicas e mobiliárias adequadas ao trabalho dos integrantes do Ministério Público	Estadual	43	43	100%
Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso	Estadual	15	0	0%

Fonte: PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

É por meio dos projetos e atividades que o MPTO busca concretizar os objetivos do programa temático “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Este programa é composto por 7 ações, sendo as 6 classificadas como projetos e uma classificada como atividade.

3.2.1 Ação 1010 – Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do Ministério Público

A finalidade desta ação é aprimorar profissional e culturalmente os membros e servidores, inclusive em estágio probatório, para melhor qualidade e celeridade de suas atividades e racionalização dos recursos materiais, proporcionando condições para o desenvolvimento de uma cultura administrativa e funcional harmonizada com as metas institucionais. A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 foi ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores do MPTO para 24 horas/aula, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 143.028,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1010, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021).

Título		Aperfeiçoamento Funcional de Membros e Servidores do MPTO		
Descrição:		Visa ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da Instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais, através do custeio das atividades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento do Ministério Público do Tocantins e à aquisição de obras e publicações destinadas à biblioteca a ele vinculada, a aquisição de material permanente, material de consumo e serviços, bem como o pagamento pessoas físicas e jurídicas de ações de capacitação.		
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Membros e servidores capacitados	Horas/Aula	24.0	16,30	67,91
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
552.340,00	143.028,00	106.981,20	34.008,36	74,80%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 1010. Constata-se que a meta física alcançou 67,91% do percentual planejado e a meta financeira resultou em 74,80% de execução.

Foram empenhados R\$ 106.981,20 na ação 1010. Desta forma, os resultados restaram satisfatórios, mostrando assim o alto nível de preocupação da Instituição em oferecer condições de aprimoramento profissional e cultural dos seus membros, de seus auxiliares e funcionários.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.1.

Tabela 3.2.1 - Valores Empenhados da Ação 1010, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias no País	27.643,62	25,84%
39.48 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	5.550,00	5,19%
40.16 - Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	58.323,51	54,52%
93.02 - Restituições de Caráter Indenizatório	814,74	0,76%
52.18 - Coleções e Materiais Bibliográficos	14.649,33	13,69%
Total (R\$)	106.981,20	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.2.2 Ação 1082 – Realização de Adequações Físicas e Mobiliárias do Ministério Público

A finalidade desta ação é oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando ao melhor atendimento da população tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 foi manter 43% das unidades em condições físicas e mobiliárias adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 4.587.939,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1082, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021).

Título	Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público
Descrição:	A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será promovida mediante a realização de reformas, ampliações e adequações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.
Meta Física	

Quadro 3.2.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1082, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021).

Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade adequada	Porcentagem	43%	43%	100,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.995.360,00	4.592.131,00	2.969.585,11	1.880.297,88	64,67%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.2 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 1082. Constata-se que a meta física alcançou 100% do percentual planejado e a meta financeira resultou em 64,73% de execução.

Foram empenhados R\$ 2.269.585,11 na ação 1082. Desta forma, os resultados restaram satisfatórios, mostrando assim o alto nível de preocupação da Instituição em oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.2.

Tabela 3.2.2 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 - Diárias - Civil	9.603,36	0,32%
30.15 – Material para Decoração, Festividades e Homenagens	18.293,80	0,62%
30.22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	10.800,00	0,36%
30.24 - Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	5.777,00	0,19%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	8.348,85	0,28%

Tabela 3.2.2 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
30.28 - Material de Proteção e Segurança	990,00	0,03%
30.36 - Material Hospitalar	1.100,00	0,04%
30.42 - Ferramentas	4.725,00	0,16%
39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	455.785,14	15,35%
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	127.310,71	4,29%
51.93 – Benfeitorias ou Melhorias	725.837,88	24,44%
52.02 - Aeronaves	31.580,00	1,06%
52.06 - Aparelho e Equipamentos para Comunicação	10.500,00	0,35%
52.08 - Aparelhos, Equipamentos Laboratoriais e Hospitalares e Utensílios Médicos, Odontológicos	5.768,11	0,19%
52.12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	747.533,18	25,17%
52.24 - Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	1.959,00	0,07%
52.32 – Maquinas e Equipamentos Gráficos	5.996,70	0,2%
52.38 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios para Oficina	588,80	0,02%
52.42 - Mobiliário em Geral	765.087,58	25,76%
52.45 – Aparelhos e Inst. Tec. de Med. Teste e Controle	32.000,00	1,08%
Total (R\$)	2.969.585,11	100,00%

Tabela 3.2.2 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.2.3 Ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público

A ação desta seção tem por objetivo oferecer condições de transportes adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando o melhor atendimento da sociedade tocantinense. Apesar da meta física de adquirir veículos, a repriorização do planejamento da instituição ao longo de 2021, dentro das margens autorizadas na LDO, e a existência de um custo de manutenção atualmente irrisório fizeram a administração optar por manter os veículos da frota, sem alienação e sem substituições.

Quadro 3.2.3 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1088, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público.			
Descrição:	Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	37	0	27,02%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.3 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público. Verifica-se que não houve execução física ou financeira na ação, dadas as razões anteriormente expostas.

3.2.4 Ação 1127 – Realização de Concursos para Membros e Servidores do Ministério Público

A ação desta seção tem por objetivo a realização do concurso público de membros e servidores do Ministério Público. A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 foi realizar o concurso para membros do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 794.951,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.4 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1127, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Realização de Concursos para Membros e Servidores do Ministério Público.			
Descrição:	Contratação empresa especializada para realização do concurso público de membros e servidores do Ministério Público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Concurso realizado	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
300.000,00	794.951,00	794.950,14	0,00	100%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.4 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 1127 – Realização de Concursos para Membros e Servidores do Ministério Público. Verifica-se que as metas física e financeira foram executadas.

A ação realizada no exercício de 2021 foi o “X Concurso Público para provimento dos Cargos de Promotor de Justiça Substituto”, devidamente anotado no SICAP/AP, visando o provimento de até 07 vagas. Cumpre ressaltar que o concurso teve início em 2021 e tem previsão para conclusão em meados de junho de 2022, quando se iniciarão os procedimentos de ingresso dos membros aprovados.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.4.

0,00

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan, 2020)	Valor (R\$)	% Total
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	794.950,14	100%
Total (R\$)	794.950,14	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.2.5 Ação 1023 – Construção de Sedes de Promotorias de Justiça

O projeto construção de sedes de promotorias de Justiça tem por objetivo proporcionar infraestrutura adequada e permanente às unidades do MPTO, para o atendimento efetivo e de qualidade aos cidadãos usuários de seus serviços. A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 contemplou o início da construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Gurupi e a conclusão da nova sede das Promotorias de Paraíso do Tocantins, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 7.010.062,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2021)

Título	Construção de sedes de Promotorias de Justiça
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público, tendo como etapas: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.

Quadro 3.2.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2021)

Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidades construídas	Porcentagem	P-1=1	P-1=8,23%	32,9%
		P-2=1	P-2=57,56%	
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.962.900,00	7.010.062,00	4.671.134,97	374.289,97	66,63%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

Legenda: P-1: Região de Planejamento Sul; P-2: Região Centro-Oeste.

O quadro 3.2.5 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 1023. Constata-se que a meta física foi executada em 32,9% e a meta financeira resultou em 66,63% de cumprimento do planejado, com outras obras já em andamento.

Neste sentido, cumpre ressaltar que, considerando que o MPTO depende exclusivamente de recursos do tesouro e que é imprescindível ao planejamento e converte-se benéfico para os custos de contratação, as obras iniciadas, conforme previsto no PPA, têm recursos garantidos para sua conclusão, independentemente da existência de futuros contingenciamentos.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.5.

Tabela 3.2.5 – Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor (R\$)	% Total
51.80 – Estudos, Projetos, Supervisão e Fiscalização	7.757,50	0,17%

Tabela 3.2.5 – Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor (R\$)	% Total
51.91 – Obras em Andamento	4.663.377,47	99,83%
Total (R\$)	4.671.134,97	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.2.6 Ação 1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO

A finalidade desta ação é oferecer tecnologia de ponta para o desenvolvimento das atividades do MPTO, visando prestar um serviço de qualidade e eficaz para a sociedade tocaninense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 foi manter 43% das unidades com estruturas tecnológicas adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 10.371.788,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.6 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Estruturação de tecnologia da informação para unidades do Ministério Público do Tocantins			
Descrição:	Estruturação das Unidades do MPTO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on-line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MPTO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade estruturada tecnologia	Percentual	43	43	100%

Quadro 3.2.6 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

adequada				
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
9.866.290,00	10.371.788,00	8.563.676,63	5.207.323,53	82,57%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.6 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação “Estruturação de Tecnologia da Informação para Unidades do Ministério Público do Tocantins”. Constata-se que a meta física atingiu em 100% o planejado, havendo economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 82,57% do previsto.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.6.

Tabela 3.2.6 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
30.17 - Material de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	25.978,00	0,30%
40.03 – Des. Man. Corretiva Adaptativa e Sustentação de Softwares	749.231,04	8,75%
40.04 – Suporte aos Usuários de TIC	4.337,17	0,13%
40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral	110.814,56	1,29%
40.13 – Certificação Digital	10.018,00	0,12%
40.16 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)	1.936.189,76	22,61%
52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	6.348,00	0,07%

Tabela 3.2.6 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
52.35 – Equipamentos de Tecnologia da Informação	5.725.097,27	66,85%
Total (R\$)	8.563.676,63	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.2.7 Ação 2339 – Realização de Ações de Desenvolvimento Organizacional

A ação visa atender à Resolução n. 147/2016 – CNMP, norma que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes sobre a matéria no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nas unidades e nos ramos do Ministério Público.

A meta física proposta para a ação no exercício de 2021 foi apoiar 01 iniciativa de implementação do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 7.210,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.2.7 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Realização de ações de desenvolvimento organizacional			
Descrição:	Realização de ações para o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública no âmbito do Ministério Público, compreendendo melhorias nas áreas de gestão de pessoas, de organização e funcionamento da administração, acervo documental e bibliográfico, pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de avaliação de desempenho, aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e promoção da gestão do conhecimento e da cooperação em gestão pública, com a finalidade de orientar a ação para resultados, com foco no cidadão, com eficiência e qualidade do gasto público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Iniciativa Apoiada	Unidade	1	1	100 %

Quadro 3.2.7 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2339, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
263.810,00	7.210,00	3.357,42	3.357,42	46,57%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.7 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2339. Constata-se que a meta física alcançou 100% do estabelecido no planejamento, sendo este percentual representado pelo projeto: “Elaboração, Gerenciamento e Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020/2029”. A meta financeira foi executada 46,57%.

Tabela 3.2.7 - Valores Empenhados da Ação 2339, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias no País	147,42	4,39%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	3.210,00	95,61%
Total (R\$)	3.357,42	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2021.

3.3 Execução do Programa Temático: 1173 – Justiça

O programa temático “1173 - Justiça” planifica a missão constitucional desta Instituição. A partir da perspectiva do programa, a realidade problematizada parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo.

Quadro 3.3 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Denominação:	Justiça		
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate à criminalidade, à exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.		
Público-Alvo	Sociedade tocaninense		
Dotação Orçamentária do Exercício 2021	Inicial: R\$ 7.697.944,00	Autorizada: R\$ 6.832.222,00	Empenhada: R\$ 6.014.175,98
Indicadores			
Indicador	Resultado 2019	Resultado 2020	Resultado 2021
Total Anual de Ações dos Membros do MP/TO	410.032	300.314	365.839

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2021. Observa-se que a execução do orçamento autorizado (88,03% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do Programa, atingiu a cifra de 471.866 ações.

A partir do objetivo do Programa, foram propostas 13 metas, conforme apresentado na tabela 3.3. Utilizando o Relatório de Atividade Funcional (RAF) e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 13 dessas metas.

Ainda conforme a tabela 3.3, destaque para as metas de “Promover 1.470 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2020”, que já atingiu 138% em relação ao previsto para 2021. Outras metas que se destacaram em 2021 por terem alcançado bom resultado foram: “Promover 10.290 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2021” com resultado de 117% da meta estabelecida e “Promover 165.278 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2021”, com resultado de 103%.

Tabela 3.3 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2020-2023(A)	Realizado 2021(B)	% (B/A)
Promover 220 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2021	Estadual	220	153	69,54%
Promover 1.050 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2021	Estadual	1.050	665	63,33%
Promover 58.033 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2021	Estadual	58.033	23.590	40,64%
Promover 1.470 ações voltadas à defesa dos direitos dos consumidores até 2020	Estadual	1.470	2.034	138%
Promover 1.050 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2021	Estadual	1.050	573	54,57%
Promover 11.865 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2021	Estadual	11.865	10.962	92,3%
Promover 525 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2021	Estadual	525	408	77,7%
Promover 11.340 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2021	Estadual	11340	14.077	124%
Promover 20.370 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2021	Estadual	20.370	5.371	26,36%
Promover 10.290 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2021	Estadual	10.290	12.069	117%
Promover 165.278 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2021	Estadual	165.278	170.638	103%
Promover 44.358 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2021	Estadual	44.358	17.047	38,43%
Promover 37.800 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2021	Estadual	37.800	28.877	76,3%

Fonte: PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

Passemos ao detalhamento das ações que compõem o Programa, por meio das quais o MPTO manifesta seu empenho no sentido de alcançar os objetivos propostos. O Programa é formado por 6 ações, sendo as 6 classificadas como atividade.

3.3.1 Ação 2099 – Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público

A finalidade da ação 2099 é propiciar instrumentos de avaliação e correção das metas de desempenho das atividades e deveres funcionais dos membros do MPTO, por meio dos programas de fiscalização, inspeções, correções permanentes e procedimentos disciplinares, com o fim de contribuir para a maior celeridade na manifestação processual, no trâmite dos procedimentos e no tempo de solução do problema e com prestígio institucional. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi manter as atividades da Corregedoria-Geral do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 64.800,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2099, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de correção, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e integrantes da Corregedoria-Geral, bem como realização das atividades inerentes a avaliação de estágio probatório, Avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apurar infrações disciplinares.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
156.800,00	64.800,00	35.946,78	35.946,78	55,47%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2099. Constata-se que a meta física atingiu a planejada e a meta financeira resultou em 55,47% do planejado. Os recursos permitiram a manutenção das atividades da Corregedoria-Geral do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.31.

Tabela 3.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	35.946,78	100,00%
Total (R\$)	35.946,78	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.3.2 Ação 2100 – Promoção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público

A finalidade da ação 2100 é facilitar o diálogo com o cidadão, aproximando o MPTO da sociedade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi manter o funcionamento da Ouvidoria do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 17.100,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2100, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Promoção do serviço de atendimento ao cidadão e da ouvidoria do Ministério Público.			
Descrição	Manter o serviço de atendimento ao cidadão e a ouvidoria do Ministério Público com o custeio de suas ações inclusive quanto ao deslocamento de sua equipe, aquisição de serviços e materiais para a sua atuação.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
55.100,00	17.100,00	1.266,12	1.266,12	7,40%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.2 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2100. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 7,40% do planejado, entretanto não houve prejuízo para manutenção da Ouvidoria do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.2.

Tabela 3.3.2 - Valores Empenhados da Ação 2100, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	1.266,12	100,00%
Total	1.266,12	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.3.3 Ação 2101 – Gestão das Ações de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional

A ação 2101 tem como objetivo permitir a coleta de informações destinadas a identificar, entender, revelar, prevenir e assessorar os órgãos de execução no efetivo combate a todas as formas de criminalidade e garantir a segurança institucional de membros e servidores do MPTO. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi manter o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 5.763.120,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.3– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Gestão das ações de inteligência, contraineligência e segurança institucional			
Descrição:	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência, contraineligência e segurança institucional; deslocamentos de Integrantes para a realização de atividades; atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho das atribuições.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
NIS mantido	Porcentagem	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.270.300,00	5.763.120,00	5.397.173,49	4.905.404,16	93,65%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 3.3.3 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2101. Constatou-se que a meta física atingiu a proposta, houve disponibilidade de recursos, pois a meta financeira resultou em 93,65% do planejado. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com segurança e com as missões da equipe do NIS na execução de suas atividades.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.3.3.

Tabela 3.3.3 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	8.020,05	0,15%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	3.851,91	0,07%
30.16 - Material de Expediente	1.190,00	0,02%
30.26 - Material Elétrico e Eletrônico	730,97	0,01%
30.42 - Ferramentas	436,70	0,01%
37.03 – Vigilância Ostensiva	4.458.349,18	82,61%
39.14 – Locação de Bens Moveis Outras Nat. e Intangíveis	361.464,93	6,70%
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	163.680,00	3,03%
40.02 - Locação de Software	9.300,00	0,17%
40.05 – Suporte de Infraestrutura de TIC	125.041,01	2,32%
40.14 – Outros Serviços de TIC	20.318,74	0,38%
52.24 – Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	24.4790,00	4,54%
Total (R\$)	5.397.173,49	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.3.4 Ação 2147 – Gestão das Ações de Combate às Organizações Criminosas

A finalidade da ação 2147 é garantir a atuação de forma sistemática no combate ao crime organizado. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi realizar 573 ações de combate ao crime organizado, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 44.079,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.3.4 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2147, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Gestão das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de membros e servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	1.050	573	54,57%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
158.020,00	446.079,00	89.413,96	67.912,86	20,04%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.4 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2147. Constata-se que a meta física atingiu 54,57% do planejado. Os recursos, utilizados em 20,04%, permitiram o financiamento das despesas com as missões da equipe do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) na execução de suas atividades.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.4.

Tabela 3.3.4 – Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	33.109,68	37,03%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	21.906,36	24,50%
30.19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	1.400,00	1,57%
30.23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos	5.453,60	6,10%
92.14 - Diárias Civil	1.537,80	1,72%
92.15 - Diárias Militar	2.506,14	2,80%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	1.999,28	2,24%
52.06 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	21.501,10	24,05%

Tabela 3.3.4 – Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
Total (R\$)	89.413,96	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.3.5 Ação 2149 – Gestão das Ações para a Defesa do Interesse Público no Processo Judicial

A finalidade da ação 2149 é buscar o reconhecimento do MPTO como Instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi realizar 365.839 procedimentos, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 405.653,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.3.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2149, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Gestão das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial			
Descrição	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, através de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação Ministerial	Unidade	556.586	365.839	65,72%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.487.290,00	405.653,00	372.046,64	348.354,43	91,72%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.5 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2149. Constatou-se que a meta física chegou a 65,72% de execução e a meta financeira resultou em 91,72% do valor proposto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades de apoio direto à atividade-fim, bem como a execução de projetos dos Centros de Apoio Operacional (Caops).

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.5.

Tabela 3.3.5 - Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	201.624,18	54,19%
15.01 - Diárias – Pessoal Militar no País	1.113,75	0,30%
30.19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	316,00	0,08%
30.23 - Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.318,80	0,35%
30.53 - Alimentação Preparada Mediante o Não Fornecimento de Matéria-Prima	750,00	0,20%
30.99 - Outros Materiais de Consumo	350,00	0,09%
40.14 – Outros Serviços de TIC	6.561,50	1,76%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	10.738,86	2,89%
92.93 – Desp. Exerc. Ant. - Indenizações e Restituições	1.379,03	0,37%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	5.619,77	1,51%
93.03 – Indenizações de Transportes	142.274,75	38,24%
Total (R\$)	372.046,64	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.3.6 Ação 2148 – Gestão das Ações de Comunicação do Ministério Público

A ação 2148 tem como objetivo proporcionar a disseminação de dados institucionais e ampliar o acesso da sociedade ao MPTO e a suas informações. A meta física prevista para a ação no exercício de 2021 foi buscar a divulgação de 9.718 matérias veiculadas na mídia, de forma espontânea, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 135.470,00, como suporte de recursos.

Quadro 3.3.6 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Gestão das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição	Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como TV, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, VTs, jingles e spots. Além disso, será publicado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	374.498	9.718	2,59%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
570.434,00	135.470,00	118.328,99	107.301,99	87,35%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.6 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2148. Constata-se que a meta física ficou aquém do planejado e a meta financeira resultou em 2,59% do previsto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades da Assessoria de Comunicação, como a impressão de materiais gráficos e contratação de empresa para serviço de clipagem de mídia.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.3.6.

Tabela 3.3.6 - Valores Empenhados da Ação 2148, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	3.358,08	2,99%
30.17 - Material de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	2.429,10	2,05%
30.30 - Material p/ Comunicações	2.747,00	2,32%
31.01 - Prêmios	35.369,00	29,89%
39.01 – Assinatura de Periódicos e Anuidades	894,00	0,76%
39.59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	67.670,73	57,19%
39.63 – Serviços Gráficos	5.305,00	4,48%
Total (R\$)	118.328,99	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.4 Execução do Programa de Gestão: 1144 – Manutenção do Ministério Público

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” agrega as ações de suporte financeiro ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas é imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu propósito. O programa não possui indicadores, seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas temáticos a que oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Ressaltamos, ainda, em relação às ações do programa 1144, que conforme a metodologia de elaboração do PPA 2020-2023, não há definição de metas físicas, apenas financeiras, para suas ações.

O Quadro 3.4 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. Seu orçamento inicial foi definido em R\$ 172.087.237,00, tendo sido suplementado em R\$ 25.855.735,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado no montante de R\$ 197.942.972,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 92,68% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu R\$ 183.450.018,01.

Quadro 3.4 - Caracterização e Execução Orçamentária do Programa de Gestão 1144, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Denominação	Manutenção do Ministério Público		
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, permitindo a realização de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos.		
Dotação Orçamentária do Exercício 2021	Inicial: R\$ 172.087.237,00	Autorizada: R\$ 197.942.972,00	Empenhada: R\$ 183.450.018,01

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

As despesas custeadas pelo Programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais sedes de promotorias, da Capital e do interior do Estado. Incluem-se entre suas despesas os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Apresentado o Programa, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o MPTO provê as condições para a implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06 (seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

3.4.1 Ação 2289 – Manutenção de Recursos Humanos

Com a finalidade de manter os serviços disponíveis à sociedade tocantinense, o MPTO preserva o corpo de promotores/procuradores de Justiça e o quadro auxiliar de servidores como integrantes da Instituição, através da ação 2289. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 166.764.578,00.

Quadro 3.4.1– Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Manutenção de Recursos Humanos			
Descrição	Custeio das despesas com pessoal e encargos sociais para desempenho das atividades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
142.600.287,00	166.764.578,00	153.518.348,90	153.518.348,90	92,06%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2289. Constata-se que sua meta financeira resultou 92,06% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de subsídios, vencimentos, vantagens e encargos sociais aos 107 membros e 423 servidores efetivos, 105 comissionados e 88 requisitados, em média, por mês.

Não foram contingenciados valores da ação, seus recursos empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 3.4.1.

Tabela 3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
11.01 – Vencimento e Salários	8.314.026,61	5,42%

Tabela 3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
11.07 – Abono de Permanência	945.238,13	0,62%
11.33 – Gratificação por Exercício de Funções	13.172.238,80	8,58%
11.42 – Férias Indenizadas	244.201,22	0,16%
11.43 – Décimo Terceiro Salário	9.216.876,87	6,00%
11.45 – Férias – Abono Constitucional	3.227.148,46	2,10%
11.74 – Subsídios	88.753.235,66	57,81%
12.01 – Soldo	30.787,89	0,02%
12.22 – Décimo Terceiro Salário	1.818,82	0,00%
12.33 – Gratificação de Exercício de Funções	2.857,32	0,00%
12.45 – Férias - Abono Constitucional	1.342,07	0,00%
13.02 – Contribuições Previdenciárias - INSS	2.565.337,80	1,67%
13.14 – Seguridade Municipal - Requisitado	61.543,56	0,04%
13.16 – Multas	781,65	0,00%
13.40 – Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes RPPS	19.283,94	0,01%
92.11 – Desp. Exercícios. Anteriores – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	95.321,08	0,06%
94.01 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	7.231.339,03	4,71%
13.01 – FGTS	18.943.694,43	12,34%
13.02 - Contribuições Previdenciárias - INSS	4.649,62	0,00%
13.03 - Contribuições Assistenciais - PLANSAÚDE	686.625,94	0,45%
Total (R\$)		100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.2 Ação 2285 – Manutenção de Estagiários e Residentes do Ministério Público

A finalidade da ação 2285 é manter o programa de estágio instituído pelo MPTO. A meta financeira para a ação foi definida em R\$ 1.006.125,00.

Quadro 3.4.2 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2285, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Manutenção de estagiários e Residentes do Ministério Público			
Descrição	Contratação e manutenção de programa de estágio remunerado e não-remunerado para atender às necessidades do Ministério Público.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.753.800,00	1.006.125,00	999.389,94	999.389,94	99,33%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.2 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2285. Constata-se que sua meta financeira resultou em 99,33% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento do agente de integração, inicialmente o IEL e, após encerrado o contrato com este, com a Faculdade Patativa do Assaré, bem como as bolsas estágio aos aprendizes de diversos cursos de graduação.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.2.

Tabela 3.4.2 - Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor (R\$)	% Total
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	23.942,00	2,40%
39.72 – Vale-Transporte	89.925,00	9,00%
39.79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	885.522,94	88,61%
Total (R\$)	999.389,94	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.3 Ação 2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores do MPTO

A ação 2284 tem como objetivo custear o pagamento de auxílios e outros direitos, estabelecidos conforme a legislação em vigor, aos integrantes da Instituição. A meta financeira para a ação, no exercício, foi estabelecida em R\$ 17.847.604,00.

Quadro 3.4.3 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2284, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores do MPTO			
Descrição	Manutenção dos benefícios, auxílios e direitos dos membros e servidores do Ministério Público			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
15.514.270,00	17.847.604,00	17.500.079,70	17.500.079,70	98,05%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.3 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2284. Constata-se que sua meta financeira resultou em 98,05% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-moradia, Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), bem como auxílio-natalidade, especial e funeral.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.3.

Tabela 3.4.3 - Valores Empenhados da Ação 2284, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
08.01 – Auxílio-funeral Civil Ativo	31.017,04	0,18%
08.05 – Auxílio-natalidade Ativo Civil	24.200,00	0,14%
08.13 – Salário-Família – Ativo Pessoal Civil	1.168,82	0,01%
08.19 – Auxílio-creche	589.885,14	3,37%
08.20 – Auxílio Especial	50.400,00	0,29%
08.99 - Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	2.000.485,62	11,43%
46.01 – Indenização Auxílio-Alimentação	14.715.490,45	84,09%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	87.432,63	0,50%
Total (R\$)	17.500.079,70	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.4 Ação 2210 – Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais

Com a finalidade de garantir a infraestrutura e os serviços necessários para manutenção das unidades e para realização das ações previstas, o programa 1144 –

Manutenção do Ministério Público possui a ação 2210. A meta financeira proposta para a ação foi estabelecida em R\$ 9.404.725,00 no exercício de 2021.

Quadro 3.4.4 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2210, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			
Descrição	Custeio de despesas tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; aluguéis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão de obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar-condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
8.998.940,00	9.404.725,00	8.894.145,27	7.835.172,56	94,57%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.4 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2210. Constata-se que sua meta financeira resultou 94,57% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender às despesas administrativas do MPTO, sendo relacionadas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom funcionamento das atividade-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.4.

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	85.333,18	0,97%
30.04 – Gás e outros materiais Engarrafados	5.891,80	0,07%
30.07 – Gêneros de Alimentação	65.661,40	0,74%
30.09 - Material Farmacológico	13.694,42	0,15%

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
30.10 – Material Odontológico	9.047,35	0,10%
30.15 – Material para Festividades e Homenagens	31.190,00	0,35%
30.16 – Material de Expediente	53.395,75	0,60%
30.17 – Material de Processamento de Dados	6.299,10	0,07%
30.19 – Material de acondicionamento e embalagem	97.772,30	1,10%
30.21 – Material de Copa e Cozinha	40.235,34	0,45%
30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	6.083,22	0,07%
30.23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos	560,00	0,01%
30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	35.269,40	0,40%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	38.172,55	0,43%
30.28 – Material de Proteção e Segurança	12.785,52	0,14%
30.29 - Material de Áudio, Vídeo, Foto e Imagem de Satélite	550,00	0,01%
30.30 – Material p/ Comunicações	1.789,90	0,02%
30.36 – Material Hospitalar	20.296,81	0,23%
30.39 - Material para Manutenção de Veículos	90,45	0,00%
30.42 – Ferramentas	1.485,86	0,02%
30.44 – Material de Sinalização Visual e Outros	50.164,07	0,56%
30.50 – Bandeiras, Flâmulas e Insignias	7.832,00	0,09%
30.96 – Material de Consumo – Pagamento Antecipado	7.514,16	0,08%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	41.442,56	0,47%
33.01 – Passagens para o País	92.966,00	1,05%
33.06 – Locomoção Urbana	2.040,00	0,02%
36.15 – Locação de Imóveis	486.838,65	5,14%
36.96 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física – Pagamento Antecipado	6.937,50	0,08%
37.02 – Limpeza e Conservação	5.154.417,73	57,95%
39.05 - Serviços Técnicos Profissionais	10.900,00	0,12%
39.12 – Locação de Máquinas e Equipamentos	11.233,33	0,13%
39.14 – Locação de Bens Móveis e Outras Nat. e Intangíveis	5.800,00	0,07%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	3.100,00	0,03%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	102.044,27	1,15%
39.20 – Reparo e Conservação de Bens Móveis de Outras Natureza	271.448,45	3,05%
39.39 - Serviços de Engenharia	9.800,00	0,11%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	6.334,35	0,07%
39.43 – Serviços de Energia Elétrica	1.555.819,88	17,49%

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
39.44 – Serviços de Água e Esgoto	126.629,33	1,42%
39.46 – Serviços Domésticos	2.592,00	0,03%
39.47 – Serviços de Comunicação em Geral	30.000,00	0,34%
39.50 – Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais	3.450,00	0,04%
39.55 – Serviços de Postagens	72.999,74	0,82%
39.63 – Serviços Gráficos	7.702,03	0,09%
39.72 – Vale-Transporte	123,18	0,00%
39.78 – Limpeza e Conservação	1.695,60	0,02%
39.80 - Hospedagens	2.847,00	0,03%
39.81 – Serviços Bancários	39.399,87	0,44%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Pagamento Antecipado	8.064,00	0,09%
39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	3.205,65	0,04%
40.03 – Desenvolvimento, Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares	26.988,67	0,30%
40.08 – Telefonia Fixa	133.693,01	1,50%
40.09 – Telefonia Móvel – Pacote de Comunicação de Dados	78.920,73	0,89%
47.10 – Taxas	26.601,42	0,30%
47.96 – Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	1.371,50	0,02%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	1.055,10	0,01%
92.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	692,55	0,01%
92.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	128,22	0,00%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	3.248,37	0,04%
Total (R\$)	8.894.145,27	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.4.5 Ação 2310 – Manutenção de Serviços de Transporte

A finalidade da ação 2310 é contribuir para manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes, agregando as despesas com deslocamento que não são passíveis de apropriação nos programas temáticos. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 607.700,00.

Quadro 3.4.5 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2310, conforme Revisão do PPA 2020-223 (2021)

Título	Manutenção dos serviços de transporte			
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; licenciamento e seguros; e aluguéis ou contratação de serviços de transporte.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
647.700,00	607.700,00	544.750,73	505.271,07	89,64%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.5 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2310. Constata-se que sua meta financeira resultou 89,64% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender despesas com aquisição de combustíveis, peças e acessórios, seguros e serviços para a frota de veículos do MPTO, além do pagamento de diárias aos motoristas.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.5.

Tabela 3.4.5 – Valores Empenhados da Ação 2310, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	146.156,40	26,83%
30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	207.835,05	38,15%
30.39 – Material para Manutenção de Veículos	1.955,27	0,36%
39.19 – Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas	79.838,05	14,66%
39.69 – Seguros em Gerais	103.170,73	18,94%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	842,40	0,15%
92.30 - Material de Consumo	4.931,33	0,91%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	21,50	0,00%
Total (R\$)	544.750,73	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

3.4.6 Ação 2294 – Manutenção dos Serviços de Informática

A ação 2294 tem como finalidade garantir infraestrutura e sistemas adequados para a realização das ações do MPTO. A meta financeira para a ação no exercício foi definida em R\$ 2.312.240,00.

Quadro 3.4.6 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2294, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2021)

Título	Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação			
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de tecnologia da informação, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.572.240,00	2.312.240,00	1.993.303,47	1.871.559,98	86,21%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.6 resume o ocorrido no exercício de 2021 com a ação 2294. Constata-se que sua meta financeira resultou 86,21% do planejado. Os recursos consignados na ação foram empregados na aquisição de suprimentos de informática, de licenças de softwares e na manutenção de link para conexão de dados e internet para as unidades do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.6.

Tabela 3.4.6 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	50.880,96	2,55%
30.16 – Material de Expediente	617,50	0,03%
30.17 – Material de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC	285.488,95	14,32%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	54.026,50	2,71%
30.30 – Material p/ Comunicações	9.440,00	0,47%
30.42 – Ferramentas	2.570,00	0,13%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	14.891,50	0,75%
40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral	1.575.388,06	79,03%
Total (R\$)	1.993.303,47	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.01.2022.

Tabela 3.4.6 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2021

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2021)	Valor (R\$)	% Total
---	-------------	---------

4 INFORMAÇÕES SOBRE MONITORAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os projetos estratégicos fazem parte do arcabouço conceitual do BSC, sendo imprescindíveis para o sucesso do planejamento das organizações. No MPTO, os projetos estratégicos possuem metodologia de gestão própria que atende às peculiaridades da Instituição, abrangendo desde a fase de elaboração até a avaliação de projetos.

Esta seção do Relatório é o resultado do processo de acompanhamento da execução dos projetos estratégicos aprovados. A metodologia para sua elaboração parte do confronto entre o plano de ação, aprovado no termo de abertura, e a descrição dos resultados obtidos em cada etapa pelo gerente responsável. Munido desses dois componentes, o Escritório de Projetos avalia se as etapas propostas para o período foram ou não cumpridas. Em caso afirmativo, é atribuído o escore 1 (um), caso contrário, 0 (zero). O Escritório, então, apura o indicador de execução de cada projeto, chamado de Índice de Realização Física (IRF), a partir da média simples dos scores obtidos. Por último, documentam-se como lições aprendidas os comentários dos gerentes em relação às dificuldades enfrentadas durante a execução do projeto.

No exercício de 2021, foram executados 61 (sessenta e um) projetos estratégicos institucionais, os quais são demonstrados a seguir:

Quadro 4.1 - Relatório de Projetos Institucionais – Aprovação 2020/Execução 2021

Projetos	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Vinculação a Carta de Brasília – Diretrizes Estruturantes	Status	Ano
1	Turismo Ordenado e Sustentável	CAOMA	Promover o ordenamento turístico no âmbito da atuação ministerial, garantindo minimamente que os padrões relacionados ao licenciamento ambiental e o uso sustentável de atrativos turísticos respeitem sua capacidade receptiva e permitam o adequado desenvolvimento econômico da atividade.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
2	Meio ambiente legal	CAOMA	Aprimorar e modernizar a infraestrutura técnica e operacional do Caoma, Labgeo e Promotorias Regionais Ambientais, promovendo ainda a capacitação dos servidores para melhorar a eficácia no atendimento às demandas dos Membros do MPTO.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021
3	Lugar Para Todos: Ações Para o Pleno Desenvolvimento da Política de Gestão do Território (Planos Diretores, Ordenamento da Expansão Urbana e Reurb).	CAOMA	Fortalecer a atuação ministerial nas questões relativas à instituição, desenvolvimento e monitoramento da política urbana e regularização fundiária no âmbito dos 139 municípios do Estado do Tocantins a fim de garantir a todos os cidadãos, de	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021

			forma digna, o direito aos espaços urbano e rural.			
4	Caminhando pela vida	DGPFP – Saúde	Reduzir a prevalência de sobrepeso e obesidade entre os integrantes do Ministério Público, e os fatores de risco associados o alto Índice de massa Corpórea (IMC) e síndrome metabólica.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
5	Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI 2021	PGJ	Instituir Programa de Aposentadoria Incentivada que define regras específicas para incentivo à aposentadoria para membros e servidores ativos que se enquadrem nas condições de adesão à aposentadoria voluntária, estimulando à adesão imediata por meio de indenização pecuniária correspondente a 25% do subsídio, multiplicado pelo quantitativo de anos de serviços prestados no órgão.	g)Redimensionamento e redistribuição dos recursos materiais e humanos, de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de Atuação.	Em execução	2021
6	I Maratona Tecnológica do MPE-TO: Cidadania Hacker	PGJ	Realizar anualmente pelo menos uma maratona tecnológica de desenvolvimento de softwares, contribuindo para a inovação e modernização institucional	e)Criação de mecanismos que possibilitem a atuação prioritária do agente político do Ministério Público, em consonância com as metas apontadas no Planejamento Estratégico, nos Planos de Atuação e nos Projetos Executivos;	Em execução	2021
7	Renovação de aparelhos	ADM Área de	Proporcionar economicidade financeira	g)Redimensionamento e redistribuição dos recursos	Concluído	2021

	condicionadores de ar inservíveis/obsoletos por aparelhos inverter	Patrimônio Área de Manutenção	e garantir melhor qualidade de trabalho aos integrantes do Ministério Público.	materiais e humanos, de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de Atuação.		
8	Renovação e ampliação da frota oficial 2021	ADM Área de Transporte	Realizar a renovação e a ampliação da frota para proporcionar economicidade financeira e garantir melhor qualidade de trabalho aos integrantes do Ministério Público.	g)Redimensionamento e redistribuição dos recursos materiais e humanos, de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de Atuação.	Concluído	2021
9	Concurso Hack Fest para Implantação e Estruturação do Novo Sistema de Controle de Almojarifado	ADM Área de Almojarifado	Realizar concurso HACKFEST, com a finalidade de desenvolver um sistema de Almojarifado que reduza tempos e movimentos em sua logística interna com a Implantação de um sistema de Controle de Almojarifado que atenda às necessidades desta PGJ	e)Criação de mecanismos que possibilitem a atuação prioritária do agente político do Ministério Público, em consonância com as metas apontadas no Planejamento Estratégico, nos Planos de Atuação e nos Projetos Executivos;	Em execução	2021
10	Preservação das Áreas Verdes no MPTO	ADM Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial	Implantar sistemas de irrigação abastecidos por poços semiartesianos na sede da PGJ e Sede das Promotorias de Porto Nacional e recomposição das áreas verdes.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
11	SuperAção – Monitoramento e fiscalização do cumprimento do Direito à educação no contexto de Pandemia/Pós Pandemia	CAOPIJE	Promover a reorganização do CAOPIJE para atender às necessidades das Promotorias de Justiça face ao enfrentamento da crise educacional ocasionada pela COVID-19, com vistas a articular e subsidiar a atuação dos	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021

	pelo MPE/TO		promotores de justiça de forma a buscarm, junto aos Poderes Executivo e Legislativo, o cumprimento do dever constitucional de oferta de educação com qualidade para todos.			
12	CAMOV-Centro de Apoio em Movimento	CAOPIJE	Fortalecer a atuação ministerial na área da infância e adolescência, bem como a conectar o CAOPIJE com as Promotorias de Justiça.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021
13	Reestruturação interna da Corregedoria-Geral – 2021	Corregedoria-Geral	Possibilitar a prestação de serviços com máxima qualidade e eficiência, com cumprimento de metas, ausência de sobrecarga funcional e a execução facilitada e efetiva de projetos.	e)Maximização das atividades de avaliação e de orientação das Corregedorias como fomento às boas práticas e à efetividade da atuação dos órgãos do Ministério Público como agentes políticos.	Concluído	2021
14	Mediar para proteger – 2021	14ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Capacitar os servidores da 14ª Promotoria de Justiça de Araguaína para atender famílias com idosos em situação de conflitos por meio da técnica de mediação de conflitos a fim de promover o resgate da comunicação e convivência harmoniosa.	c)Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajurisdicionais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;	Em execução	2021
15	Educação Rural de Qualidade	4ª Promotoria de Justiça De Porto Nacional	Instar o Sistema Municipal de Ensino de Porto Nacional a promover a qualidade e resultados da educação rural em escolas multisseriadas da	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a	Em execução	2021

			rede.	transformação da realidade social;		
16	As leituras de histórias que transformarão o nosso futuro	1ª Promotoria de Justiça de Arraias	Contribuir para melhorar educação, considerando a relevância da prática de leitura de histórias para crianças segundo especialistas para melhorar capacidade de aprendizado, promover o desenvolvimento infantil, colaborar para estimular o hábito de leitura ao longo da vida, contribuir para o acesso ao conhecimento e dedicação aos estudos ao longo da educação escolar.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021
17	Ouvidorias Públicas Municipais	Ouvidoria	Fomentar a implementação e/ou efetivo funcionamento das Ouvidorias Públicas Municipais em todo o Estado do Tocantins.	m) Aprimoramento da transparência da atuação institucional e fomento ao Controle Social.	Concluído	2021
18	Estruturação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO 2021	GAECO	Estruturar o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado com recursos humanos especializados e materiais, especialmente com equipamentos de tecnologia e ferramentas de inteligência, a fim de que se possa especializar as investigações, combatendo a criminalidade organizada.	b) Adoção de postura resolutiva amparada no compromisso com ganhos de efetividade na atuação institucional, exigindo-se, para tanto: realização de pesquisas e investigação exaustiva sobre os fatos, em suas múltiplas dimensões e sem sede procedimental, como base para a intervenção qualificada;	Concluído	2021
19	MP Inclusivo	Chefia de	Proporcionar a inclusão social de	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério	Em execução	2021

		Gabinete – PGJ	deficientes auditivos, por meio da introdução de intérprete de Libras nas transmissões das sessões do CPJ e CSMP, bem como em eventos destinados ao público externo	Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;		
20	Política de Segurança Institucional do MPTO 2021	NIS	Implementar Política de Segurança Institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021
21	Solução virtualização do sistema de computação do NIS	NIS	Implementar solução de virtualização para alta disponibilidade e confiabilidade dos sistemas desenvolvidos pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
22	Fortalecimento Estrutural do NIS 2021	NIS	Proporcionar conhecimento e informações de interesse institucional no âmbito Ministério Público do Estado do Tocantins e promover a segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
23	Mês de Segurança Institucional do MPTO – 2021	NIS	Promoção e difusão da importância da segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021

24	Pendrive Seguro	NIS	Promover a segurança da informação para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
25	Instituição de cursos de Pós-Graduação no MPE	Cesaf/ESMP	Oferecer uma perspectiva crítica das principais temáticas relacionadas à gestão e à governança no Ministério Público e um ensino direcionado à formação humanística, técnica e prático ministerial.	i) Valorização das Escolas Institucionais e capacitação permanente dos Membros e Servidores, estimulando o conhecimento humanista e multidisciplinar;	Em execução	2021
26	Biblioteca Jurídica da ESMP	Cesaf/ESMP	Facilitar o acesso contínuo a conteúdo jurídico e outras áreas de interesse para embasamento e maior conhecimento pelos membros e servidores, independente da comarca em que se encontram lotados, para edição de pareceres, peças jurídicas, atividades afins e aperfeiçoamento profissional e acadêmico.	j) Fomento à qualificação acadêmica voltada às áreas temáticas de interesse institucional e ao estabelecimento de mecanismos seguros para a garantia da difusão e da aplicação do conhecimento adquirido pelo membro nas áreas de atuação do Ministério Público.	Concluído	2021
27	Aqui tem MP	ASCOM	Tornar conhecidas as unidades do Ministério Público do Tocantins.	m) Aprimoramento da transparência da atuação institucional e fomento ao Controle Social.	Concluído	2021
28	MP, imprensa e sociedade/MP para jornalistas	ASCOM	Capacitar os profissionais da imprensa tocantinense sobre o papel do MPTO enquanto órgão do Sistema de Justiça	m) Aprimoramento da transparência da atuação institucional e fomento ao Controle Social.	Em execução	2021

29	Mídia Indoor - MP Integrado	ASCOM	Aprimorar a comunicação interna no âmbito do Ministério Público do Tocantins.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
30	Acompanhamento do Sistema de Regulação do SUS no âmbito do Estado do Tocantins	CaoSaúde	Fomentar o desenvolvimento da organização e da transparência das listas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas do SUS e o aperfeiçoamento da regulação da saúde no Estado do Tocantins, garantindo o direito à informação e permitindo, por consequência, a fiscalização das filas do Sistema Único de Saúde pelos órgãos competentes e o exercício do controle social.	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajurisdicionais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;	Em execução	2021
31	Operação MP Pró-SUS	CaoSaúde	Realizar inspeções/vistorias nas Unidades Hospitalares do Sistema Único de Saúde em todo o Estado do Tocantins, visando subsidiar a atuação dos órgãos de execução do MPTO, no âmbito de suas atribuições, na fiscalização da política pública de saúde nesse nível de complexidade.	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajurisdicionais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;	Em execução	2021
32	Acompanhamento da Atenção Básica em todos os Municípios tocaninenses	CaoSaúde	Aprimorar a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no que concerne à defesa do direito à saúde (art. 6º, 127, 196, CF), zelando pelas ações e serviços públicos de saúde, por	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajurisdicionais e	Em execução	2021

			meio de atuação proativa, preventiva, efetiva e resolutiva na fiscalização da Política Nacional de Atenção Básica, a partir dos instrumentos de acompanhamento e monitoramento próprios da PNAB e programas correlatos.	judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;		
33	Calendário Anual sobre temas afetos ao CAOCCID - Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos e Mulher 2021	CAOCCID	Realizar fórum de discussão temático sobre matérias de atuação do CAOCCID para discussão colaborativa e atualização	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
34	Mulheres Construtoras: construindo história com as próprias mãos	CAOCCID	Formar rede de parceiros para promover no período de Janeiro a Dezembro/2021 apoio na capacitação profissional na área da construção civil para mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	j)Coordenação e/ou participação em Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais;	Em execução	2021
35	Identificação Étnico-Racial dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins, como meio de conscientização acerca do tema Igualdade racial.	CAOCCID	Realizar no período de Janeiro a Dezembro de 2021 diagnóstico através de formulário online da identificação étnico-racial das pessoas que integram o Ministério Público do Estado do Tocantins, como meio de conscientização acerca do tema Igualdade racial.	j)Coordenação e/ou participação em Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais;	Concluído	2021

36	Implantação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos PLID no MPTO	CAOCCID	Implementar no âmbito do Ministério Público do Tocantins o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID no Ministério Público do Estado do Tocantins – MPE/TO.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
37	UMA PARCERIA RUMO À PAZ – Ministério Público do Tocantins, Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica.	NMP	Promover dois eventos envolvendo Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica para divulgação da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, no Ministério Público.	g)Atuação pautada no Planejamento Estratégico aprovado democraticamente com a participação tanto dos membros e servidores quanto da sociedade;	Concluído	2021
38	Anjos da Guarda - ROMPIMENTO DO CICLO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO DAS CRIANÇAS – Ministério Público do Tocantins divulgando a Lei Maria da Penha via palestras educativas e lúdicas voltadas para o público do ensino fundamental.	NMP	Conscientizar estudantes por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher e capacitar os educadores para o desenvolvimento de atividades que busquem modificar valores no tocante ao direito da mulher, em razão da história da humanidade ter construído uma cultura de que o homem é superior à mulher, a qual é historicamente arraigada no seio social.	j)Coordenação e/ou participação em Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais.	Concluído	2021
39	PROJETO 16 DIAS DE	NMP	Conscientizar a sociedade por meio de	g)Atuação pautada no Planejamento Estratégico	Concluído	2021

	ATIVISMO – Ministério Público do Tocantins “Torna Palmas Laranja”.		ações educativas contra a prática de violência doméstica e familiar.	aprovado democraticamente com a participação tanto dos membros e servidores quanto da sociedade.		
40	Rede Wi-Fi para Promotorias do Interior	DMTI/RTSI	Fornecer infraestrutura de rede sem fio adequada que suporte configurações adequadas de cobertura de sinal e mecanismos de segurança que possam fornecer acesso de qualidade aos serviços hospedados do Data Center da PGJ.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2021
41	Infraestrutura em Nuvem	DMTI/RTSI	Redução de custos de manutenção e melhor eficiência pelo uso racional dos recursos, uma vez que estes foram definidos de forma a atender as necessidades do usuário.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021
42	Colaboração e Comunicação em nuvem	DMTI/RTSI	Fornecer infraestrutura de colaboração em nuvem que permita maior produtividade, mobilidade, menor custo e maior segurança. Isso fazendo com que o compartilhamento de informações seja mais ágil, o acessando podendo ser realizado de qualquer lugar e de qualquer dispositivo, desde um Computador até um celular.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021
43	Infraestrutura	DMTI/RTSI	Fornecer infraestrutura com	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação	Em execução	2021

	Hiperconvergente		componentes totalmente automatizados, que possuam gestão unificada e melhor aproveitamento dos recursos de armazenamento, processamento e rede.	por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;			
44	Telefonia VOIP	DMTI/RTSI	O objetivo da contratação de serviços de comunicação unificada tem a função de aumentar a produtividade das equipes de trabalho, aumentando a mobilidade por meio da utilização de comunicação visual entre as autoridades através de videoconferências/videochamadas utilizando as suas estações de trabalho ou seus tablets e smartphones, a fim de proporcionar uma resposta mais rápida e uma redução de deslocamento e diminuição de custos com passagens e hospedagens.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021	
45	MP Itinerante	PGJ	Aproximar o Ministério Público do cidadão, garantindo à população o acesso rápido a resposta do MPTO à demanda apresentada.	i) Realização de atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social;	Em execução	2021	
46	MPTO Consensual	Criminal	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso	Priorizar a atuação preventiva	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a	Em execução	2021

				transformação da realidade social;		
47	Videoconferência no Atendimento ao Público do MPTO	Diretoria-Geral	Disponibilizar ao cidadão tocaninense, mediante agendamento junto ao Órgão de Execução, no horário de expediente definido pela Administração Superior, o serviço de atendimento ao público por videoconferência nas sedes do Ministério Público do Tocantins.	l) Criação de canais institucionais que possibilitem o diálogo e a interação permanente com as organizações, movimentos sociais e com a comunidade científica.	Concluído	2021
48	Estruturação dos Grupos Especiais do MP/TO	DEPLAN	Estruturar os Grupos Especiais de Atuação para fortalecer as estruturas organizacionais e proporcionar atendimento de excelências aos Promotores de Justiça e resultados satisfatórios à sociedade	g)Atuação pautada no Planejamento Estratégico aprovado democraticamente com a participação tanto dos membros e servidores quanto da sociedade.	Em execução	2021
49	Implantação de fábrica de blocos e artefatos de cimento – Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia	Articular a Implantação de uma Fábrica de Artefatos de Cimento na Cadeia Pública do Município de Formoso do Araguaia, oportunizando profissionalização e inserção no trabalho e geração de renda para pessoas privadas de liberdade.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
50	Caminho Seguro Covid-19/TO Medidas para a proteção da saúde dos motoristas do	27ª Promotoria de Justiça da Capital	Estruturar rede de órgãos e outras entidades para a promoção da saúde e o acolhimento de motoristas de veículos de carga e eventuais acompanhantes, para reduzir a disseminação do SARS-	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021

	transporte rodoviário de cargas, diante da pandemia de Covid-19.		CoV-2 na unidade da federação em que o projeto for executado.			
51	Revisão da Rotina de Cumulação de Cargos no MPTO	Assessoria Especial Jurídica	Realizar uma proposta de readequação do exercício cumulativo de funções pelos membros do MPTO, com alinhamento aos principais Ministérios Públicos Brasileiros e ao Conselho Nacional do Ministério Público e que busque ampliar a satisfação e o entendimento dos membros com a rotina de trabalho e as normativas derivadas deste projeto.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
52	Cartórios Regionalizados	Assessoria Especial Jurídica	Implementar uma reestruturação com vistas a padronizar os serviços cartorários de apoio aos órgão de execução do interior do Estado do Tocantins.	g)Redimensionamento e redistribuição dos recursos materiais e humanos, de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de Atuação;	Em execução	2021
53	Reuniões de Trabalho Descentralizadas	Assessoria Especial Jurídica	Com a itinerância, o projeto pretende intensificar o apoio prestado aos promotores de Justiça e servidores que atuam no interior, viabilizar uma interação mais direta e intensa entre os integrantes do MPTO, colaborar para o fortalecimento da unidade institucional e dinamizar a prestação de serviços à sociedade.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021

54	Gabinete Aberto	Assessoria Especial Jurídica	Padronizar o atendimento do Gabinete da PGJ, com a criação de procedimentos, implementando rotinas, agendamentos e proporcionar serviço de recepção e espera com layout adequado às exigências atuais de segurança sanitária, preconizando as melhores práticas de segurança, conforto e compartilhamento, tornando a espera por atendimento na PGJ segura, saudável e resolutive.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
55	Ministério Público em Ação	ASCOM	Publicizar a atuação do Ministério Público de forma planejada e estruturada visando uma maior aproximação com a sociedade tocaninense.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2021
56	Alta Administração e Lideranças Transformadoras do MPTO - Etapa 1: Governança dos Centros de Apoio, Núcleos e Grupos	Assessoria Especial Jurídica	Fomentar, no âmbito dos órgãos da Alta Administração do Ministério Público do Estado do Tocantins, a análise da efetividade e eficiência dos Centros de Apoio, Núcleos e Grupos, por meio da sistematização de informações de produtividade, revisão de atribuições, normas de funcionamento e de ocupação dos cargos, e definição de requisitos mínimos de qualidade dos trabalhos e de prestação de contas e análise pelos Órgãos de Administração Superior.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021

57	Convergência dos Poderes do Estado do Tocantins	PGJ	Tornar o MPTO como referência em alinhamento estratégico transorganizacional junto aos demais poderes constituídos no Estado do Tocantins através da consolidação de um modelo de Governança colaborativa.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
58	Aperfeiçoamento em Políticas Públicas para Integrantes do MPTO	Assessoria Especial Jurídica	Fomentar o permanente diálogo sobre políticas públicas no MPTO, incentivar o estudo do tema, ter uma participação ativa dos integrantes na sua fiscalização, controle e indução, e propor parcerias e soluções para promover o desenvolvimento, em amplo sentido, do Estado do Tocantins.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2021
59	Parceiros Pela Vida	CaoSaúde	Mobilizar parceiros entre instituições públicas e privadas, para a realização conjunta de campanhas periódicas de doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea para abastecimento dos estoques de matéria prima da Hemorrede TO.	Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021

60	Monitore o Ar do Parque Estadual do Lajeado – Previna a Covid-19.	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Monitorar a qualidade do ar da região que abrange o Parque Estadual do Lajeado através da estruturação de uma rede de monitoramento de qualidade do ar, a partir de tecnologias de baixo custo, em tempo real e de dados abertos, atuando na prevenção e preparação para o enfrentamento das queimadas e as suas consequências.	h) Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional.	Em execução	2021
61	A implementação de UTI pediátrica: o Ministério Público e o Fundo da Infância e Adolescência (FIA) salvando vidas	27ª Promotoria de Justiça da Capital	Promover através de articulação institucional e social o incentivo a realização de doações por meio do Imposto de Renda ao FIA, e garantir a aplicação dos recursos na UTI Pediátrica de Araguaína-TO	Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2021

Fonte: Área de Escritório de Projetos e Gestão de Parceiras/Convênios

5 ATIVIDADES DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

5.1 Estruturas da Administração Superior

5.1.1 Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional)

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) é Órgão da Administração Superior do MPTO. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

As atribuições do Procurador-Geral de Justiça estão previstas no art. 29 da Lei n. 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Lei Complementar n. 51/2008 (Lei Orgânica Estadual do MPTO), em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual que regem a organização, princípios, legitimação, garantias, vedações e funções do MPTO.

Dentre as atribuições de natureza constitucional e infraconstitucional realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, sobressaem-se as seguintes atividades de execução: ajuizar ação penal de competências dos Tribunais; representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, quando a autoridade reclamada for o Governador, o presidente da Assembleia Legislativa, os presidentes dos Tribunais ou secretários de Estado; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

5.1.2 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), Órgão da Administração Superior e de Execução do MPTO, é integrado por todos os Procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 2 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais (CAI) e a Comissão de Assuntos Administrativos (CAA), ambas compostas por 3 (três) Procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.

Dentre as atribuições do CPJ constantes do artigo 20 da Lei Complementar n. 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos subsídios dos

membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores de Justiça é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do representante do colegiado no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), dos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caops) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

O Colegiado reúne-se, ainda, em sessões solenes, com o fim de dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aos Membros eleitos do CSMP, ao Ouvidor, ao coordenador do Cesaf, aos Procuradores de Justiça e também aos Promotores de Justiça Substitutos.

Na tabela a seguir, informamos o resumo da atuação do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público em 2021:

Tabela 5.1.2 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
1	Sessões Ordinárias	10
2	Sessões Extraordinárias	04
3	Sessões Solenes	03
4	Procedimentos apreciados	20
5	Resoluções publicadas	07
6	Proposta de alteração legislativa aprovada	03
Total		47

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

5.1.3 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é Órgão que compõe a Administração Superior, estando afetos à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para vitaliciamento de Promotores de Justiça substitutos, etc. No âmbito administrativo, tem a seu cargo as decisões referentes às promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este Colegiado, a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

O Conselho Superior tem como membros natos o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público. Conta, ainda, com três membros eleitos pelos Promotores de Justiça e Colégio de Procuradores.

A Procuradoria-Geral de Justiça decidiu suspender a realização de todos os atos presenciais no âmbito do Ministério Público para evitar aglomerações de pessoas nas dependências deste Parquet, devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Com a decisão, as sessões Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) passaram a ser realizadas remotamente, por meio do sistema virtual.

Na tabela a seguir, informamos o resumo da atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2019/2021:

Tabela 5.1.3 – Atividades do Conselho Superior do Ministério Público, em 2019/2021

Item	Descrição	2019	2020	2021
1	Atas	23	19	12
2	Atos	93	114	63
3	Circular	09	13	14
4	Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-	-	-
5	Editais de Substituição Cumulativa	-	-	-
6	Editais de Remoção/Promoção Expedidos	60	101	92
7	Editais de Remoção/Promoção Julgados	52	78	92
8	Feitos físicos (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.206	-	81
9	Feitos eletrônicos – E-ext (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.166	1.282	890
10	Feitos físicos e eletrônicos julgados (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	2.288	1.701	518
11	Editais de Intimação Publicados	1.334	963	926
12	Memorandos	205	191	150
13	Ofícios	568	374	92
14	Pautas Ordinárias	12	12	11
15	Pautas Extraordinárias	11	07	01
16	Sessões Ordinárias	12	12	11
17	Sessões Extraordinárias	11	07	01
18	Resoluções	02	04	02

Tabela 5.1.3 – Atividades do Conselho Superior do Ministério Público, em 2019/2021

Item	Descrição	2019	2020	2021
19	Súmulas, Extratos de Súmulas e Revisões	-	-	-
20	Registro e acompanhamento de comunicações de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato.	1.639	6.259	8.224
21	Registro e acompanhamento de comunicações de instauração de Inquérito Civil Públicos.	1.630	-	-
22	Procedimentos Administrativos (Requerimentos, Concursos, Vitaliciamentos e PADs)	-	117	106
23	Movimentações no sistema eletrônico E-doc	-	24.777	27.250

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público

5.1.4 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral é um dos órgãos que compõem a estrutura da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, possuindo funções de orientação e fiscalização da conduta e das atividades funcionais dos membros da Instituição.

O corregedor-geral, eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, exerce mandato de dois anos, permitida uma recondução por igual período, sendo substituído, nas férias, licenças e eventuais impedimentos, por procurador de Justiça de sua livre indicação.

Para auxiliar as atividades da Corregedoria-Geral, além da equipe técnico-administrativa, podem ser nomeados promotores de Justiça de mais elevada entrância, indicados pelo corregedor-geral e designados pelo procurador-geral de Justiça. Atualmente, o órgão conta com 2 (dois) promotores-corregedores.

As atribuições da Corregedoria-Geral e do corregedor-geral do Ministério Público encontram-se definidas, respectivamente, no artigo 17 da Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 39 da Lei Complementar Estadual n. 51/08 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins).

Ao longo de 2021, foram realizadas diversas correições, em consonância com o cronograma aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico:

<https://mpto.mp.br/corregedoria/2018/08/17/cronograma>, atualizado em 5/8/2021, divididas entre as Promotorias da Capital e do interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos Órgãos de Execução, conforme detalhado a seguir:

Tabela 5.1.4 – Órgãos Inspeccionados, em 2021

Item	Período	Local	Cidade
1	Fevereiro	Promotorias de Justiça de Araguaçu	Araguaçu
2		Promotorias de Justiça de Alvorada	Alvorada
3		Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Tocantins (Gaeco/MPTO)	Palmas
4		Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS	Palmas
5		Promotorias de Justiça de Cristalândia	Cristalândia
6		Promotorias de Justiça de Pium	Pium
7	Abril	Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins
8		Promotorias de Justiça de Miranorte	Miracema do Miranorte
9		Promotorias de Justiça de Tocantínia	Tocantínia
10	Maio	Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína
11		Promotorias de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia
12	Junho	Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi
13		Promotorias de Justiça de Peixe	Peixe
14		Promotoria de Justiça de Formosa do Araguaia	Formosa do Araguaia
15	Agosto	Promotoria de Justiça de Dianópolis	Dianópolis
16		Promotorias de Justiça de Almas	Almas

Tabela 5.1.4 – Órgãos Inspeccionados, em 2021

Item	Período	Local	Cidade
17		Promotorias de Justiça de Natividade	Natividade
18	Setembro	Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep)	Palmas
19		Centro de Apoio das Áreas do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)	Palmas
20		Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde)	Palmas
21		Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac)	Palmas
22		Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância, Juventude e Educação (Caopije)	Palmas
23		Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)	Palmas
24		Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP).	Palmas
25	Outubro	1ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
26		4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
27		Promotoria de Justiça de Filadélfia	Filadélfia
28		Promotoria de Justiça de Goiatins	Goiatins
29		Promotoria de Justiça de Itacajá	Itacajá
30		Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso
31	Novembro		Palmas

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Quanto aos Procedimentos Administrativos, há 3 (três) classes de procedimentos que podem tramitar no âmbito da Corregedoria-Geral:

Sindicância;

Pedido de Providências Classe I;

Pedido de Providências Classe II.

A Sindicância tem caráter disciplinar e destina-se a apurar infração aos deveres do cargo atribuída a membro do Ministério Público. O Pedido de Providências Classe I, também de natureza disciplinar, visa conferir ao membro do Ministério Público, previamente à instauração de Sindicância, uma oportunidade para se manifestar sobre a infração a ele atribuída. Sem ostentar natureza disciplinar, o Pedido de Providências Classe II tem caráter residual, destinando-se às demais atividades procedimentais da Corregedoria-Geral.

Tem-se, ainda, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que tramita perante o Conselho Superior do Ministério Público, após oferecimento de Súmula de Acusação pela Corregedoria-Geral.

Segue, abaixo, quadro com o quantitativo de procedimentos instaurados e Súmulas de Acusação oferecidas no ano de 2021:

Tabela 5.1.4.a – Procedimentos administrativos em 2021 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
Sindicância	-	3	-	-	2
Pedido de Providências Classe I	3	48	44 ¹	-	7
Pedido de Providências Classe II	10	61	51 ²	-	20
Total	13	112	95	-	29

1 01 (um) Pedido de Providências Classe I foi encaminhado a outro órgão interno.

2 01 (um) Pedido de Providências Classe II foi convertido em Sindicância.

Tabela 5.1.4.a – Procedimentos administrativos em 2021 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos membros do MPTO. Os dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo corresponderão ao período de estágio probatório, durante o qual o membro do MPTO terá o seu trabalho e a suas condutas avaliadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público para fins de vitaliciamento.

Tabela 5.1.4.b – Fluxo de expedientes, em 2021 (em unid.)

Espécie	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atos CGMP	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	3
Atos CGMP/PGJ	1	1	4	-	4	1	2	-	-	1	-	1	15
Expedientes Recebidos	428	392	490	424	546	576	559	724	473	638	473	198	5.921
Memorandos/ Circulares Expedidos	-	2	1	-	-	1	1	2	2	1	-	-	10
Memorandos Expedidos	7	9	6	25	6	7	7	8	9	6	26	4	119
Ofícios Expedidos	5	48	3	21	30	29	5	24	14	35	3	-	217

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

5.1.5 Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins é um órgão do Ministério Público que tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência, prestação, eficiência e segurança das atividades compreendidas no rol de atribuições dos seus órgãos e serviços, bem como de seus membros e servidores, além do fortalecimento da cidadania, com a criação de canais permanentes de comunicação e interlocução com a sociedade.

Portanto, tem a atribuição de receber, registrar, analisar e dar encaminhamento devido às manifestações que se incluam dentre as atribuições de seus cargos, além de reclamações, críticas, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, feitos por qualquer interessado. Também é de atribuição da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

Como canais para contato, a Ouvidoria possui o link no sítio do Ministério Público (www.mpto.mp.br), o e-mail ouvidoria@mpto.mp.br e os telefones (63) 3216-7598, (63) 3216-7575 e o 127 – canal de ligação gratuita ao cidadão, além de correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto 01, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 – Palmas-TO.

As manifestações também poderão ser recebidas presencialmente na modalidade identificada ou com reserva de sigilo, ressaltando-se, entretanto, a suspensão desta no ano de 2020, durante a pandemia da Covid-19.

De acordo com a Resolução n. 95, de 22 de maio de 2013, com as respectivas alterações promovidas pelas Resoluções n. 153, de 21 de novembro de 2016 e n. 180, de 7 de agosto de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, as manifestações serão enquadradas nas seguintes classes:

Reclamações – manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

Críticas – manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

Representação – manifestações residuais em relação à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

Sugestões – propostas de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

Elogios – manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos serviços auxiliares;

Pedidos de informação – manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

No decorrer de 2021, a Ouvidoria do MPTO recebeu e processou 4.478 ocorrências, das quais 3.084 foram anônimas, e 1.394 identificadas.

A seguir, serão demonstradas, por meio de tabelas, as manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no período de 2017 a 2021.

Tabela 5.1.5.a – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2017/2021

Tipo	Ano, em Quantidade				
	2017	2018	2019	2020	2021
Denúncia	893	1.154	-	-	-
Pedido de Informação	33	27	42	50	64
Reclamações	19	27	23	4	21
Comentários	-	5	-	-	-
Elogios	2	5	3	1	11
Sugestões	6	2	2	1	8
Críticas	4	-	6	0	3
Dúvidas	8	8	-	-	-
Representações	-	-	2.608	3.399	4.371
Total	965	1.228	2.684	3.455	4.478

Fonte: Ouvidoria

Em relação às manifestações recebidas pelos canais gratuitos de atendimento ao cidadão, estas foram detalhadas conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.1.5.a – Formas de Ocorrência, em 2019/2021

Forma de Contato	2019		2020		2021	
	Quantidade	Em, (%)	Quantidade	Em, (%)	Quantidade	Em, (%)
E-mail	89	3,32	308	8,91	416	9,29
Telefone	265	9,87	424	12,27	223	4,98
Presencial	84	3,13	53	1,53	49	1,09
Site	2.246	83,68	2670	77,28	3.278	73,20
Whatsapp	-	-	-	-	512	11,43
Total	2.684	100	3.455	100	4.478	100

Fonte: Ouvidoria

Segue o detalhamento dessas manifestações, em 2021:

Tabela 5.1.5.b - Espécies das manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2021

Espécies	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Inválidas	Encerradas
Reclamações	21	2	0	2	17
Sugestões	8	0	1	0	7
Pedidos de Informação - LAI	64	6	1	1	56
Críticas	3	0	0	0	3
Elogios	11	0	0	4	7
Representações	4.371	114	59	492	3.706
Total	4.478	122	61	499	3.796

Fonte: Ouvidoria

Tabela 5.1.5.c - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2021

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
1	Acessibilidade	1	0,02
2	Administração e Funcionamento do Ministério Público	26	0,58
3	Atuação de Membros e Servidores	61	1,36
4	Concurso Público	162	3,62
5	Consultas e Dúvidas Jurídicas	0	0,0
6	Consumidor	61	1,36
7	Controle Externo da Atividade Policial	27	0,60
8	Crimes	109	2,43
9	Demandas alheias à competência do Ministério Público	25	0,56
10	Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	6	0,13
11	Educação	185	4,13
12	Eleitoral	1	0,02
13	Execução Penal	23	0,51

Tabela 5.1.5.c - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2021

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
14	Idoso	51	1,14
15	Improbidade Administrativa	1.691	37,76
16	Infância e Juventude	53	1,18
17	Lei de Acesso à Informação	63	1,41
18	Meio Ambiente	116	2,59
19	Residência na Comarca e Lotação de Membros	0	0,00
20	Saúde	1.140	25,46
21	Serviços Públicos	25	0,56
22	Sindical e questões análogas	1	0,02
23	Violência doméstica	10	0,22
24	Outros	641	14,31
Total		4.478	100

Tabela 5.1.5.c - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2021

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
------	---------	------------	---------

Fonte: Ouvidoria

Atendimento com Ligação Gratuita

Uma grande conquista para a Ouvidoria do Ministério Público do Tocantins no ano de 2021 foi a disponibilização de um canal para recebimento de manifestação pelo aplicativo de mensagens instantâneas “whatsapp”, por meio do contato (63) 99100-2720, facilitando, sobremaneira, o acesso do cidadão ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

Projeto “Ouvidoria nas Escolas”

Com o intuito de divulgar o papel institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, o Projeto visou apresentar a Instituição aos alunos de escolas de nível médio da Capital, disseminando o seu papel, bem como as formas de contato disponibilizadas à sociedade.

Projeto “Ouvidorias Municipais”

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, em atuação proativa para o fim de concretizar o direito do cidadão a obter qualificada prestação de serviços públicos, com reflexos diretos na transparência e idoneidade dos atos da Administração Municipal, desenvolveu, neste ano de 2021, o projeto “Ouvidorias Municipais”, com o escopo de fomentar o controle exercido pela sociedade civil, também conhecido como Controle Social, com a imprescindível participação do cidadão na gestão pública.

O projeto objetivou instar os gestores municipais a criar canal específico de atendimento ao cidadão, conforme preceitos da Lei Federal n. 13.460/2017.

O seu desenvolvimento contou com a participação dos Promotores de Justiça que atuam na área de Patrimônio Público e com o Centro de Apoio Operacional respectivo, que disponibilizou instrumentos jurídicos necessários para a atuação dos órgãos finalísticos.

Entre as Instituições parceiras, elencamos a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), Controladoria-Geral da União (CGU-TO), Associação Tocantinense de Municípios (ATM) e União dos Vereadores do Estado do Tocantins (UVET).

Ouvidoria da Mulher

A criação da Ouvidoria da Mulher objetivou o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência, prestado por servidoras do sexo feminino, por meio de canal específico, a fim de preservar a intimidade e privacidade da mulher.

O contato pode ser realizado pelo telefone (63) 3216-7586 ou 127, opção 2. Também será disponibilizado um canal específico para ligação gratuita e direta com a atendente.

Atualização do Regimento Interno

O Colégio de Procuradores de Justiça aprovou adequações ao Regimento Interno da Ouvidoria, Resolução n. 6/2019/CPJ, de modo a atender às atividades desenvolvidas do setor, além de determinações legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Posse do Ouvidor-Geral do Ministério Público do Estado do Tocantins

Aos 21 dias do mês de outubro de 2021, tomou posse como Ouvidor-Geral do Ministério Público do Tocantins o Procurador de Justiça Marcos Luciano Bignotti, em solenidade que ocorreu por videoconferência, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça.

O Procurador de Justiça foi eleito para mandato de 2 (dois) anos e em sua posse salientou a importância da Ouvidoria: “A Ouvidoria tem que ser a porta da cidadania, onde as pessoas possam ser ouvidas. É um setor de muita importância dentro do Ministério Público e gostaria de agradecer a confiança de todos”.

Participação em eventos:

Quadro 5.1.5.d - Participações em eventos

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
1	Virtual	18/3/2021	Reunião da Diretoria do CNOMP
2	Virtual	26/3/2021	52ª Reunião Ordinária do CNOMP
3	Virtual	6/5/2021	Reunião Extraordinária do CNOMP
4	Virtual	17/5/2021	53ª Reunião Ordinária do CNOMP
5	Brasília/DF	12 e 13/8/2021	V Encontro da Ouvidoria Nacional e Ouvidores do Ministério Público Brasileiro.
6	Brasília/DF	12 e 13/8/2021	54ª Reunião Ordinária do CNOMP

Quadro 5.1.5.d - Participações em eventos

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
7	Virtual	7 e 8/10/2021	55ª Reunião Ordinária do CNOMP
8	Virtual	7 e 8/10/2021	VI Encontro da Ouvidoria Nacional e Ouvidores do Ministério Público Brasileiro.
9	Virtual	4 e 5/11/2021	I Encontro Regional Sul/Nordeste do CNOMP
10	Virtual	18/11/2021	V Assembleia Geral da Rede Nacional de Ouvidorias
11	Virtual	24/11/2021	Solenidade de Posse do Ouvidor do Ministério Público de Santa Catarina
12	Virtual	25 e 26/11/2021	56ª Reunião Ordinária do CNOMP
13	Virtual	2 e 3/12/2021	Encontro Nacional de Ouvidores de Direitos Humanos

Fonte: Ouvidoria

5.2 Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução

5.2.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos, da Mulher e da Saúde (Caoccid) do MPTO foi instituído pelo Ato n. 46/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no dia 28 de abril de 2014. Demandas relativas ao direito à saúde, à assistência social, à não discriminação racial, à diversidade sexual, liberdade religiosa, direitos das pessoas idosas, direitos das pessoas com deficiência, proteção da mulher, dentre outras, eram subsidiadas pelo Caoccid.

Recentemente, a matéria defesa dos Direitos do Consumidor foi incorporada ao Caoccid – Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, por força do Ato PGJ n. 56/2020, de 13 de abril de 2020, ocasião em que também se criou o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde), em razão do aumento das demandas e necessidade de especialização nessa matéria.

Assim, as atribuições em saúde que eram do Caoccid foram passadas ao Caop da Saúde e o funcionamento desse órgão passou a se dar de acordo com suas novas matérias e atribuições previstas nos artigos 9º e 10 do Ato n. 46/2014, incluídos pelo Ato PGJ n. 56/2020, ou

seja, acrescentando como matéria “a defesa das relações de consumo e dos usuários dos serviços públicos, terceiro setor, abrangendo a matéria cível e outras correlatas” e como atribuição “VIII – estimular a educação e a informação de fornecedores e consumidores a respeito dos seus direitos e deveres.”, deixando, obviamente, a defesa do direito à Saúde de ser matéria afeta ao Caoccid.

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher é também responsável pela articulação das políticas de promoção e defesa dos direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição da República, notadamente os das minorias, das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivos essenciais a inclusão social, a cidadania, a prevenção e o combate à tortura e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos nela assegurados.

O trabalho do Caoccid é orientado pelo Planejamento Estratégico de Atuação do MPTO, o qual foi traçado com a missão de defender, com qualidade e eficiência, os direitos fundamentais, a democracia, a ordem jurídica e os interesses da sociedade, e a visão de ser uma instituição acessível, resolutiva, guardiã dos valores da justiça social, tendo o Caoccid alinhamento no que se refere a transformação da sociedade por meio da tutela dos direitos difusos e coletivos, garantindo a efetividade das políticas públicas.

Desta maneira, as atividades do Caoccid buscam promover, de forma contínua, suporte técnico-jurídico ao trabalho dos Promotores de Justiça com atribuições na área do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher em todo o Estado, e promover a integração, o intercâmbio e, respeitada a independência funcional, a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do Ministério Público, além de fomentar a execução das estratégias ministeriais pelos órgãos de execução do Ministério Público, por meio de atividades indutoras das políticas institucionais e das ferramentas de planejamento, quais sejam, os projetos pensados com base no planejamento estratégico institucional e, por fim, apoiar, mediante provocação, os órgãos de execução do Ministério Público.

No decorrer de 2021, realizou-se o trabalho operacional padrão consistente em: atendimentos a membros; atendimentos ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; participação em eventos em geral (congressos, seminários, reuniões técnicas, etc); alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e atos normativos; e estímulo à integração e ao intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns.

No que concerne ao enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, como esse órgão tinha atribuições na área da saúde, foram iniciados os atendimentos e reuniões virtuais

semanalmente pelo sistema de videochamada, para orientações, uniformização da atuação, recebimento das informações das instâncias institucionais superiores, troca de experiências exitosas, conversas proveitosas frente aos desafios diuturnos trazidos pela pandemia.

Em virtude da mudança dos planejamentos estratégicos institucionais nacional e estadual em 2020, e da mudança de algumas atribuições e matérias relativas ao Caoccid, encerraram-se os 10 projetos padrão institucionais propostos em 2019, quais sejam:

“Fiscalização em Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI)”;

“Vitorias em Comunidades Terapêuticas e Centro de Tratamento para Dependentes Químicos”;

“Vitorias em Casas de passagem para população em situação de Rua”;

“Vitorias em casas de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica”;

“Saúde Básica; Defesa do Direito Fundamental à Saúde”;

“Rodas de Conversa”;

“Saúde em primeiro lugar”;

“Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”.

Foram desempenhadas atividades interinstitucionais em projetos externos com a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial, Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Copevid) e Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI), ambas do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPNG), Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica (CPVID), Comissão Estadual de Diversidade Sexual – criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual, Núcleo de Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Saúde (NUPAV).

Foi disponibilizado apoio técnico aos Promotores de Justiça, mediante solicitação, por meio telefônico, e-mail, e-doc, e aplicativo whatsapp com relação às matérias abrangidas pelo Caoccid: direito do consumidor, direitos dos idosos, direitos dos portadores de deficiência, direitos relacionados às questões de gênero, etc, cujo controle consta na planilha de controle administrativo de demandas, ofícios expedidos, demandas via e-mail, procedimentos administrativos de acompanhamento de projetos, dentre outros.

Destacamos, também, a organização de kit's de atuação por meio de pesquisas, formação de banco de dados, normas e modelos, com a finalidade de disponibilizar aos Promotores de Justiça como meio de fomento das atividades institucionais alinhadas ao mapa estratégico institucionais.

Ao longo de 2021, priorizou-se a análise e tratamento das informações obtidas nas reuniões interinstitucionais, para fomentar a atuação alinhada dos órgãos de execução bem como fortalecer o processo de trabalho e intercâmbio de informações previsto no Ato PGJ n. 46/2014.

Na área da saúde, Caocid buscou orientar os Promotores de Justiça de acordo com as normas sanitárias e em conformidade com as orientações jurisprudenciais e entendimentos firmados em âmbito nacional, nos encontros do CNMP e CNJ acerca da matéria.

No âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, foi aplicado questionário de identificação étnico-racial dos integrantes do MPTO, como meio de conscientização acerca do tema Igualdade racial.

A seguir detalhamos outras atividades ao longo de 2021, conforme quadro abaixo:

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caocid, em 2021

Item	Descrição
1	Participação do curso “Segurança Pública e Direitos Humanos: um olhar restaurativo” ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) de março a maior de 2021.
2	Resposta à consulta da 15ª PJC sobre o envio de laudos técnicos dos estádios de futebol, na ausência de torcedor.
3	Realização da 25ª Reunião ordinária da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) com os membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
4	Participação no Webinário dia 19/4/2021 “Cidadania e Justiça no olhar indígena Tocantinense em diálogo necessário e de direito.” promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).
5	Reunião 29/4/2021 acerca das atividades do Caocid na esfera do Consumidor com o PROCON, para fins de alinhamento de atuação.
6	Consulta 2ª Promotoria de Justiça Colmeia (E-doc n. 07010323253202031) Informações sobre Legislação do SIM e da Vigilância prestada por Municípios. Solicita algumas informações.
7	Consulta GLP – MP/PR-15ª PJC- Envio aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça (Caops) sobre contradição entre normas do Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN sobre o transporte de GLP em motonetas com o auxílio de Sidecar ou semirreboque.

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caoccid, em 2021

8	Reunião de alinhamento com a Vigilância Sanitária Estadual (VISA/TO) sobre a vistoria do comércio de Dianópolis.
9	Consulta sobre possível mudança no itinerário da linha de ônibus que liga o setor Agrotins ao Taquari e ao centro da cidade.
10	Curso de Segurança Pública e Direitos Humanos: Um Olhar Restaurativo.
11	Consulta da 15ª PJC sobre a existência de algum procedimento extrajudicial ou judicial em face da empresa GO Crescer Atacadista e Consultor/Consumidor/Empreendedor Ltda. (CRESCER LIVRE/CRESCER JUNTOS).
12	Consulta do CAOP Consumidor MT sobre Existência de alguma ACP, no âmbito do seu estado, sobre realização de eventos/shows com a utilização de fogos de artifícios e sem alvará do corpo de bombeiros.
13	Pedido de Colaboração no procedimento 2018.0004241, encaminhado pela Promotoria de Justiça de Novo Acordo – VISA Municipal de Lagoa da Confusão.
14	Reunião de atividades do Caoccid, na esfera do consumidor, com o Programa Estadual de Proteção e Orientação do Consumidor (PROCON).
15	Parecer sobre Pirâmides Financeiras para 15ª PJC com a finalidade de subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça na área do Consumidor.
16	Reunião de alinhamento com equipe do Instituto de Criminalística sobre a implantação do laboratório de coleta de dados genéticos e sobre a organização do evento do dia 24/5/2021 dia internacional da criança desaparecida.
17	1ª Reunião do Grupo Nacional de Defesa do Consumidor no dia 29/6/2021.
18	Realização de fiscalização para fazer cumprir as disposições constantes dos Decretos emanados dos Chefes do Poder Executivo Municipal, que proíbem a aglomeração de pessoas em razão da covid-19, bem como eventual material de atuação funcional relativo ao referido objeto, tais como, a normatividade aplicável à espécie, eventuais posicionamentos da Vigilância Sanitária Estadual, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) bem como dentre outros que o referido centro entender pertinente.
19	Parecer solicitado pela 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis sobre a legalidade da cobrança da taxa de “ligação externa de esgoto” efetuada pela empresa BRK ambiental no município de Tocantinópolis/TO.
20	Parecer enviado para Promotoria de Justiça de Lagoa da Confusão sobre irregularidades na Visa Municipal.
21	Parecer solicitado pela 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional sobre irregularidades na cobrança de determinadas taxas pela Faculdade Presidente Antônio Carlos-FAPAC-ITPAC-Porto Nacional.
22	Pareceres sobre manifestações homofóbicas solicitado pela 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caoccid, em 2021

23	Participação do Seminário violência contra a pessoa idosa em tempos de COVID-19 no dia 15/6/2021.
24	Reunião para articulação, junto a Delegacia Especializada de Polícia Interestadual, Capturas e Desaparecidos – POLINTER, órgão estadual especializado no combate ao desaparecimento, no âmbito da Capital, com o intuito de realiza a inserção dos casos de desaparecimentos, para alimentação do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid).
25	Realizar estudos e oferecendo sugestões às entidades públicas e privadas com atribuição no setor, para conhecimento e adoção das providências que entenderem cabíveis (Secretaria de Segurança Pública (SSP), informou a instituição do cronograma de execução do Projeto de Coleta de Perfis Biológicos de Reeducandos no Tocantins, sob o fundamento de adequar o Governo ao que prevê a Lei Federal n. 12.654/2012 e o Decreto n. 7.950/2013, referentes a coleta de perfil genético como forma de identificação criminal e à instituição do Banco Nacional de Perfis Genéticos, respectivamente).
26	Reunião com Instituto de Identificação do Tocantins sobre o fluxo de trabalho a respeito à investigação dos casos de desaparecimento e as dificuldades para a solucioná-los.
27	Reunião de alinhamento entre os órgãos de Segurança do Estado do Tocantins sobre os novos casos de desaparecimento no Estado.
28	Reunião bimestral para discutir as dificuldades de cada Estado da Federação na coleta de DNA e os resultados obtidos.
29	Resposta ao Questionário Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos. - PLID: desafios e das experiências vivenciadas por esse órgão, o caminho percorrido para maximizar a integral aplicabilidade do Programa na sua amplitude e especificidades que o PLID requer. Apoio na tomada de medidas urgentes na reestruturação, alinhamento e aperfeiçoamento do PLID do Estado de Goiás.
30	Atendimento a pesquisa quanto a Utilização do Banco de Perfis Genéticos como Ferramenta na Identificação de Pessoas Desaparecidas.
31	Solicitação do número de desaparecimentos registrados no Estado do Tocantins, nos últimos 6 meses.
32	Reunião de Planejamento da Dia Nacional e Internacional do Idoso – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (Comdipi) – 30/6/2021.
33	Reunião com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC) - para a apresentação da Divisão Especializada no Combate a Clandestinos – DECC/ADAPEC e a articulação da vistoria em Dianópolis a pedido da PJ de Dianópolis. 28/7/2021.
34	Audiência Pública – Revisão tarifária - Proposta de revisão tarifária da Companhia de Saneamento do Tocantins – Saneatins, cognominada BRK Ambiental – 18/8/2021.
35	Revisão tarifária BRK - Reunião para o esclarecimento de dúvidas sobre advindas da Audiência Pública da

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caoccid, em 2021

	Agência Tocantinense de Regulação (ATR) sobre a revisão tarifária 19/8/2021.
36	Reunião de alinhamento com a equipe do Instituto de Criminalística sobre a implantação do laboratório de dados genéticos das pessoas desaparecidas e sobre a organização do evento do dia 24/5/2021 (Dia Internacional da Criança Desaparecida).
37	Parceria na campanha de Coleta de DNA de Familiares de Pessoas Desaparecidas, lançada pelo Ministério da Justiça com adesão das Secretarias de Segurança Pública de todo o País.
38	Reunião com Delegacia Especializada de Polícia Interestadual, Capturas e Desaparecidos (POLINTER - Palmas) para alinhamento institucional sobre pessoas desaparecidas - 10/8/2021
39	Reunião com o Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação (DMTI) do Ministério Público do Tocantins (MPTO) sobre a atualização do site do Caoccid 24/8/2021.
40	Criação da Página do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos - PLID, no site do MPTO, visando acesso ao público externo.
41	Participação no curso de capacitação para atuação no programa “Tempo de despertar” oferecido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense - Esmat entre os dias 7 e 30 de junho.
42	Reunião (Delegada Geral da Polícia Civil) para a discussão dos fluxos de registro de pessoas desaparecidas nas delegacias do interior do Estado do Tocantins e sobre a importância da celeridade na investigação dos casos de pessoas desaparecidas.
43	Solicitação de revisão do Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária, no Âmbito da Polícia Civil do Estado do Tocantins, e a adoção de providências no sentido de promover celeridade aos casos de investigação de desaparecidos no que se refere a fase da VPI.
44	Solicitação de informações para Campanha Publicitária com o tema: Acolhimento (Instituto Moisés Vive).
45	Elaboração em conjunto com o Departamento de Comunicação de campanha de divulgação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos. - PLID.
46	Reunião para discussão acerca da confecção de uma cartilha sobre o desaparecimento de pessoas no Estado do Tocantins, a qual apresentará o fluxo de trabalho do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID.
47	Realização de cadastro para acesso ao Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid) aos servidores dos Órgãos Parceiros do PLID, as Promotorias e aos Centros de Apoio Operacional das Promotorias.
48	Curso de Monitoramento da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL) ofertado pela IBFAN (Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar – International Baby Food Action Network) a partir do dia 8/6/2021.

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caoccid, em 2021

49	Reunião com a Delegada Geral da Polícia Civil - Reunião para a discussão dos fluxos de registro de pessoas desaparecidas nas delegacias do interior do Estado do Tocantins e sobre a importância da celeridade na investigação dos casos de pessoas desaparecidas. 26/8/2021.
50	Elaboração e apresentação do Projeto de atendimento as vítimas de crimes violentos, desenvolvimento de termo de cooperação com a Centro Universitário Católica do Tocantins – Unicatólica com a finalidade de criação dos núcleos especializados de atendimento.
51	Reunião de alinhamento com Centro Universitário Católica do Tocantins – Unicatólica acerca do projeto de atendimento a vítima de crimes violentos, para conhecimento e adequação dos espaços.
52	Participação da Abertura do curso de Violência contra a mulher – com palestra Cidade da Polícia Civil – 31/8/2021
53	Apresentação da Cartilha “Desconstrução do Mito de Amélia” – originada do Projeto com homens autores de violência doméstica iniciado em 2019, porém ainda não tinha sido lançada devido a pandemia. 1/9/2021.
54	Participação da Reunião da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – COPEVID – 3/9/2021
55	Reunião entre os Centros de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça (Caops) do Brasil - Estruturação da interlocução entre os Centros de Apoio do Brasil, para troca de experiências e partilha de projetos nas áreas de enfrentamento ao racismo, valorização da diversidade e enfrentamento da fome (segurança alimentar), sem prejuízo de outros temas que possam ser sugeridos pelos doutos colegas. 10/9/2021
56	Reunião com os órgãos parceiros do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos - PLID - para a apresentação dos fluxos de cada órgão a partir da notícia do desaparecimento (B.O) para a construção em conjunto da cartilha com o fluxo integrado para a solução dos casos de desaparecimento no Estado do TO. 14/9/2021.
57	Levantamento de dados acerca de vítimas de estupro na comarca de Palmas nos anos de 2018 a 2019, com a finalidade de se saber acerca da comunicabilidade a vítima das providências tomadas com o réu.
58	Levantamento de dados acerca das condenações do Brasil na corte interamericana de Direitos Humanos.
59	Reunião com a Universidade Católica sobre a Criação do Núcleo de Atendimento a Pessoas Vítimas de Crimes Violentos.
60	Participação na 1ª Reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), no dia 29/9/2021.
61	Evento Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional Escola Superior do Ministério Público - Cesaf/ESMP– Sociedade para todas as idades: integração em rede para a garantia da dignidade e cidadania, cuja abertura foi realizada pela coordenadora do Caoccid.
62	Vistoria realizada no comércio de Dianópolis, no período de 18 a 22 de outubro de 2021.

Quadro 5.2.1 – Atividades realizadas pelo Caoccid, em 2021

63	Audiência Pública Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon sobre a regulamentação da Lei n. 14.181, de 1º de julho de 2021, em face de sua contribuição no campo das políticas públicas de relações de consumo.
64	Reunião bimestral com os órgãos parceiros do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID para apresentação dos fluxogramas adotados pelos órgãos parceiros no atendimento de demandas afetas à temática do desaparecimento de pessoas.
65	Reunião Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher-COPEVID em Goiânia, em novembro de 2021, com participação da coordenadora do Caoccid.
66	Participação em todos os eventos da programação da campanha ‘21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres’, promovida pelo Caoccid, Núcleo Maria da Penha e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP), do Ministério Público do Tocantins.
67	No dia 25/11/2021 participação na carreata do Núcleo de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes, Promoção da Saúde e Cultura de Paz (Nupav).

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

Tabela 5.2.1 – Relação de Procedimentos em Trâmite no Caoccid

Item	Número	Assunto
1	003/2019	Acompanhamento da Execução Projeto Cartilhas Institucionais
2	011/2020	Acompanhar a implantação do o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos – PLID TOCANTINS, bem como, a criação do Núcleo de Localização e Identificação de Desaparecidos – NULID, para fins de gestão do PLID TOCANTINS.
3	2020/218	Fiscalização in loco nos estabelecimentos comerciais da cidade de Dianópolis/TO, com o objetivo de apurar o cumprimento das leis consumeristas e sanitárias, bem como, a promoção e esclarecimento de empresários e consumidores sobre seus direitos e deveres.
4	2019/4513	Realização de vistoria na agência do Banco do Brasil de Paraíso do Tocantins com o objetivo de verificar se a referida agência atende de maneira efetiva as condições normativas e técnicas de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida definidas na Lei 10.098/2000.

5	2021.0007209	Acompanhar o desenvolvimento em âmbito estadual do Projeto de Coletas de Perfis Biológicos de reeducandos no Tocantins e prestar apoio técnico especializado aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins.
---	--------------	--

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

Tabela 5.2.1.a – Relação de procedimentos arquivados nos últimos 6 (seis) meses

Item	Número	Assunto
1	2017/9796	Operação Pró-Consumidor nas feiras livres da cidade de Palmas, com objetivo de constatar possível comercialização clandestina e irregular de produtos de origem animal e vegetal, a saúde e a segurança alimentar dos consumidores.
2	2020/219	Fiscalização “in loco” na estação de água que efetua a distribuição de água para o Residencial Laguna, localizado em Luzimangues, para averiguar a qualidade de água.
3	2020/328	Fiscalizar a estrutura da VISA Municipal de Miracema do Tocantins.
4	001/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Defesa do Direito Fundamental à Saúde.
5	002/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Saúde Básica.
6	004/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Permanecer Melhor.
7	005/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto vitorias em Casa de Passagem para População em Situação de Rua nos Municípios do Estado do Tocantins.
8	006/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Vitorias em Comunidades Terapêuticas e Centros de Tratamento para dependentes químicos.
9	007/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Vitorias em casa de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos municípios do Estado do Tocantins.
10	008/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Saúde em Primeiro Lugar.
11	009/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiências.
12	010/2019	Acompanhamento da Execução do Projeto Pelas Lentes do MP.
13	012/2019	Intercâmbio de informações com as Promotorias de Justiça acerca da execução da Política Nacional de Vacinação nos municípios tocaninenses.
14	001/2020	Acompanhar a atuação e prestar apoio técnico especializado aos Promotores de Justiça do

Tabela 5.2.1.a – Relação de procedimentos arquivados nos últimos 6 (seis) meses

	MPTO em face do enfrentamento da pandemia pelo novo Coronavírus (Covid-19).
--	---

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

Tabela 5.2.1.b – Atendimentos realizados pelo Caoccid, em 2021

Item	Especificação	Quantidade
1	Atendimentos a membros	30
2	Atendimentos ao público	8
3	Vistorias/Inspeções realizadas	3
4	Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências e Eventos, Reuniões	84
5	Pareceres Técnicos emitidos	6
6	Projetos em execução*	4
7	Ofícios	144
8	Ofícios Circulares	47
9	Memorandos	29
10	Palestras	9
11	Total	364

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

5.2.1.1 Núcleo Maria da Penha

O Núcleo Maria da Penha, como Órgão agente do Ministério Público do Estado do Tocantins, atua como parceiro da sociedade na promoção e proteção dos direitos fundamentais. A institucionalização do Núcleo Maria da Penha é de grande importância na garantia dos direitos humanos das mulheres, na condição de vítimas da violência doméstica e familiar. A Lei n. 11.340/2006 estabelece em vários dispositivos uma atuação efetiva do Ministério Público.

O órgão foi instituído no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, pelo Ato n. 16/2012 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado em 27/2/2012, considerando os mecanismos criados pela Lei n. 11.340/06 para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, considerando as diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania –

PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, com o intuito de articular políticas de segurança com ações sociais, priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levem à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

O ato n. 24/2012 dispõe que compete ao Núcleo Maria da Penha: a atuação no atendimento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; priorizar a prevenção e buscar atingir as causas que levam a violência doméstica e familiar; otimizar o intercâmbio de informações e esforços no combate a toda forma de violência e familiar; manter cadastros atualizados sobre os órgãos e instituições que integram a Rede Mulher; desenvolver campanhas educativas para divulgação da Lei Maria da Penha e da criação de núcleos; sugerir a realização de convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação mútua entre o MPTO e outras entidades públicas e privadas, e acompanhar a execução dos já firmados; participar de reuniões, treinamentos, comissões e eventos diversos, representando o MPTO, por indicação da Promotoria de Justiça; elaborar propostas de projetos, eventos e ações diversas, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados; desempenhar outras atividades afins ou que lhe forem determinadas conforme as demandas.

É também responsável pela articulação das políticas de promoção e defesa dos direitos e garantias fundamentais da mulher em situação de violência doméstica, além de promover à atuação entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais a comunidade, visando o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

Nos últimos 6 (seis) meses o trabalho do Núcleo Maria da Penha se concentrou em atividades virtuais em decorrência da pandemia do Coronavírus e a necessidade de distanciamento social, com a retomada gradual de algumas atividades presenciais que não exigem aglomeração de pessoal.

Em 27 de agosto, a Coordenadora do Núcleo Maria da Penha reuniu-se com o Tribunal de Justiça do Tocantins para alinhar as diretrizes de atuação do Projeto “Desconstruindo o Mito de Amélia”, tendo em vista a implantação de projeto análogo pelo TJTO.

No dia 1 de setembro houve o lançamento da cartilha “Desconstruindo o Mito de ‘Amélia’: práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar”. A publicação integra o Projeto Desconstruindo o Mito de Amélia e será utilizada nos encontros direcionados aos homens agressores, acompanhados pela equipe multidisciplinar.

No dia 30 de agosto, o Núcleo Maria da Penha foi convidado a participar da roda de conversa na Guarda Metropolitana junto à rede de atendimento à mulher, para discutir os mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Núcleo promoveu o Webinário: “Debate Contemporâneo sobre a Violência contra a Mulher no Contexto da Pandemia e Pós-Pandemia da Covid-19” em parceria com o Cesaf/ESMP e o Caocid, em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha no dia 6 de agosto. O evento foi transmitido em plataforma digital e contou com a participação de representantes de instituições da rede de atendimento à mulher. Participou, ainda de eventos como:

Curso “Ministério Público e Violência de Gênero e Institucional” no dia 10 de maio por meio de plataforma digital.

Webinário na “Semana da Mulher do Ministério Público: recuperando histórias para fortalecer redes de solidariedade” do dia 8 a 12 de março.

1ª reunião intersetorial para discussão de caso concreto de mulher vítima de violência doméstica. A reunião aconteceu em 6 de julho, na sede do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência – Flor de Lis e contou com a presença de representantes das instituições que compõem a rede NUPAV-Mulher.

Curso de capacitação para atuação no programa “Tempo de despertar” oferecido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) entre os dias 7 e 30 de junho.

Ao longo do ano, conforme demanda, as mulheres vítimas de violência doméstica que procuraram o NMP foram encaminhadas para as instituições apropriadas, de acordo com a análise de cada caso.

Ademais, o Núcleo Maria da Penha participa das reuniões mensais do Núcleo de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes, Promoção da Saúde e Cultura de Paz (Nupav Rede Mulher), sendo que nos últimos seis meses as reuniões foram realizadas em 12/3/2021, 9/4/2021, 14/5/2021, 11/6/2021, 9/7/2021 e 13/8/2021, 10/9/2021, 15/10/2021, 12/11/2021, 10/12/2021. No dia 25/11/2021, se fez presente na carreato do NUPAV.

Participação em todos os eventos da programação da campanha ‘21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres’, promovida pelo Caocid, Núcleo Maria da Penha e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP), do Ministério Público do Tocantins.

Quadro 5.2.1.1 – Relação de Procedimentos em Trâmite no Núcleo Maria da Penha

Item	Número	Assunto
1	001/2019	Projeto: “S.O.S Mulher – Ministério Público do Tocantins de portas abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”
2	002/2019	Projeto: Anjos da Guarda – Ministério Público do Tocantins divulgando a Lei Maria da Penha via palestras educativas e lúdicas voltadas para o público do ensino fundamental
3	003/2019	Projeto: Uma Parceria rumo à paz – Ministério Público do Tocantins, Associações ou Grupos Organizados de Mulheres para atendimento à mulheres vítimas de violência doméstica
4	004/2019	Projeto: Desconstruindo o mito de “Amélia”: práticas de reabilitação de pessoas agressoras nos casos de violência doméstica e familiar
5	005/2019	Projeto: 13 anos da Lei Maria da Penha
6	006/2019	Projeto: Vitorias em Casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos Municípios do Estado do Tocantins
7	007/2020	Projeto: 16 dias de ativismo

Fonte: Núcleo Maria da Penha

Tabela 5.2.1.1 – atendimentos realizados pelo Núcleo Maria da Penha

Item	Especificação	Quantidade
1	Atendimentos a membros	5
2	Atendimentos ao público	9
3	Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências e Eventos, Reuniões	22
4	Projetos em execução*	6
5	Ofícios	10
6	Ofícios Circulares	1
7	Memorandos	10
8	Palestras	6

Tabela 5.2.1.1 – Atendimentos realizados pelo Núcleo Maria da Penha

Total	69

Fonte: Núcleo Maria da Penha

5.2.2 Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) foi instituído pelo Ato n. 46/2014. O Centro de Apoio assumiu as atividades que já vinham sendo realizadas desde 1997 e acrescentou às suas ações novas obrigações nas áreas de urbanismo e habitação.

O Caoma tem como função proteger o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover a tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos de natureza ambiental, atuando nas esferas cível, criminal e administrativa.

Na área de habitação e urbanismo, o centro de apoio trata de questões relacionadas à justiça social urbana e à proteção do direito à moradia digna e contribui com a fiscalização da qualidade de vida nas cidades e do exercício do direito ao desenvolvimento urbano, com participação democrática. Atua, também, dentre outras iniciativas, na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, na proteção do patrimônio histórico e cultural, na formulação de políticas públicas de transporte e mobilidade, na universalização do acesso ao saneamento básico e na prevenção, mediação, resolução pacífica de conflitos fundiários.

A dinâmica de atendimento as demandas das Promotorias de Justiça concentra o maior esforço das atividades desenvolvidas pelo Caoma, no que se refere a realização de vistorias e emissão de pareceres técnicos, em decorrência de notícias de fato trazidas pelos cidadãos nas comarcas de origem, mas também em função do recebimento dos autos de infração emitidos pelo Naturatins, Batalhão Militar Ambiental e Ibama.

Essa dinâmica continua em ascensão junto ao Caoma, muito explicado pelo aumento permanente de ilícitos associadas a questão ambiental, isso fica evidenciado quando analisamos os números de demandas recebidas e os feitos realizados.

No ano de 2018 alcançamos um número de 204 solicitações, em 2019 totalizaram 334 demandas e em 2020 foram totalizadas 384 solicitações, em plena Pandemia do Covid-19, de

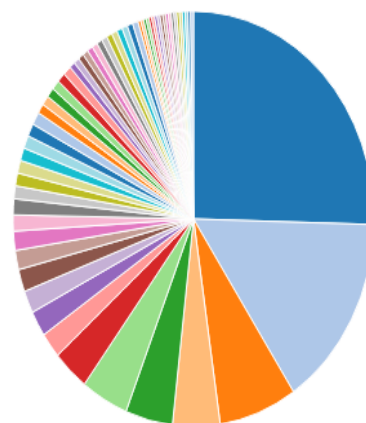
demandas recebidas das Promotorias de Justiça. Para o ano de 2021 totalizamos 389 pedidos de suporte ao CAOMA, exclusivamente em atendimento as Promotorias de Justiça do Estado.

Em relação à origem das demandas apresentadas ao Caoma em 2021, houve 59 municípios abrangidos, com destaque para Palmas, Lagoa da Confusão, Araguaína, Pium, Gurupi, Formoso do Araguaia, Dueré, Pedro Afonso, Figueirópolis e Caseara, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.2.2.1 - Demonstrativo dos requerimentos por município, em 2021

Requerimentos por Município

Município	Quantidade
Palmas	102
Lagoa da Confusão	61
Araguaína	28
Pium	17
Gurupi	17
Formoso do Araguaia	17
Dueré	13
Pedro Afonso	8
Figueirópolis	8
Caseara	7

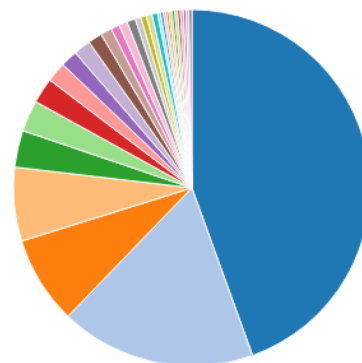


Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Tabela 5.2.2.2 - Demonstrativo dos requerimentos por promotorias, em 2021

Requerimentos por Promotoria

Promotoria	Quantidade
PRMBAMA - Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Araguaia	173
23ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	69
12ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA	31
24ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL	26
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI	13
PRABP - PROMOTORIA REGIONAL AMBIENTAL DO BICO DO PAPAGAIO	11
FORÇA TAREFA AMBIENTAL	9
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PEDRO AFONSO	7
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GOIATINS	6
PRMRABAMTO - PJ Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Tocantins	6



Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Em relação à origem das demandas, destacamos as Promotorias de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia, 23ª Promotoria de Justiça da Capital, 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, a 24ª Promotoria de Justiça da Capital, 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi, a Promotoria de Justiça Regional do Bico do Papagaio, Promotoria de Justiça de Goiatins e a Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Tocantins, conforme tabela a seguir:

No que concerne aos temas mais demandados, temos o seguinte cenário: Código Florestal (77), Licenciamento Ambiental (69), Loteamento (65), Desmatamento (40), Saneamento (31), Urbanismo (28), Recursos Hídricos (21), Poluição (18) e Queimadas (13).

Fica evidenciado pelas demandas recebidas em 2021, que as tendências mapeadas anteriormente se confirmam, na perspectiva que foram destacados quatro grandes temas prioritários na agenda ambiental e urbanismo do estado do Tocantins, no último relatório de gestão do CAOMA que apontou as questões relacionadas aos processos de: (i) regularização fundiária urbana e seu impacto de ordem urbanística; (ii) saneamento ambiental nos serviços de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos; (iii) desmatamentos e a efetiva implementação do novo Código Florestal; e (iv) os conflitos pelo uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas no Estado.

Com a implementação do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext) e o advento da opção de pedidos de colaboração, que permite às Promotorias de Justiça realizarem as demandas de suporte ao Caoma diretamente pela plataforma online, foi requerido por 29 (vinte e nove), com um total de 276 (duzentos e setenta e seis) Procedimentos abertos para colaboração, sendo que existem situações em que o Caoma já se manifestou mais de uma vez no mesmo procedimento.

Além das demandas apontadas como requerimentos apresentados diretamente pelas Promotorias de Justiça, existem ainda demandas represadas que não fazem parte dos requerimentos específicos, mas constituem como parte das atividades desenvolvidas pelo Caoma, em termos de necessidade de intervenção do MPTO, para situações críticas em termos de uso dos recursos naturais e de degradação ambiental, que necessitam de uma atuação ministerial. Neste sentido, deixamos registrados os informes do Caoma que geram Notícias de Fato para contribuir na atuação das Promotorias de Justiça:

i. Dos mais de 234 de loteamentos ilegais, apenas em Palmas, o Caoma no período produziu Notícias de Fato por meio de 99 Relatórios Técnicos, qualificando o processo de ocupação irregular de potenciais situações de ocupação irregular por meio de microparcelamento e loteamento clandestinos;

ii. 90 Planos Municipais de Saneamento Básico e 86 Planos Municipais de Gerenciamento Integrados de Resíduos Sólidos avaliados, das 139 vistorias nos lixões dos municípios tocantinenses, foram gerados até o momento 56 Relatórios Técnicos de Vistorias dos Lixões qualificando os principais problemas e recomendações para resolutividade dessa situação;

iii. Das cicatrizes de queimadas monitoradas pelo Labgeo, foram geradas 1.238 Peças Técnicas de Informação, quanto a recorrência de queimadas em imóveis rurais monitorados;

iv. Dos alertas de desmatamentos gerados pelo MAPBIOMAS e em articulação com CNMP, 224 Peças Técnicas de Informação foram produzidas no sentido de qualificar o alerta do desmate com o imóvel, proprietário e situação de irregularidade associado.

Como posto, fica claro o papel do Caoma no aporte a atuação do MPTO nas principais questões relacionadas a agenda ambiental e urbanística em foco no Estado do Tocantins. Portanto, o permanente processo de aprimoramento das condições técnicas e operacionais deste Órgão Auxiliar, bem como os investimentos já realizados, precisam ser potencializados para que possamos continuar a atender de forma eficiente as nossas atribuições finalísticas, bem como as ações estratégicas da agenda ambiental e do ordenamento do solo urbano.

A seguir, demonstrativo das realizações do Caoma no período 2016 a 2021.

Tabela 5.2.2.3 - Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2016 a 2021.

Tipo	Ano, em Quantidade					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atividades Finalísticas						
Vistorias	81	55	54	53	27	42
Viagens	26	19	24	30	(em aberto)	18
Relatórios	62	89	57	53	43	223
Pareceres	52	89	78	106	131	173
Mapas e Croquis	193	274	194	420	496	8.257
Demandas de Loteamentos	-	-	-	30	36	234
Solicitações Promotorias de Justiça	-	-	196	-	-	287
Promoção de Eventos						
Seminário	1	1	22	1	-	-
Oficinas	-	-	-	1	-	10
Cursos	1	1	11	1	-	1
Participação em Eventos						
Palestras	-	-	2	-	-	
Audiências Públicas	1	2	61	6	3	1
Reuniões	27	2	86	40	67	87
Cursos	-	2	-	16	6	7
Oficinas	-	-	-	6	5	9

Tabela 5.2.2.3 - Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2016 a 2021.

Tipo	Ano, em Quantidade					
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	3	2	61	8	4	5
Operações com outras instituições	-	-	-	1	8	5

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

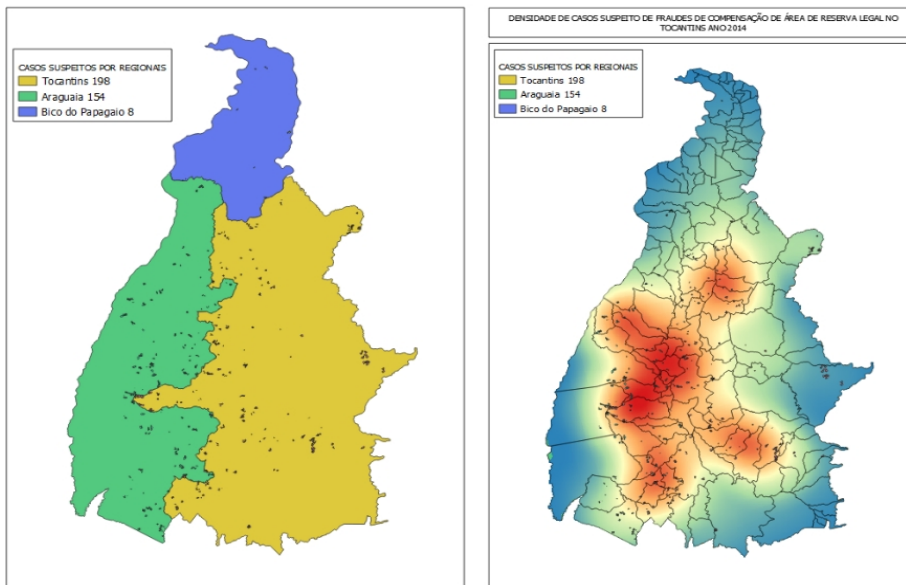
Projetos Estratégicos

Programa Propriedade Legal

Por meio das articulações realizadas para firmamento do Acordo de Cooperação Técnica nº 2/2020, o Caoma vem ampliando o acesso de informações relacionadas aos processos de controle ambiental gerenciados pelo Naturatins e ao SIGCAR, gerenciado pela SEMARH. O Naturatins produziu um relatório específico, conforme requerido pelo Caoma, de todos os processos que envolveram a emissão de Certificado de Cadastro Ambiental Rural nos anos de 2012, 2013 e 2014, que possibilitaram ampliar a pesquisa dos casos potenciais em que ocorreram fraudes nas autorizações de desmatamento em áreas de reserva legal nesse período. Para conferir agilidade na verificação desses casos, por meio de relatórios mais simplificados, foi elaborada uma minuta de Nota Técnica, a ser pactuada com os signatários do ACT nº 2/2020, para fixar o entendimento das situações em que ocorreram desvios de conduta e os enquadramentos relacionados a fraudes de cancelamento de reservas legais, com o objetivo de realizar a compensação das mesmas sem amparo legal.

A figura a seguir detalha as áreas suspeitas de fraudes de compensação.

Figura 5.2.2.1 - áreas de suspeitas de fraudes de compensação

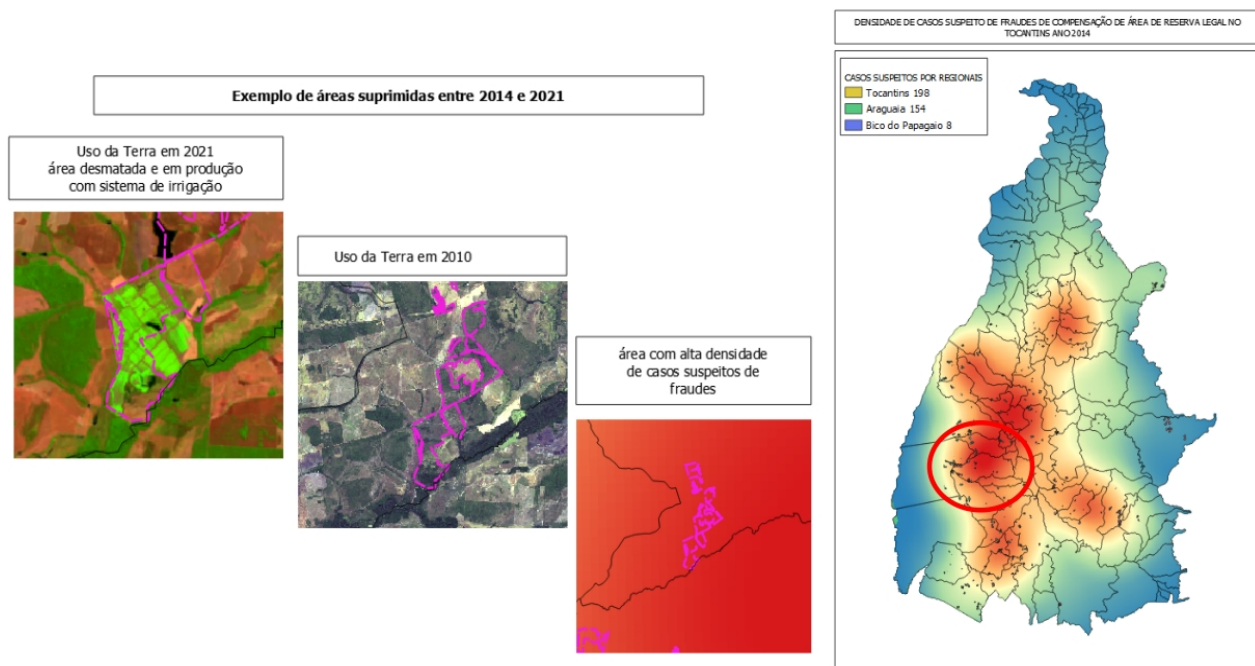


TOTAL DE ÁREAS SUSPEITAS DE FRAUDES COMPENSAÇÃO ARL

Regional Tocantins: 198 casos **71.525,00 ha**
 Regional Araguaia: 154 casos **50.110,00 ha**
 Regional Bico do Papagaio: 08 casos **2.497,00 ha**
Total de áreas 124.132,00 ha

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Figura 5.2.2.2 - Exemplos de áreas suprimidas 2014 e 2021

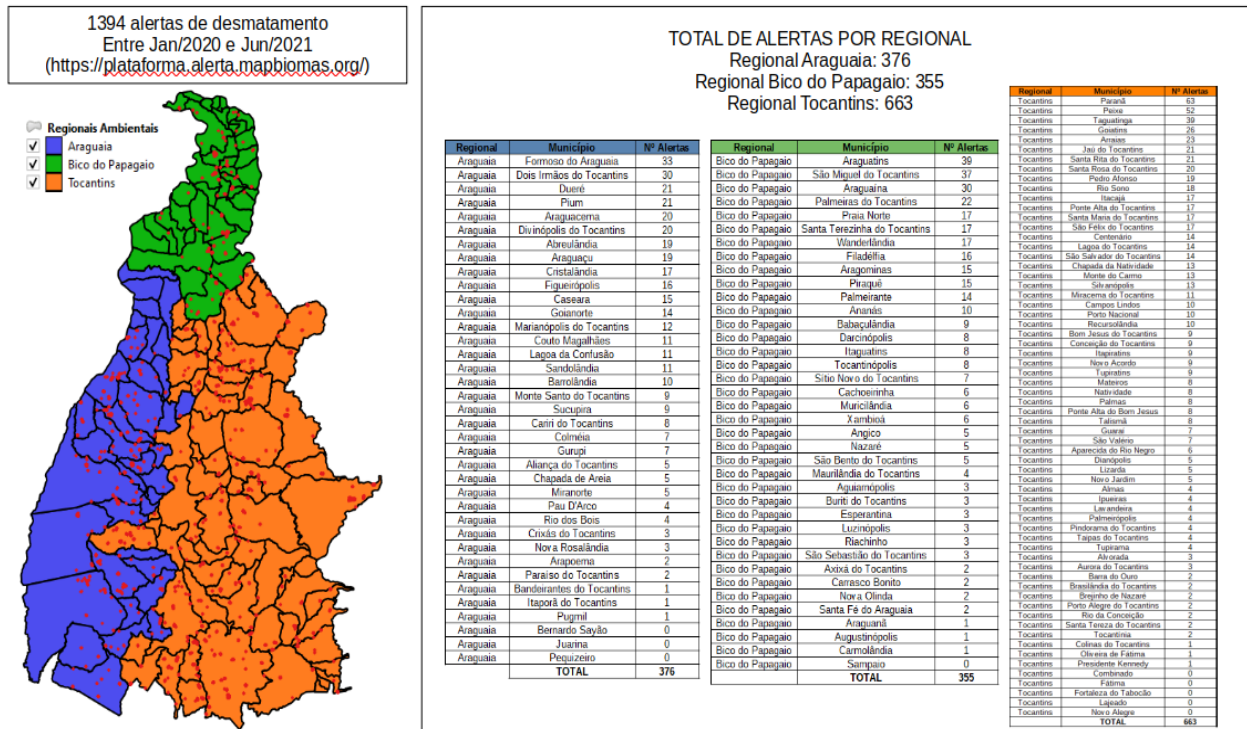


Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Destaca-se, ainda, a adesão ao termo de cooperação firmado entre o CNMP e o Mapbiomas, que garantiu ao MPTO o acesso aos relatórios de Identificação de Desmatamento gerado pelo Mapbiomas. Os alertas concentram ocorrência de desmatamento identificado no território tocantinense nos últimos 03 (três) anos, que serão avaliados pelos técnicos do Caoma, sendo que essas informações estão sendo sistematizadas, para geração de Peça Técnica de

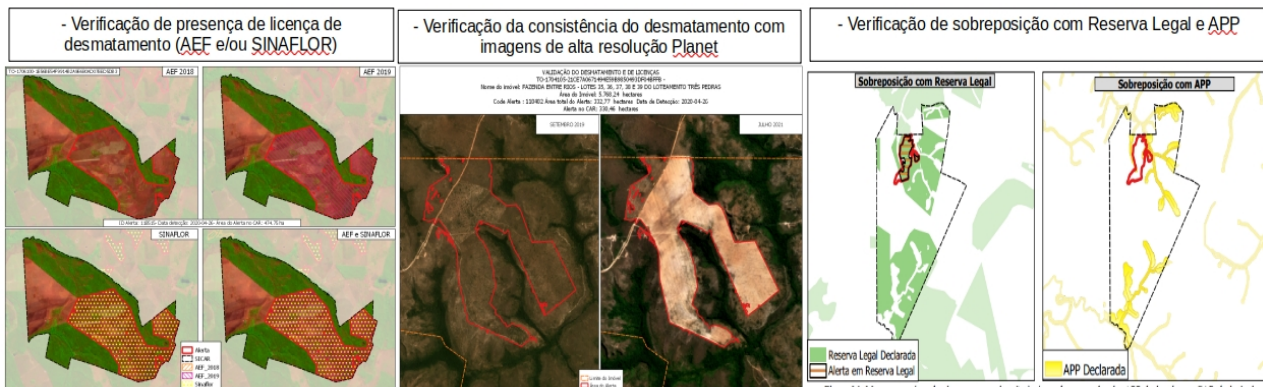
Informação para as Promotorias Ambientais Regionais, como forma de apurar a ocorrência de desmatamento com indícios de irregularidade ambiental.

Figura 5.2.2.3 - Alertas de desmatamento



Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Figura 5.2.2.4 – Verificação de presença de licença de desmatamento



Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Convém enfatizar o aporte fornecido pelo Caoma para uma série de Pareceres Técnicos para ações ajuizadas com objetivo de fazer cumprir a questão relacionada ao cumprimento da Lei Federal nº 12.651/2012, que trata da proteção da vegetação nativa por meio da identificação de irregularidades relacionadas às reservas legais e áreas de preservação permanente.

Projeto Chega de Lixão

O Caoma e os membros do MPTO vêm sistematicamente trabalhando na agenda dos resíduos sólidos. Já foram analisados 90 Planos Municipais de Saneamento Básico e 86 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Até 2020, foram instaurados 47 procedimentos das Promotorias de Justiça relacionadas ao tema, por meio de Inquéritos Civis, Termos de Ajustamento de Conduta e até mesmo Ações Civis Públicas, inclusive com algumas condenações. O Caoma vem realizando o levantamento e atualização das informações dos lixões existentes no Estado e, nesse sentido, desenvolveu um aplicativo para dar agilidade, objetividade e padronização aos relatórios relacionados ao funcionamento inadequado desses lixões. Também realizou estudos de gravimetria em municípios da comarca de Araguaína, com a finalidade de refinar as informações relacionadas a gestão dos resíduos sólidos desses municípios, e assim colaborar para o aprimoramento da abordagem da atuação das Promotorias de Justiça em relação a regularização desses lixões.

Nesse sentido já foram vistorias 139 lixões, gerados relatórios dos lixões de 56 municípios, realizadas oficinas de gravimetria em 3 municípios, realização de reunião para mediação e conciliação com gestores municipais da Comarca de Araguaína.

Em 2021, no mês de setembro, foram realizadas reuniões com os prefeitos dos Municípios de São Félix do Tocantins e Mateiros, para apresentação do Projeto e alinhamento de ações para a revisão dos Planos Municipais de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, ficando programada uma reunião no início de outubro com os gestores de 9 (nove) municípios da região do Jalapão e entorno, para tratativas relacionadas à disposição final e adequada de resíduos e orientações sobre os pontos dos planos municipais que devem ser objeto de atualização. No mês de dezembro, entre os dias 6 e 15, foram realizadas as oficinas teóricas e práticas do projeto “Chega de Lixão” em sete municípios da região de Miranorte e entorno.

Oficinas de Gravimetria Jalapão e Região de Miranorte

Considerando que o Caoma e os membros do MPTO vem sistematicamente unindo esforços e trabalhando na agenda de gestão de resíduos sólidos no Estado, analisando Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, vistoriando os “Lixões” nos municípios tocantinenses. Ocorreram no período de 8 a 19 de novembro de 2021 as oficinas de Elaboração e Revisão do Planos Municipais de Gestão Integrada e Gravimetria de Resíduos Sólidos, na região do Jalapão, com os seguintes municípios: Ponte Alta do Tocantins (Rio

Sono, Pindorama, Novo Acordo, Lagoa do Tocantins e Santa e Tereza), São Félix do Tocantins, Mateiros e Lizarda.

As oficinas teóricas e práticas tiveram como objetivos capacitar, no âmbito do MPTO, os municípios para elaboração e revisão dos seus Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na implantação do estudo gravimétrico de resíduos sólidos, o qual contribui para o conhecimento das condições e proposições de gerenciamento adequado de resíduos, com foco na sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento socioeconômico das cidades e nas alternativas para propiciar a viabilidade do aproveitamento dos resíduos por meio de processo de tratamento, tais como compostagem e reciclagem.

Por meio do estudo gravimétrico foram identificados, nesses municípios, os diversos tipos de resíduos sólidos produzidos, o conhecimento do potencial de materiais recicláveis e materiais orgânicos, e o subsídio futuro para posteriores estudos de aproveitamento das diversas frações dos resíduos sólidos gerado nos mesmos. Após, em dezembro, foram realizadas as mesmas oficinas em Miranorte, dias 6 e 7; Rio dos Bois, dia 8; Dois Irmãos do Tocantins, dia 9; Barrolândia, dia 10; Lajeado, dia 13; Tocantínia, dia 14; e Miracema do Tocantins, dia 15.

Portanto, destacamos que a realização dessas oficinas nos municípios citados, foram de fundamental importância para seguirmos com essas ações e aplicarmos de forma continuada as experiências adquiridas no gerenciamento de resíduos sólidos nos demais municípios do estado do Tocantins, demonstrando a eles as soluções mais viáveis e sustentáveis frente aos desafios tecnológicos a serem superados.

Oficina de Compostagem

Tendo em vista o aproveitamento quanto a melhor percepção da geração dos resíduos e já iniciando a execução do gerenciamento dos resíduos orgânicos, foi realizada a oficina de compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos, ocorrida no período de 22 a 24 de novembro de 2021.

A oficina teve por objetivos: Capacitar, no âmbito do MPTO, TJTO e da Rede TO Sustentável, os servidores para a técnica de compostagem de resíduos sólidos no sentido de esclarecer a eficiência e eficácia desse projeto na gestão dos resíduos sólidos urbanos, além de demonstrar os ganhos na sustentabilidade ambiental e econômica advindos dessa técnica. Possibilitou, ainda, aos profissionais participantes o conhecimento sobre matéria orgânica, aproveitamento de resíduos, além de informações detalhadas sobre planejamento, condução e avaliação de processos de compostagem e as principais formas de utilização de compostos orgânicos.

Com esta agenda, damos continuidade à implementação do Projeto “Chega de Lixão”: Informação e articulação institucional a serviço da gestão dos resíduos sólidos, tendo como objetivo geral pactuar arranjos institucionais e operacionais que viabilizem a implantação de modelos intermunicipais de gestão de resíduos sólidos pautados pelo melhor arranjo técnico e financeiro decorrentes da base de informações geradas e poder de negociação do Ministério Público.

Painel de Monitoramento de Queimadas

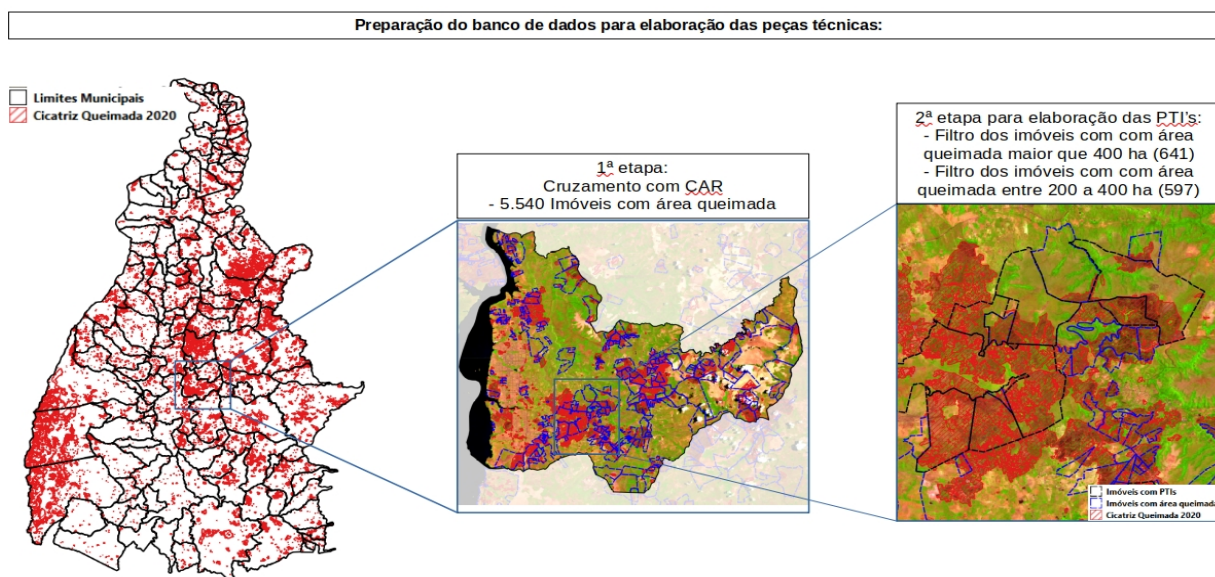
O Caoma vem trabalhando na agenda do combate às queimadas ilegais, sendo gerado um levantamento circunstanciado das ocorrências de queimadas no Estado, além de relatórios detalhados da cicatriz do fogo nos municípios com maior incidência de focos de calor no Tocantins. No ano de 2020, os problemas ligados às ocorrências de queimadas no Estado se tornaram mais preocupantes em função da relação direta dos efeitos da fumaça na qualidade do ar, e também aos problemas respiratórios gerados à população, tendo seus riscos agravados pela pandemia de Covid-19. O MPTO, por meio do Caoma, participou de várias operações de prevenção aos incêndios florestais, em que esteve presente em 7 incursões de fiscalização ostensivas contra as práticas do uso do fogo no Tocantins.

Os relatórios gerados pelo Caoma em 11 municípios, acompanhados da Nota Técnica 1/2020, foram disponibilizados para as Promotorias Regionais Ambientais, no sentido de gerar notícia de fato relacionada à prática de queimadas recorrentes em imóveis rurais, para que se instaure processo de apuração de responsabilidades.

Com a instituição da Força-tarefa Ambiental, para atuação em todo o Estado do Tocantins, também em relação às queimadas e incêndios florestais, o Caoma elaborou Relatórios Técnicos para todos os municípios nos quais foi detectado o uso do fogo, especificando a área queimada nos respectivos territórios, as áreas queimadas em terras indígenas, unidades de conservação federais e estaduais e propriedades rurais identificadas em imagens de satélite.

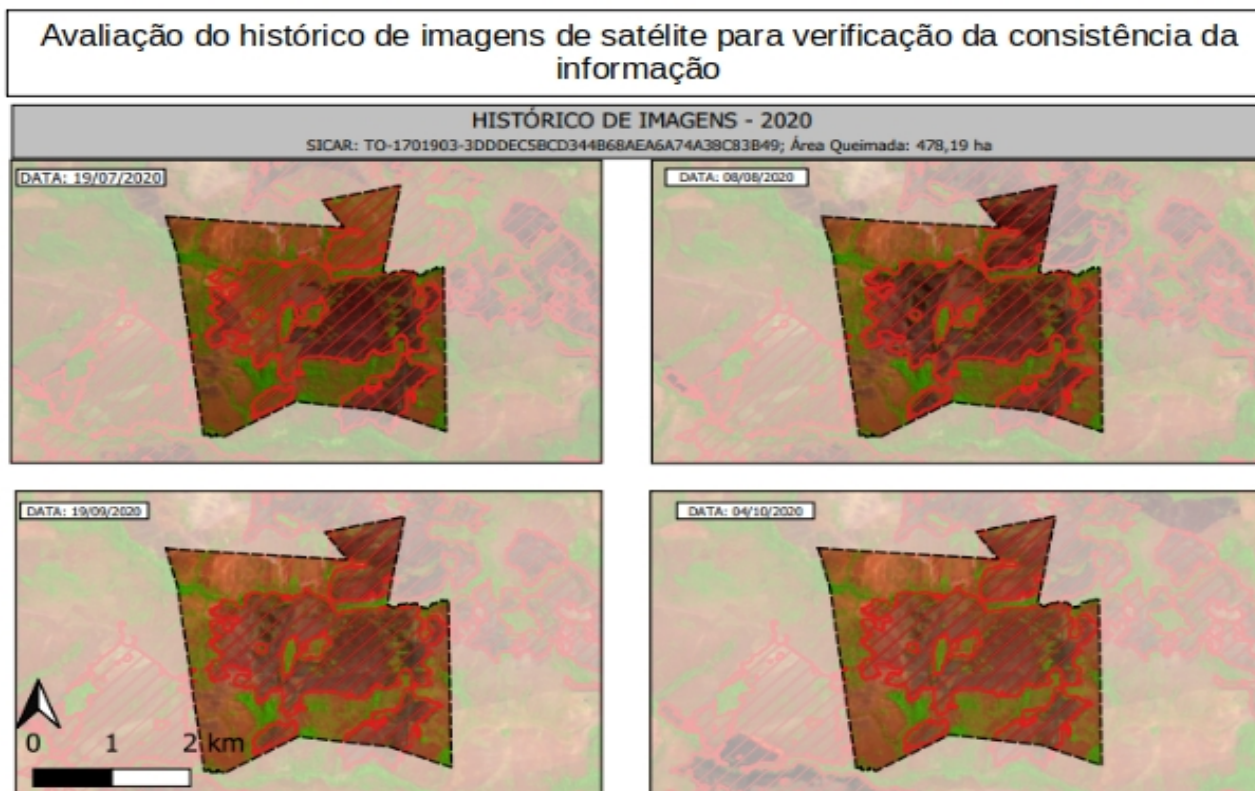
Esse mapeamento foi possível graças ao cruzamento de informações de bancos de dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), associando informações das estruturas de prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais recebidas da Defesa Civil Estadual, bem como os valores recebidos a título de ICMS Ecológico, com a finalidade de subsidiar recomendações endereçadas aos Municípios e seus gestores, tendo por foco demonstrar a vigilância remota aplicada ao tema, com a possibilidade de produção de estatísticas e a indicação de providências a serem adotadas para a prevenção e combate ao uso do fogo.

Figura 5.2.2.5 – Preparação do banco de dados para elaboração das peças técnicas



Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Figura 5.2.2.6 – Avaliação do histórico de imagens de satélite para verificação da inconsistência da informação



Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Em 2021, além dos relatórios municipais gerados pelo Caoma relativos ao ano de 2020, foi customizada ferramenta computacional para geração das Peças Técnicas de Informação individualizando as ocorrências de queimadas, com a caracterização da cicatriz de queimada individualizada por imóvel rural que tiveram área queimada superior a 200 hectares. Assim sendo,

foram geradas 1.238 Peças Técnicas, sendo que a Promotoria Regional do Tocantins foi a que registrou o maior número de ocorrências.

Águas da Bacia do Rio Formoso

A presente iniciativa refere-se à atuação da Promotoria Regional Ambiental do Araguaia, sempre com o suporte e apoio técnico do Caoma, que conseguiu levantar os principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos da região, criando um cenário favorável e institucionalmente seguro para a instauração de procedimentos extrajudiciais investigatórios e para a proposição das medidas judiciais necessárias à promoção de um efetivo ordenamento e controle do uso dos recursos hídricos na região. O Caoma verificou a fragilidade da base de dados das outorgas de recursos hídricos e dos cadastros dos grandes usuários, a ausência de controle, fiscalização e monitoramento dos empreendimentos, bem como a insuficiência de informações quanto à regularidade ambiental das propriedades, resultando na necessidade de revisão de outorgas, análise dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos agrícolas e na adoção de medidas para regulação e manejo dos recursos hídricos nos períodos de estiagem.

Além dos pareceres técnicos correlacionados a todas as análises ambientais e do uso dos recursos hídricos de situações individualizadas de imóveis rurais que possuem projetos de irrigação na bacia do rio Formoso, o Caoma realizou uma análise detalhada da situação de regularidade ambiental do Distrito de Irrigação de Formoso do Araguaia, promoveu operações de fiscalização aérea nos períodos críticos de estiagem dos rios da região e acompanhou as atividades da perícia da Polícia Civil relacionadas aos casos mais críticos apontados nos pareceres do Caoma, a pedido da Promotoria Regional.

O Caoma vem realizando, nos últimos anos, a estruturação de um banco de dados relacionados a situação ambiental, hídrica e de regularização ambiental de projetos de irrigação que utilizam as várzeas do Araguaia para produção agrícola. A base de dados é composta com informações referentes a todos imóveis com registro de Cadastro Ambiental Rural na bacia, informações relacionadas as vazões de oferta dos corpos hídricos com monitoramento efetivo, vazões consumidas pelos empreendimentos de irrigação, consumo de energia elétrica dos sistemas de bombeamento para irrigação, mapeamentos do uso do solo e desmatamentos realizados pelo MAPBIOMAS (e outros), mapeamento de áreas com uso de irrigação em áreas de várzeas realizado pela CONAB, processos de licenciamento ambiental e concessão de outorgas de direito de uso dos recursos hídricos. Essas informações são a base de referência para emissão dos Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistorias e geração de Peças Técnicas de Informação. Em resumo, apresentamos os

seguintes resultados alcançados em termos de informações disponíveis e insumos produzidos pelo Caoma para atuação da Promotoria Ambiental Regional do Araguaia.

- 1.000 imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural;
- 107.000 hectares de agricultura irrigadas mapeadas e associadas aos registros de CAR;
- 120 bombas de irrigação monitoradas em relação as vazões consumidas;
- 43 Unidades de Medição de energia associadas as bombas de irrigação com dados permanente de consumo;
- 82 Cópias dos Processos Administrativos de concessão de outorgas emitidas pelo Naturatins;
- 24 Cópias dos Processos Administrativos de concessão de licenciamento ambiental de projetos de irrigação emitidas pelo Naturatins;
- 65 Cópias dos Processos Administrativos de concessão de autorização de exploração florestal emitidas pelo Naturatins;
- Análise permanente das vazões dos rios utilizados em projetos de irrigação para constituir plano de informação de situação crítica, a fim de gerar Peças Técnicas de Informação para atuação da Promotoria
- 129 imóveis analisados em relação à situação do uso do solo para verificação do cumprimento do código florestal;
- 139 análises ambientais, entre pareceres técnicos, relatórios técnicos, relatórios expeditos e análise de pedidos de colaboração elaborados pelos Técnicos do Caoma gerando informações circunstanciadas da situação ambiental do imóvel rural, abrangendo mais de 250 mil hectares;
- 26 análises ambientais, entre pareceres técnicos, relatórios técnicos, relatórios expeditos e análise de pedidos de colaboração elaborados pelos Técnicos do Caoma gerando informações circunstanciadas da situação ambiental da atividade agrícola irrigada;
- 8 Relatórios de Vistoria do Caoma, referentes à avaliação da situação ambiental dos empreendimentos de irrigação, bem como a situação dos corpos hídricos da região e das infraestruturas utilizadas nesses projetos.

Em fase de implementação, o Projeto vem viabilizando a elaboração de uma base de dados de ocupação do solo de mais de 2 milhões de hectares, que objetiva subsidiar a

análise dos imóveis rurais em relação à situação de reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como a produção ao longo do tempo em áreas irrigadas, como forma de propiciar maior celeridade e eficiência na concessão das autorizações ambientais relacionadas à atividade irrigada na região e aprovação dos registros de CAR. Em função da escala da atuação da Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Araguaia, será construída uma plataforma de dados sobre as áreas trabalhadas, com os dados ambientais e a atuação efetiva da Promotoria por meio de seus procedimentos, como forma de criar um Dashboard de acompanhamento dos resultados alcançados.

Recicla MP

O projeto Recicla-MP é parte integrante da Política de Sustentabilidade Ambiental do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), instituída pela Resolução n. 4/2018/CPJ, publicada no Diário Oficial Eletrônico MPTO n. 511, que tem como finalidade a inclusão da sustentabilidade nas demais políticas e processos de gestão administrativa da instituição, por meio de critérios, práticas e diretrizes voltadas à racionalização dos seus padrões de produção e consumo e ao bem-estar de seus integrantes. No ano de 2020 teve seu processo prejudicado em decorrência das atividades de teletrabalho do MP, considerando-se a situação gerada pela pandemia da Covid-19.

Reunião com a Diretoria-Geral do MP, para discussão quanto a reformulação da Comissão de Gestão Ambiental e readequação, pensando em um novo formato de gestão e sustentabilidade interna, como por exemplo a Criação de um Núcleo específico de Gestão Socioambiental do MP e possível desvinculação futura da Comissão pelo Caoma e gerenciamento pela administração do órgão. Foi sugerido que o Caoma, continuasse no início assumindo a coordenação e o acompanhamento das ações do Núcleo até que todas as diretrizes estivessem consolidadas.

A princípio, foram feitos levantamentos e busca de informações junto a alguns órgãos do Estado (TJTO e TRE) quanto aos modelos e documentos de estruturação dos Núcleos de Gestão socioambiental criados nos mesmos (Resoluções, Plano de Logística Sustentável, Planejamento Estratégico, Sistema Eletrônico de Indicadores, etc).

Ações Estruturantes e Complementares

Promotorias Ambientais Regionais

O Caoma vem realizando o suporte técnico para atuação das Promotorias Regionais Ambientais, no atendimento às demandas geradas pelas regionais, bem como a realização de estudos técnicos temáticos para identificação de problemas ambientais em temas específicos, como a questão dos desmatamentos irregulares, ocorrência de queimadas não autorizadas, situação dos lixões, acompanhamento de grupos de trabalho dentro do Coema, situação ambiental de empreendimentos turísticos no Jalapão, acompanhamento dos relatórios do Sistema de Gestão de Alto Nível – GAN e participação no Grupo de Trabalho de Revisão de Outorgas.

Notas Técnicas

Elaboradas pelo Caoma em 2020 e 2021, objetivam fixar entendimento em relação a temas frequentes e recorrentes na atuação das Promotorias de Justiça, ao mesmo tempo em que representam situações similares analisadas pelo Caoma. As notas técnicas trazem o entendimento técnico do tema tratado, associado ao enquadramento legal e relacionado aos fatos e conclusões recorrentemente identificados nas análises realizadas pelo Centro de Apoio. As duas Notas Técnicas elaboradas nesse período foram direcionadas à temática das queimadas e incêndios florestais, bem como a fraudes relacionadas às autorizações de desmatamentos realizadas em áreas de reserva legal.

- Nota Técnica 1/2020 – Queimadas e “incêndios florestais” e novas estratégias de atuação do Ministério Público - compreende a compilação das informações sobre o tema, tomando por base os dados técnicos de desmatamentos, queimadas na região da Amazônia Legal, com um recorte para a situação do Tocantins, em um contexto de agravamento das já nefastas condições normais de deterioração da qualidade do ar, pelos riscos relacionados à concomitante disseminação da Covid-19, que pode provocar síndrome respiratória grave e que já tem levado a óbito milhares de brasileiros.

- Nota Técnica 1/2021 – Compensações ilegais de reserva legal - com o objetivo de apresentar informações coligidas sobre as compensações ilegais de reserva legal no Estado do Tocantins, infrações na legislação ambiental, danos e responsabilidades, de modo a subsidiar a atuação integrada dos órgãos de execução do Ministério Público com atribuições, em especial as suas Promotorias de Justiça Regionais e membros da Força-tarefa ambiental instituída pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Acordo de Cooperação Técnica n. 2/2020

Firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do seu órgão executivo de administração superior, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

(Semarh); e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), teve como objetivo estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na defesa e proteção do meio ambiente, bem como a viabilização da solução consensual de conflitos na área ambiental, conforme os fins previstos na Lei Complementar n. 140, de 8.12.2011; e Leis n. 10.650, de 16.4.2003 (Lei de Acesso à Informação em Matéria Ambiental); 6.938, de 8.1.1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos); n. 6.938, de 31.8.1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), n. 12.651, de 25.5.2012 (Lei da Proteção da Vegetação Nativa); n. 7.347, de 24.7.1985 (Lei da Ação Civil Pública); Lei n. 8.171, de 17.1.1991 (Lei da Política Agrícola); Lei 9.605, de 12.2.1998, Lei n. 13.140, de 26.6.2015 (Autocomposição de Conflitos no Âmbito da Administração Pública); e em outras legislações específicas sobre direitos e interesses relacionados, dentre outros, aos artigos 5º, 170, 186 e 225 da Constituição Federal.

O Caoma elaborou projetos de Plano de Ação para a implementação do acordo e já realizou atividades de sua atribuição em conformidade com o plano aprovado. Uma das demandas associadas ao presente Acordo tem sido o suporte para realização das Audiências de Conciliação para processos ambientais pendentes de julgamento no 1º grau. Conforme acordado com o TJTO, foram priorizadas as ações cíveis referentes à defesa da flora. Dessa forma, foram selecionadas as ações cíveis e criminais relacionadas à temática das reservas legais, destas: (i) 47 ações cíveis dos quais 6 foram considerados inaptos para conciliação e 41 possíveis de conciliação; e (ii) dos Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO) de crimes contra a flora, foram analisados 269 TCOs, totalizando o envio de 100 processos para o início das audiências de conciliação.

Para subsidiar a atuação dos Promotores nas Audiências de Conciliação, foram elaboradas 12 Análises de Pedidos de Colaboração para atualizar informações de procedimentos que já haviam sido objeto de verificação e emissão de pareceres pelo Caoma, bem como a elaboração de 4 Relatórios Técnicos referentes a ações que ainda não haviam sido analisadas até então.

O primeiro mutirão de conciliações ambientais, decorrente do plano de trabalho do Acordo de Cooperação acima mencionado, foi realizado entre os dias 22 a 25 de novembro de 2021, tendo sido designados para as audiências Promotores de Justiça que atuam na Força-Tarefa Ambiental do MPTO, com o suporte técnico dos servidores do Caoma. Segundo o relatório do Poder Judiciário³, ao todo foram 33 audiências designadas, com 21 delas sendo realizadas e 17 delas exitosas, o que resultou em 81% de êxito.

Força-Tarefa Ambiental

³ <https://www.tjto.jus.br/index.php/noticias/8398-tjto-alcanca-81-de-audiencias-exitosas-no-mutirao-de-conciliacao-em-processos-de-conflitos-ambientais>

Considerando o disposto no Acordo de Resultados celebrado pelos Ministérios Públicos dos Estados que compõem a Amazônia Legal, por meio do qual se comprometem a implantar mecanismos específicos de enfrentamento à degradação florestal, ao desmatamento e a incêndios ilegais na região, tendo como foco ações estratégicas e articuladas com os demais Ministérios Públicos e órgãos envolvidos na proteção e preservação da Amazônia, a troca de experiências e o aperfeiçoamento do trabalho do Ministério Público, foi designada a Força-Tarefa Ambiental com atuação nas searas administrativa, civil e penal, com a finalidade de combater os passivos ambientais, especialmente os decorrentes dos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado do Tocantins. Nesse sentido, o Caoma vem auxiliando tecnicamente a Força-Tarefa na geração de informações relacionadas às ocorrências de desmatamentos, queimadas e autos de infração lavrados pelos órgãos ambientais com atuação no Estado, no sentido de verificar a existência de indícios de irregularidade ambiental.

Suporte ao funcionamento do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Constitui-se em um espaço permanente, plural e diversificado de discussão das questões relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente, possibilitando a troca de experiências e a articulação entre órgãos de vigilância, fiscalização e efetividade das ações de controle, em rede com a sociedade civil organizada, instituições científicas acadêmicas, órgãos e instituições governamentais e Ministério Público. Foram realizadas três reuniões ordinárias.

Rede TO Sustentável

A Rede é formada pelo Poder Judiciário do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral (TRE), MPTO, Defensoria Pública Estadual (DPE), TCE, Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). A Rede TO Sustentável também tem o apoio do Governo do Tocantins, da Prefeitura de Palmas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Agência Tocantinense de Saneamento (ATS), da Comissão da Coleta Seletiva do TJ Tocantins, sob a coordenação do Núcleo de Gestão Socioambiental (Nuges), e da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça. O Caoma faz parte da Coordenação da Rede, e apoiou no desenvolvimento das seguintes ações:

- Acompanhamento e colaboração nas reuniões e ações da Rede TO Sustentável;
- Nivelamento e troca de informações entre os partícipes;

- Contribuições no detalhamento das ações, referentes ao Plano de trabalho da Rede TO, para o ano de 2021;
- Contribuições na descrição das atividades e ações implementadas no ano de 2021 (seminários, capacitações, etc);
- Contribuição e participação no Drive – Thru da Coleta Seletiva Solidária, ocorrido no dia 7 de junho de 2021, em comemoração ao dia Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e ao mês do Meio Ambiente, sendo arrecadados nesse dia em torno de 1,2 toneladas de materiais recicláveis;
- Contribuição na elaboração da programação do I Seminário de Gestão Socioambiental: Atuação em rede em prol da Gestão de Resíduos Sólidos no Tocantins, ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2021, em comemoração à Semana do Meio Ambiente;
- Participação e contribuição na programação referente a realização do Pedal Sustentável, ocorrido no dia 28 de agosto de 2021, em comemoração ao dia Nacional da Limpeza Urbana;
- Acompanhamento e colaboração nas reuniões e ações da Rede TO Sustentável Nivelamento e troca de informações entre os partícipes;
- Contribuições no detalhamento das ações, referentes ao Plano de trabalho da Rede TO, para o ano de 2021;
- Contribuições na descrição das atividades e ações implementadas no ano de 2021 (seminários, capacitações, etc);
- Contribuição e participação no Drive – Thru da Coleta Seletiva Solidária, ocorrido no dia 7 de junho de 2021, em comemoração ao dia Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e ao mês do Meio Ambiente, sendo arrecadados nesse dia em torno de 1,2 toneladas de materiais recicláveis;
- Contribuição na elaboração da programação do I Seminário de Gestão Socioambiental: Atuação em rede em prol da Gestão de Resíduos Sólidos no Tocantins, ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2021, em comemoração à Semana do Meio Ambiente;
- Participação e contribuição na programação referente a realização do Pedal Sustentável, ocorrido no dia 28 de agosto de 2021, em comemoração ao dia Nacional da Limpeza Urbana.

Fundo dos Direitos Difusos

A partir da publicação do edital para recebimento de propostas de projetos, o Caoma com apoio do Departamento de Planejamento apresentou proposta de projeto no valor de R\$ 6.750.000,00 com objetivo de Combater desmatamentos e queimadas ilegais com o uso de geotecnologias, promovendo segurança jurídica com a adequação dos imóveis e atividades rurais à legislação ambiental. A proposta foi direcionada ao Eixo Temático I do FDD, e visa coibir os desmatamentos e queimadas ilegais, com a devida reparação de danos em áreas especialmente protegidas, por meio da devida responsabilização de infratores e fortalecimento da capacidade de atuação das instituições ambientais que atuam no estado do Tocantins. O entendimento do Caoma, é que ao garantir a recuperação de Reservas Legais e APPs tem-se ao mesmo tempo a moralização da atuação efetiva do Estado, como forma de desconstruir sentimento de impunidade em relação a essas práticas.

Novos Projeto Caoma – Escritório de Projetos

Foram apresentados na rodada de submissão de projetos no MPTO. Além da continuidade dos projetos relacionados no item 3 desse relatório, foram aprovados três novos projetos que são: (i) Projeto Meio Ambiente Legal; (ii) Turismo Ordenado e Sustentável; e, (iii) Projeto Planos Diretores e Expansão Urbana Ordenada.

Manual de Normalização das Peças do Caoma

Normalização das peças técnicas geradas pelos integrantes do Centro de Apoio Operacional de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Caoma) com o objetivo uniformizar e simplificar a produção dos seus principais atos e documentos oficiais.

Figura 5.2.2.7 – Manual de normalização das peças técnicas

MANUAL DE NORMALIZAÇÃO DAS PEÇAS TÉCNICAS DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE HABITAÇÃO, URBANISMO E MEIO AMBIENTE (CAOMA) – VERSÃO 01-2021	
Assunto	Normalização das peças técnicas geradas pelos integrantes do Centro de Apoio Operacional de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (Caoma) com o objetivo uniformizar e simplificar a produção dos seus principais atos e documentos oficiais.
Local	Palmas – TO
Referência	Normas ABNT; Manual de Redação Oficial do Ministério Público do Tocantins (2019).
Interessados	Integrantes e colaboradores lotados no Caoma.
Equipe de elaboração	
Ádria Gomes dos Reis Analista Ministerial	José Maria da Silva Júnior Procurador de Justiça Coordenador
Aprovado em 05 de agosto de 2021.	

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

5.2.3 Centro de Apoio Operacional do Saúde (CaoSaúde)

O Colégio de Procuradores de Justiça do Tocantins, em sessão realizada no dia 6 de abril de 2020, acolheu o parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, exarado nos Autos CPJ n. 4/2020, pela alteração do Ato PGJ n. 46/2014, que “disciplina a organização, o funcionamento e as atividades dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins”, a fim de que sejam adequadas as atribuições dos Centros de Apoio das áreas do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, propiciando a criação do Centro de Apoio Operacional da Saúde, cuja eleição para coordenador ocorreu no último dia 24 de abril.

O Centro de Apoio Operacional da Saúde – CaoSaúde, criado pelo Ato PGJ n. 56/2020, em 13 de abril de 2020, tem por finalidade auxiliar os Órgãos de Execução do Ministério Público na fiscalização da implementação e execução de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como na defesa do direito individual e coletivo de acesso às ações e serviços do SUS, em conformidade com as normas vigentes.

Para o desempenho de suas atribuições, o CaoSaúde se utiliza de pesquisas em bancos de dados oficiais de acesso público, bem como das normas que regulamentam o Sistema Único de Saúde em âmbito nacional e local, além de acompanhar as reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), do Conselho Estadual de Saúde e Conferências Estaduais de Saúde e do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações de Saúde – CEMAS, dentre outras reuniões com as áreas técnicas da saúde, a partir das quais reúne elementos para o intercâmbio de informações e subsídios para a atuação finalística, em conformidade com o artigo 2º do Ato PGJ n. 46/2014.

No decorrer 2021, o CaoSaúde realizou as atividades típicas de órgão auxiliar, que consistem basicamente em: atendimentos a membros; atendimentos ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios e circulares; participação em eventos em geral; criação e alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e modelos de peças para atuação; além do estímulo à integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns.

Destarte, em síntese, as atividades e realizações do CaoSaúde que se destacaram no ano de 2021 restam demonstradas a seguir:

Tabela 5.2.3.1 – Atividades desenvolvidas em 2021 - CaoSaúde

Item	Atividade	Quantidade
1	Apoio técnico via telefone ou whatsapp	37
2	Pareceres	16
3	Relatórios de Inspeção	15
4	Inspeções realizadas	47
5	Atividade de Fomento – Elaboração de Nota Técnica	2
6	Atividade de Fomento - Envio de kits de atuação e material de apoio	58
7	Atividade de Fomento – levantamento de dados sobre a judicialização	1
8	Demandas recebidas via e-mail ou e-doc	176

Tabela 5.2.3.1 – Atividades desenvolvidas em 2021 - CaoSaúde

9	Reuniões e eventos	82
10	Ações do Projeto Parceiros Pela Vida	7
11	Projetos em andamento	4
12	Ofícios circulares expedidos	60
13	Ofícios expedidos	409
14	Ofícios recebidos	289
15	Relatórios de acompanhamento da vacinação no estado	286
16	Relatórios de acompanhamento epidemiológico no estado	28
17	Atividade de fomento - Encaminhamentos de Relatórios de Inspeção nas Unidades de Saúde/Projeto Atenção Básica	132
18	Atividade de fomento – Encaminhamentos de Relatórios de Monitoramento da Atenção Básica/ Projeto Atenção Básica	16
19	Atividade de fomento - Encaminhamentos de Relatórios de Inspeção nas Unidades Hospitalares e UPAS/Projeto Operação Pró-sus	46

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSaúde)

No âmbito de suas atribuições, e, visando fomentar e subsidiar as atuações dos Órgãos de Execução, o CaoSaúde desenvolve 4 (quatro) principais projetos, que estão formalizados por meio de procedimentos administrativos, cujos objetos e ações realizadas no decorrer deste ano estão descritos na Quadro abaixo:

Quadro 5.2.3.1 – Ações desenvolvidas em projetos

Item	Projeto	Objetivo do Projeto	Ações realizadas
1	Projeto Parceiros Pela Vida	Mobilizar parceiros, entre instituições públicas e privadas, para a realização conjunta de campanhas periódicas de doação de sangue e cadastro de doadores de medula óssea para abastecimento do estoque de matéria prima da Hemorrede-TO	<ul style="list-style-type: none"> •7 ações desenvolvidas; •236 candidatos cadastrados para doação; •44 Cadastro de doadores de medula óssea; •143 captações de bolsas de sangue; •78 candidatos inaptos.
2	Projeto Acompanhamento da Atenção Básica em todos os Municípios tocantinenses	Aprimorar a atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no que concerne à defesa do direito à saúde (art. 6º, 127, 196, CF), zelando pelas ações e serviços públicos de saúde, por meio de atuação proativa, preventiva, efetiva e resolutiva na fiscalização da Política Nacional de Atenção Básica, a partir dos instrumentos de acompanhamento e monitoramento próprio da PNAB e programas correlatos	<ul style="list-style-type: none"> •16 Relatórios de Monitoramento •132 Relatórios de Inspeção em Unidade Básicas de Saúde •2 Notas Técnicas •16 Pareceres Jurídicos

3	Projeto Operação MP Pró SUS	Realizar inspeções/vistorias nas Unidades Hospitalares do Sistema Único de Saúde em todo o Estado do Tocantins, visando subsidiar a atuação dos órgãos de execução do MPTO, no âmbito de suas atribuições, na fiscalização da política pública de saúde nesse nível de complexidade	•46 Relatórios de Inspeção em Unidades Hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento
4	Projeto Acompanhamento do Sistema de Regulação do SUS no âmbito do Estado do Tocantins	Fomentar o desenvolvimento da organização e da transparência das listas de espera para consultas, exames, procedimentos e cirurgias eletivas do SUS e o aperfeiçoamento da regulação da saúde no Estado do Tocantins, garantindo o direito à informação e permitindo, por consequência, a fiscalização das filas do Sistema Único de Saúde pelos órgãos competentes e o exercício do controle social.	•Nesse projeto, avançou-se na regulação dos sistemas de urgência e emergência, adotando-se o mesmo modelo utilizado para UTI's Covid. O MPE coordenou reuniões e cobrou regulação dos pacientes que ingressam nos hospitais, especialmente, no Hospital Geral de Palmas, o que garante transparência e agilidade no tratamento

Instalado em meio ao enfrentamento da pandemia, o CaoSaúde tem seu desempenho maximizado a cada dia, recebendo demandas de órgãos internos como Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça que solicitam pareceres técnicos, pareceres jurídicos, pareceres sobre a situação da pandemia, vistorias em estabelecimentos de saúde e vacinação, modelos de atuação tais como recomendações, portarias, ações judiciais, relatórios e informações diversas, os quais são atendidos com a maior presteza possível, inclusive utilizando-se de aplicativos de mensagens (WhatsApp) e ligações telefônicas, tudo devidamente registrado nas planilhas de controle do órgão.

Atuando de forma proativa e constante, buscando fomentar os órgãos de execução, o CaoSaúde envia aos Promotores de Justiça informações atualizadas sobre os temas mais sensíveis relativos à saúde, os quais, ultimamente, englobam as questões referentes à coibição de aglomerações, imunização e demais ações de enfrentamento à pandemia de covid-19, sem perder de vista a rotineira demanda de atendimentos acerca de fornecimento medicamentos, realização de cirurgias, consultas, exames e procedimentos, acesso às unidades hospitalares, etc.

Ainda em atividade proativa e de fomento, realizou levantamento das ações civis públicas coletivas em saúde, tabulando os dados da 27ª Promotoria de Palmas, 19ª Promotoria de Palmas, 5ª Promotoria de Araguaína e 6ª Promotoria de Gurupi, as maiores do estado com a finalidade de informar a todos os promotores da saúde a tabela das ações coletivas já proposta, com assunto e número dos autos, a fim de evitar duplicidade, evitando retrabalho e garantindo uma atuação célere, coordenada e eficiente da instituição.

Com relação no enfrentamento da pandemia, diariamente, este Centro de Apoio levanta a situação da imunização no estado, com número de vacinas recebidas e aplicadas por município, estabelecendo percentuais em ordem decrescente. O referido material é encaminhado diariamente no grupo de trabalho do WhatsApp dos Promotores da Justiça, sendo destinado, do mesmo modo, para o Conselho Estadual de Saúde, Associação Tocantinense dos Municípios e Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado.

De igual forma, diariamente também são levantadas as médias de incidência, óbito e internações por Covid-19, dividindo o estado em grandes macrorregiões, tudo encaminhado aos órgãos de execução, por meio do grupo do whatsapp, como mecanismo célere e eficiente de intercâmbio dessas informações, que, na maioria das vezes, são disponibilizadas fora do horário de expediente, ficando, entretanto, a equipe do CaoSaúde responsável por coletar os dados e atualizar as planilhas e informes.

Por fim, ainda, no enfrentamento da pandemia, foram realizadas 47 (quarenta e sete) inspeções nas Unidades de Saúde em diversos municípios, levantando-se as condições de armazenamento, quantitativo de doses recebidas, aplicadas e averiguando o planejamento da vacinação nos municípios, o que tem fortalecido a atuação dos órgãos de execução e contribuído para o avanço na imunização contra a Covid-19 em todo o Estado.

O registro desse trabalho de enfrentamento da pandemia encontra-se nos autos do procedimento administrativo n. 2021.0006904, instaurado por meio da Portaria n. 01/2020/CAOSAÚDE, com o objetivo de acompanhar a atuação e prestar apoio técnico especializado aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Tocantins em face da pandemia do novo Coronavírus.

Além dessas demandas internas, o CaoSaúde também atende às solicitações externas como as oriundas da imprensa, que aportam na Assessoria de Comunicação, bem como pedidos originados no Conselho Regional de Medicina (CRM-TO), Conselho Regional de Enfermagem (COREN-TO) e Conselho Regional de Farmácia (CRF-TO), dentre outros.

5.2.4 Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

O Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac) tem como objetivo primordial a orientação dos Órgãos de Execução – promotores e promotorias de Justiça – com atribuições na área de defesa do patrimônio público em todo o Estado do Tocantins.

Compete ao Caopac:

- a) prestar assessoramento técnico nos casos encaminhados pelos órgãos oficiantes, por profissional habilitado na área específica, principalmente quanto a auditoria em contas e inspeção em obras;
- b) opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo improbidade administrativa e corrupção;
- c) analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do MPTO na defesa da probidade e da lisura na Administração Pública;
- d) subsidiar a formulação de política institucional em relação ao combate à improbidade e à corrupção.

O Caopac participa de importantes iniciativas institucionais tais como: o Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNUJURI).

O Caopac participa, ainda, do Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO/TO), organismo que congrega importantes órgãos de Controle Externo e de Controle Social da Moralidade Pública, como o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a

Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, a Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal, Ministério Público de Contas, entre outros.

Explicita-se a seguir, demonstrativo das realizações do Caopac no período 2016 a 2021:

Tabela 5.2.4.1 – Realizações Caopac, 2016 a 2021

Descrição	Ano, (em quantidade)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	7.130	7.872	8.054	7.630	8.169	9.763
Processos de acompanhamentos	-	-	-	01	-	202
Relatórios técnicos	41	57	85	109	70	57
Pesquisas / atendimentos	8	15	46	160	-	10
Vistorias	4	15	1	9	1	-
Sistema de pesquisa	4	7	8	8	8	18
Promoção de Eventos	1	1	2	1	-	-
Reuniões	17	10	6	9	-	3
Audiências Públicas	-	-	-	-	-	-
Seminários/ Mesa Redonda	1	3	1	-	-	-
Cursos	4	7	6	-	-	-
Ofícios Expedidos	80	41	37	95	51	44
Ofícios Recebidos/E-DOC	211	244	184	35	56	-
Memorandos Expedidos	32	59	30	60	73	86

Tabela 5.2.4.1 – Realizações Caopac, 2016 a 2021

Descrição	Ano, (em quantidade)					
Memorandos Recebidos	28	4	21	115	24	-
E-mails Expedidos	218	287	152	44	214	81
E-mails Recebidos	119	313	178	71	8.081	67

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

5.2.5 Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução n. 4/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015, dividido na seguinte estrutura organizacional:

Coordenação;

Diretoria de Inteligência;

Assessoria Jurídico-Administrativa;

Departamento de Análise de Dados e Informações – LAB-LD/TO;

Departamento de Operações e Segurança Institucional; e

Secretaria.

Coordenação

As atividades da Coordenação do NIS que se destacaram, em 2021, foram as seguintes:

Tabela 5.2.5 - Atividades da Coordenação do NIS, em 2021

Item	Atividades	Quantidade
1	Processos administrativos instaurados	168

2	Processos administrativos arquivados	135
3	Ofícios expedidos	30
4	Memorandos expedidos	191
5	Despachos e pareceres técnicos	221
6	Despachos de arquivamentos	135
7	Despacho de acesso ao Sistema Horus	54
8	Notas técnicas	14
9	Nota orientativas	2
10	Promoção de palestras para difundir a cultura de segurança institucional e atividade de inteligência	6
11	Elaboração de Termo de Referência	12
12	Minuta de Acordo de Cooperação Técnica	7
13	Mínutas de atos normativos	6
14	Projetos Pedagógicos	3
15	Visitas Técnicas	5
16	Reuniões institucionais internas	17
17	Participação na 22ª Reunião Ordinária do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do CNMP, no dia 27.8.2021	1

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Quadro 5.2.5.1 - Projetos em execução, em 2021

Item	Projetos
1	Projeto de criação de Cargo Público de Técnico Ministerial Especializado – Segurança Institucional.
2	Projeto RAIO X MPTO – Implementação do Plano de Segurança Orgânica das unidades ministeriais.
3	Projeto Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação visando aquisição de licenças para extração de evidências digitais.
4	Projeto Mês da Segurança Institucional, versão 2022.

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Tabela 5.2.5.1 – Demandantes NIS, em 2021

Item	Demandantes de solicitações de apoio de técnico	Quantidade
1	PGJ	3
2	Subprocuradoria	1
3	Corregedoria-Geral	2
4	Gaeco	2
5	Caoma	2
6	NAPRON – Núcleo de Apoio Remoto as Promotorias de Justiça	2
7	NAESF- Núcleo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal	11
8	3ª Promotoria de Justiça da Capital	3
9	5ª Promotoria de Justiça da Capital	1
10	15ª Promotoria de Justiça da Capital	1
11	19ª Promotoria de Justiça da Capital	1
12	22ª Promotoria de Justiça da Capital	5

13	23ª Promotoria de Justiça da Capital	8
14	28ª Promotoria de Justiça da Capital	81
15	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína	1
16	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína	1
17	14ª Promotoria de Justiça de Araguaína	3
18	5ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	7
19	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso	1
20	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	1
21	3ª Promotoria de Justiça de Guaraí	5
22	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	2
23	3ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	3
24	Promotoria de Justiça de Xambioá	10
25	Promotoria de Justiça de Goiatins	4
26	Promotoria de Justiça de Ananás	1
27	Promotoria de Justiça de Itacajá	1
28	Promotoria de Justiça de Arapoema	1
29	Promotoria de Justiça de Wanderlândia	2
30	Polícia Federal	1
31	Secretaria de Segurança Pública	1
Total		168

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Diretoria de Inteligência

As atividades desta Diretoria, vinculadas ao Sistema Guardiã, foram as seguintes:

Item	Procedimentos/Atividades	Quantidade
1	Processos (Operações)	8
2	Despachos de Instauração	8
3	Relatórios Circunstanciais	48
4	Relatórios CNMP	11
5	Ofícios Expedidos	184
6	Memorandos Expedidos	11

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Departamento de Análise de Dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO

As suas principais atividades desenvolvidas foram compiladas e restam demonstradas abaixo:

Tabela 5.2.5.3 - Atividades do Departamento de Análise de Dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação

Item	Atividades Desenvolvidas	Quantidade
1	Pedido de Cooperação Técnica ⁴	14
2	Relatórios de Análise ⁵	41
3	Relatório de Pesquisas ⁶	286

4 Refere-se a pedido de afastamento de sigilo bancário junto ao Sistema Simba, a fim de receber e validar as transmissões oriundas das Instituições Financeiras.

5 Refere-se às análises de dados fiscais, bancários, telefônicos e vínculos.

4	Pesquisas Realizadas no Sistema Horus*	17.461
5	Relatório Técnico – Tecnologia da Informação	5

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência – NIS

* Sistema Horus é uma ferramenta eletrônica de pesquisas e análises de dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, oriundas de bases de dados de instituições públicas e privadas, para subsidiar atividades de investigações em âmbito cível e criminal e outras necessárias ao desempenho da atuação ministerial, desenvolvida pelo Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação deste Núcleo.

Departamento de Operações e Segurança Institucional

Tabela 5.2.5.4 - Atividades do Departamento de Operação e Segurança Institucional		
Item	Atividades	Quantidades
1	Ordem de missão	7
2	Relatório de missão	7
3	Relatório de Informação Técnica – Análise de Imagens	1
4	Parecer Técnico	2
5	Avaliações de medida de proteção pessoal	3

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Assessoria Jurídico-administrativa

As atividades desempenhadas pela Assessoria Jurídico-administrativa consistem no assessoramento e consultoria direta à Coordenação do NIS.

Investimentos em recursos de Segurança Institucional e Inteligência

6 Refere-se às pesquisas em todos os Sistemas e Base de Dados disponíveis neste Laboratório. Consta ainda informar que surgiu a partir de 1º de Agosto de 2015, em substituição às extintas Notas Técnicas e Notas de Informação.

Quadro – 5.2.5.5 - Investimentos em recursos de Segurança Institucional e Inteligência

Item	Descrição
1	Aquisição de veículo blindado
2	Disponibilização de coletes de proteção balística
3	Consultoria especializada em Segurança Institucional e capacitação nesta área
4	Aquisição do detector de junção não-linear
5	Distribuição de dispositivo de armazenamento, projeto Pen Drive Seguro
6	Atualização da licença do Cellebrite UFED Touch (extrator de dados)
7	Renovação dos servidores, infraestrutura de redes e equipamentos de TI do NIS
8	Recebimento de doação de 10 (dez) aparelhos celulares da Receita Federal do Brasil

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Quadro – 5.2.5.6 - Capacitações da equipe técnica

Item	Cursos
1	Capacitação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - Governança e Estrutura de Segurança, na modalidade à distância (Ead), com carga horária de 45 horas
2	Workshop de Segurança Institucional, nos dias 31 de agosto e 1 de setembro de 2021
3	4º workshop sobre implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no Ministério Público, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em Belém/PA
4	Curso de Intelletotum Guardiã, ministrado pela empresa Dígito, na modalidade EAD
5	Curso de Gestão Estratégica de Segurança Institucional
6	Curso de Elaboração de Plano de Segurança Orgânica, na modalidade híbrida
7	Curso Elaboração de Procedimentos e Protocolos de Segurança do MPTO

8	Treinamento de atualização do software (licença UFED Touch Ultimate, no período de 6 a 10 de dezembro de 2021, na modalidade presencial)

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Tabela – 5.2.5.7 - Procedimento de contramedida de vigilância técnica

Item	Descrição	Quantidade
1	Contramedidas de vigilância técnica	4

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

5.2.6 Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm)

A Procuradoria-Geral de Justiça instituiu o Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm) no âmbito do Ministério Público Estadual, que tem como atribuição prestar auxílio, na área finalística, às promotorias que se encontrem com maior demanda reprimida de processos judiciais e procedimentos extrajudiciais. A intenção é garantir maior eficiência e celeridade aos trabalhos da instituição.

Segundo o Ato n. 3/2019, auxílio do NAProm é prestado em casos de: férias, licenças ou afastamentos do servidor que atua na unidade a ser auxiliada, por período superior a 30 dias; dificuldade de provimento e manutenção de servidor na unidade; desequilíbrio na relação entre a demanda e a força de trabalho; represamento excepcional de processos e procedimentos; ou, ainda, em outras hipóteses que venham a ser identificadas pelo NAProm.

Os órgãos interessados em receber o auxílio a distância devem encaminhar solicitação à Diretoria de Expediente, sendo que a demanda de trabalho do requerente será conferida por meio de dados do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (e-Proc) e do Relatório de Atividades Funcionais (RAF), entre outros.

O suporte às Promotorias de Justiça prestado pelo NAProm ocorrer em caráter temporário, durante prazo que será informado na ocasião da resposta ao pedido de concessão.

A decisão de instituir o núcleo visou tanto prestar suporte às promotorias de Justiça quanto promover o melhor aproveitamento do atual quadro de servidores do MPTO.

A seguir o detalhamento das atividades (processos judiciais e procedimentos extrajudiciais) impulsionados pelo auxílio remoto, referente ao ano de 2021.

Tabela 5.2.6– Atividades do Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça, em 2021

Item	Mês	Judicial	Extrajudicial	SEEU	Total
1	Janeiro	51	-	-	51
2	Fevereiro	81	16	32	129
3	Março	90	48	123	261
4	Abril	78	48	26	152
5	Maio	171	81	-	252
6	Junho	148	11	-	159
7	Julho	121	-	-	121
8	Agosto	118	0	41	159
9	Setembro	64	59		123
10	Outubro	78	12	-	90
11	Novembro	159	28	-	187
12	Dezembro	-	28	-	28
Total		1.159	331	222	1.712

Fonte: Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm)

Quadro – 5.2.6 – Promotorias de Justiça auxiliadas, em 2021

Item	Localidade
1	13ª Promotoria de Justiça de Araguaína
2	Promotoria de Justiça de Alvorada
3	Promotoria de Justiça de Ananás
4	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins
5	Promotoria de Justiça de Dianópolis
6	Promotoria de Justiça de Goiatins
7	Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins
8	Promotoria de Justiça de Natividade
9	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional
10	5ª Promotoria de Justiça da Capital
11	29ª Promotoria de Justiça da Capital
12	Promotoria de Justiça de Peixe
13	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis
14	Promotoria de Justiça de Wanderlândia

Fonte: Núcleo de Apoio Remoto às Promotorias de Justiça (NAProm)

5.2.7 Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujuri).

Com o objetivo de auxiliar os promotores de Justiça na apuração de crimes contra a vida de maior complexidade e/ou de repercussão social, foi instituído o Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNujuri).

Dentre as atribuições do MPNujuri, consta o assessoramento dos promotores de Justiça nos assuntos relativos ao Tribunal do Júri, contribuindo com material de pesquisa jurídica e orientações durante todas as fases do processo, com foco na atuação em plenário. Além dessas atribuições, o Núcleo tem como objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos, disponibilizando sugestões sobre estratégias para capacitação e aperfeiçoamento dos promotores de Justiça na área.

O Núcleo do Tribunal do Júri é composto pelo Subprocurador-Geral de Justiça, que assumir a coordenação, pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (CAOPAC), um membro indicado pela Corregedoria-Geral e promotores de Justiça com experiência na atuação em Tribunais do Júri.

A criação do MPNujuri deve-se aos altos índices de crimes contra a vida no Tocantins, como os homicídios, e a necessidade do MPTO trabalhar na constante especialização e aperfeiçoamento para atuação precisa e ágil na área, considerando a importância do trabalho da instituição no estado.

Quadro 5.2.7.1 - Sessões Plenárias

Comarca	Autos	Resultado	Membros NUJÚRI
Araguaína	0023407-82.2016.827.2706	Sessão não realizada – Em grau de recurso	Daniel José de Oliveira Almeida
Araguaína	0017911-67.2019.827.2706	Condenação	Breno de Oliveira Simonassi
Araguaína	0001175-71.2019.8.27.2706	Condenação	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva
Araguaína	0027071-19.2019.827.2706	Absolvição	Eurico Greco Puppio
Araguaína	0020179-26.2021.827.2706	Condenação	Breno de Oliveira Simonassi
Araguaína	0020179-26.2021.8.27.2706	Sessão designada para	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva

Quadro 5.2.7.1 - Sessões Plenárias

Comarca	Autos	Resultado	Membros NUJÚRI
		15/02/2022	
Araguaína	0006014-42.2019.827.2706	Sessão designada para 07/12/2021	Daniel José de Oliveira Almeida
Araguaína	0005016-11.2018.827.2706	Sessão designada para 13/12/2021	Benedicto de Oliveira Guedes Neto
Araguaína	0003286-28.2019.827.2706	Condenação	Daniel José de Oliveira Almeida
Alvorada	0002686-82.2020.827.2702	Condenação	Breno de Oliveira Simonassi
Guaraí	0003543-71.2020.827.2721	Absolvição	Breno de Oliveira Simonassi
Gurupi	0002648-73.2021.827.2722	Sessão designada para 17/12/2021	Breno de Oliveira Simonassi
Gurupi	0002855.77.2018.827.2722	Condenação	Benedicto de Oliveira Guedes Neto e Rogério Rodrigo Ferreira Mota
Miranorte	0002807-43.2017.827.2726	Sessão redesignada	Daniel José de Oliveira Almeida
Miranorte	5000089-37.2007.827.2726	Condenação	Benedicto de Oliveira Guedes Neto
Tocantinópolis	0004519-21.2020.827.2740	Condenação	Eurico Greco Puppio
Tocantinópolis	0004740-04.2020.827.2740	Condenação	Eurico Greco Puppio
Tocantinópolis	0004663-92.2020.827.2740	Condenação	Eurico Greco Puppio
Wanderlândia	0001007-66.2016.827.2741	Absolvição	Benedicto de Oliveira Guedes Neto, Eurico Greco Puppio e Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva

Fonte: Núcleo do Tribunal do Júri (MPNujuri)

Quadro 5.2.7.2 - Peças Processuais

Natureza	Autos	Resultado
Correição parcial com pedido de liminar	0002855-77.2018.827.2722	Recurso Provido
Mandado de Segurança	0002855-77.2018.827.2722	Recurso Provido
Contrarrazões RESE	0003042-02.2020.827.2727	Contrarrazões acatadas

Fonte: Núcleo do Tribunal do Júri (MPNujuri)

Tabela 5.2.7.1 – Eventos Realizados

Item	Evento	Local	Data
1	Workshop “Neurociência aplicada ao processo de convencimento no Tribunal do Júri”	Transmissão ao vivo ocorrido pelo EadCesaf., no sítio eletrônico: https://eadcesaf.mpto.mp.br/moodle/	18/03 /2021
2	Workshop “Análise Comportamental aplicada ao Interrogatório Forense”.	Transmissão ao vivo ocorrido pela plataforma Zoom.	23/04/2021
3	Curso “Estratégias e Segredos do Tribunal do Júri”	Auditório da sede da Procuradoria-Geral de Justiça	03 e 05/11/2021

Fonte: Núcleo do Tribunal do Júri (MPNujuri)

Tabela 5.2.7.2 – Pesquisas de Jurados

Item	Comarca	Pesquisas	Quantidade Jurados Analisados
1	Araguaína	2	71
2	Alvorada	1	25
3	Filadélfia	1	35
4	Goiatins	1	31
5	Gurupi	1	80
6	Miranorte	1	35
7	Paraíso do Tocantins	1	35
8	Porto Nacional	1	26
9	Tocantinópolis	2	60
10	Wanderlândia	1	40
Total		11	438

Fonte: Núcleo do Tribunal do Júri (MPNujuri)

5.3 Estruturas e Assessorias das demais Macrorrotinas

5.3.1 Assessoria de Comunicação

Vinculada ao gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, a Assessoria de Comunicação (Ascom) do Ministério Público do Estado do Tocantins desenvolveu, no ano de 2021, uma série de atividades alinhadas ao Planejamento Estratégico, que visam contribuir para que a instituição alcance seu objetivo estratégico de “promover a imagem do MPTO, estreitando o

relacionamento institucional com os Poderes e o diálogo com a sociedade, mediante atuação e comunicação adequadas”.

O trabalho da Assessoria seguiu também as orientações do Regimento Interno e as diretrizes estabelecidas na Política de Comunicação Social do Ministério Público do Estado do Tocantins e na Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Durante parte do ano de 2021 vivemos, mais uma vez, fora dos padrões a que estávamos acostumados, com parte da equipe desenvolvendo suas funções em regime de teletrabalho, em razão da pandemia de Covid-19.

A situação epidemiológica também impactou diretamente na produtividade da Ascom, havendo um elevado fluxo de pedidos, por parte dos membros, de divulgação das atividades referentes à proteção do direito à saúde. Por parte dos veículos de imprensa, também foi registrada uma elevada demanda por entrevistas, relativas à atuação do MPTO no enfrentamento da pandemia.

Além das mencionadas atividades de comunicação externa, voltadas aos cidadãos tocaninenses, destinatários do trabalho do MPTO, também foi mantido o serviço de comunicação interna, direcionado aos integrantes da instituição, com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional e para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho. A nova intranet ganhou espaço de destaque na comunicação interna, com visual reformulado e novas ferramentas intuitivas que estimulam o consumo de notícias e informações de interesse dos integrantes do MPTO.

Foi utilizado com grande ênfase a lista de transmissão no aplicativo WhatsApp, tendo como finalidade a divulgação de comunicados institucionais e da agenda de atividades de qualificação online.

O conjunto dos trabalhos é desenvolvido por uma equipe composta por cinco jornalistas, incluindo a chefe da equipe; uma revisora de textos; dois designers gráficos; uma publicitária; dois editores de vídeo (sendo um cinegrafista); dois fotógrafos e uma estagiária de Jornalismo.

A nova gestão do MPTO demandou inovações por parte da Assessoria de Comunicação. Diante do desafio, novos produtos comunicacionais foram criados, a exemplo dos programas de rádio em parceria com rádios comunitárias, programa de TV Ministério Público em Ação, em parceria com a Assembleia Legislativa, resumo das notícias da semana nas redes sociais, boletim informativo via WhatsApp, dentre outras inovações.

Assessoria em números

A equipe de jornalismo redigiu 1.494 textos (releases e boletins) e 38 notas oficiais ao longo de 2021 (relatório até 15 de dezembro). Esta divulgação contribuiu para que a instituição obtivesse 9.718 citações diretas e indiretas na mídia, sendo cerca de 99,7% destas menções positivas, o que contribui significativamente para a formação de uma imagem favorável do MPTO por parte da opinião pública.

Para ocupar o espaço equivalente na mídia por meio de publicidade paga, a instituição teria que investir o montante de R\$ 17.748.332,98.

A divulgação de ações por meio da Assessoria de Comunicação também gerou uma média de 150 atendimentos mensais à imprensa, referentes a pedidos de entrevistas e de informações complementares.

Tabela 5.3.1.1 - Atividades jornalísticas da Ascom

Item	Descrição	Ano, (em unid)		
		2019	2020	2021
1	Textos produzidos pela Ascom	1.166	925	1.494
2	Cobertura de eventos (fotografia e/ou reportagem)	595	167	600
Total		1.761	1.092	2.094

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.2 - Total de citações ao MPTO na mídia

Item	Descrição	Ano, em (unid)		
		2019	2020	2021
1	Matérias publicadas na TV	760	1031	1.524
2	Matérias publicadas no rádio	372	614	514

Tabela 5.3.1.2 - Total de citações ao MPTO na mídia

Item	Descrição	Ano, em (unid)		
		2019	2020	2021
3	Matérias publicadas na web	9.878	8.109	7.493
4	Matérias publicadas em jornal impresso	257	241	187
5	Valoração (R\$)	15.380.248,68	14.824.837,21	17.748.332,98

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.3 - Citações ao MPTO por área de atuação

Item	Área de atuação	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
1	Controle Externo da Atividade Policial	0	0	0	0	0
2	Consumidor	0	0	0	0	0
3	Criminal	44	0	21	4	69
4	Educação	5	0	0	0	5
5	Eleitoral	3	0	1	0	4
6	Execução Penal	0	0	0	1	1
7	Infância E Juventude	0	0	0	0	0
8	Institucional	36	0	3	1	40
9	Meio Ambiente e Urbanismo	61	1	3	0	65
10	Patrimônio Público	87	2	9	2	100
11	Saúde	238	7	46	16	307
12	Idoso	0	0	0	0	0
13	Deficiente	0	0	0	0	0
14	Direitos Humanos	5	0	2	0	7
15	Mulher	24	0	1	0	25
Total		503	10	86	24	623

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.4 - Matérias veiculadas na imprensa com posicionamento do MPTO

Item	Mês	Vídeo	Áudio	Impresso	Web	Total
1	Janeiro	86	24	10	503	623
2	Fevereiro	114	48	34	577	773
3	Março	171	33	26	1006	1236
4	Abril	88	17	12	590	707
5	Maior	125	42	16	657	840
6	Junho	78	59	20	721	878
7	Julho	64	55	15	690	824
8	Agosto	79	49	17	798	943
9	Setembro	584	62	10	621	1277
10	Outubro	57	51	13	623	744
11	Novembro	78	74	14	707	873
12	Dezembro					
Total		0	0	0	0	0

Fonte: Assessoria de Comunicação

Produtos da Assessoria de Comunicação

Informes via lista de transmissão

Voltada à comunicação interna com os integrantes do MPTO, a lista de transmissão no aplicativo WhatsApp foi utilizada de forma intensa no decorrer de 2021, tendo como finalidade a divulgação de informes institucionais diversos e da agenda de atividades online de qualificação, esta conforme demanda do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do

Ministério Público (Cesaf/ESMP). Ao todo foram encaminhados 423 boletins informativos ao longo do ano. A comunicação em tempo real ocorre com membros e servidores que tenham autorizado previamente o cadastro de seu contato telefônico.

Programa de rádio “Cidadania em Foco” (Rádio UFT FM)

Produzido pela Ascom do MPTO e veiculado na Rádio UFT FM (96,9 FM), o programa “Cidadania em Foco” leva à população tocantinense informações sobre a atuação do MPTO e sobre temas do Direito que possuem grande impacto sobre a vida do cidadão. Em 2021, entre janeiro e novembro, foram produzidos e veiculados 25 programas, com duração individual de 5 minutos.

Programa de rádio “Ministério Público em Ação”

O programa de TV “Ministério Público em Ação” é mais uma aposta da gestão destinada a dar visibilidade às ações institucionais, por meio da divulgação de notícias e conteúdo de interesse público, nas diversas áreas de atuação ministerial. Com exibição diária, o programa é inteiramente produzido pela Assessoria de Comunicação e conta com quadros “Entrevista”, “Com a Palavra, O Promotor de Justiça”, “Aqui tem MP”, além de vídeos institucionais.

O “Ministério Público em Ação” é veiculado diariamente na TV Assembleia (canais 10.2 HD, em Palmas, e 20.2 HD, na região de Araguaína). As 10 edições produzidas em 2021 estão disponíveis para visualização na página [youtube.com/mpetocantins](https://www.youtube.com/mpetocantins).

Gestão das Redes Sociais

A comunicação do Ministério Público do Tocantins com o público externo tem como importante ferramenta as redes sociais da internet, sendo efetivada por meio dos perfis oficiais do MPTO no Facebook, Twitter, Instagram, Flickr e Youtube.

Além de utilizar as redes sociais para informar o público externo sobre as atividades ministeriais de interesse público, a Assessoria de Comunicação também aproveita seus perfis para esclarecer os cidadãos acerca de seus direitos e deveres. E realiza estas comunicações por meio de postagens gráficas atrativas e de vídeos, o que garante maior alcance às publicações.

Ao longo de 2021 a Ascom do MPTO veiculou 3459 publicações em cada uma de suas redes sociais, incluindo cards, carrossel, vídeos, stories e enquetes.

Destaque para o crescimento exponencial do perfil no Instagram, que saltou de 10 mil seguidores (2020) para mais de 12 mil seguidores até novembro de 2021. Um crescimento de mais de 20% em menos de 10 meses.

Tabela 5.3.1.5 – Rede Facebook

Item	Ano		
	2019	2020	2021
Curtidas	3.831	4.052	4.079
Alcance médio (diário)	752	773	4.655
Envolvimento (compartilhamentos, reações e curtidas)	368.787	411.492	2.185
Perfil do usuário			
Sexo	58% mulheres e 42% homens	58% mulheres e 42% homens	57,8% mulheres e 42,2% homens
Faixa etária	41% – 25 a 34 anos 31% – 35 a 44 anos 12% – 18 a 24 anos 11% – 45 a 54 anos 5% – outros	39% - 25 a 34 anos 33% – 35 a 44 anos 9% – 18 a 24 anos 12% – 45 a 54 anos 7% – outros	20% - 25 a 34 anos 22% – 35 a 44 anos 5% – 18 a 24 anos 8% – 45 a 54 anos 8% – outros
Localização (origem das curtidas)	Palmas – 1.518 Araguaína – 339 Gurupi – 222 Goiânia – 115 Paraíso do Tocantins – 109	Palmas – 1.590 Araguaína – 370 Gurupi – 236 Paraíso do Tocantins – 142 Goiânia – 101	Palmas – 1.468 Araguaína – 330 Gurupi – 216 Paraíso do Tocantins – 146 Goiânia – 110

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.6 – Rede Twitter

Item	Descrição	Ano, (em unid)		
		2019	2020	2021
1	Seguidores	7963	9.226	9.930
2	Engajamento médio (Diário)	1.555	2.011	2.535

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.7 – Rede Instagram

Item	Descrição	Ano, (em unid)		
		2019	2020	2021
1	Seguidores	6.022	10.451	12.490
2	Posts publicados	848	952	587
3	Impressões (média mensal)	51788	74267	52.732

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.8 - Portal do MPTO: PAGEVIEWS (acessos e tráfego orgânico)

Ano, (em unid)		
2019	2020	2021
96.4320	104.2025	74.314

Fonte: Google Analytics

Produção publicitária e gráfica

Diante da indisponibilidade de recursos orçamentários para a terceirização de serviços publicitários, a Assessoria de Comunicação produz peças e campanhas publicitárias internamente, utilizando-se dos recursos humanos de sua própria estrutura. Nesse sentido, a instituição alcançou uma expressiva produção de peças gráficas em 2021.

Este trabalho envolve a atuação de uma equipe formada por profissionais das áreas de designer gráfico, publicidade, revisão de texto e do jornalista responsável pela gestão das redes sociais – profissionais estes que acumulam outras demandas de nível interno e externo da Ascom.

Entre janeiro e dezembro de 2021, foram produzidas 3.876 peças gráficas, entre cards para redes sociais, animações, topos de site, marcas, placas, cartões e storyboards.

Além de postagens diárias sobre a atuação do Ministério Público do Tocantins, foram produzidas 63 campanhas temáticas, com conteúdos específicos, como Queimadas, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Violência contra a Mulher, Semana de Trânsito, Prevenção ao Coronavírus, Live MP, Denúncias, Curiosidades sobre Seu Direito, Semana do Consumidor, 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infantil, Prêmio Ministério Público de Jornalismo, dentre outros temas.

Outras demandas fazem parte da rotina diária de trabalho da equipe de publicidade da Ascom, como a criação e produção de peças internas, cartazes, placas de sinalização, adesivos de veículos, identidade visual da instituição. Ao todo, 1769 peças gráficas impressas foram produzidas ao longo de 2021 pela Ascom MPTO.

Tabela 5.3.1.9 – Produtividade em 2021

Item	Tipo de produção	Quantidade
1	Registros e produções fotográficas	600
2	Filmagens e produções de vídeo	160
3	Produções de rádio	274

Fonte: Assessoria de Comunicação

Outras atividades

Portal da Transparência

A Assessoria de Comunicação é responsável pela alimentação mensal do conteúdo da área de Contatos do Portal da Transparência.

Composição de comissões institucionais

Considerando-se que as atividades do Ministério Público precisam chegar ao conhecimento tanto do público externo quanto interno, para que sejam executadas devidamente, atinjam sua finalidade e proporcionem reconhecimento à instituição por parte da opinião pública, a Assessoria de Comunicação é parte integrante das principais comissões do MPTO.

Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação tem assento na Comissão de Análise ao Acesso às Informações, na Comissão Permanente de Segurança Institucional, na Comissão Permanente de Gestão da Estratégia, no Comitê Gestor do Portal da Transparência e no Comitê Interno de Avaliação da Gestão pelo Modelo de Excelência em Gestão, além de integrar o Comitê de Políticas de Comunicação do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

5.3.2 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf/ESMP) é órgão auxiliar do MPTO e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 50, Lei n. 51/2008).

O Cesaf/ESMP segue o que preceitua a Emenda Constitucional n. 19, de 1998, no § 2º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 sobre as Escolas de Governo (EGOVs), com o propósito de “formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos, um dos requisitos para a promoção nas carreiras”.

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão constituem princípios subjacentes ao Cesaf/ESMP, enquanto escola de governo, que também se beneficia dos prismas teórico-analíticos da gestão e produção do conhecimento aplicado nas instituições públicas, conforme sinalizado no Quadro a seguir:

Quadro 5.3.2.1 – sinopse dos cursos

Instância	Modelagem Curricular	Modalidade	Público-alvo
Ensino	Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	Presencial	Membros e servidores do MPTO
	Cursos de Aperfeiçoamento	Presencial e EaD	Membros e Servidores do MPTO
	Programa de Preparação para Carreira do Ministério Público (Curso de Iniciação à carreira do Ministério Público)	Presencial EaD	Membros

Quadro 5.3.2.1 – sinopse dos cursos

Instância	Modelagem Curricular	Modalidade	Público-alvo
	Programa Básico de Formação para Servidores (Curso Básico de Iniciação)	Presencial EaD	Servidores analistas e técnicos
	Cursos de Atualização	Presencial e EaD	Membros e Servidores do MPTO
	Minicursos e Oficinas	Presencial e Ead	Membros e Servidores
Pesquisa	Pesquisa Aplicada Projetos de Nucleação de Grupos de Pesquisa	Presencial multiplataformas	e Membros e servidores
	Projetos Estratégicos sob demanda	Presencial multiplataformas	e Membros e Servidores
Extensão	Eventos formativos próprios ou associados com os Centros de Apoio Operacionais, Núcleo de Segurança Institucional, Grupo de Combate à Corrupção e Criminalidade e demais setores e órgãos da administração do MPTO.	Presencial multiplataformas	e - Membros e servidores - Acadêmicos interessados nas carreiras do Ministério Público - Representantes das organizações e associações da sociedade civil e instituições parceiras.

Fonte: Cesaf/ESMP

A limitação da realização dos eventos presenciais fortaleceu o uso de tecnologias para atividades à distância. Além da consolidação dos eventos à distância, o ano de 2021 ficou marcado também pelo fato mais importante ocorrido desde a criação do Cesaf/ESMP: o credenciamento do órgão junto ao Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE-TO), que permite ao Centro promover cursos de pós-graduação lato sensu.

Insta destacar que o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público do Tocantins (Cesaf/ESMP) é uma escola de governo que tem como missão promover a formação e o aprimoramento dos membros, servidores e estagiários para o constante fomento da gestão e difusão do conhecimento alinhado às políticas e diretrizes do Ministério Público do Estado do Tocantins na defesa dos direitos fundamentais, da democracia, da

ordem jurídica e dos interesses da sociedade. Para cumprir essa missão, conduz ações consonantes com as necessidades de permanente e deliberado estímulo à aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais a partir do desenvolvimento de competências individuais e coletivas.

Assim, com o credenciamento como Escola Superior do Ministério Público do Tocantins, a instituição amplia suas condições de abranger com maior qualidade todas as atividades que lhe são inerentes nos campos do ensino, pesquisa e extensão, através de um projeto político-pedagógico alinhado ao planejamento estratégico institucional. Ao reunir as condições para ofertar sua primeira pós-graduação lato sensu em Gestão e Governança no Ministério público, o MP do Tocantins, através da sua escola institucional, investe na formação inter e transdisciplinar de seus quadros e da comunidade geral, capacitando e promovendo um diálogo democrático e interdisciplinar, preparando seus membros e servidores para os desafios contemporâneos, que exigem postura crítica, proativa, resolutiva e humanizada.

As ações do Cesaf/ESMP estão estruturadas na forma de apoio aos membros e servidores para o fortalecimento de práticas individuais e coletivas em favor da promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos fundamentais, de modo a formar uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político, considerando os princípios da cidadania, participação, respeito à diversidade sociocultural, autonomia do sujeito, dignidade humana, capacidade ativa de solidariedade, interatividade social e transversalidade, tendo o Direito como fio condutor da interdisciplinaridade idealizada.

O planejamento integrado com a missão estratégica da instituição permite que além de demandas internas de capacitação para o trabalho, a Escola alcance público interno e externo e possa colaborar de forma efetiva na promoção de um desenvolvimento global e inclusivo.

Ao finalizarmos o ano de 2021 e avaliarmos os desafios para o ano vindouro, a Escola Superior do MP do Tocantins inicia o planejamento coletivo de suas ações para o ano de 2022, prevendo entre muitas outras, ações para: fortalecimento das suas trilhas de aprendizagem, internas e conjuntas com outros órgãos e instituições de ensino superior; adequação de seus espaços e infraestrutura e estruturação de sua equipe técnica para consolidação do Cesaf/ESMP e de seus órgãos como a Comissão Permanente de Avaliação, o Conselho Editorial da Revista Jurídica do MP etc. Estão previstas, ainda, a realização de importantes cursos para o ano de 2022, como o Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público e a implantação de programa permanente de formação e capacitação para docentes.

A Escola Superior do Ministério Público que se projeta para o próximo ano é a melhor possível. Que seja ela palco e cenário da produção de conhecimento e saberes, que seja o

espaço da pluralidade de ideias e do pensamento crítico e que projete e construa permanentemente as bases de uma instituição democrática por vocação e aberta à sociedade, contribuindo para a construção de um País mais democrático e melhor para seus cidadãos e cidadãs.

Assim, Destacam-se, do ano de 2021, os seguintes projetos e atividades do Planejamento 2021:

I.Revisão e aprovação das alterações no Plano de Desenvolvimento Institucional do Cesaf/ESMP (2020-2025);

II.Credenciamento como Escola Superior em 04 de agosto de 2021 e a aprovação do primeiro projeto pedagógico de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Governança no MP;

III.Implementação do Programa de Pós-Graduação institucional e abertura da 1º turma;

IV.Implementação do Programa de Estágio para Estudantes de graduação e pós-graduação;

V.Ampliação da Cooperação interinstitucional e comunicação interna;

VI.Abertura de Edital para 19ª edição da Revista Jurídica do MPTO;

VII.Implementação do Projeto de Efetivação das Atividades da Biblioteca do Cesaf/ESMP;

VIII.Implantação do Projeto de Autoavaliação do Cesaf/ESMP e avaliações externas;

IX.Esfera educativo formacional do Cesaf/ESMP;

X.Atividades Consolidadas.

Revisão e aprovação das alterações no Plano de Desenvolvimento Institucional do Cesaf/ESMP (2020-2025)

Em parceria com o Conselho Consultivo e Administrativo do Cesaf/ESMP e Colégio de Procuradores (CPJ) do MPTO, em cumprimento às orientações do Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins (CEE/TO), por meio de reuniões e contatos complementares à visita técnica do CEE/TO, realizada em março de 2021, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Cesaf/ESMP (2020-2025) foi revisado e aprovado pelo CPJ em sessão ordinária, no dia 05 de Julho de 2021, com a expedição da nova Resolução nº 7/2021.

Dentre as modificações realizadas no texto original, destacam-se a inclusão dos seguintes capítulos:

- Responsabilidade e inclusão social;

- Defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial;
- Diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural;
- Formação e capacitação docente;
- Atendimento aos discentes e acompanhamento dos egressos.

Credenciamento como Escola Superior em 4 de agosto de 2021 e a aprovação do primeiro projeto pedagógico de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Governança no Ministério Público

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP) obteve o credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), no dia 27 de Julho de 2021 em plenária ordinária da Câmara de Educação Superior, com publicação do Relatório de Credenciamento no DOE/TO em 4 de Agosto de 2021. Com o credenciamento, o Cesaf/ESMP pôde ofertar o Curso de Pós-Graduação em Gestão e Governança no Ministério Público que se encontra alinhado ao Planejamento Estratégico do MPTO. O curso possui, atualmente, 45 (quarenta e cinco) alunos regularmente matriculados.

Implementação do Programa de Pós-Graduação institucional e abertura da 1º turma de Pós-Graduação lato sensu

O Processo Seletivo do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Governança no Ministério Público foi realizado durante os meses de outubro e novembro de 2021. Abriram-se um total de 45 (quarenta e cinco) vagas totalmente preenchidas. Dentre os discentes destacam-se: 7 (sete) membros do MPTO, 33 (trinta e três) servidores do MPTO; 4 (quatro) representantes da comunidade em geral; 1 (um) representante do Ministério Público de Contas.

Os módulos a serem ministrados foram agrupados em três eixos e contarão com disciplinas como Administração Pública Contemporânea, Teorias Contemporâneas da Democracia, Gestão e Governança do Ministério Público – atores sociais contemporâneos; Gestão Orçamentária e Financeira; Gestão de Promotorias de Justiça; Gestão de Segurança Institucional; Gestão da Tecnologia da Informação e Atividade Finalística do MP; Políticas Públicas – Ministério Público, controle e avaliação; Ministério Público Resolutivo.

A carga horária do curso encontra-se distribuída em 14 disciplinas presenciais, orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e defesa pública de TCC.

Foram realizadas em 2021 as seguintes atividades educativas do Curso de Pós-Graduação: Aula Magna, 2 (dois) módulos de disciplinas e 4 (quatro) atividades extracurriculares para discentes.

A Aula Magna teve como tema “Gestão e Governança nos Ministérios Públicos e sua Interface com o Combate à Corrupção”. Foi realizada no dia 18 de novembro de 2021 e ministrada pelo Promotor de Justiça no estado de São Paulo, Fábio Ramazzini Bechara, Doutor em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (USP), professor dos programas de Graduação e Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo.

O Módulo 1, “Políticas Públicas: Ministério Público, controle e avaliação”, foi realizado nos dias 19 e 20 de novembro pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Antônio Henrique Graciano Suxberger, Doutor em Derechos Humanos y Desarrollo pela Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha.

E o Módulo 2, “Administração Pública Contemporânea”, foi realizado nos dias 10 e 11 de dezembro de 2021 pela Juíza do Rio Grande do Norte, Dra. Ruth Araújo Viana, Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

Para o ano de 2022, já estão confirmados os Módulos 3 e 4, com a participação dos seguintes professores convidados: Prof. Dra. Élide Graziani Pinto, MPC-SP, e Prof. Dr. Oneide Perius, UFT.

Dentre as atividades extracurriculares de acompanhamento para docentes e discentes destacam-se:

- Oficina – Como acessar e postar conteúdos no EadCesaf.
- Instrutor: Coordenador Administrativo Cesaf/ESMP, Fernando Antônio Garibaldi Filho.
- Oficina: Plataforma Proview – Como acessar e realizar pesquisas, realizada pela equipe da plataforma no dia 1 de dezembro de 2021.
- Oficina: Plataforma Fórum – Como acessar e realizar pesquisas, realizada pela equipe da plataforma no dia 2 de dezembro de 2021

Implementação do Programa de Estágio para Estudantes de graduação e pós-graduação no âmbito do MPTO

O Programa de Estágio do MPTO está sob a coordenação do Cesaf/ESMP, que busca auxiliar à Administração Superior, na efetivação de sua vocação regional, procurando antever e atender demandas de atividades educativas. Vale ressaltar que, desde sua implantação, a Resolução do Programa de Estágio do MPTO, passou por adaptações e reformulações, tendo sido implementado no ano de 2021, as modalidades de estágio obrigatório e estágio não-obrigatório de pós-graduação no âmbito do MPTO.

No ano de 2021, foram realizados 2 (dois) processos seletivos e a mudança do Agente Integrador. Um total de 114 (cento e quatorze) estagiários de graduação e 33 (trinta e três) de pós-graduação realizam atividades extracurriculares nas mais diversas promotorias de justiça, procuradorias e setores da atividade-meio da instituição. Com isso, o MPTO conta hoje com 124 (cento e vinte e quatro) estudantes da área do Direito, 2 (dois) de Comunicação Social/Jornalismo, 3 (três) Engenharia Ambiental, 1 (um) Ciências Contábeis, 1 (um) Pedagogia, 1 (um) Serviço Social, 1 (um) Geografia, 3 (três) Gestão Pública, 3 (três) Administração, 4 (quatro) Arquitetura e Urbanismo, 3 (três) Ciência da Computação e 1 (um) Engenharia Civil, vinculados por meio de Termo de Compromisso para atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório.

As vagas do programa de estágio do MPTO são fixadas por meio de portaria e, atualmente, estão distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

Item	Unidade	Localidade	Área	Quantidade
1	Alvorada	Promotoria de Justiça	Direito	1
2		Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
3	Ananás	Promotoria de Justiça	Direito	1
4			Pós-Graduação	1
5	Araguaçu	Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
6	Araguaína	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
7		1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
8		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

9		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
10		3ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
11		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
12		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
13		6ª Promotoria de Justiça	Direito	1
14		8ª Promotoria de Justiça	Direito	1
15		9ª Promotoria de Justiça	Direito	1
16		11ª Promotoria de Justiça	Direito	1
17		12ª Promotoria de Justiça	Direito	1
18		13ª Promotoria de Justiça	Direito	1
19		13ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
20		14ª Promotoria de Justiça	Direito	1
21	Arapoema	Promotoria de Justiça	Direito	1
22		Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
23	Arraias	1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
24	Augustinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
25		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
26		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
27		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
28	Colinas do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

29		2ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
30		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
31		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
32		4ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
33	Colmeia	1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
34		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
35	Dianópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
36		1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
37	Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça	Direito	1
38		Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia	Direito	1
39		Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia	Pós-Graduação	1
40	Gurupi	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
41		3ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
42		4ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
43		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
44		5ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
45	Itacajá	Promotoria de Justiça	Direito	1
46	Itaguatins	Promotoria de Justiça	Direito	1
47	Miracema do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

48	Natividade	Promotoria de Justiça	Direito	1
49	Novo Acordo	Promotoria de Justiça	Direito	1
50	Palmas	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
51		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
52		5ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
53		9ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
54		10ª Promotoria de Justiça	Direito	1
55		13ª Promotoria de Justiça	Direito	1
56		14ª Promotoria de Justiça	Direito	1
57		15ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
58		17ª Promotoria de Justiça	Direito	1
59		17ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
60		19ª Promotoria de Justiça	Direito	1
61		21ª Promotoria de Justiça	Direito	1
62		21ª Promotoria de Justiça	Direito	1
63		23ª Promotoria de Justiça	Direito	1
64		23ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
65		24ª Promotoria de Justiça	Direito	1
66		24ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

67		24ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
68		26ª Promotoria de Justiça	Direito	1
69		27ª Promotoria de Justiça	Direito	1
70		27ª Promotoria de Justiça	Direito	1
71		Área de Suporte de Serviços Administrativos	Ciências Contábeis	1
72		Assessoria de Comunicação	Jornalismo	1
73		Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia	Arquitetura e Urbanismo	1
74		Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia	Pós-Graduação	1
75		Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia	Pós-Graduação	1
76		Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher	Serviço Social	1
77		Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher	Pedagogia	1
78		Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público	Pós-Graduação	1
79		Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Arquitetura e Urbanismo	1
80		Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Comunicação Social – Jornalismo	1
81		Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e	Engenharia Ambiental	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

	Meio Ambiente	e Sanitária	
82	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Engenharia Ambiental e Sanitária	1
83	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Engenharia Ambiental e Sanitária	1
84	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Arquitetura e Urbanismo	1
85	Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente	Geografia	1
86	Centro de Apoio Operacional da Saúde	Direito	1
87	Centro de Apoio Operacional do Saúde	Direito	1
88	Departamento Administrativo	Tecnologia em Gestão Pública	1
89	Departamento Administrativo	Tecnologia em Gestão Pública	1
90	Departamento Administrativo	Pós-Graduação	1
91	Departamento de Licitações	Pós-Graduação	1
92	Diretoria-Geral	Direito	1
93	Força-Tarefa Ambiental	Direito	1
94	Força-Tarefa Ambiental no Araguaia	Direito	1
95	Força-Tarefa Ambiental no Araguaia	Direito	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

96		Força-Tarefa Ambiental no Bico do Papagaio	Direito	1
97		Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins	Pós-Graduação	1
98		Ouvidoria	Direito	1
99		Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia	Direito	1
100		Promotoria de Justiça Regional Ambiental da Bacia do Alto e Médio Araguaia	Direito	1
101		26ª Promotoria de Justiça da Capital	Direito	1
102		26ª Promotoria de Justiça da Capital	Direito	1
103		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI	Ciência da Computação	1
104		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI	Ciência da Computação	1
105		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI	Ciência da Computação	1
106	Paraíso do Tocantins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
107		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
108		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
109		3ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
110		3ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Tabela 5.3.2. 1 – Relação de Bolsa Estágio, em 2021

111		4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
112		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
113	Peixe	Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
114	Pium	Promotoria de Justiça	Direito	1
115	Porto Nacional	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
116		1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
117		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
118		5ª Promotoria de Justiça	Direito	1
119		6ª Promotoria de Justiça	Direito	1
120		7ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
121		7ª Promotoria de Justiça	Direito	1
122	Taguatinga	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
123		1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
124	Tocantinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
125		3ª Promotoria de Justiça	Pós-Graduação	1
126	Wanderlândia	Promotoria de Justiça	Direito	1
Total				126

Fonte: Cesaf/ESMP

O Cesaf/ESMP possui, atualmente, como parceira a Universidade Patativa do Assaré, Agente Integradora para realização das atividades do Programa de Estágio. Ela possui dentre suas

funções a observância dos trâmites sobre recrutamento, gerenciamento administrativo sobre prazo de validade do estágio, organização de Termos de Compromisso e Avaliação, além do gerenciamento de pagamento de bolsa-auxílio.

Destaca-se no ano de 2021 como atividade de formação para os estagiários o Webinário Temático “O estagiário no contexto do Planejamento e Gestão de Carreira”, realizado no dia 18 de Agosto, em comemoração ao Dia do Estagiário. Foram convidados como palestrantes: João Brayam Rodrigues de Freitas, Consultor de Inovação em Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, e Leonardo Maximiano Silva, Consultor em Desenvolvimento Pessoal.

Ampliação da Cooperação interinstitucional e comunicação interna

O Cesaf/ESMP desenvolveu parcerias internas (com Caops, coordenadores de núcleos e de comissões, chefes de setores) e externas (demais centros de estudos e escolas superiores dos Ministérios Públicos estaduais, Enamp, Cdemp, escolas superiores dos Ministérios Públicos do Paraná, Espírito Santo e Goiás, outras instituições de ensino superior e demais escolas de governo) para produção de trilhas de aprendizagens compartilhadas.

Sobre essas atividades, destaca-se um total de 8 (oito) atividades presenciais com parceiros internos institucionais; 15 (quinze) eventos a distância com parceiros internos institucionais; 12 (doze) eventos a distância com parceiros externos institucionais. Os quadros 1, 2 e 3 descrevem as atividades de forma analítica. No total de carga horária de formação, para eventos presenciais com parceiros internos, realizaram-se 70 horas e 30 minutos, com 305 participantes presentes; para eventos a distância com parceiros internos, um total de 50 horas com 1795 participantes presentes; para eventos a distância com parceiros externos, realizaram-se 27 horas de capacitação. Conforme gráfico cedido pela Escola Superior do Ministério Público do estado de Goiás, houve participação efetiva dos integrantes do MPTO em duas Trilhas Conjuntas Compartilhadas (MP Resolutivo e Extrajudicial: Práticas Inovadoras e Compliance e Direitos Humanos), totalizando 54 participantes.

Tabela 5.3.2.2 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição /Área	Certificados/ Concluintes	Carga/ Horária	Período
1	XI Semana da Saúde – O autoconhecimento pelo olhar da saúde	Setor de Saúde	5	4h30	25 a 28/10/2021

Tabela 5.3.2.2 – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição /Área	Certificados/ Concluintes	Carga/ Horária	Período
2	Curso Estratégias e Segredos do Tribunal do Júri	Procuradoria-Geral de Justiça	47	18h	03 a 05/11/2021
3	Palestra – Segurança para quê?	Núcleo de Inteligência Institucional – NIS	45	2h	08/11/2021
4	Oficina de Compostagem e Resíduos Sólidos Urbanos	Caoma	28	24h	22, 23 e 24/11/2021
5	IV Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do Ministério Público. Diálogos necessários entre MP e Gestores Municipais sobre a garantia do direito à Educação e responsabilização durante e pós-pandemia	Caopije	105	12h	29 e 30/11/2021
6	Palestra – Dia Nacional das Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos: Estatuto da Mulher Parlamentar	CAOCCID/Núcleo Maria da Penha	39	3h	29/11/2021
7	Palestra – Movimentos, Resistências e Desafios Atuais para a garantia dos Direitos Humanos	CAOCCID/Núcleo Maria da Penha	28	3h	09/12/2021
8	Mesa-Redonda: Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres	CAOCCID/Núcleo Maria da Penha	08	4h	10/12/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.3 – Oferta de eventos a distância de parceiros internos compartilhados com o Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Workshop: Eleições Municipais 2020 e atuação do MP pós-eleição	GT Eleitoral	36	3h30	11/02/2021
2	Workshop: A Neurociência aplicada ao processo de convencimento no Tribunal do Júri	MPNuJúri	107	3h	18/03/2021
3	Workshop: Análise comportamental aplicada ao interrogatório forense	MPNuJúri	22	2h30	23/04/2021
4	Curso de atualização: O MP e a violência de gênero e institucional – atualização dos novos modelos	CAOCCID/ Núcleo Maria da Penha	68	6h	10 e 24/05/2021
5	Encontro Virtual: Violência Sexual contra crianças e adolescentes no estado do Tocantins – reflexões e desafios no contexto da pandemia	CAOPIJE	258	3h	18/05/2021
6	Webinário sobre “Emprego de Fontes Abertas na atividade investigatória do MPTO	NIS	20	2h30	18/06/2021
7	Ciclo de Debates: Acordo de não persecução civil e os impactos na atuação do Ministério Público	ATMP	144		25/06/2021
8	Webinário “A atividade de Segurança Institucional e sua importância para o MP	NIS	39		13/08/2021
9	III Ciclo de Debates sobre Educação e Atuação do MP: Novo Fundeb – marcos normativos e operacionais e sua fiscalização pelo MP	Caopije	262	3h/6h	24 e 25/08/2021
10	Webinário – O fortalecimento da política socioeducativa com foco nas medidas em meio aberto.	Caopije	144	3h	15/09/2021
11	Workshop – Investigação em Ambiente Cibernético	NIS	63	3h	19/10/2021

Tabela 5.3.2.3 – Oferta de eventos a distância de parceiros internos compartilhados com o Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
12	XI Semana da Saúde – O autoconhecimento pelo olhar da saúde	Sector de Saúde	96	4h30	25 a 28/10/2021
13	Palestra – Segurança para quê?	NIS	465	2h	08/11/2021
14	Oficina – Plataforma Proview – como acessar e realizar pesquisas	Plataforma Proview	46	3h	01/12/2021
15	Treinamento Online – Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico	Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico	25	3h	02/12/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.4 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf/ESMP na comissão organizadora, em 2021.

Item	Evento	Instituição	Representação Cesaf/ESMP na Comissão Organizadora	Período
1	Trilhas de aprendizagem Compartilhada – Prova sem conhecimento? a distribuição do erro de falsas absolvições e falsas condenações nas decisões sobre a suficiência da prova. - Jordi Ferrer	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	14/07/2021
2	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – MP e tutela do direito à Saúde	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	03/08/2021
3	Trilha de Aprendizagem Compartilhada- Webinar “Justiça de transição corporativa”	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	04/08/2021
4	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – MP e a tutela do direito à Educação	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	17/08/2021
5	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – O MP, a negociação e o cumprimento de	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	25/08/2021

Tabela 5.3.2.4 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf/ESMP na comissão organizadora, em 2021.

Item	Evento	Instituição	Representação Cesaf/ESMP na Comissão Organizadora	Período
	acordos na área ambiental			
6	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – Ministério Público e a Tutela do Meio Ambiente	(MPGO, MPTO)	MPES, Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	31/08/2021
7	Trilha Compartilhada – Webinário Violação de Direitos humanos	(MPGO, MPTO)	MPES, Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	01/09/2021
8	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – 1º Curso Nacional – Processo Administrativo Disciplinar: Regime Disciplinar de membros do MP	(MPGO, MPTO)	MPES, Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	05 e 06/10/2021
9	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – Compliance, novas tecnologias e Direitos Humanos	(MPGO, MPTO)	MPES, Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	06/10/2021
10	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – Grupo de Estudos Direito Probatório Módulo 1 – Prova e verdade. Dois modelos de Direito Probatório. Convencimento subjetivo e justificação racional. Módulo 2 – Processo Acusatório, Inquisitório e Cooperativo. Sistema Acusatório e Atuação no Processo Penal em matéria probatória. Distribuição de trabalho entre juiz e partes em matéria probatória. Módulo 3 – Momentos ou fases da prova: a) proposição e organização; b) produção; d) Decisão. Normas constitucionais e direito constitucional à prova. Exclusão da palavra “livre”. Valoração racional da prova. Meios, ônus, deveres e produção de provas no processo. Módulo 4 – A completude tendencial probatória, os ônus, direitos e deveres e os sujeitos	(MPGO, MPTO)	MPES, Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	26/10/2021; 09/11/2021; 16/11/2021 23/11/2021; 30/11/2021

Tabela 5.3.2.4 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf/ESMP na comissão organizadora, em 2021.

Item	Evento	Instituição	Representação Cesaf/ESMP na Comissão Organizadora	Período
	processuais. A importância da fase da organização. Módulo 5 - Indícios, presunções e máximas da experiência. A lógica da corroboração e a IME (Inferência a melhor explicação)			
11	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – Webinar Projeto de Lei sobre o novo CPP	(MPGO, MPES, MPTO)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	20/10/2021
12	Trilha de Aprendizagem Compartilhada – Webinar – O futuro do processo coletivo brasileiro	MPGO, MPES, MPTO, MPSP)	Diretora-Geral do Cesaf/ESMP	12/11/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

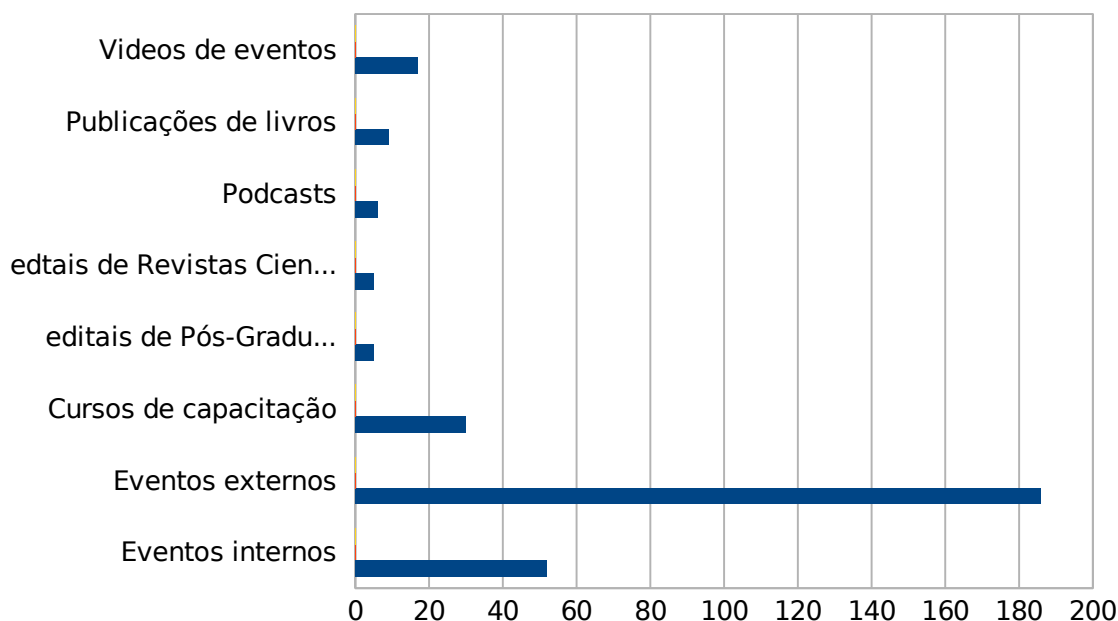
O Plano de Comunicação do Cesaf/ESMP se consolidou no ano de 2021, visto que o contato direto com os integrantes do Ministério Público do estado do Tocantins (MPTO) continuam em duas frentes abertas no início do período da pandemia em 2020. Atualmente, eventos internos, externos, cursos de capacitação e aperfeiçoamento, editais de Pós-Graduação, editais para submissão de artigos científicos, podcasts, vídeos de eventos e cursos e publicações de livros são organizados e disponibilizados para consulta por meio do Informativo Cesaf/ESMP e grupo de comunicação direta, CESAF/MPTO Comunicações, por meio do aplicativo whatsapp.

O Cesaf/ESMP, em parceria com os Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Escolas Superiores do Ministério Públicos e demais órgãos parceiros, desde o início do período de isolamento social, vem trabalhando para garantir, mesmo no período atual de pandemia, a continuidade de ofertas de capacitações e aperfeiçoamento aos integrantes do Ministério Público de uma forma geral. Para garantir essa efetividade nos trabalhos, o compartilhamento de atividades educativas foi um requisito necessário para o sucesso.

No decorrer de 2021, o Cesaf/ESMP divulgou por meio de seus canais de comunicação 52 (cinquenta e dois) eventos internos; 186 (cento e oitenta e seis) eventos externos; 30 (trinta) cursos de aperfeiçoamento e capacitação; 05 (cinco) editais de Pós-Graduação; 05 (cinco) editais para submissão de artigos científicos; 06 (seis) podcasts; 09 (nove) publicações de livros e 17 (dezessete) vídeos de eventos para consulta. O gráfico 1 representa esses dados

apresentados. Vale destacar, também, que foram 310 atividades divulgadas, e 3.606 certificados e declarações emitidos.

Gráfico 5.3.2.1 – Dados sobre Plano de Comunicação Cesaf/ESMP



Fonte: Cesaf/ESMP

Abertura de Edital para 19ª edição da Revista Jurídica do MPTO.

A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins buscou consolidar-se, no ano de 2021, por meio de um formato eletrônico, nesses tempos de tecnologias digitais e reaprendizagem dos leitores no acesso e uso de publicações não mais impressas e físicas. Esse novo formato facilita a submissão de artigos para publicação, por meio da plataforma OJS, que permite maior alcance e difusão do que no formato impresso.

A 19ª edição da Revista foi fechada em dezembro de 2021, contando com 9 (nove) artigos com temáticas atuais ao Ministério Público e ao meio jurídico. Sobre os sempre polêmicos temas de controle pelo Ministério Público de políticas públicas e da correta aplicação dos recursos públicos, os textos: “Breves considerações sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a atuação do Ministério Público”; “Contratação de artistas por inexigibilidade de licitação: cautelas e pressupostos legais” e “Efetividade da tutela jurídica do idoso e a responsabilidade civil do estado”.

Sobre as grandes transformações promovidas na sociedade pela Revolução Tecnológica que atinge também as relações jurídicas e concepções de direitos os textos: “Análise do conflito entre a privacidade do falecido e a sucessão dos herdeiros na herança digital”; “O impacto

dos marketplaces digitais na responsabilidade civil” e “Avaliação da atuação do CNJ na última década”.

Na seara penal, “Reflexões sobre o processo penal contemporâneo: verdade real versus verdade processual”. E por fim, a temática da pandemia da Covid-19 e suas consequências jurídicas foi abordada no artigo “A Revisão Geral anual do subsídio de vereadores como direito constitucional na apreciação dos Tribunais de Contas” e no texto “Atuação do Ministério Público na defesa da saúde durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19)”.

Nesta nova etapa da nossa Escola, novos desafios são colocados para a Revista Jurídica, dentre os quais o de buscar mais interação institucional e exogenia dos textos, o que ensejará múltiplas visões sobre os mais diversos temas, em consonância com as diretrizes que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) estabelece como caminho a ser trilhado rumo ao futuro.

Implementação do Projeto de Efetivação das Atividades da Biblioteca do Cesaf/ESMP.

Foi realizado um Estudo sobre o Uso e Usuários da Biblioteca, com o objetivo de aprimorar o planejamento, funcionalidades e serviços disponibilizados pelo setor aos integrantes do Ministério Público do Tocantins e o devido alinhamento com o Planejamento Estratégico do órgão Ministerial. A pesquisa é resultado do desdobramento das atividades do Grupo de Trabalho composto para realização do "Projeto de efetivação das atividades da Biblioteca do Cesaf/ESMP, que visa definir critérios para composição do acervo e atividades afetas com o fim de auxiliar o MPTO na consecução de sua missão institucional.

O Cesaf/ESMP adquiriu a Plataforma Fórum, Proview (Revista dos Tribunais) e Minha Biblioteca para auxiliar o acesso de membros e servidores tanto da capital quanto das comarcas do interior do estado e está adquirindo sistema de gerenciamento para a implementação das atividades da Biblioteca.

Implantação do Projeto de Autoavaliação do Cesaf/ESMP e avaliações externas.

O Cesaf/ESMP estabeleceu a partir de seu Regimento Geral a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A Comissão que está prevista nos termos do inciso I, do artigo 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (SINAES), coordena os processos internos de avaliação do Cesaf/ESMP, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Sistema Estadual de Ensino e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal ligada ao Ministério da Educação. Também compete à CPA zelar pelo alcance dos

objetivos institucionais previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos projetos de cursos de pós-graduação.

É composta pelas Coordenadorias do Cesaf/ESMP; representante do Departamento de Planejamento e Gestão do MPTO, representante do Corpo Docente, representante do Corpo Discente e representante de coordenadores dos cursos de pós-graduação.

No ano de 2021, a CPA realizou 1 (uma) reunião ordinária com o desenvolvimento de formulário de avaliação de cursos e eventos internos para aplicação a partir de 2022.

Esfera educativo-formacional

A esfera educativo-formacional engloba atividades institucionais realizadas sob a responsabilidade direta do Cesaf/ESMP, dentre as quais se destacam:

- a) eventos presenciais/EAD sob responsabilidade direta do Cesaf/ESMP;
- b) registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos;
- c) atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf/ESMP
- d) ampliação da cooperação interinstitucional.

O Cesaf/ESMP realizou sob a responsabilidade direta 1 (um) evento presencial e 12 (doze) eventos a distância, com participação de 1506 (mil quinhentos e seis) concluintes e 117 (cento e dezessete) horas de capacitação; registrou a finalização de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu de 3 (três) integrantes, totalizando 1420 (mil quatrocentas e vinte) horas de capacitação e ainda 26 (vinte e seis cursos) com participação de 46 integrantes, totalizando 1.118 horas e 30 minutos de capacitação. Os quadros abaixo descrevem as atividades de forma analítica.

Tabela 5.3.2.5– Eventos presenciais sob direta responsabilidade do Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Objetivo	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Evento – Sociedade para todas as Idades: integração em rede para a garantia da dignidade e cidadania	Fomentar o debate e a criação de políticas públicas com foco no envelhecimento populacional, capazes de promover qualidade de vida e saúde para os idosos.	39	2 horas	06/10/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.6 – Oferta de eventos a distância sob direta responsabilidade do Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Semana da Mulher no MP: Recuperando histórias para fortalecer redes de solidariedade	Cesaf/ESMP	52	10h	08 a 12/03/2021
2	Curso de atualização: Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021)	Cesaf/ESMP	296	12h	21, 27 e 28/05/2021
3	Webinário sobre Educação Prisional: Projeto rompendo limites rumo à Universidade	Cesaf/ESMP	47	3h	11/06/2021
4	Webinário temático – O estágio no contexto do Planejamento e Gestão de Carreira	Cesaf/ESMP	53	3h	18/08/2021
5	Curso de Português Jurídico	Cesaf/ESMP	316	9h	02 e 03/09/ 2021; 21/10/ 2021
6	Curso de Atualização sobre A Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 14.230/2021)	Cesaf/ESMP	209	6h	11 e 12/11/ 2021
7	Palestra – Dia da Consciência Negra – O Sistema de Justiça e o Enfrentamento do Racismo Estrutural e Institucional	Cesaf/ESMP/ CAOCCID	37	2h	18/11/2021
8	Aula Magna – Pós-Graduação em Gestão e Governança no Ministério Público	Cesaf/ESMP	28	4h	18/11/2021
9	Módulo 1 – Pós-Graduação em Gestão e Governança no Ministério Público (Disciplina: Políticas Públicas – Ministério Público, controle e avaliação)	Cesaf/ESMP	45	30h	19 e 20/11/ 2021
10	Workshop para utilização do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext)	Cesaf/ESMP	212	3h	03/12/2021
11	Módulo 2 – Pós-Graduação em Gestão e Governança no Ministério Público (Disciplina: Administração)	Cesaf/ESMP	45	30h	10 e 11/12/2021

Tabela 5.3.2.6 – Oferta de eventos a distância sob direta responsabilidade do Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
	Pública Contemporânea)				
12	Workshop para utilização do Sistema de Processo Eletrônico (eproc)	Cesaf/ESMP	127	3h	13/12/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.7– Cursos presenciais externos com participação de integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Pós-Graduação Lato Sensu em Teoria e Prática do Direito Privado	ESMAT	1	360h	15/10/2018 a 16/10/2020.
2	1º Semana da Saúde de Servidores e magistrados do Poder Judiciário do Tocantins	ESMAT	1	12h	29 e 30/08/2021
3	Curso de Pós-Graduação lato Sensu em Gestão de Organizações do Poder Judiciário e do Ministério Público	Unyleya	1	260h	29/01/2020 a 17/12/2020.
4	Curso de Doutorado em Direito	Uniceub	1	800h	2018/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.8 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf/ESMP, com participação de integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Seminário Nacional de Controle Interno nas contratações Públicas	Grupo Negócios Públicos	1	24h	08, 09 e 10/11/2021

Tabela 5.3.2.8 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf/ESMP, com participação de integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
2	Curso de Elaboração de Atos Normativos	Instituto Educere	16	40h	05/07 a 05/08/2021
3	Seminário Nacional de Controle Interno nas contratações Públicas	Grupo Negócios Públicos	01	24h	08 a 10/11/2021
4	1º Curso Nacional de Procedimento Administrativo Disciplinar – Regime Disciplinar de Membros do MP	Escola Superior do MPPR	2	8h	05 e 06/10/2021.
5	Curso Introdução ao pensamento computacional	Pensamento computacional	1	30h	08/06 a 07/10/2021
6	Curso de Aplicabilidade do Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do regime disciplinar	UNICET	3	04h	29/06/2021
7	Curso Excelência no Atendimento	Instituto Legislativo Brasileiro	2	20h	04 a 24 /05/2020
8	Curso Linguagem Simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?	ENAP	1	20h	01 a 21/08/2021
9	Certificado em Ouvidoria – Comunicação não Violenta	CNMP	1	12h	05/07/2021
10	Curso Assédio Moral e Sexual no Trabalho	Instituto Legislativo Brasileiro	1	06h	04 a 24/05/2021
11	Curso Ética e Serviço Público	ENAP	1	20h	03/05 a 02/06/2020
12	Curso Gestão em Ouvidoria	ENAP	1	20h	03/06 a 03/07/2019
13	Curso de Resolução de Conflitos Aplicado ao Contexto das	ENAP	1	20h	22/10 a 21/11/2019

Tabela 5.3.2.8 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf/ESMP, com participação de integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
	Ouvidorias do MP				
14	Curso Sistema Eletrônico de Informações - SEI	ENAP	2	20h	03/05 a 02/06/ 2020
15	Noções Básicas do Trabalho Remoto	ENAP	1	10h	01 a 11/08/ 2021
16	Curso Tratamento de Denúncias em Ouvidoria para MP	ENAP	1	20h	29/10 a 28/11/ 2019
17	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	Instituto Legislativo Brasileiro	1	20h	04 a 18/07/2021
18	Curso Provas no Processo Administrativo Disciplinar	ENAP	1	20h	11/05 a 10/06/2019
19	XIII Congresso Internacional em Direitos Humanos	ESMAT	1	24h	14 a 25/10/2021
20	1º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos da EMD	Escola Mineira de Direito (EMD)	1	20h	23/11/20221
21	Ciclo de Debates sobre o Marco Legal de Ciência, tecnologia e Inovação: Desafios e Dificuldades na Implementação	TCU	1	11h	25/07 a 07/08/2021
22	Elaboração de Materiais e Ferramentas Digitais	MPPR	1	2h	27/09/2021
23	Intensivo de Sistemas: FalaBR, Módulo de tratamento e conselho de usuários de Serviços Públicos	Controladoria-Geral da União	1	9h	27/09/2021
24	Curso de LGPD: Governança e Estrutura de Segurança	Logos	1	45h	22/02 a 07/04/2021

Tabela 5.3.2.8 – Cursos à distância em parceria com o Cesaf/ESMP, com participação de integrantes do MPTO.

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
25	Encontro Nacional de Tecnologia da Inovação do Ministério Público	Judiciário Exponencial	1	13h30	24 a 25/02/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Em relação às atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf/ESMP, destaca-se a participação da equipe da Escola Superior em 2 (dois) Grupos de Trabalho; Apoio técnico em 7 (sete) atividades de Promotorias de Justiça, Caops e Cerimonial; Apoio técnico na produção videográfica de 5 (cinco) programas e campanhas institucionais; e Apoio técnico em 30 (trinta) sessões do CPJ e CSMP; e por fim, representação institucional em 6 (seis) eventos externos. Os quadros a seguir descrevem as atividades de forma analítica.

Tabela 5.3.2.9– Atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf/ESMP.

Item	Evento	Atuação Cesaf/ESMP	Quantidade	Carga Horária
1	Grupo de Trabalho para criação e regulamentação do Programa de Residência Ministerial (Portaria n. 197/2021 de 26 de fevereiro de 2021)	Membro do GT	1 reunião	1h48
2	Grupo de Trabalho para estruturação da Biblioteca (Portaria n. 318/2021 de 30/03/2021)	Presidente e membros do GT	1 reunião	1h44
3	11º Encontro Operacional dos Promotores de Justiça da área da Infância, Juventude e Educação	Apoio técnico	1 evento	3h
4	Oficinas de Gravimetria e diretrizes para elaboração/ revisão dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos	Apoio técnico	2 eventos	16h
5	Projeto MP Sexta Cult	Apoio técnico	2 eventos	8h
6	Programa MP em ação	Apoio técnico	7 programas	31h

Tabela 5.3.2.9– Atividades institucionais do MPTO com participação do Cesaf/ESMP.

Item	Evento	Atuação Cesaf/ESMP	Quantidade	Carga Horária
7	Quadro MP Responde	Apoio técnico	3 quadros	9h
8	Reunião CAOPIJE (Conselhos Tutelares)	Apoio técnico	1 evento	3h30min
9	Workshop de Segurança Institucional	Apoio técnico	1 evento	6h
10	Gravação de VT (ASCOM)	Apoio técnico	1 vídeo	7h
11	Audiência Pública - Promotoria da Saúde	Apoio técnico	1 evento	3h
12	Gravação de videocast - “Projeto Aprendendo Direito e Resgatando Cidadania”	Apoio técnico	1 vídeo	9h
13	Campanha Desaparecidos	Apoio técnico	1 campanha	3h
14	Campanha Institucional nas Redes Sociais sobre o novo Código de Processo Penal	Apoio técnico	1 campanha	1h
15	Curso de Medidas de Segurança Institucional para Membros do Ministério Público,	Apoio técnico	1 evento	4h
16	Sessões Ordinárias/Extraordinárias/Solenes do Colégio de Procuradores de Justiça	Apoio técnico	17 sessões	8h19
17	Sessões Ordinárias/Extraordinárias do Conselho Superior do Ministério Público	Apoio técnico	13 sessões	7h48

Fonte: Cesaf/ESMP

Tabela 5.3.2.10 – Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf/ESMP.

Item	Eventos de interesse Institucional	Objetivo	Período
1	Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP)	Representante do Cesaf/ESMP (TO)	17/03/2021
2	Grupo de Trabalho CDEMP: Grupo 1 Atuação Integrada	Representante do Cesaf/ESMP (TO) para organização de Trilhas de Aprendizagem Compartilhadas	06/2021 a 12/2021
3	Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP)	Representante do Cesaf/ESMP (TO)	08/08/2021
4	Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP)	Representante do Cesaf/ESMP (TO)	08/09/2021
5	Aula Magna: Curso de Pós-Graduação em Comunicação Jurídica estratégica na era digital	Representante do Procurador-Geral de Justiça	10/12/ 2021
6	Seminário de Superação da Crise Educacional	Palestrante de evento	01/12/2021

Fonte: Cesaf/ESMP

Atividades consolidadas do Cesaf/ESMP

Com os recursos humanos e materiais disponíveis para o ano de 2021 foi possível ao Cesaf/ESMP organizar, intermediar e/ou realizar diretamente as seguintes atividades relacionadas aos três eixos: Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 5.3.2.11 – Atividades Consolidadas do Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Descrição das atividades	Quantidade
1	Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf/ESMP	1
2	Eventos presenciais em parceria compartilhados com o Cesaf/ESMP	8

Tabela 5.3.2.11 – Atividades Consolidadas do Cesaf/ESMP, em 2021

Item	Descrição das atividades	Quantidade
3	Eventos à distância realizados pelo Cesaf/ESMP	27
4	Eventos externos de parceiros com participação de integrantes do Cesaf/ESMP	12
5	Cursos presenciais externos com a participação de integrantes do MPTO	5
6	Cursos à distância em parceria com o Cesaf/ESMP com participação de integrantes	26
7	Atividades institucionais do MPTO realizadas com a participação do Cesaf/ESMP	25
8	Declarações/Certificados expedidos	3.606
9	Editais publicados	32
10	Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	21
11	Pareceres emitidos	8
12	Ofícios expedidos	179
13	Ofícios Circulares expedidos	4
14	Memorandos expedidos	6
15	Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf/ESMP	6
16	Acordos de Cooperação firmados	3
17	Propostas de alterações normativas	1
18	Ações de estruturação	1
19	Publicações (Revista Jurídica do MPTO)	1

Fonte: Cesaf/ESMP

5.3.3 Cartório de Distribuição

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

O trabalho é regulamentado por meio do Ato no 82/2013, que dispõe sobre autuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

No final do ano de 2016, foi criado o Sistema E-Ext, que inovou na movimentação dos processos extrajudiciais eletronicamente, não apenas na Capital, mas com atuação nas comarcas do interior do estado, facilitando o registro, a distribuição e encaminhamento dos referidos autos, assim como o acompanhamento da parte interessada, via web.

A partir do mês de maio de 2021 houve a junção dos Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância com o setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico e por consequência, a substituição de chefia do Cartório. Com esse advento, alguns serviços foram reestruturados e outros passaram a integrar o setor, conforme especificado abaixo:

- Diligências – foi implantado um sistema de distribuição por rota, consistindo na divisão dos endereços de Palmas conforme a distância e um rodízio entre os oficiais de diligências nas rotas, para que o serviço seja distribuído de forma equânime.

- Planilhas de controle das diligências encaminhadas – as planilhas que eram preenchidas manualmente foram trocadas para planilhas eletrônicas, com projeto para que em 2022 as diligências realizadas no sistema e-Ext sejam emitidas de forma automática, por meio do sistema e-Ext.

- Diligências encaminhadas por meio eletrônico – foi criado um e-mail único e institucional dos oficiais de diligências oficiais@mpto.mp.br, que passou a ser utilizado no lugar dos e-mails dos próprios oficiais, garantindo assim acesso permanente às informações institucionais, que antes eram de acesso exclusivo do servidor e se perdiam com seu desligamento da instituição.

- Habilitações de casamento – o Cartório de 1ª Instância passou a receber as habilitações de casamento e encaminhá-las aos Cartórios de Registro de Pessoas, com as manifestações da Promotoria de Justiça.

•Certidão – a emissão de certidões do Ministério Público, solicitadas via protocolo, passaram a ser gerenciadas pelo cartório, que encaminha o pedido de informação às Promotorias de Justiça e, após conferência, emite certidão única. Esse novo procedimento permitiu controlar a quantidade de certidões solicitadas ao Ministério Público, bem como possibilitou à sociedade o acesso único e padronizado ao serviço.

•Redistribuição do serviço do Cartório de 2ª Instância – o Cartório de 2ª Instância teve o seu serviço reorganizado, passando ser responsabilidade da encarregada de área realizar a análise dos processos.

•Planilhas de acompanhamento do Cartório de 2ª Instância – com relação às intimações de Promotores de Justiça nos processos de 2º grau, passou ser necessário o preenchimento de planilhas eletrônicas para acompanhamento, reduzindo consideravelmente a quantidade de vinculações equivocadas nas intimações subsequentes. Foi estabelecida também uma planilha eletrônica para controle das intimações de Tribunais Superiores.

Além dos serviços que serão apresentados e quantificados abaixo, a chefia do cartório e suporte dos sistemas de processos eletrônico participa de reuniões, comitês e comissões que tratem do desenvolvimento e implantação de sistemas finalísticos, tabelas taxonômicas, portal da transparência, proteção de dados e outras matérias afins aos assuntos dos setores mencionados.

A seguir, apresentam-se a descrição e os dados dos serviços prestados pelos três setores:

•Chamados atendidos via e-chamados – São as solicitações de melhoria nos sistemas e-Proc, e-Ext, Pje Eleitoral e Seeu, ou alteração de processos e procedimentos nos referidos sistemas.

Tabela 5.3.3.1 - Chamados atendidos via e-chamados

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	215
2	Fevereiro	312
3	Março	344
4	Abril	299
5	Maio	240

Tabela 5.3.3.1 - Chamados atendidos via e-chamados

6	Junho	218
7	Julho	258
8	Agosto	291
9	Setembro	267
10	Outubro	231
11	Novembro	214
12	Dezembro	180
13	Total	3.069

Fonte: Setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico

•Processos corrigidos com envio equivocado pelo Judiciário – São processos judiciais que foram distribuídos erroneamente pelos servidores do Judiciário. O setor de suporte corrige a vinculação dos membros conforme a sua atribuição.

Tabela 5.3.3.2 - Processos corrigidos com envio equivocado pelo Judiciário

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	325
2	Fevereiro	253
3	Março	267
4	Abril	356
5	Maio	343
6	Junho	338
7	Julho	388

Tabela 5.3.3.2 - Processos corrigidos com envio equivocado pelo Judiciário

8	Agosto	438
9	Setembro	308
10	Outubro	345
11	Novembro	289
12	Dezembro	420
13	Total	4.070

Fonte: Setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico

•Plantões agendados – Semanalmente, o Setor de Suporte confirma os plantões e realiza o agendamento no sistema e-Proc.

Tabela 5.3.3.3 - Plantões agendados

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	3
2	Fevereiro	4
3	Março	5
4	Abril	4
5	Maio	4
6	Junho	4
7	Julho	5
8	Agosto	4
9	Setembro	4
10	Outubro	5

Tabela 5.3.3.3 - Plantões agendados

11	Novembro	4
12	Dezembro	5
13	Total	51

Fonte: Setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico

•Afastamentos realizados – o setor de suporte acompanha diariamente os afastamentos de membros e faz a transferência dos processos nos sistemas e- Proc, Pje Eleitoral e Seeu.

Tabela 5.3.3.4 - Afastamentos realizados

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	43
2	Fevereiro	16
3	Março	10
4	Abril	16
5	Maio	17
6	Junho	16
7	Julho	52
8	Agosto	24
9	Setembro	26
10	Outubro	24
11	Novembro	24

Tabela 5.3.3.4 - Afastamentos realizados

12	Dezembro	52
13	Total	320

Fonte: Setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico

•Habilitações de casamento encaminhadas – o cartório de 1ª instância encaminha aos cartórios de registro de pessoas os pareceres em habilitação de casamento da promotoria da Capital. Ressalto que esse serviço só passou a ser realizado a partir do mês de abril.

Tabela 5.3.3.5 - Habilitações de casamento encaminhadas

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	0
2	Fevereiro	0
3	Março	0
4	Abril	2
5	Maio	3
6	Junho	2
7	Julho	7
8	Agosto	4
9	Setembro	0
10	Outubro	2
11	Novembro	2
12	Dezembro	2
13	Total	24

Tabela 5.3.3.5 - Habilitações de casamento encaminhadas

Fonte: Setor de Suporte dos Sistemas de Processo Eletrônico

•Certidões emitidas – o cartório de 1ª instância recebe as solicitações de certidão de procedimentos extrajudiciais, processa a consulta e emite as certidões solicitadas.

Tabela 5.3.3.6 - Certidões emitidas

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	0
2	Fevereiro	3
3	Março	8
4	Abril	10
5	Mai	10
6	Junho	9
7	Julho	17
8	Agosto	14
9	Setembro	34
10	Outubro	22
11	Novembro	19
12	Dezembro	34
13	Total	180

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Diligências entregues – o cartório de 1ª instância recebe e distribui, aos oficiais de diligências, as diligências destinadas a serem entregues em Palmas. Os oficiais, por sua vez, realizam o cumprimento das diligências, que podem ser entregues, ou certificadas.

Tabela 5.3.3.7 - Diligências entregues

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	470
2	Fevereiro	789
3	Março	1032
4	Abril	813
5	Maio	820
6	Junho	804
7	Julho	702
8	Agosto	740
9	Setembro	801
10	Outubro	773
11	Novembro	832
12	Dezembro	470
13	Total	789

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Procedimentos extrajudiciais distribuídos – o cartório de 1ª instância realiza a análise, autuação e distribuição dos procedimentos extrajudiciais.

Tabela 5.3.3.8 - Procedimentos extrajudiciais distribuídos

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	144
2	Fevereiro	119
3	Março	121
4	Abril	95
5	Maio	131
6	Junho	123
7	Julho	90
8	Agosto	63
9	Setembro	100
10	Outubro	73
11	Novembro	98
12	Dezembro	97
13	Total	1.254

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

- Processos judiciais de 1ª instância distribuídos – o cartório de 1ª instância analisa e distribui os processos judiciais de 1ª instância que sejam de atribuição de mais de uma promotoria. Atualmente, são os processos das áreas de patrimônio público, saúde e execução fiscal, todos da Capital.

Tabela 5.3.3.9 - Processos judiciais de 1ª instância distribuídos

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	11
2	Fevereiro	28
3	Março	36
4	Abril	25
5	Maiο	28
6	Junho	50
7	Julho	59
8	Agosto	30
9	Setembro	33
10	Outubro	17
11	Novembro	40
12	Dezembro	27
13	Total	384

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Processos judiciais de 2ª instância analisados e distribuídos – Processos judiciais de 2ª instância distribuídos – o cartório de 2ª instância analisa e distribui os processos judiciais de 2ª instância.

Tabela 5.3.3.10 - Processos judiciais de 2ª instância analisados e distribuídos

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	757
2	Fevereiro	1.212
3	Março	1.470
4	Abril	1.252
5	Mai	1.426
6	Junho	1.402
7	Julho	1.376
8	Agosto	1.491
9	Setembro	1.296
10	Outubro	1.211
11	Novembro	1.293
12	Dezembro	1.059
13	Total	15.245

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Processos judiciais de 2ª instância encaminhados aos membros de 1ª instância – São processos de 2º grau que, após análise do cartório de 2ª instância, devem ser encaminhados à 1ª instância e comunicados via e-Doc aos membros.

Tabela 5.3.3.11 - Processos judiciais de 2ª instância encaminhados aos membros de 1ª instância

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	12
2	Fevereiro	31
3	Março	45
4	Abril	42
5	Maio	28
6	Junho	54
7	Julho	38
8	Agosto	55
9	Setembro	46
10	Outubro	39
11	Novembro	43
12	Dezembro	49
13	Total	482

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Comunicações de intimação do STF e STJ – Comunicação de intimação do STF e STJ recebidos pelo cartório de 2ª instância e encaminhadas, via e-Doc, às procuradorias com respectiva atribuição.

Tabela 5.3.3.12- Comunicações de intimação do STF e STJ

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	6
2	Fevereiro	9
3	Março	3
4	Abril	10
5	Maio	11
6	Junho	16
7	Julho	9
8	Agosto	12
9	Setembro	20
10	Outubro	12
11	Novembro	20
12	Dezembro	11
13	Total	139

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

•Comunicações de sessão nas câmaras cíveis e criminais – o cartório de 2ª instância acompanha o Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Tocantins e encaminha, via e-Doc, às procuradorias a comunicação das sessões e o link de acesso às sessões.

Tabela 5.3.3.13 - Comunicações de sessão nas câmaras cíveis e criminais

Item	Mês	Quantidade
1	Janeiro	4
2	Fevereiro	9
3	Março	11
4	Abril	10
5	Maio	10
6	Junho	11
7	Julho	10
8	Agosto	11
9	Setembro	9
10	Outubro	8
11	Novembro	11
12	Dezembro	4
13	Total	108

Fonte: Cartórios de Registro e Distribuição de 1ª e 2ª Instância

5.4. Estruturas de Apoio Indireto

5.4.1 Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo)

Compete ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme disposto na Lei Orgânica do MPTO.

Nesta perspectiva, além das funções de órgão de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) possui atribuições administrativas, dentre as quais a de executar a política de gestão da Instituição, de coordenar a elaboração da proposta orçamentária, dentre outras. Atualmente, a maior parte dessas funções é exercida pela Diretoria-Geral, cuja estrutura compreende:

- I – Gabinete da Diretoria-Geral;
- II – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
- III – Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia;
- IV – Departamento de Licitações;
- V – Departamento de Planejamento e Gestão;
- VI – Departamento de Finanças e Contabilidade;
- VII – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento;
- VIII – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação;
- IX – Departamento Administrativo

5.4.2 Gabinete da Diretoria-Geral

A Diretoria-Geral é órgão auxiliar subordinado à Procuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, cujas atribuições estão elencadas no artigo 99 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça.

Outrossim, existem atividades exclusivas do cargo de Diretor-Geral que não estão compiladas na tabela citada abaixo, tais como: realização de posse de servidores, orientação, análise e revisão/adequação de documentos, atendimentos e diretrizes repassados aos Departamentos e áreas subordinados, recepção e tratativas com outros servidores e mesmo órgãos públicos/instituições e representantes de fornecedores da PGJ, assinatura de contratos, de extratos de contratos, de notas de empenho, dentre outras atribuições decorrentes das delegações do Ato PGJ n. 36/2020 e da Resolução n. 8/2015/CPJ.

A tabela abaixo mensura as atividades realizadas no decorrer de 2021, pela Diretoria-Geral:

Tabela 5.4.2.1 – Atividades da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
1	Movimentações no e-Doc	31.696
2	Minuta de Portarias	403
3	Revisão de Minuta de Portarias	403
4	Minuta de Termo de Posse de Servidores	84
5	Revisão de Minuta de Termo de Posse de Servidores	84
6	Conferência Mensal do Portal da Transparência	12
7	Elaboração/Alimentação de Relatórios	41
8	Minuta de Atestado de Capacidade Técnica	18
9	Revisão de Minuta de Atestado de Capacidade Técnica	18
10	Minuta de Despacho PGJ de abertura de Certame	73
11	Revisão de Despacho PGJ de abertura de Certame	73
12	Minuta de Despacho PGJ de autorização	67
13	Revisão de Minuta de Despacho PGJ de autorização	67
14	Minuta de Despacho PGJ de Dispensa	7
15	Revisão de Minuta de Despacho PGJ de Dispensa	7
16	Minuta de Despacho PGJ de Inexigibilidade	14
17	Revisão de Minuta de Despacho PGJ de Inexigibilidade	14
18	Minuta de Despacho PGJ de Homologação	59

Tabela 5.4.2.1 – Atividades da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
19	Revisão de Minuta de Despacho PGJ de Homologação	59
20	Minuta de Despacho DG de encaminhamento de minuta de despacho PGJ	220
21	Revisão de Contratos firmados no Órgão, antes da assinatura (do PGJ ou do DG)	94
22	Revisão de Extratos de Contratos, antes da assinatura (do PGJ ou do DG)	94
23	Revisão de Termos aditivos, antes da assinatura (do PGJ ou do DG)	60
24	Revisão de Extratos de Termos aditivos, antes da assinatura (do PGJ ou do DG)	60
25	Revisão de Atas de SRP, antes da assinatura (do PGJ ou do DG)	95
26	Revisão de Requisição de Fornecimento, antes da assinatura	1
27	Revisão de Minutas de Termos de Baixa Patrimonial de Bens por doação	23
28	Minuta de Despacho	123
29	Conferência de Minuta de Despacho	152
30	Inserção no SEI de Minuta de Despacho	152
31	Minuta de Memorando	73
32	Minuta de Memorando Circular	23
33	Minuta de Memorando Encarregado de Área	93
34	Memorando Gabinete	521
35	Minuta de Ofício	54
36	Minuta de Ofício Encarregado de Área	2

Tabela 5.4.2.1 – Atividades da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
37	Minuta de Ofício Circular	5
38	Preparação de Ato	13
39	Minuta de Ato CHGAB/DG	27
40	Conferência de Minuta de Ato CHGAB/DG	27
41	Conferência de Minuta de Decisão	136
42	Complemento de Minuta de Decisão DG relativa a bens patrimoniais	23
43	Inserção de Decisão DG no SEI	136
44	Minuta de Apostila CHGAB/DG	2
45	Conferência de Minuta de Apostila CHGAB/DG	2
46	Minuta de Apostila	8
47	Conferência de Minuta de Apostila	8
48	Certidões	9
49	Alimentação de planilha de distribuição de processos e protocolos na AJDG	573
50	Memória de Cálculo	38
51	Conferência de Memória de Cálculo	38
52	Autuação de Processo com a devida instrução	102
53	Abertura de e-Doc's	500
54	Envio de e-mails	148
55	Extrato Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta	1

Tabela 5.4.2.1 – Atividades da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
56	Justificativa	16
57	Termo de Autuação	41
58	Termo de Juntada	17
59	Termo de Sobrestamento	7
60	Termo de Notificação	20

Fonte: Diretoria-Geral

Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

Quanto à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, compete atuar nos procedimentos rotineiros da Diretoria-Geral, assim como nos processos advindos dos Departamentos e suas Áreas, conjuntamente com processos mais complexos, como os sancionatórios por inexecução contratual ou defesas junto ao TCE, CNMP, PGE, além de responder às consultas formuladas pela Diretoria-Geral, colaborar com a redação de Atos, comunicados e expedientes oficiais, fazer estudos e pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, atuar em processos disciplinares, bem como prestar auxílio jurídico em assuntos de interesse do Procurador-Geral de Justiça.

Importante ressaltar que a AJDG atua em procedimentos administrativos de averiguação de inexecuções contratuais, os denominados processos administrativos sancionatórios, um trabalho complexo que demanda análises criteriosas das alegações de inexecuções contratuais realizadas pelos Fiscais dos Contratos e, sobretudo, as análises das defesas apresentadas.

Consta que, junto ao Gabinete da Diretoria-Geral, compete à AJDG examinar e emitir pareceres em processos administrativos de competência da Diretoria-Geral (ATO/PDJ n. 36/2020), responder às consultas formuladas pela Diretoria-Geral, colaborar com a redação de atos, comunicados e expedientes oficiais, fazer estudos e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, além de atuar em processos disciplinares.

À vista disso, junto ao Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, a AJDG auxilia na análise da documentação referente à posse dos novos servidores, analisa e emite pareceres relativos aos pleitos dos servidores administrativos e de membros do Ministério Público,

em determinados casos, bem como auxilia na interpretação da legislação que rege o vínculo jurídico mantido pelo corpo funcional e Administração Ministerial.

Neste sentido, a AJDG auxilia, ainda, na interpretação de cláusulas contratuais, cabendo-lhe pronunciar-se nos autos de processos referentes à contratação direta que dispensem ou não o termo de contrato, naqueles cujas despesas são ordenadas pela Diretora-Geral, nas contratações de serviços continuados do Departamento Administrativo e do DMTI e nos que se verificam problemas de execução contratual decorrentes de Atas SRP, como por exemplo a inexecução contratual, ocasião em que se gera um processo averiguatório de inexecução, os pleitos de dilação do prazo de entrega e de substituição de objeto contratado. Além disso, auxilia nas elaborações de editais e termos de referências de objetos mais complexos que exigem estudos mais aprofundados para se obter uma execução satisfatória.

Por conseguinte, a AJDG também atua no suporte jurídico frente as manifestações do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, respondendo apontamentos sobre licitações, questões apresentadas após Auditoria Administrativa na Prestação de Contas Anuais de Ordenador e de processos sob análise daquela Corte de Contas, além de elaborar Defesa desta Procuradoria-Geral de Justiça perante a Procuradoria-Geral do Estado.

Embora muitas das atividades realizadas pela referida Assessoria não sejam passíveis de mensuração, as que podem ser mensuradas estão compiladas na tabela a seguir:

Tabela 5.4.2.2 – Atividades da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
1	Pareceres Jurídicos	288
2	Memorandos e Ofícios	63
3	Estudos Jurídicos decorrentes de determinação superior	21
4	Edocs Movimentados (recebidos e/ou encaminhados)	424
5	Despachos	68
6	Notificações	20
7	Defesa da PGJ frente ao TCE	-
8	Defesa da PGJ frente ao CNMP	-

Tabela 5.4.2.2 – Atividades da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, em 2021

Item	Descrição	Quantidade
9	Defesa da PGJ frente a Procuradoria-Geral do Estado	2
10	Suporte jurídico em face de problemas e contestações decorrentes de Concurso Público	-
11	Procedimento Administrativo Sancionatório em desfavor de empresas	20
12	Averiguação de conduta disciplinar de servidor – PAD e Sindicância	6
13	Minutas de Atos do PGJ	20
14	Minutas Diversas	12
15	Despachos da Diretora-Geral	29
16	Portarias da Diretora-Geral	24
17	Decisões da Diretora-Geral	136

Fonte: Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

5.4.3 Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Nos últimos anos, o MPTO vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades institucionais. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão institucional das Promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram outra realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do MPTO agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

No decorrer de 2021, a PGJ deu continuidade às obras de estruturação das promotorias de Justiça do interior do Estado, encontrando-se nessa situação as sedes de Colinas do Tocantins, em fase de acabamento, e de Guaraí, cobertura para 3 (três) vagas de garagem, no prédio sede das Promotorias de Justiça de Guaraí.

Destacamos, também, que diversas obras foram realizadas visando à adequação de espaços físicos nas Promotorias de Justiça localizadas no Interior e Capital, a fim de que seja assegurada a funcionalidade dos prédios.

Nesse sentido, seguem abaixo as tabelas com o detalhamento de investimentos em obras e reformas, com seus custos principais:

Tabela 5.4.3.1 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Gurupi

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Gurupi
Processo n.:	19.30.1503.000272/2021-28
Licitação:	Concorrência n. 0069466
Contrato n.:	0098408
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Área do terreno: 3.921,15 m² •Área construída: 1.643,03 m² •Área urbanizada: 2.278,12 m² •Recepção ampla e acessível •Doze gabinetes de promotoria com banheiro privativo •Doze salas para analistas •Sala de técnicos e estagiários •Sala para oficiais de diligência •Cartório •Arquivo Geral •Almoxarifado

Tabela 5.4.3.1 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Gurupi

	<ul style="list-style-type: none"> •Copa e Depósito de Material de Limpeza •Plenário •Banheiro público com acessibilidade •Vestiários para funcionários •Garagem privativa para os membros, veículo oficial e servidores •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos 			
Recebimento:	-			Execução, (%)
Valor inicial do contrato	R\$ 4.468.257,20	Valor Aditivado	-	-
Valor Total da Obra			R\$ 4.468.257,20	-
Valor Medido			R\$ 366.532,47	8,23%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.719,52	-
Execução no exercício 2021			R\$ 366.532,47	8,23%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

A nova sede das Promotorias de Justiça de Gurupi ficará localizada no Parque Filó Moreira, junto a diversos outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Construído com o padrão arquitetônico adotado pelo Ministério Público do Tocantins, o prédio seguirá os padrões de acessibilidade e deverá contar com cerca de 1.643,03 m² de área construída, conforme tabela acima, onde estarão distribuídos 14 gabinetes completos para promotores, com banheiros e salas anexas para analista; recepção; sala para atendimento ao cidadão; protocolo; plenário; banheiros para o público; sala para técnicos e estagiários; sala para oficiais de diligência; cartório; arquivo; almoxarifado; copa; sala para equipamentos de informática e depósito para material de limpeza.

Tabela 5.4.3.2 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins.

Obra:	Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins
-------	--

Tabela 5.4.3.2 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins.

Processo n.:	19.30.1503.0000482/2020-84
Licitação:	Concorrência n. 002/2020
Contrato n.:	092/2020
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Área do terreno: 2.400,20m² •Área construída: 1.047,85m² •Área urbanizada: 1.352,35m² •Recepção ampla e acessível •Seis gabinetes de promotoria com banheiro privativo •Seis salas para analistas •Sala de técnicos e estagiários •Sala para oficiais de diligência •Cartório •Arquivo Geral •Almoxarifado •Copa e Depósito de Material de Limpeza •Plenário •Banheiro público com acessibilidade •Vestiários para funcionários •Garagem privativa para os membros, veículo oficial e servidores •Estacionamento público com vaga especial •Vaga especial: Portadores de Mobilidade Reduzida e Idosos

Tabela 5.4.3.2 – Situação da obra de construção das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins.

Recebimento:	-		Execução, (%)	
Valor inicial do contrato	R\$ 2.789.000,00	Valor Aditivado		R\$ 143.731,35
Valor Total da Obra			R\$ 2.932.731,35	-
Valor Medido			R\$ 1.688.355,14	57,56%
Valor Final por metro quadrado construído			R\$ 2.798,80	-
Execução no exercício 2021			R\$ 1.688.355,14	57,56%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

A obra da nova sede das Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins, com investimento total estimado em R\$ 2.932.731,35, está sendo construída em terreno de 2.400,20m², conforme tabela acima, localizado no Loteamento Jardim Paulista, próximo ao novo prédio do fórum, o qual foi doado pela Prefeitura Municipal. O projeto arquitetônico segue todos os padrões de acessibilidade e foi planejado para garantir infraestrutura e espaços físicos adequados às atividades ministeriais, proporcionando conforto termoacústico e segurança, tanto para os usuários internos como para a população, que deverá ser atendida com funcionalidade.

A seguir detalhamos outros investimentos em reformas, conforme se vê nas tabelas a seguir:

➤ Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Tabela 5.4.3.3 – Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Obra:	Adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça
Processo n.:	19.30.1503.0000827/2020-81

Tabela 5.4.3.3 – Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Licitação:	Pregão Presencial n. 050/2020	
Contrato n.:	100/2020	
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Retirada de luminárias, quando necessário; •Retirada de tomadas, interruptores e cabeamentos; •Retirada de vidros fixos das divisórias; •Retirada de alizares, portais e folhas de porta; •Retirada de rodapés de granito; •Desmontagem e retirada de divisórias de gesso acartonado; •Retirada de forro de PVC, nos locais das divisórias removidas; •Demolição de alvenaria, quando for o caso; •Isolamento de tubulação hidrossanitária, quando existente; •Instalação das divisórias de painéis em gesso acartonado; •Passagem dos cabeamentos e instalação das tomadas e interruptores; •Instalação de gesso acartonado; •Instalação de esquadrias e painéis de vidro fixos; •Recomposição dos revestimentos. Piso, e rodapés; •Pintura de teto, paredes e portas; •Serviços complementares. 	
Recebimento:	16/06/21	Execução, (%)

Tabela 5.4.3.3 – Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor inicial do contrato	R\$ 362.323.,73	Valor Aditivado	R\$ 3.860,72	
Valor Total da Obra			R\$ 366.184,45	-
Valor Medido			R\$ 366.184,45	100,00%
Valor Final por metro quadrado construído			-	-
Execução no exercício 2021			R\$ 366.184,45	100,00%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Tabela 5.4.3.4 – Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Obra:	Adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça
Processo n.:	19.30.1503.0000506/2021-15
Licitação:	Pregão Presencial n. 026/2021
Contrato n.:	042/2021
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada de luminárias, quando necessário; • Retirada de tomadas, interruptores e cabeamentos; • Retirada de vidros fixos das divisórias; • Retirada de alizares, portais e folhas de porta; • Retirada de rodapés de granito; • Desmontagem e retirada de divisórias de gesso acartonado; • Retirada de forro de PVC, nos locais das divisórias removidas; • Demolição de alvenaria, quando for o caso;

Tabela 5.4.3.4 – Situação da adequação com gesso acartonado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

	<ul style="list-style-type: none"> • Isolamento de tubulação hidrossanitária, quando existente; • Instalação das divisórias de painéis em gesso acartonado; • Passagem dos cabeados e instalação das tomadas e interruptores; • Instalação de gesso acartonado; • Instalação de esquadrias e painéis de vidro fixos; • Recomposição dos revestimentos. Piso, e rodapés; • Pintura de teto, paredes e portas; • Serviços complementares. 		
Recebimento:	-		Execução, (%)
Valor inicial do contrato	R\$ 184.899,92	Valor Aditivado -	
Valor Total da Obra	R\$		-
Valor Medido	R\$ 76.913,01		41,60%
Valor Final por metro quadrado construído	-		-
Execução no exercício 2021	R\$ 76.913,01		41,60%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Situação da obra de reforma de pintura externa da sede da Procuradoria-Geral de Justiça



Tabela 5.4.3.5 – Situação da obra de reforma de pintura externa da sede da Procuradoria-Geral de Justiça

Obra:	Reforma de pintura externa da sede da Procuradoria-Geral de Justiça
Processo n.:	19.30.1503.0000501/2021-53
Licitação:	Pregão presencial n. 024/2021

Tabela 5.4.3.5 – Situação da obra de reforma de pintura externa da sede da Procuradoria-Geral de Justiça

Contrato n.:	51/2021		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Execução de limpeza em alvenaria com hidrojato •Execução de pintura externa em alvenaria •Tratamento de trincas com material impermeabilizante 		
Recebimento:	23/11/2021		Execução, (%)
Valor inicial do contrato	R\$ 237.500,00	Valor Aditivado R\$ 29.524,50	
Valor Total da Obra	R\$ 267.024,50		-
Valor Medido	R\$ 267.024,50		100,00%
Valor Final por metro quadrado construído			
Execução no exercício 2021	R\$ 267.024,50		100,0%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Situação da reforma do prédio sede das Promotorias de Colinas do Tocantins.

Tabela 5.4.3.6– Situação da reforma do prédio sede das Promotorias de Colinas do Tocantins.

Obra:	Execução da obra do prédio sede das Promotorias de Colinas do Tocantins.
Processo n.:	19.30.1503.000660/2020-31
Licitação:	Concorrência 003/2020
Contrato n.:	014/2021
Estrutura:	<p>1 Construção 107,40 m²;</p> <p>2 Cobertura das garagens 153,63 m²;</p> <p>3 Adequações internas;</p>

Tabela 5.4.3.6– Situação da reforma do prédio sede das Promotorias de Colinas do Tocantins.

	4Pintura geral do prédio.			
Recebimento:	-			Percentual de execução
Valor inicial do contrato	R\$ 615.521,54	Valor Aditivado	R\$ 22.758,19	
Valor Total da Obra			R\$ 638.279,73	-
Valor Medido			R\$ 637.417,69	99,86%
Valor Pago			R\$ 637.417,69	99,86%
Valor Final por metro quadrado construído				-
Execução no exercício 2021			R\$ 637.417,69	0,0%
Execução no exercício 2022			R\$	99,86%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Cobertura para 3 (três) vagas de garagem, no prédio sede das Promotorias de Justiça Guaraí.

Tabela 5.4.3.7 – Cobertura para 3 (três) vagas de garagem, no prédio sede das Promotorias de Justiça Guaraí.

Obra:	Execução da Cobertura para 03 (três) vagas de garagem.	
Processo n.:	19.30.1503.0000312/2021-15	
Licitação:	art. 24, inciso I, da Lei n. 8.666/93	
Contrato n.:	029/202 1	
Estrutura:	Cobertura metálica 52,80 m².	
Recebimento:	-	Execução, (%)

Tabela 5.4.3.7 – Cobertura para 3 (três) vagas de garagem, no prédio sede das Promotorias de Justiça Guaraí.

Valor inicial do contrato	R\$ 18.004,80	Valor Aditivado	-	
Valor Total da Obra			R\$ 18.004,80	-
Valor Medido			R\$ 18.004,80	100%
Valor Pago			R\$ 18.004,80	100%
Valor Final por metro quadrado construído				-
Execução no exercício 2021			R\$ 18.004,80	100,0%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Situação adequação com fornecimento e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo em aço inox e vidro temperado e todos os seus complementos no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Tabela 5.4.3.8 – Situação adequação com fornecimento e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo em aço inox e vidro temperado e todos os seus complementos no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Serviço:	Fornecimento e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo em aço inox e vidro temperado e seus complementos		
Processo n.:	19.30.1563.0000681/2020-19		
Licitação:	Pregão Presencial n. 008/2020		
Contrato n.:	070/2020		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> • Remoção de guarda-corpo e corrimãos existentes nos mezaninos e escadas de todos os pavimentos; • Guarda corpo em aço inox e vidro laminado em todos os mezaninos; • Corrimão da escada principal, em dupla altura, em aço inox • Corrimão e guarda-corpo da escada interna, em aço inox de dupla altura e vidro laminado. • Corrimão da escada externa do acesso principal em aço inox, em duas alturas • Revestimento de pilares do mezanino em placas de Alumínio Composto cor alumínio. 		
Recebimento:	-		Execução, (%)
Valor inicial do contrato	R\$ 89.999,97	Valor Aditivado -	
Valor Total da Obra	R\$ 89.999,97		-
Valor Medido	R\$ 72.944,46		81,05%
Valor Pago	R\$ 72.944,46		81,05%
Valor Final por metro quadrado construído	-		-
Execução no exercício 2021	R\$ 72.944,46		81,05%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

➤ Situação adequação de substituição de vidro laminado fixo da fachada do prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Tabela 5.4.3.9 – Situação adequação de substituição de vidro laminado fixo da fachada do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça.

Serviço:	Substituição de vidro laminado fixo da fachada do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça		
Processo n.:	19.30.1563.0000682/2020-89		
Licitação:	Pregão Presencial n. 008/2020		
Contrato n.:	070/2020		
Estrutura:	<ul style="list-style-type: none"> •Retirada de vidros laminados trincados, com descarte •Fornecimento e instalação de vidro laminado refletivo azul •Fornecimento e instalação de película de proteção solar sobre vidros 		
Recebimento:	13/08/2021		Execução, (%)
Valor inicial do contrato	14.999,99	Valor Aditivado R\$ 0,00	
Valor Total da Obra	R\$ 14.999,99		-
Valor Medido	R\$ 14.999,99		100,00%
Valor Pago	R\$ 14.999,99		100,00%
Valor Final por metro quadrado construído	-		-
Execução no exercício 2021	R\$ 14.999,99		100,0%

Fonte: Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

5.4.4 Departamento de Licitações

O Departamento de Licitações é unidade de apoio administrativo, formada por profissionais ligados à área de licitação. Compete ao departamento coordenar, planejar, controlar, orientar e executar as atividades relativas ao processo licitatório e à área de contratos.

O Departamento de Licitação possui a seguinte estrutura:

- a) Comissão de Licitação;
- b) Assessoria Técnica em Licitação;
- c) Área de Contratos.

Em 2021 foram processados 66 (sessenta e seis) procedimentos licitatórios e 1 (um) procedimento de chamamento público. A seguir, a tabela detalha as ações, por modalidade, referente ao período de 2014 a 2021:

Tabela 5.4.4.1 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2014/2021

Modalidade	Ano, em (unid.)							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Concorrência	2	2	2	2	2	4	3	1
Concurso	-	-	-	1	1	1	-	1
Pregão Presencial – Tradicional	24	5	19	12	9	10	7	5
Pregão Presencial – SRP	24	27	27	21	26	28	8	5
Pregão Eletrônico – Tradicional	8	2	4	1	2	6	9	17
Pregão Eletrônico – SRP	2	3	2	9	8	10	24	37
Dispensa de Licitação	56	47	65	62	42	58	92	
Inexigibilidades	15	6	10	13	18	13	-	
Suprimento de Fundos	4	5	4	6	6	4	4	

Tabela 5.4.4.1 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2014/2021

Total	135	97	133	127	112	134	-	
-------	-----	----	-----	-----	-----	-----	---	--

Fonte: Departamento de Licitações

Quadro 5.4.4.1 – Procedimentos de Chamamentos Públicos 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Situação
CP n. 001/21	0245/20	Recebimento de propostas do mercado imobiliário, visando futura locação não residencial de imóvel sob medida, para abrigar a sede da Promotoria de Justiça de Palmeirópolis.	Deserto
Legenda			
1 – CP – Chamamento Público			

Fonte: Departamento de Licitações

A tabela abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2021, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame.

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 001/21	0711/20	Registro de Preços para realização de serviços de emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ do tipo A3, SSL WILDCARD e visitas técnicas (presencial) para emissão, providos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-BRASIL).	156.586,62	24.032,00	84,65%
PE 002/21	0712/20	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática.	640.267,00	Fracassado	Fracassada
PE 003/21	0580/20	Contratação de empresa especializada para prestação de	21.078,43	14.772,00	29,92%

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		serviços de lavagem e polimento de veículos.			
PE 004/21	0675/19	Aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não-duráveis.	14.222,73	14.221,50	0,01%
PE 005/21	0651/20	Registro de Preços objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.	734.933,00	166.421,00	77,36%
PP 006/21	0628/20	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	1.068.677,18	Renumerado como Pregão Presencial n. 029/21	Renumerado como Pregão Presencial n. 029/21
PP 007/21	0037/21	Aquisição de mobiliário sob medida.	45.923,33	42.000,00	8,54%
PE 008/21	0110/21	Registro de Preços para aquisição de câmera de vídeo USB tipo webcam 720p.	102.698,40	77.934,00	24,11%
PE 009/21	0625/20	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	124.381,83	67.736,72	45,54%
PE 010/21	0838/20	Registro de Preços objetivando a Aquisição de utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	60.000,95	48.876,90	18,54%
PE 011/21	0171/20	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais, auxiliar de serviços administrativos e portaria (por postos de serviços), compreendendo o fornecimento de materiais/equipamentos, uniformes, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços nas dependências do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua	27.775.961,70	Fracassada	Fracassada

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		sede e demais unidades administrativas.			
PE 012/21	084/21	Registro de Preços objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação de assentos, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres e passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	350.000,00 24,38% de desconto sobre o valor da tarifa das passagens, excluída a taxa de embarque.		
			2,13%	24,38%	22,25%
PE 013/21	0101/21	Registro de Preços para aquisição de automatizadores de portão.	97.386,60	Fracassada	Fracassada
PE 014/21	0036/21	Registro de Preços para aquisição de material de higiene e utensílios de copa e cozinha.	62.249,55	47.820,80	23,18%
PE 015/21	0028/21	Registro de Preços objetivando a contratação de serviço técnico especializado, continuado, na modalidade de fábrica de software, para sustentação, desenvolvimento e melhorias dos sistemas de informação do Ministério Público do Tocantins.	11.566.350,00	4.341.500,00	62,46%
PE 016/21	0095/21	Registro de Preços para aquisição de peças de reposição para o chiller modelo 30GXE162386S, marca Springer Carrier.	352.399,93	280.740,00	20,33%
PE 017/21	0098/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de telecomunicações e controle de acesso.	140.125,52	121.340,00	13,41%
PE 018/21	0202/21	Registro de Preços para aquisição de doses de vacinas influenza quadrivalente.	80.002,50	20.925,00	73,84%

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 019/21	0138/21	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática.	2.133.163,36	730.423,00	65,76%
PE 020/21	0227/21	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente.	149.075,10	90.477,00	39,31%
PE 021/21	0154/21	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	11.106,90	9.894,10	10,92%
PE 022/21	0228/21	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	122.399,40	100.552,00	17,85%
PE 023/21	0106/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de Informática.	768.539,85	646.500,00	15,88%
PP 024/21	0501/21	Contratação de empresa especializada para execução de pintura externa, impermeabilização de alvenaria, tratamento de fissuras e trincas do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado em Palmas-TO.	273.541,85	237.500,00	13,18%
PE 025/21	0130/21	Contratação de empresa especializada para fornecimento de links de comunicação de dados.	4.641.489,60	1.329.774,71	71,35%
PP 026/21	0506/21	Contratação de empresa para adequação de espaço físico nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO.	215.271,13	184.899,92	14,11%
PE 027/21	0496/21	Contratação de Agente de Integração para operacionalizar o Programa de Estágio do Ministério Público do Estado do Tocantins.	471.024,00	129.600,00	72,49%
PE 028/21	0396/21	Registro de Preços para aquisição de materiais de prevenção à pandemia.	76.485,00	46.227,50	39,56%
PP 029/21	0628/20	Registro de Preços para aquisição	1.027.785,19	1.005.622,00	2,16%

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		de mobiliários.			
PE 030/21	0077/21	Aquisição de câmera térmica e kit de ferramentas.	73.839,97	Fracassada/ Deserta	Fracassada/ Deserta
PE 031/21	0311/21	Registro de Preços para aquisição de licenças de softwares.	432.476,05	289.488,40	33,06%
PE 032/21	0462/21	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais, auxiliar de serviços administrativos e portaria (por postos de serviços), compreendendo o fornecimento de materiais/equipamentos, uniformes, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços nas dependências do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua sede e demais unidades administrativas.	27.591.180,30	21.554.686,50	21,88%
		Diária a ser paga aos empregados dos postos de artífice de manutenção, ajudante de artífice, jardineiro e auxiliar administrativo.	712.656,00	712.530,00	0,02%
PE 033/21	0384/21	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o GAECO.	21.512,75	21.501,10	0,05%
PE 034/21	0441/21	Registro de Preços para fornecimento e instalação de concertinas galvanizadas e cerca eletrificada do tipo industrial.	163.456,00	Fracassada	Fracassada
PE 035/21	0500/21	Registro de Preços objetivando a aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, totens, entre outros.	620.272,36	515.734,50	16,85%

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
PE 036/21	0589/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática.	1.125.958,50	Fracassada/ Deserta	Fracassada/ Deserta
PE 037/21	0625/21	Aquisição de solução para visualização aérea remotamente controlada (Drone).	41.439,00	31.580,00	23,79%
PE 038/21	0638/21	Registro de Preços para aquisição de tintas, equipamento e materiais para realização de pintura e impermeabilização.	29.486,46	27.677,20	6,14%
PE 039/21	0707/21	Registro de Preços para aquisição de kits de teste rápido para detecção qualitativa de antígeno de SARS-CoV-2 (vírus causador da COVID-19).	6.400,00	3.950,00	38,28%
PE 040/21	0109/21	Aquisição de equipamento portátil detector e avaliador de junção não-linear, acompanhado dos respectivos acessórios e treinamento.	244.790,00	244.790,00	0,00%
PE 041/21	0504/21	Contratação de empresa para prestação de serviços online de solução de dados, por meio de API Web, e mediante fixação de parâmetros eficientes, para fornecimento de acesso a informações.	114.624,00	111.600,00	2,64%
PE 042/21	0684/21	Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para fornecimento de películas de controle solar com serviço de remoção e instalação.	382.506,25	308.531,25	19,34%
PE 043/21	0597/21	Aquisição de suprimentos de Informática.	121.370,90	30.424,48	74,93%
PP 044/21	0713/21	Contratação de empresa objetivando a construção de cobertura metálica para vagas de garagem na sede da Promotoria de Justiça de	24.785,50	Deserta	Deserta

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		Augustinópolis – TO.			
PE 045/21	0733/21	Aquisição de envelopes de plástico reforçados, com lacre de segurança e personalização.	102.850,00	94.010,00	8,60%
PE 046/21	0676/21	Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos.	188.799,58	138.782,95	26,49%
PE 047/21	0691/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de Informática.	5.438.024,50	Em andamento	Em andamento
PE 048/21	0708/21	Registro de Preços para aquisição de bens permanentes (eletrônicos e eletrodomésticos).	20.781,99	20.540,70	1,16%
PE 049/21	0906/21	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente (pendrives).	51.155,40	46.599,00	8,91%
PE 050/21	0513/21	Aquisição de equipamentos e acessórios audiovisuais.	21.153,56	19.534,10	7,66%
PP 051/21	0797/21	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	214.600,00	205.700,00	4,15%
PE 052/21	0872/21	Aquisição de equipamentos para salas multifuncionais - aparelhos de televisão e pedestais para TV.	234.929,20	Em fase de Revogação	Em fase de Revogação
PE 053/21	0837/21	Registro de Preços para fornecimento e instalação de concertinas galvanizadas e cerca eletrificada do tipo industrial.	148.429,00	110.650,00	25,45%
PE 054/21	0372/21	Registro de preços para aquisição de materiais de manutenção predial e ferramentas.	269.081,26	205.085,33	23,78%
PE 055/21	0812/21	Contratação de empresa especializada na prestação de	18.258.815,40	14.189.993,70	22,28%

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021

n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		serviços de vigilância armada.			
PE 056/21	0799/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de informática (impressoras laser coloridas e tóneres).	60.476,20	60.455,00	0,04%
PP 057/21	0776/21	Contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e suporte técnico de equipamento gerador de energia fotovoltaica on-grid.	797.497,53	Fracassada	Fracassada
PE 058/21	0594/21	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres.	1.268.472,90	427.944,00	66,26%
PE 059/21	0589/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de informática.	1.951.399,30	1.403.850,00	28,06%
PE 060/21	0872/21	Registro de Preços para aquisição de equipamentos para salas multifuncionais - aparelhos de televisão e pedestais para TV.	234.929,20	145.134,00	38,22%
PE 061/21	0878/21	Registro de Preços para aquisição de tapetes capachos vulcanizados e personalizados.	34.067,80	21.100,00	38,06%
PP 062/21	0917/21	Registro de Preços para aquisição de tintas e materiais para pintura e impermeabilização.	96.057,60	Deserta	Deserta
PE 063/21	0882/21	Registro de Preços objetivando o fornecimento de bandeiras do Mercosul, Brasil, Estado e dos Municípios do Estado do Tocantins.	34.595,00	Publicada	Sessão de Abertura: 12/01/22
PP 064/21	0926/21	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	1.441.815,44	Publicada	Sessão de Abertura: 24/01/22
Concorrências					

Tabela 5.4.4.2 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2021					
n. Edital	n. Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
CC 001/21	0272/21	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Gurupi-TO.	5.081.322,59	4.468.257,20	12,07%
Concursos					
RG 001/21	0642/21	5º Prêmio Ministério Público de Jornalismo, por meio da seleção técnica de trabalhos inscritos em quatro categorias: Fotojornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo e Webjornalismo.	Valor Total da Premiação		
			33.000,00		
Legenda					
1 – PP – Pregão Presencial					
2 – PE – Pregão Eletrônico					
3 – CC – Concorrência					
4 – RG – Regulamento					

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2021 é de R\$ 55.572.919,56 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

Tabela 5.4.4.3 – Montante licitado 2021, em (R\$)	
Modalidade	Valor licitado (R\$)
Concorrência	4.468.257,20
Pregão Presencial - Tradicional	464.399,92
Pregão Presencial - SRP	1.211.322,00

Tabela 5.4.4.3 – Montante licitado 2021, em (R\$)	
Pregão Eletrônico - Tradicional	38.545.245,59
Pregão Eletrônico - SRP	10.850.694,85
Concurso	33.000,00
Total	55.572.919,56

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2021, a PGJ/TO realizou 01 (uma) adesão à Ata de Registro de Preços (ARP), conforme detalhamento a seguir:

Tabela 5.4.4.4– Adesões à Atas de Registro de Preços (ARP) 2021				
Item	n. Processo	Objeto	Valor (R\$)	Dados da ARP
01	0721/21	Aquisição de poltronas.	R\$ 36.800,00	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins / ARP n. 071/2021 oriunda do Pregão Eletrônico n. 010/2021.

Fonte: Departamento de Licitações

Em contrapartida, a PGJ/TO autorizou 31 (trinta e um) pedidos de adesão “caronas” a ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Quadro 5.4.4.2 – Adesões a Atas de Registro de Preços, em 2021				
Item	n. Processo	Objeto	n. ARP	Órgão Adeso
01	0076/2020	Aquisição de mobiliários.	004/2020	Secretaria de Estado da Segurança Pública - MA
02	0184/2020	Aquisição de veículos novos, de fabricação nacional.	080/2020	Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Quadro 5.4.4.2 – Adesões a Atas de Registro de Preços, em 2021

Item	n. Processo	Objeto	n. ARP	Órgão Adeso
03	0184/2020	Aquisição de veículos novos, de fabricação nacional.	080/2020	Prefeitura Municipal de Cacoal - RO
04	0184/2020	Aquisição de veículos novos, de fabricação nacional.	078/2020	Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
05	0641/2020	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	014/2021	Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins
06	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	003/2021	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
07	0028/2021	Serviço técnico especializado, continuado, na modalidade de fábrica de software para sustentação, desenvolvimento e melhorias dos Sistemas de Informação do Ministério Público do Tocantins.	033/2021	Secretaria Municipal da Fazenda, Ciência, Tecnologia e Inovação de Araguaína - TO
08	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	003/2021	Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG
09	0201/2020	Aquisição de materiais e equipamentos de informática.	070/2020	Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas
10	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	004/2021	Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO
11	0641/2020	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	014/2021	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego de Palmas - TO

Quadro 5.4.4.2 – Adesões a Atas de Registro de Preços, em 2021

Item	n. Processo	Objeto	n. ARP	Órgão Adeso
12	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	004/2021	Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação de Alagoas
13	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	001/2021	Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
14	0028/2021	Serviço técnico especializado, continuado, na modalidade de fábrica de software para sustentação, desenvolvimento e melhorias dos Sistemas de Informação do Ministério Público do Tocantins.	033/2021	Controladoria-Geral do Estado de Mato Grosso
15	0425/2020	Aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	081/2020	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins
16	0084/2021	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens.	025/2021	Secretaria de Saneamento do Recife - PE
17	0517/2020	Aquisição de tintas e materiais para pintura e impermeabilização.	013/2021	Ministério Público do Mato Grosso do Sul
18	0084/2021	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens.	025/2021	Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas - TO
19	0084/2021	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens.	025/2021	Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Rio de Janeiro
20	0641/2020	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	014/2021	Instituto de Previdência Social do Município de Palmas - TO

Quadro 5.4.4.2 – Adesões a Atas de Registro de Preços, em 2021

Item	n. Processo	Objeto	n. ARP	Órgão Adeso
21	0711/2020	Contratação de empresa especializada para realização de serviços de emissão de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ do tipo A3, SSL Wildcard e visitas técnicas (presencial) para emissão, providos no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).	015/2021	Prefeitura Municipal de Jaru - RO
22	0084/2021	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens.	025/2021	Mato Grosso Previdência
23	0641/2020	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	014/2021	Secretaria Municipal da Educação de Palmas - TO
24	0138/2021	Aquisição de suprimentos de informática.	064/2021	Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís – Rio Grande do Sul
25	0400/2020	Aquisição de mobiliários.	084/2020	Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços do Estado do Tocantins
26	0110/2021	Aquisição de câmera de vídeo usb tipo webcam 720p.	024/2021	Controladoria-Geral do Estado do Tocantins
27	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	001/2021	Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
28	0526/2020	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	004/2021	Universidade de Pernambuco
29	0628/2020	Aquisição de mobiliários.	075/2021	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer de Araguaína - TO

Quadro 5.4.4.2 – Adesões a Atas de Registro de Preços, em 2021

Item	n. Processo	Objeto	n. ARP	Órgão Adeso
30	0628/2020	Aquisição de mobiliários.	075/2021	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Palmas – TO
31	0028/2021	Serviço técnico especializado, continuado, na modalidade de fábrica de software para sustentação, desenvolvimento e melhorias dos Sistemas de Informação do Ministério Público do Tocantins.	033/2021	Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.4.4.5 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP

Tipo	Quantidade
Adesões a ARP	01
Caronas cedidas de ARP	31

Fonte: Departamento de Licitações

A tabela abaixo traz uma sinopse da quantidade de contratos e termos aditivos firmados no exercício 2021:

Tabela 5.4.4.6 – Contratos e Termos Aditivos firmados 2021

Tipo	Quantidade
Atas de Registro de Preços (ARP)	95
Contratos firmados	94
Termos aditivos	55

Fonte: Área de Contratos

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
001/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0063/2021-18	19/01/2021	19/01/2022
002/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0064/2021-88	19/01/2021	19/01/2022
003/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0065/2021-61	19/01/2021	19/01/2022
004/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do	045/2020	19.30.1563.000 0066/2021-34	19/01/2021	19/01/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	Pregão Eletrônico n. 045/2020.				
005/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0067/2021-07	19/01/2021	19/01/2022
006/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0068/2021-77	19/01/2021	19/01/2022
007/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0069/2021-50	19/01/2021	19/01/2022
008/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 045/2020.	045/2020	19.30.1563.000 0070/2021-23	19/01/2021	19/01/2022
009/2021	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do Edital do Pregão Presencial n. 044/2020.	044/2020	19.30.1060.000 0618/2020-50	29/01/2021	29/01/2022
010/2021	AQUISIÇÃO DE AUTOMATIZADORES	041/2020	19.30.1512.000	04/02/2021	04/02/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	DE PORTÃO, PEÇAS E ACESSÓRIOS, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 041/2020.		0470/2020-79		
011/2021	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE (Windows 10 Professional em português do Brasil, licença vitalícia), destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 054/2020.	054/2021	19.30.1520.000 0658/2020-24	04/02/2021	04/02/2022
012/2021	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 047/2020.	047/2020	19.30.1563.000 0121/2021-04	03/02/2021	03/02/2022
013/2021	AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 047/2020.	047/2020	19.30.1563.000 0122/2021-74	03/02/2021	03/02/2022
014/2021	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos, destinados ao atendimento das necessidades da	052/2020	19.30.1511.000 0641/2020-36	12/02/2021	12/02/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e das Promotorias de Justiça do interior do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do Edital do Pregão Presencial n. 052/2020.				
015/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS E-CPF E E-CNPJ DO TIPO A3, SSL WILDCARD E VISITAS TÉCNICAS (PRESENCIAL) PARA EMISSÃO, PROVIDOS NO ÂMBITO DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS (ICP-BRASIL), visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 001/2021.	001/2021	19.30.1520.000 0711/2020-48	19/02/2021	19/02/2022
016/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 053/2020.	053/2020	19.30.1520.000 0710/2020-75	23/02/2021	23/02/2022
017/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0285/2021-38	29/03/2021	29/03/2022
018/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0286/2021-11	29/03/2021	29/03/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
019/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1520.000 0570/2020-72	30/03/2021	30/03/2022
020/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0288/2021-54	29/03/2021	29/03/2022
021/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0289/2021-27	30/03/2021	30/03/2022
022/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0290/2021-97	29/03/2021	29/03/2022
023/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2020.	049/2020	19.30.1563.000 0291/2021-70	06/04/2021	06/04/2022
024/2021	Aquisição de CÂMERA DE VÍDEO USB TIPO WEBCAM 720p, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão	008/2021	19.30.1520.000 0110/2021-73	23/04/2021	23/04/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	Eletrônico n. 008/2021.				
025/2021	SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, compreendendo a cotação, reserva, marcação de assentos, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres e passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional, para atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme exigências e especificações estabelecidas nos anexos I e II do Edital do Pregão Eletrônico n. 012/2021.	012/2021	19.30.1060.000 0084/2021-12	22/04/2021	22/04/2022
026/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0425/2021-41	30/04/2021	30/04/2022
027/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0426/2021-14	30/04/2021	30/04/2022
028/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0427/2021-84	30/04/2021	30/04/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
029/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0428/2021-57	30/04/2021	30/04/2022
030/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0429/2021-30	10/05/2021	10/05/2022
031/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0430/2021-03	30/04/2021	30/04/2022
032/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 009/2021.	009/2021	19.30.1563.000 0431/2021-73	30/04/2021	30/04/2022
033/2021	SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO, CONTINUADO, NA MODALIDADE DE FÁBRICA DE SOFTWARE PARA SUSTENTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E MELHORIAS DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS, conforme	015/2021	19.30.1520.000 0028/2021-56	18/05/2021	18/05/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 015/2021.				
034/2021	AQUISIÇÃO DE DOSES DE VACINAS INFLUENZA QUADRIVALENTE destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, visando aquisições futuras, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 018/2021.	018/2021	19.30.1534.000 0202/2021-95	18/05/2021	18/05/2022
035/2021	CONTRATAÇÃO DE SALAS VIRTUAIS DE REUNIÕES, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 051/2020.	051/2020	19.30.1520.000 0494/2020-87	19/05/2021	19/05/2022
036/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0546/2021-72	02/06/2021	02/06/2022
037/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0547/2021-45	08/06/2021	08/06/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
038/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0548/2021-18	14/06/2021	14/06/2022
039/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0549/2021-88	08/06/2021	08/06/2022
040/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0550/2021-61	07/06/2021	07/06/2022
041/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0551/2021-34	02/06/2021	02/06/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
042/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÕES, FORNECIMENTO DE MATERIAIS GRÁFICOS E COMUNICAÇÃO VISUAL, destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 005/2021.	005/2021	19.30.1563.000 0552/2021-07	08/06/2021	08/06/2022
043/2021	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/COZINHA, destinados ao atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 010/2021.	010/2021	19.30.1563.000 0487/2021-16	28/05/2021	28/05/2022
044/2021	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/COZINHA, destinados ao atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 010/2021.	010/2021	19.30.1563.000 0488/2021-86	28/05/2021	28/05/2022
045/2021	AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA ESCRITÓRIO, ELETRODOMÉSTICOS E MÓVEIS PARA COPA/COZINHA, destinados ao atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 010/2021.	010/2021	19.30.1563.000 0489/2021-59	28/05/2021	28/05/2022
046/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, visando aquisições futuras,	014/2021	19.30.1563.000 0491/2021-05	28/05/2021	28/05/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 014/2021.				
047/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 014/2021.	014/2021.	19.30.1563.000 0492/2021-75	28/05/2021	28/05/2022
048/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 014/2021.	014/2021	19.30.1563.000 0493/2021-48	28/05/2021	28/05/2022
049/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 014/2021.	014/2021	19.30.1563.000 0494/2021-21	28/05/2021	28/05/2022
050/2021	PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA O CHILLER MODELO 30GXE162386S MARCA SPRINGER CARRIER, parte do sistema de refrigeração central já existente no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme	016/2021	19.30.1563.000 0515/2021-36	07/06/2021	07/06/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 016/2021.				
051/2021	PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA O CHILLER MODELO 30GXE162386S MARCA SPRINGER CARRIER, parte do sistema de refrigeração central já existente no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 016/2021.	016/2021	19.30.1563.000 0516/2021-09	07/06/2021	07/06/2022
052/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES E CONTROLE DE ACESSO, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 017/2021.	017/2021	19.30.1512.000 0098/2021-32	14/06/2021	14/06/2022
053/2021	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS PARA COPA/COZINHA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 022/2021.	022/201	19.30.1563.000 0615/2021-52	08/07/2021	08/07/2022
054/2021	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS PARA COPA/COZINHA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 022/2021.	022/2021	19.30.1563.000 0616/2021-25	08/07/2021	08/07/2022
055/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE	019/2021	19.30.1563.000	14/07/2021	14/07/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.		0651/2021-50		
056/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0652/2021-23	14/07/2021	14/07/2022
057/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0653/2021-93	14/07/2021	14/07/2022
058/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0654/2021-66	14/07/2021	14/07/2022
059/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0655/2021-39	14/07/2021	14/07/2022
060/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0656/2021-12	14/07/2021	14/07/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
061/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0657/2021-82	15/07/2021	15/07/2022
062/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0658/2021-55	14/07/2021	14/07/2022
063/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0659/2021-28	14/07/2021	14/07/2022
064/2021	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 019/2021.	019/2021	19.30.1563.000 0660/2021-98	15/07/2021	15/07/2022
065/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 020/2021.	020/2021	19.30.1563.000 0662/2021-44	16/07/2021	16/07/2022
066/2021	REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da	020/2021	19.30.1563.000 0663/2021-17	14/07/2021	14/07/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 020/2021.				
067/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 020/2021.	020/2021	19.30.1563.000 0664/2021-87	14/07/2021	14/07/2022
068/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 020/2021.	020/2021	19.30.1563.000 0665/2021-60	16/07/2021	16/07/2022
069/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 023/2021.	023/2021	19.30.1520.000 0106/2021-84	02/08/2021	02/08/2022
070/2021	AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 021/2021.	021/2021	19.30.1563.000 0705/2021-47	02/08/2021	02/08/2022
071/2021	AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, visando aquisições futuras,	021/2021	19.30.1563.000 0706/2021-20	02/08/2021	02/08/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 021/2021				
072/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PREVENÇÃO À PANDEMIA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 028/2021.	028/2021	19.30.1563.000 0695/2021-26	06/08/2021	06/08/2022
073/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PREVENÇÃO À PANDEMIA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 028/2021.	028/2021	19.30.1563.000 0696/2021-96	04/08/2021	04/08/2022
074/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PREVENÇÃO À PANDEMIA, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 028/2021.	028/2021	19.30.1563.000 0697/2021-69	04/08/2021	04/08/2022
075/2021	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo II do	029/201	19.30.1511.000 0628/2020-96	10/08/2021	10/08/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	Edital do Pregão Presencial n. 029/2021.				
076/2021	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE (Creative Cloud, Corel Draw Graphics, Autodesk Autocad, Autodesk Revit e Team Viewer Upgrade Corporate), destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 031/2021.	031/2021	19.30.1563.000 0910/2021-41	29/09/2021	29/09/2022
077/2021	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE (Creative Cloud, Corel Draw Graphics, Autodesk Autocad, Autodesk Revit e Team Viewer Upgrade Corporate), destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 031/2021.	031/2021	19.30.1563.000 0911/2021-14	24/09/2021	24/09/2022
078/2021	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE (Creative Cloud, Corel Draw Graphics, Autodesk Autocad, Autodesk Revit e Team Viewer Upgrade Corporate), destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 031/2021.	031/2021	19.30.1563.000 0912/2021-84	29/09/2021	29/09/2022
079/2021	AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE (Creative Cloud, Corel Draw Graphics, Autodesk Autocad, Autodesk Revit e Team Viewer Upgrade Corporate), destinadas ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 031/2021.	031/2021	19.30.1563.000 0913/2021-57	29/09/2021	29/09/2022
080/2021	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE	035/2021	19.30.1563.000	08/10/2021	08/10/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA ESTACIONAMENTO, PLACAS EM ALUMÍNIO, PLACAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PLACAS EM INOX ESCOVADO, PLACAS INDICATIVAS EM PVC, FAIXAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, ADESIVOS, LETRAS CAIXAS, MASTROS, TOTENS, ENTRE OUTROS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 035/2021.		0937/2021-88		
081/2021	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA ESTACIONAMENTO, PLACAS EM ALUMÍNIO, PLACAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PLACAS EM INOX ESCOVADO, PLACAS INDICATIVAS EM PVC, FAIXAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, ADESIVOS, LETRAS CAIXAS, MASTROS, TOTENS, ENTRE OUTROS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 035/2021.	035/2021	19.30.1563.000 0938/2021-61	08/10/2021	08/10/2022
082/2021	AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL PARA ESTACIONAMENTO, PLACAS EM ALUMÍNIO, PLACAS EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, PLACAS EM INOX ESCOVADO, PLACAS INDICATIVAS EM PVC, FAIXAS, IMPRESSÃO COLORIDA EM LONA, ADESIVOS, LETRAS CAIXAS, MASTROS, TOTENS, ENTRE OUTROS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 035/2021.	035/2021	19.30.1563.000 0939/2021-34	14/10/2021	14/10/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
083/2021	AQUISIÇÃO DE TINTAS, E EQUIPAMENTO E MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PINTURA E IMPERMEABILIZAÇÃO, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e das Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 038/2021.	038/2021	19.30.1512.000 0638/2021-02	28/10/2021	28/10/2022
084/2021	AQUISIÇÃO DE KITS DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENO DE SARS-COV-2 (VÍRUS CAUSADOR DA COVID-19), conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 039/2021.	039/2021	19.30.1534.000 0707/2021-40	25/11/2021	25/11/2022
085/2021	FORNECIMENTO DE PELÍCULAS DE CONTROLE SOLAR COM SERVIÇO DE REMOÇÃO E INSTALAÇÃO, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 042/2021.	042/2021	19.30.1512.000 0684/2021-21	25/11/2021	25/11/2022
086/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PENDRIVES), para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 049/2021.	049/2021	19.30.1514.000 0906/2021-11	02/12/2021	02/12/2022
087/2021	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas nos Anexos II e III do Edital do Pregão Presencial n. 051/2021.	051/2021	19.30.1060.000 0797/2021-64	08/12/2021	08/12/2022
088/2021	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES	048/2021	19.30.1511.000	23/12/2021	23/12/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	(eletrônicos e eletrodomésticos), destinados ao atendimento das necessidades desta Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do Interior, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 048/2021.		0708/2021-67		
089/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 046/2021.	046/2021	19.30.1563.000 0020/2022-12	27/12/2021	27/12/2022
090/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 046/2021.	046/2021	19.30.1563.000 0021/2022-82	22/12/2021	22/12/2022
091/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 046/2021.	046/2021	19.30.1563.000 0022/2022-55	27/12/2021	27/12/2022
092/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital do Pregão Eletrônico n. 046/2021.	046/2021	19.30.1563.000 0023/2022-28	22/12/2021	22/12/2022
093/2021	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, visando aquisições futuras, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência – do Edital	046/2021	19.30.1563.000 0024/2022-98	28/12/2021	28/12/2022

Quadro 5.4.4.3 – Detalhamento das Atas de Registro de Preços (ARP) 2021

n. ARP	Objeto	n. Edital	n. Processo	Vigência	
				Início	Término
	do Pregão Eletrônico n. 046/2021.				
094/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 059/2021.	059/2021	19.30.1563.000 1165/2021-43	27/12/2021	27/12/2022
095/2021	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n. 059/2021.	059/2021	19.30.1563.000 1166/2021-16	24/12/2021	24/12/2022

Fonte: Área de Contratos

Em 2021 a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 203 (duzentos e três) contratos vigentes, dos quais 94 (noventa e quatro) foram firmados em 2021, bem como a gestão de 187 (cento e oitenta e sete) Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 95 (noventa e cinco) foram firmadas em 2021 e foram processadas 232 (duzentos e trinta e duas) requisições de fornecimento. Enfatiza-se que em 2021 foram ajustados 55 (cinquenta e cinco) aditivos, incluídos neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sedes de Promotorias no Interior. Também em 2021, a Área de contratos realizou o lançamento de 537 documentos no sistema do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - SICAP-LCO.

A Tabela 5.4.4.7 relaciona os 21 (vinte e um) contratos de locação de imóveis que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, sendo dispendido aproximadamente, no exercício, o valor total mensal de R\$ 39.994,24 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Tabela 5.4.4.7 – Contratos de locação de imóveis, 2021

Item	n. Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	009/2016	Almas	1.134,48
2	103/2013	Ananás	2.170,46
3	059/2019	Araguacema	3.099,01
4	058/2019	Araguaçu	2.600,00
5	022/2011	Arapoema	1.274,73
6	012/2017	Alvorada	2.417,19
7	046/2016	Aurora	1.163,06
8	024/2009	Cristalândia	2.209,90
9	039/2020	Figueirópolis	1645,20
10	060/2019	Filadélfia	2.479,21
11	010/2019	Formoso do Araguaia	2.104,00
12	044/2015	Goiatins	1.373,67
13	026/2015	Itacajá	1.472,12
14	033/2009	Itaguatins	1.750,84
15	049/2019	Novo Acordo	2.167,00
16	064/2020	Palmeirópolis	2.480,21
17	040/2017	Pium	1.631,61
18	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1714,53

Tabela 5.4.4.7 – Contratos de locação de imóveis, 2021

Item	n. Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
19	004/2009	Wanderlândia	1.950,30
20	021/2010	Xambioá	1.415,19
21	039/2009	Tocantínia	1.741,53
Total			39.994,24

Fonte: Área de Contratos

5.4.5 Departamento de Planejamento e Gestão

O Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) é responsável por elaborar, planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e gestão orçamentária, no âmbito do MPTO. Ao Deplan compete, também, acompanhar e controlar a execução dos projetos e convênios, com suas respectivas prestações de contas, cabendo-lhe ainda planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual.

O Ministério Público do Tocantins utiliza convênios e outros instrumentos congêneres para disciplinar o relacionamento com outras pessoas jurídicas no alcance de algum objetivo comum, com a seguinte classificação: 1) Instrumento: Intenção de compartilhamento de capacidades ou recursos organizacionais para a concretização de objetivos entre organizações autônomas, formalizado por escrito, revestida na forma de Termo de Convênio, Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso. 2) Convênio: É todo ajuste celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre essas e organizações particulares, tendo como objeto a realização de interesses comuns. É, portanto, uma associação cooperativa em que os partícipes se unem para a consecução de um fim comum, ou seja, convênio é um instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos e tem como partícipe órgão da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, Empresa Pública ou sociedade de economia mista que esteja gerindo recursos dos orçamentos públicos, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. 3) Acordo de Cooperação

Técnica: Ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, sem o repasse de recursos financeiros, materiais ou outros ônus. 4) Cessão de Uso: Ajuste entre o poder público e entidades públicas para a permissão de uso de ativos intangíveis, bens móveis ou áreas nas dependências das repartições públicas. 5) Termo Aditivo: Instrumento que tem por objetivo a modificação de termo já celebrado, formalizado durante a sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado.

Segue descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021:

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
1	Convênio	Estabelecer condições que possibilitem à SRF atender a solicitações de fornecimento de dados cadastrais efetuados pelo MP, mediante acesso online continuado às bases de dados dos sistemas CPF e CNPJ, precedidos de habilitação de membros ou funcionários do MP.	22/11/02	22/11/02	Indeterminada	Secretaria da Receita Federal
2	Convênio	Aplicar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos MP, compreendendo a capacitação dos membros dos MP dos Estados e da União.	27/11/03	24/11/03	Indeterminada	Agência Brasileira de Inteligência
3	Convênio	Ampliar a articulação, integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando a maior efetividade da proteção do patrimônio público.	18/12/03	24/11/03	Indeterminada	Controladoria Geral da União
4	Convênio	Proporcionar a adoção de medidas necessárias para agilizar, através da atuação conjunta dos signatários, os procedimentos nas ações decorrentes de títulos executivos originários das decisões do tribunal de contas.	28/5/04	28/5/04	Indeterminada	Tribunal de Conta do Estado Tocantins; Procuradoria-Geral do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Estado.
5	Acordo de Adesão	Permitir acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), destinado à consulta e utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública, no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais.	27/2/08	27/2/08	Indeterminada	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6	Convênio	Acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP n. 01/2013.	19/11/13	12/11/13	Indeterminada	Banco Central do Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público.
7	Acordo de Adesão	Aderir ao Projeto Reencontro em Busca das Crianças do Norte, idealizado pelo MP/TO.	25/3/14	19/3/14	Indeterminada	Ministério Público-AP; Ministério Público-PA;

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Ministério Público-AM; Ministério Público-RR; Ministério Público-AC; Ministério Público-RO.
8	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer condições gerais de um regime de mútua colaboração entre as partes, voltada a integração, aprimoramento e aparelhamento dos Órgãos Ministeriais e de Segurança Pública com atuação do Meio Ambiente.	27/8/14	27/8/14	Indeterminada	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
9	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver Portal Institucional Rede Ambiental Participativo (RAP).	17/12/18	30/9/18	29/9/21	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
10	Acordo de Adesão	Intercâmbio de informações de Interesse público.	12/2/14	30/1/14	Indeterminada	Receita Federal do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.
11	Cessão de uso	Licença de uso adaptação e distribuição do sistema PAM sem o intuito de obter lucro.	6/5/15	6/5/15	Indeterminada	Instituto de Conservação Ambiental - The Nature Conservancy do Brasil
12	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer a mútua cooperação entre o MP e PRT 10ª região com vistas a destinar recursos oriundos de acordos, decisões judiciais ou de multas impostas em TACs, em dissídios individuais ou coletivo.	16/9/16	15/9/16	15/9/21	Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região
13	Acordo de Adesão	Viabilizar ao Ministério Público a utilização da central nacional de indisponibilidade de bens para consulta simples e solicitação de certidões digitais.	14/9/16	22/7/16	Indeterminada	Associação dos registradores imobiliários de São Paulo

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
14	Acordo de Cooperação Técnica	Formar rede de controle da Gestão Pública no Estado do Tocantins.	3/3/17	3/3/17	3/3/22	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
15	Acordo de Cooperação Técnica	Fixar critérios e normas de ação conjunta por intermédio dos órgãos envolvidos para efetivação do combate aos crimes contra a ordem tributária.	6/11/17	31/10/17	31/10/22	Secretaria de Estado da Fazenda do Tocantins
16	Acordo de Adesão	Acessar à rede SICONV pelas unidades e ramos do MP e o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas as transferências voluntárias.	20/3/17	22/2/17	22/2/22	Conselho Nacional do Ministério Público
17	Acordo de Adesão	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica n. 15/2016, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a cessão do direito de uso do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, para o trâmite virtual	20/11/17	16/10/17	16/10/22	Conselho Nacional do Ministério Público

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		dos processos administrativos.				
18	Acordo de Cooperação Técnica	Fortalecer os órgãos de gestão e de controle do SUS, em regime de parceria, visando desenvolver ações conjuntas voltadas ao aprimoramento da Gestão do SUS no Estado do Tocantins.	20/4/17	6/4/17	6/4/22	Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins
19	Acordo de Cooperação Técnica	Utilizar Sistema SIMBA e instalação do Sistema SITTEL de investigação de registros telefônicos e telemáticos.	3/8/16	27/7/16	27/7/21	Ministério Público Federal – MPF
20	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.	8/2/17	6/8/17	6/8/22	Prefeitura Municipal de Tocantínia
21	Termo de Cooperação Operacional	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	21/6/18	20/6/18	20/6/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins LTDA – COOPERAn.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
22	Termo de Cooperação Técnica	Conjugar esforços comuns no sentido de garantir a entrega da prestação jurisdicional de forma mais celebre e eficaz.	11/5/17	11/5/17	11/5/22	Defensoria Pública do Estado do Tocantins; Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
23	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.	23/5/17	23/5/17	23/5/22	Prefeitura Municipal de Peixe
24	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Implantar o Projeto Profissionalizando a Capacidade da Mulher vítima de violência doméstica e familiar a superarem a dependência financeira dos cônjuges e companheiros agressores, evitando a revitimação e promovendo o aumento da autoestima, inserção no mercado de trabalho e integração social.	6/6/17	6/6/17	6/6/22	SENAI
25	Termo de Cooperação Técnica	Entabular parcerias institucionais, com os fins precípuos de promover a qualidade do conhecimento produzido em	10/8/17	26/7/17	26/7/23	Ministério Público Federal, por intermédio

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		assuntos técnico-científicos não jurídicos nas diversas áreas de formações dos profissionais técnicos integrantes das Instituições.				da Secretaria de Apoio Pericial – PGR
26	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Atender às necessidades do MP-TO quanto a adequações a serem realizadas E-PROC.	29/6/17	29/6/17	29/6/22	Tribunal de Justiça Tocantins
27	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco Bradesco S/A, aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (MP/TO), mediante consignação em folha de pagamento.	20/6/17	20/6/17	20/6/22	Banco Bradesco S/A.
28	Convênio	Permissão do desconto em Folha de Pagamento dos servidores filiados em favor da ANACOMP, para usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seu Estatuto.	15/3/19	15/3/19	15/3/24	Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público
29	Termo de Convênio	Concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante	29/6/17	29/6/17	29/6/22	Banco do Brasil

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		consignação em folha de pagamento, aos membros e servidores do MP/TO.				
30	Termo de Cessão de Uso	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSIONÁRIO, da área de 26,77 m², exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 01, lotes 5/6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas/TO.	17/12/18	12/12/18	12/12/23	Banco Bradesco S/A.
31	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver ações educacionais, pesquisa científica e extensionalidade da difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional, técnico, científico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de	20/6/17	20/6/17	20/6/22	IFTO

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		suas missões institucionais.				
32	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Promover e conscientizar o educando por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar e capacitar os educadores para desenvolverem atividades que busquem modificar valores	19/7/17	19/7/18	19/7/22	Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED
33	Termo de Cooperação Técnica	Expressar o interesse comum dos partícipes de cooperar entre si, visando ações conjuntas, para o atendimento das infrações de menor potencial ofensivo.	6/9/17	6/9/17	6/9/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
34	Termo de Cooperação Técnica e Operacional de Intercâmbio Científico, Educacional, Cultural e Tecnológico	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico educacional e cultural visando troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, de aperfeiçoamento funcional nas modalidades presencial e a distância, bem como atividades	17/8/18	9/8/18	9/8/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		complementares de interesses comuns.				
35	Acordo de Cooperação Técnica	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	12/12/17	4/12/17	4/12/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
36	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	22/11/17	20/11/17	20/11/21	Defensoria Pública do Estado do Piauí
37	Acordo de Cooperação Técnica	Articular e conjugar esforços dos partícipes com o intuito de avocar os municípios do Estado do TO à integração do Sistema Nacional de Trânsito .	7/12/17	7/12/17	7/12/22	Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins; Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins.
38	Termo de Adesão	Adesão do MP TO ao Acordo de Cooperação celebrado	8/6/18	18/5/18	18/5/23	Conselho Nacional do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Convenente
		entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP TO e a execução de ações complementares de interesse comum, garantindo a implementação das exigências de acessibilidade previstas na Legislação Brasileira.				Ministério Público – CNMP; Conselho de Arquitetura e urbanismo do Brasil – CAU/BR.
39	Termo de Adesão	Termo de Adesão do MPTO ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID.	7/12/17	7/12/17	7/12/22	Conselho Nacional do Ministério Público
40	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	11/4/18	11/4/18	11/4/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
41	Acordo de Cooperação	Estabelecer Cooperação Técnica na área de inteligência e	11/12/17	31/10/17	31/10/22	Ministério Público do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
	Técnica	investigação criminal, a ser desenvolvida por meio do uso integrado da ferramenta RETINA. banco de dados criado pelo Núcleo de Apoio Técnico Especializado do MP - AC.				Estado do Acre
42	Convênio	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, relativo à contribuição voluntária a título de doação, em favor da FUNDAÇÃO PIO XII - HOSPITAL DE AMOR - FILIAL PALMAS - TO, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos), nesta cidade de Palmas-TO.	28/6/18	19/6/18	20/6/23	Fundação Pio XII - Hospital De Câncer De Barretos – Filial Palmas
43	Acordo de Cooperação Técnica	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde suplementar, a ampla	05/08/2020	25/5/18	25/05/2023	Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência suplementar à saúde, promover uma atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde suplementar, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.				
44	Termo de Cessão de Uso	Termo de Cessão de Uso do Software da Plataforma de Comutação Digital BXS/20 - Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MP-TO.	24/5/18	24/5/18	24/5/22	Polícia Militar do Estado do TO
45	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores	15/6/18	17/4/18	17/4/23	Assembleia Legislativa

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
	Técnica e Operacional	entre as instituições signatárias.				do Estado do Tocantins
46	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	13/7/18	5/7/18	5/7/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos.
47	Acordo de Cooperação Técnica	Acesso do MPTO à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, mantido pelo MTB, com a finalidade, exclusiva, da utilização nas suas atividades institucionais.	26/9/18	24/9/18	24/9/23	Ministério do Trabalho
48	Acordo de Cooperação Técnica	Ampliação da comunicação entre o CADE e o Ministério Público do Estado do Tocantins, de modo a imprimir-se maior agilidade e efetividade nas ações de repressão às práticas de cartel e outras infrações à ordem econômica e	10/12/18	17/10/18	17/10/23	Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		às relações de consumo previstas nos arts. 4º e 7º da Lei n. 8.137/1990 e 36, da Lei n. 12.529/2011; a troca de informações e documentos quando da apuração de práticas de cartel e demais infrações, respeitadas as prerrogativas e atribuições e limitações legais cometidas ao CADE e ao Ministério Público do Estado do Tocantins; e o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas e procedimentos empregados na apuração de práticas de cartel e outras previstas na Lei n. 12.529/2011 e na Lei n. 8.137/1990.				
49	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica TCU/CNMP, (LabContas), de 21 de maio de 2018, que tem como objetivo o de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e	29/1/19	9/1/19	9/1/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; Tribunal de Contas da União – TCU.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.				
50	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Estabelecer um regime de cooperação mútuo entre os partícipes a fim de que se possa promover um atendimento de qualidade, especializado, de forma ágil, preciso e eficaz, garantindo o resgate da autoestima da mulher vítima de violência doméstica, por meio do projeto denominado “S.O.S Mulher – Ministério Público do Tocantins de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, realizando atendimento às vítimas no âmbito do Município de Palmas.	1/2/19	1/2/19	1/2/24	Defensoria Pública do Estado do Tocantins; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Estadual de Segurança Pública; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Secretaria Municipal do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Desenvolvimento Social; Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social; Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.
51	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e maior celeridade no desenvolvimento de ações decorrentes da proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e outras que guardem correlação com a competência dos partícipes.	11/12/18	12/11/18	Indeterminada	Polícia Militar do Estado do TO; Polícia Militar Ambiental do TO.
52	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao	17/12/18	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, visando ao estabelecimento da Cooperação entre o MMA, tendo o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.				Ministério Público – CNMP
53	Termo de Permissão de Uso	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSIONÁRIO, da área de 34,00 m², exclusivamente para instalação de agência Bancária - Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins	23/4/20	14/4/20	14/4/25	Caixa Econômica Federal
54	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MPTO, para	10/12/18	3/12/18	3/12/23	Prefeitura Municipal de

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.				Gurupi – TO
55	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MPTO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	9/1/19	30/11/18	30/11/23	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará
56	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	11/12/18	2/12/18	2/12/23	Ministério Público do Estado de Goiás
57	Termo de Parceria para Cumprimento de Cota Social	Definir atribuições e responsabilidades entre os signatários para a execução de Programa de Aprendizagem, nos termos da Lei 10.097/00 e do Decreto 8.740/2016.	19/12/18	19/12/18	Indeterminada	Tabocas Participações Empreendimentos S/A; Prefeitura Municipal de Porto Nacional; Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Integração – RENAPSI.
58	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNMP e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em 16 de outubro de 2018, que tem como objetivo estabelecer cooperação técnica para intermediação do processo de Adesão dos Ministérios Públicos Brasileiros para a disponibilização do aplicativo Água para o Futuro, que consiste em sistema idealizado com a finalidade de mapear e identificar irregularidades ambientais em nascentes de água.	5/12/18	30/11/18	30/11/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
59	Acordo de Cooperação	Execução nas escolas do Estado do Tocantins de ações do Projeto “Anjos da Guarda” Rompimento do ciclo de violência doméstica através da conscientização da criança, coordenado pelo Núcleo Maria da Penha.	15/1/19	28/12/18	28/12/23	Secretaria Estadual de Educação do Estado do TO

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
60	Termo de Adesão	Constitui objeto do presente Termo a criação da OUIDORIAS EM REDE - TOCANTINS, visando a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os PARTÍCIPES, para o compartilhamento de experiências, o incentivo à criação de Ouvidorias no Estado do Tocantins e o envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil organizada no exercício de seus direitos.	31/1/19	29/11/18	29/11/23	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins.
61	Acordo Técnico Cooperação	Aperfeiçoamento da operação e gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, do cadastro Único de Assistência Social e do desempenho da Procuradoria no exercício das atribuições institucionais	9/12/19	2/12/19	2/12/24	Ministério da Cidadania
62	Convênio	Execução do Programa de Estágio Supervisionado e Curricular obrigatório, por alunos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, devidamente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins,	28/6/19	17/6/19	17/6/24	Ministério Público do Estado do Tocantins – CONCEDENTE;

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		dentro das respectivas áreas de formação, de acordo com a Lei n. 11.788, de 25/09/2008.				Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas – INSTITUIÇÃO DE ENSINO.
63	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	24/10/19	24/10/19	24/10/24	Prefeitura Municipal de Palmas
64	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores ou empregados entre as instituições signatárias.	7/3/19	7/1/19	7/1/24	Defensoria Pública do Estado de Goiás
65	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	14/2/19	15/1/19	15/1/24	Prefeitura Municipal de Augustinópolis
66	Acordo de Cooperação	Cessão de Direito de Uso do Sistema Eletrônico de	28/6/19	28/6/19	28/6/24	Tribunal Regional

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
	Técnica	Informações - SEI, criado pelo TRF4, para o Ministério Público do Estado do Tocantins - Cessionário.				Federal da 4ª Região
67	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	20/3/19	13/3/19	13/3/24	Prefeitura Municipal de Porto Nacional
68	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MPTO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	14/2/19	24/1/19	24/1/24	Ministério Público do Estado do Piauí
69	Termo de Compromisso	Oferecimento de 07 vagas do Programa de Pós-Graduação em PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (PPGPJDH) – NÍVEL MESTRADO para ingresso no ano de 2019.	14/2/19	30 meses a partir do início das aulas		Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; Tribunal de Justiça do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						<p>Estado do Tocantins – TJTO com a interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – SMAT;</p> <p>Ministério Público do Estado do Tocantins – MPTO com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.</p>
70	Acordo Técnico Cooperação	A implementação de medidas de natureza técnico-administrativas objetivando a operacionalização conjunta de medidas de vistoria e inspeção no âmbito do Estado do Tocantins, a depender da demanda das promotorias quando	2/9/19	30/8/19	30/8/24	Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins; Secretaria do Trabalho

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		requerido apoio técnico, pretendendo fazer cumprir as etapas dos Projetos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher.				e Desenvolvimento Social do Tocantins; Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Tocantins; Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins.
71	Acordo Cooperação	Estabelecer um regime de cooperação mútuo entre os partícipes a fim de que se possa promover encontros quinzenalmente envolvendo uma equipe Multidisciplinar, e órgãos parceiros de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme dispõe o artigo 35 e 45 da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha e o artigo 152 da Lei de Execução Penal.	1/4/19	22/3/19	22/3/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Secretaria Estadual de Saúde; Secretaria Municipal de Saúde;

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Polícia Militar do Estado do Tocantins; Secretaria Estadual de Segurança Pública; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social; OAB Tocantins; Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça; Defensoria Pública do Estado do Tocantins.
72	Termo de Cessão de Uso	Cessão de Uso de parte ideal do imóvel que abriga as	30/5/19	16/5/19	16/5/24	Tribunal de Justiça do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		instalações do Fórum da Comarca de Araguaína, situado na Avenida Filadélfia, loteamento Chácara 89 A, de propriedade do CEDENTE para uso do CESSIONÁRIO				Estado do Tocantins
73	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para possibilitar aos Membros do Ministério Público brasileiro a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde, solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino a distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em saúde (ATS).	16/4/19	21/3/19	21/3/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
74	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para a realização de vistorias permanentes e coordenadas pelo	12/6/19	28/5/19	28/5/24	Conselho Municipal de Saúde de Palmas

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		Ministério Público do Estado do Tocantins, com objetivo de obter diagnóstico das condições estruturais e de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO, através da aplicação de questionários, na conformidade da logística e do cronograma, previstos no Projeto Saúde de Qualidade nas Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO.				
75	Termo de Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco Bradesco Financiamentos S/A (BANCO), aos membros e servidores da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ-TO), mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	16/12/20	16/12/20	16/12/25	Banco Bradesco
76	Termo de Permissão de Uso de Área Pública	A PGJ - PERMITENTE outorga à ASAMP - PERMISSIONÁRIO, em caráter precário, a partir da data da assinatura deste termo, permissão de uso de uma sala de 15,54 m², localizada no 2º andar, sala n. 202, do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do	16/12/19	16/12/19	Indeterminada	Associação dos Servidores Administrativo do Ministério Público

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Convenente
		Tocantins, situado na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO - 04 Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-218, na cidade de Palmas – TO, para funcionamento da sede administrativa da ASAMP.				
77	Acordo Técnico e Assistência Mútua Cooperação	Ampliar a cooperação Técnica Interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com a finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados, e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam a eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas.	1/7/19	1/7/19	1/7/24	Ministério Público Militar

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Convenente
78	Termo de Cooperação Técnica	Estabelecer mútua e ampla cooperação entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do TO por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, por meio da Escola Superior do MP-GO, visando o aprimoramento profissional, acadêmico, técnico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento de ações voltadas ao cumprimento de sua missão institucional.	3/12/19	27/11/19	27/11/21	Ministério Público do Estado de Goiás
79	Termo de Cooperação Técnica	O estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes para o intercâmbio de experiências e informações, mediante a implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo entre os Partícipes, visando à implementação de programas, projetos e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.	5/9/19	27/8/19	27/8/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – (TJTO); Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – (TRE-TO); Defensoria Pública do Estado do Tocantins – (DPE-TO); Tribunal de

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Contas do Estado do Tocantins – (TCE-TO); Universidade Estadual do Tocantins – (UNITINS); Fundação Universidade Federal do Tocantins - (UFT-TO).
80	Termo de Convênio	O presente Convênio refere-se à união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Nucleação de Grupos de Pesquisa e Internacionalização do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, com vista à formação do corpo docente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf ou Escola Superior do Ministério Público e formação dos profissionais do MPTO, como forma de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.	16/12/19	16/12/19	16/12/21	Escola Superior da Magistratura Tocantinense; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
81	Acordo Técnico Cooperação	Promover a defesa dos direitos dos consumidores através de ações integradas e articuladas entre organismos que atuam no direito consumerista, por meio do projeto denominado “Operação Pró-consumidor”, realizando ações no âmbito do Estado do Tocantins.	5/2/20	29/1/20	29/1/25	<p>Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – TO por intermédio da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça;</p> <p>Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins;</p> <p>Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC – TO;</p> <p>Agência de Metrologia, Avaliação da</p>

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						<p>Conformidade, Informação e Tecnologia;</p> <p>Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos;</p> <p>Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins;</p> <p>Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins por intermédio da Delegacia Especializada de Atendimento a</p>

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Vulneráveis.
82	Acordo Técnico Cooperação	Desenvolver ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados, visando garantir a efetividade das investigações relativas aos casos de desaparecimento de pessoas no Estado do Tocantins, no âmbito do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID)./ plid	18/12/19	17/12/19	17/12/24	Secretaria do Estado da Segurança Pública; Comando da Polícia Militar do Estado do Tocantins; Secretaria do Estado da Cidadania e Justiça; Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.
83	Acordo de Cooperação	Cooperação técnica entre o MP/TO e o SENAI Tocantins,	9/12/19	9/12/19	9/12/24	Serviço Nacional de

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
	Técnica	com o objetivo de proporcionar qualificação com aprendizado de qualidade, que permita às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, superarem a dependência financeira de cônjuges e companheiros agressores, minimizando os estados de vitimização e promovendo a elevação de sua autoestima, a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a integração social, por meio do Projeto “PROFISSIONALIZANDO A CAPACIDADE DA MULHER”.				Aprendizagem Industrial – SENAI-TO
84	Termo de Cessão de Uso	Cessão de uso de 10 (dez) itens de equipamentos de informática, para uso no Núcleo de Engenharia Legal e Meio Ambiente do Instituto de Criminalística, visando a articulação, integração e operacionalização da mútua atuação institucional na defesa e proteção do meio ambiente.	20/11/19	20/11/19	20/11/21	Secretaria de Estado da Segurança Pública do Tocantins
85	Acordo Cooperação	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico,	5/2/20	5/2/20	5/2/25	Tribunal de Contas do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como nas atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum.				Estado do Tocantins
86	Acordo Técnico Cooperação	Promover por meio da articulação interinstitucional a execução do Programa de Educação para a Cidadania e o Trabalho - PECT, que visa promover o/a adolescente em cumprimento de medida de proteção, em processo socioeducativo, acolhimento familiar e comunitário em trabalho infantil, as competências e habilidades para o exercício da cidadania, inserção e permanência no mercado de trabalho.	21/7/20	21/7/20	21/7/22	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Ministério Público do Trabalho; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Tocantins; Executivo Estadual por intermédio da

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Convenente
						<p>Secretaria da Cidadania e Justiça e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social;</p> <p>Município de Palmas, por intermédio da Secretaria Municipal e Assistência Social;</p> <p>Serviço Nacional de aprendizagem Comercial – SENAC; Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração –</p>

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						RENAPSI; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.
87	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	13/1/20	13/1/20	13/1/25	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
88	Termo de Cooperação	Estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAFA, e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, visando ao desenvolvimento conjunto das ações de interesse das partes conveniadas, na modalidade presencial e/ou a distância.	14/11/19	31/10/19	31/10/24	Ministério Público do Estado do Mato Grosso

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
89	Termo de Cooperação Técnica	Liberação do acesso ao Sistema de conveniadas dentro do Portal SIMPLIFICA TOCANTINS, o Portal de informações da JUCETINS, para visualização de cadastros e dos atos digitalizados das empresas registradas perante este órgão de registro do comércio.	29/1/20	29/1/20	29/1/22	Junta Comercial do Estado do Tocantins
90	Termo de Compromisso	Referente ao Projeto escuta Especializada e Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes para a implementação das salas de depoimento especial para as delegacias que atuam na proteção às crianças e adolescentes no âmbito do Estado do Tocantins, conforme solicitação nos Autos da Ação Civil Pública n. 002700-20.2005.5.10.0802.	5/2/20	5/2/20	Indeterminada	Secretaria da Segurança Pública do Tocantins; Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes Glória de Ivone do Tocantins – CEDECA; Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal e Tocantins.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
91	Acordo de Cooperação	Disponibilizar ao MPE/TO o acesso ao Sistema informatizado de consultas do Detran/TO	22/12/20	11/12/20	11/12/25	Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins – Detran/TO
92	Acordo de Cooperação Técnica e Intercâmbio Cultural, Científico e Tecnológico	Estabelecer a cooperação técnica e o intercâmbio cultural, científico e tecnológico, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento, a especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública e a troca de experiências, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.	6/3/20	6/3/20	6/3/25	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins
93	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	24/1/20	24/1/20	24/1/25	Ministério Público do Estado do Tocantins Prefeitura Municipal de Arraias
94	Acordo de Cooperação	Formalização de condições básicas para realização de estágio na modalidade obrigatório dos estudantes da	18/5/20	18/5/20	18/5/23	Faculdade Serra do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		Faculdade Serra do Carmo, do curso de Direito, especialmente no desenvolvimento de atividades relacionadas à prática jurídica e profissional, propiciando a experiência prática na linha de formação do estagiário, como complementação do ensino e da aprendizagem social, o acompanhamento de atividades profissionais, por meio da participação em situações reais.				Carmo
95	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão do software ATHENAS, criado pelo MP-TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e área finalística.	18/5/20	27/4/20	27/4/25	Ministério Público do Estado do Mato Grosso
96	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na defesa e proteção do meio ambiente, bem como a viabilização da solução consensual de conflitos na área ambiental.	18/9/20	18/9/20	Indeterminada	Governo do Estado do Tocantins; Poder Judiciário do Estado do Tocantins; Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Instituto Natureza do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Tocantins.
97	Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional	Estabelecer parceria entre o Ministério Público do Tocantins e o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações com vistas ao monitoramento e fiscalização das ações das redes de ensino, estadual e municipais, voltadas para a garantia do direito à educação no contexto da situação de emergência decorrente da Pandemia ocasionada pela COVID-19 e ulteriores desdobramentos.	26/3/21	19/10/20	19/10/22	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
98	Termo de Cooperação Técnica	Cooperação técnica entre os partícipes, visando à implementação de ações conjuntas em cursos, projetos, programas e outras atividades de treinamento, desenvolvimento e educação, de interesse mútuo entre as partes.	26/2/21	26/2/21	26/2/23	Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil;

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Escola Nacional do Ministério Público
99	Acordo de Cooperação	Possibilitar o acesso ao banco de dados cadastrais de clientes, pessoas físicas e/ou jurídicas do estado de Tocantins, da concessionária (dados cadastrais), por meio de web service, pelo MPE/TO, para os fins exclusivos de segurança pública.	10/3/21	10/3/21	10/3/23	Energisa Tocantins distribuidora de energia S/A.
100	Termo de Doação	Termo de Doação que entre si celebram o Ministério Público do Estado do Acre – MPAC e o Ministério Público do Estado de Tocantins - MPTO, objetivando a doação de sensor de qualidade do ar a laser.	25/9/20	25/9/20	Indeterminada	Ministério Público do Estado do Acre
101	Termo de Convênio	Disponibilizar e compartilhar ao Ministério Público do Estado do Tocantins, informações da Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC.	23/4/21	5/2/21	Indeterminada	Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais –

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						ARPEN Brasil
102	Termo de Adesão	Compartilhamento de informações e tecnologias sobre o uso da terra no Brasil para a proteção do meio ambiente	27/4/21	15/4/21	15/4/23	Conselho Nacional do Ministério Público
103	Termo de Convênio	Colaboração mútua dos pactuantes, destinada à operacionalização dos serviços de consignação em folha de pagamento dos membros do Ministério Público de valores devidos em razão de sua adesão ao plano de benefícios PLANJUS, administrado pelo Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça - JUSPREV.	10/2/21	10/2/21	10/2/25	Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça - JUSPREV.
104	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores efetivos entre as instituições signatárias.	8/3/21	8/3/21	8/3/26	Prefeitura de Almas - TO
105	Termo de Convênio	Termo de Convênio a ser celebrada entre este Ministério e	9/12/20	4/12/20	4/12/22	Fundação Escola

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		a FUNDACAO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO - FMP, visando conceder aos membros e colaboradores do MP/TO, ao matricularem-se nos cursos de Pós-graduação EAD, 20% (vinte) de desconto sobre a mensalidade;				Superior do Ministério Público - FMP
106	Termo de Cooperação Técnica	Constitui objeto do presente Termo de Cooperação Técnica, o compartilhamento do código fonte do Assinador Digital SERPRO, em sua versão 2.7.0, entre o SERPRO e o MP/TO, para sua utilização restrita aos termos deste Pacto, e inexistindo a possibilidade de transferência de recursos entre as partes, especialmente financeiros.	6/4/21	30/3/21	30/3/22	Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO
107	Termo de Adesão	Termo de Adesão ao ACORDO DE COOPERAÇÃO, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020, celebrado entre o CNMP e algumas Instituições, visando a conjugação de esforços dos partícipes para a execução do projeto Respeito e Diversidade, o qual se consubstancia em um conjunto de iniciativas voltadas a contribuir com a promoção do	24/3/21	16/3/21	25/11/21	Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Público Federal por intermédio da Procuradoria-Geral da República e da

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		respeito, em âmbito nacional, à diversidade em suas mais variadas expressões, como raça, credo, gênero, opinião, aspectos físicos, entre outras.				Escola Superior do Ministério Público da União.
108	Termo de Cooperação Técnica	Tem por objeto o intercâmbio do conhecimento técnico específico necessário e suficiente a possibilitar aos partícipes a experiência avançada no exercício das atribuições institucionais da competência de cada um.	8/4/21	1/1/21	31/12/21	Governo do Estado do Tocantins
109	Termo de Cooperação Técnica	Regulamentar a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais — Guardião, por parte da Secretaria da Segurança Pública, para fins de realização de investigações criminais a cargo da Polícia Civil do Estado do Tocantins.	4/5/21	4/5/21	4/5/25	Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins
110	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias	4/5/21	4/5/21	4/5/26	Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
111	Termo de Cooperação Técnica	Possibilitar o desenvolvimento de ações conjuntas relacionadas aos vários setores da Biologia ou a ela ligados, bem como as que se relacionem à preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, no âmbito do Estado de Tocantins.	11/5/21	10/5/21	10/5/25	Conselho Regional de Biologia – 4ª Região (CRBio-04)
112	Protocolo de Intenções	União de esforços para o desenvolvimento de ações educacionais, pesquisa científica e extensionalidade da difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional, técnico, científico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais	11/5/21	11/5/21	11/5/25	UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins.
113	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica tem por finalidade estabelecer parceria entre o Ministério Público do Tocantins e a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, objetivando a divulgação da atuação do MP/TO na TV Assembleia, a fim de dar ampla publicidade aos	18/5/21	18/5/21	18/5/23	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		trabalhos desenvolvidos e às formas de acesso aos serviços desta instituição, para maximizar sua comunicação com a sociedade.				
114	Termo de Cooperação Técnica	Termo de Cooperação Técnica que tem por objeto o compromisso entre os Partícipes, visando à aplicação da Lei 13.431/2017, bem como estruturar o atendimento às crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, junto ao Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio.	25/5/21	17/5/21	19/5/26	Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Poder Executivo do Estado do Tocantins; Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins; Secretaria da Saúde do

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Convenente
						Estado do Tocantins; Município de Palmas, e Secretaria de Desenvolvimento Social.
115	Acordo de Cooperação	Acordo de Cooperação tem por objeto adquirir cestas básicas para as famílias carentes do Estado do Tocantins, com recursos advindos de doações as quais serão efetivadas mediante autorização e desconto, em folha de pagamento, no percentual estabelecido por parceiro, no período de três meses.	7/6/21	7/6/21	27/9/21	Ministério Público do Estado do Tocantins, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, a Associação dos Servidores do Tribunal de Contas e a

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Defensoria Pública do Estado do Tocantins.
116	Acordo de Cooperação	Desenvolvimento de um programa de cooperação técnica e científica mútua, entre os partícipes, buscando aumentar a eficiência das atividades da Procuradoria-Geral de Justiça relacionadas ao velamento das fundações e acompanhamento das entidades de interesse social que atuam no Estado do Tocantins e, simultaneamente, proporcionar a realização de atividades científicas, a capacitação acadêmica e o desenvolvimento profissional dos alunos, pesquisadores e professores da FIPE, o que se dará através da utilização dos Software que integram o “Sistema de Cadastro e Prestação de Contas” pela Procuradoria-Geral de Justiça e do fornecimento dos dados nele inserido e armazenado à FIPE.	11/6/21	11/6/21	11/6/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).
117	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições	16/6/21	1/1/21	1/1/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e o

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		signatárias.				Ministério Público do Estado do Ceará.
118	Acordo de Cooperação Técnica	O presente Acordo consiste na divulgação da atuação institucional, por meio de veiculação de programetes de rádio, na Rádio 96 FM, tendo por objetivo, dar ampla publicidade aos trabalhos desenvolvidos e as formas de acesso aos serviços do MPTO, a fim de maximizar os canais de comunicação com a sociedade.	22/6/21	17/6/21	17/6/23	Ministério Público do Estado do Tocantins e a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.
119	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	O presente Acordo tem por objeto regulamentar a utilização dos serviços da Junta Médica Oficial do Estado do Tocantins, unidade tática subordinada diretamente à Superintendência de Gestão de Recursos Humanos, da Secretaria da Administração – SECAD-TO, pelos Membros e Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, visando a realização de perícias, avaliações e inspeções médicas necessárias a concessão de direitos, benefícios,	21/6/21	21/6/21	21/6/26	Ministério Público do Estado do Tocantins, o Estado do Tocantins por intermédio da Secretaria da Administração – SECAD-TO e o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		licenças e outros institutos previstos em instrumentos legais e infralegais.				TCE-TO.
120	Acordo de Cooperação	O presente Acordo tem por objetivo regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes aos quadros efetivos das instituições signatárias.	25/6/21	25/6/21	25/6/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e a Prefeitura Municipal de Araguaína/TO.
121	Termo de Cooperação	Regulamenta a concessão empréstimos e financiamentos pelo BANCO SANTANDER BRASIL S/A (denominado CONSIGNATÁRIA), aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (denominado CONSIGNANTE), mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	25/6/21	25/6/21	25/6/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e o Banco Santander Brasil S/A.
122	Termo de Cooperação	Termo de Cooperação que regulamenta a concessão empréstimos e financiamentos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL aos Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins mediante consignação em	7/7/21	7/7/21	7/7/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e a Caixa Econômica

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		folha de pagamento das prestações decorrentes.				Federal.
123	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica de 04 de Maio de 2021	Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e a Agência Brasileira de Inteligência, em 04 de maio de 2021, cujo extrato foi publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União n. 85, de 7 de maio de 2021, que tem por objeto a cooperação recíproca em áreas de interesse e competência das partes, no que diz respeito à Atividade de Inteligência; à proteção de conhecimentos sensíveis; ao intercâmbio de dados e conhecimentos de Inteligência, observada a legislação vigente; à capacitação e ao aperfeiçoamento de recursos humanos do CNMP, do Ministério Público brasileiro e da ABIN, compreendendo a realização de cursos e outros eventos afins, com a participação de membros e servidores dos respectivos órgãos.	7/7/21	29/6/21	7/5/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e o Conselho Nacional do Ministério Público.
124	Termo de Cooperação	Constitui objeto do presente convênio a consignação, em folha de pagamento, de descontos dos servidores	12/7/21	8/7/21	8/7/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		associados ao conveniado.				Associação dos Servidores da Secretaria da Administração do Estado do Tocantins – ASSECAD
125	Acordo de Cooperação	O presente Acordo tem por objeto regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	28/7/21	26/7/21	26/7/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal de Colméia – TO.
126	Acordo de Cooperação	O presente Acordo tem por objeto regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	28/7/21	22/7/21	22/7/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
127	Termo de Cooperação Técnica	Termo de Cooperação Técnica para compartilhamento da ferramenta CIFRA.	1/10/21	28/9/21	28/9/26	Ministério Público do Estado do Tocantins e o

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
						Ministério e o Ministério Público do Estado do Pará
128	Termo de Adesão	Termo de Adesão n. 4/2021 ao Acordo de Cooperação Técnica n. 148/2021 celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério da Economia, por meio da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, para estabelecer a adesão à Rede +Brasil e o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum.	1/10/21	30/9/21	12/8/31	Ministério Público do Estado do Tocantins e o Conselho Nacional do Ministério Público
129	Termo de Cooperação Tecnológica, Científica, Jurídica, Educacional, Acadêmica e Cultural	Estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional CESAF, e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, visando ao desenvolvimento conjunto das ações de interesse das partes conveniadas, na modalidade presencial	17/11/21	6/8/21	6/8/26	Ministério Público do Estado Do Tocantins e Ministério e Público do Estado do Espírito Santo.

Quadro 5.4.5.1 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2021.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Data da Publicação	Vigência (Início)	Vigência (Término)	Conveniente
		ou a distância.				

5.4.6 Departamento de Finanças e Contabilidade

O Departamento de Finanças e Contabilidade é responsável por coordenar, orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e efetuar os registros contábeis da PGJ, fornecendo informações para a tomada de decisões e controle, por parte da direção da Instituição.

O Departamento de Finanças e Contabilidade compreende:

- a) Área de Execução Orçamentária/Financeira; e
- b) Área de Contabilidade.

Abaixo, os valores da execução orçamentária de 2021, por modalidade.

Tabela 5.4.6.1 – Execução Orçamentária, por Modalidade de Despesa, em 2021, em (R\$).

Concorrência	5.371.210,55
Concurso	33.000,00
Pregão	23.179.018,17
Dispensa de Licitação por Limite	36.743,89
Outras Dispensas de Licitação	5.559.340,54
Inexigibilidades	520.367,30
Suprimento de Fundos	23.887,16
Não se aplica	171.850.311,85
Total	206.573.879,46

Fonte: Siafe-TO

5.4.7 Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

O Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (DGFPF) tem a finalidade de coordenar, supervisionar, orientar e executar as atividades de registro funcional e processamento das folhas de pagamento, promover e assistir à saúde, valorizar pessoas e prestar atendimento previdenciário a membros e servidores, inclusive seus dependentes, e executar atividades inerentes à gestão de pessoal no âmbito da PGJ.

O DGFPF é dividido em cinco áreas:

- a) Área de Processamento de Folha de Pagamento;
- b) Área de Registro Funcional;
- c) Área de Valorização de Pessoas;
- d) Área de Promoção e Assistência à Saúde; e,
- e) Área Previdenciária.

O quadro de pessoal dos órgãos auxiliares do MPTO é composto pelos cargos de provimento efetivo, demonstrados nas tabelas a seguir, que detalha as situações que alteram a força de trabalho desta Instituição.

Tabela 5.4.7.1 – Movimentação de membros e servidores em 2021 (em unid.)

Nível Funcional	Existente 31/12/2020	Movimentação					
		Nomeados/Reconduzidos	Exonerados	Aposentados/Falecidos	Promovidos	Cedidos/Licenciado/Afastados	Existente 31/12/2021*
Procuradores	12	0	0	0	0	0	12
Promotores	95	0	1	0	1	0	95
Servidores	430	0	4	3	0	0	423
Comissionados	101	16	12	0	0	0	105
Requisitados	87	1	0	0	0	0	88

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

*exclusive cedidos, licenciados e afastados.

Tabela 5.4.7.2 – Carreira de Apoio do MP/TO, em 31/12/2021

Nível Funcional	Existente 2020	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça) - 2020	Existente 2021	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça) - 2021	Var (%) atividade
AME – Analista Ministerial Especializado	58	52	55	51	-1,92
AMI – Analista Ministerial	143	134	142	132	-1,49
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	17	15	-6,25
AXM – Auxiliar Ministerial	12	11	12	11	0,00
MOP – Motorista Profissional	20	20	19	19	-5,00
MOT - Motorista	04	03	04	03	-0,00
OFD – Oficial de Diligências	29	27	28	27	0,00
TCM – Técnico Ministerial	116	108	115	107	-0,93
TME – Técnico Ministerial Especializado	31	29	31	30	3,45
Total	430	400	423	395	-1,25

Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

A tabela 5.4.7.2 demonstra, ao final do exercício de 2021, que o MPTO contava com 395 servidores em atividades em diversas áreas de apoio e finalística, apresentando uma variação

negativa de 1,25%, em relação ao exercício de 2020. Além de servidores efetivos, a força de trabalho é composta por servidores comissionados e requisitados de outros órgãos da administração pública.

Destacamos que a redução do número de servidores efetivos nos últimos exercícios está relacionada ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) no âmbito do PGJ, instituído pela Lei Estadual n. 3.435/2019. Segundo os objetivos dessa política, o programa tem como meta principal o equilíbrio preventivo dos gastos com pessoal, conforme os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quanto à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; via cargo em comissão; via cessão e as baixas, por exoneração ou inatividade, comprovam a redução na força de trabalho do MPTO, com um saldo negativo de 04 integrantes, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.7.3 – Movimentação de membros e servidores, em 2021.

Nível Funcional	Existente 31/12/2020	Movimentação					Existente 31/12/2021*
		Nomeados/Reconduzidos	Exonerados	Aposentados/Falecidos	Promovidos	Cedidos/Licenciado/Afastados	
Procuradores	12	-	-	-	-	-	12
Promotores	95	-	-	-	-	-	95
Servidores	430	-	4	3	-	-	423
Comissionados	101	16	12	-	-	-	105
Requisitados	87	4	-	-	-	-	91

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

*exclusive cedidos, licenciados e afastados.

Assim, a movimentação e rotatividade dos servidores do MPTO é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: turnover. Ele mede o

fluxo de entrada e saída dos servidores da Instituição por diversos motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal, o MPTO tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio de valorização de seu quadro de pessoal, o que tem gerado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela a seguir, que detalha a movimentação de servidores e membros no período de 2011 e 2021:

Tabela 5.4.7.4 – Comparativo de movimentação de servidores e membros 2011 – 2021

Descrição	Ano, em Quantidade										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Posse	22	63	33	39	16	28	4	4	1	1	-
Exoneração/ Inatividade*	17	20	25	27	12	7	5	13	24	2	7
Turnover**	3,79	7,48	5,17	5,76	2,59	2,93	0,76	1,47	2,65	0,34	0,66
Total de Integrantes	514	555	561	545	541	597	590	580	547	537	530

* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos.

** A fórmula de Turnover utilizada é: $((\text{Admissões} + \text{Desligamentos}) / 2) / \text{n. membros e servidores efetivos desligados}$.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Quanto ao grau de escolaridade e formação, os dados apresentados ao longo da tabela abaixo indicam um amadurecimento do MPTO. O atual quadro da Instituição sinaliza uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados.

Tabela 5.4.7.5 – Distribuição de Servidores Efetivos Existentes, por Nível de Escolaridade 2011 – 2021

Nível de Escolaridade	Ano, em Quantidade										
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fundamental	37	37	37	37	37	37	36	36	35	34	33
Médio	152	180	190	197	199	218	216	211	196	195	193
Superior Completo	202	220	221	221	218	221	217	211	200	201	197
Total	391	437	448	455	454	476	469	459	431	430	423

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Em relação à remuneração dos servidores, observa-se que, até o ano de 2017, o MP/TO tem concedido reajustes salariais anuais, visando evitar perdas em decorrência da inflação e proporcionar, em alguns exercícios, também ganhos reais aos integrantes do quadro auxiliar.

Entretanto, conforme tabela detalhada abaixo, podemos observar que no exercício de 2019, a Assembleia Legislativa do Tocantins unificou os projetos de revisão e definição de datases dos servidores da Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Poder Judiciário e Executivo do Tocantins em 1%, bem abaixo da inflação medida na ocasião.

Quanto ao exercício de 2020, a Lei Complementar n. 173/2020, sancionada em 27 de maio de 2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). O objetivo da lei é flexibilizar alguns dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim permitir que a União repasse recursos públicos para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios enfrentem a pandemia do novo coronavírus.

Contudo, a nova legislação prevê restrições orçamentárias, especialmente voltadas para despesas com pessoal, para os entes federados que se submeterem a esse regime fiscal diferenciado. Dentre as medidas, ressaltam-se as disposições do art. 8º da nova lei, que versa especificamente sobre as limitações de despesas que recairão sobre os servidores públicos até dezembro de 2021.

Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de

2021, de conceder qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública, com base no inciso I do art. 8º.

Detalhamos, a seguir o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2011 a 2021, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.7.6 – Reajustes Anuais dos Servidores de 2011 a 2021 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016	Maio	11,08	11,08
2017		6,58	6,57
2018		2,07	2,07
2019		1,00	3,43
2020		0,0	3,57
2021		0,0	8,89

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

** Aprovação do novo PCCR.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Segue, abaixo, o comparativo de despesa com pessoal versus receita corrente líquida relativo aos anos de 2011 a 2021:

Tabela 5.4.7.7 – Evolução de Despesa de Pessoal 2011-2021.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2011	71.310	-	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66
2017	134.679	11,16	1,87
2018	139.589	3,65	1,94
2019	119.233	-14,58	1,62
2020	117.211	-1,69%	1,43
2021	145.586 ⁷	24,20	1,45

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, citando Departamento de Contabilidade e Finanças.

⁷ Ressalta-se que a metodologia de cálculo da despesa com pessoal passou a contar com os inativos, nos termos da LC 178/2020 e das diretrizes da STN.

Área de Promoção e Assistência à Saúde

A Área de Promoção e Assistência à Saúde do MPTO realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionados ao trabalho. As atividades conduzidas em prol da saúde dos servidores e membros do MPTO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MPTO.

Atendimento de Enfermagem

Controle de pressão arterial, glicemia, frequência cardíaca, respiração, circunferência abdominal, controle de peso, IMC, saturação de oxigênio, temperatura, curativo, administração de medicamentos, coleta de DNA, avaliação e administração de vacinas, escuta individual, encaminhamento e acompanhamento nos atendimentos de urgência e situações inesperadas.

Atendimento de Fisioterapia

Exame cinesiológico funcional; Atendimento fisioterapêutico de nível ambulatorial primário nas disfunções dos sistemas: músculo esquelético, respiratório, vascular e neurológico, dando prioridade às demandas que tenham relação com a atividade laborativa; Atendimento a urgências que tiverem relação com a fisioterapia; Orientações e prescrição de condutas analgésicas e cinesioterápicas (exercícios e alongamentos apropriados a cada caso, conforme avaliação ergonômica e individual; outros procedimentos que, a critério do fisioterapeuta, possam ser realizadas em benefício do paciente.

Atendimento Médico

Consulta médica, atestado de saúde.

Atendimento Odontológico, tratamento preventivo e curativo

Atendimento Psicológico, sessão de psicoterapia individual

Junta Médica

Perícia Médica, avaliação de licença, análise e encaminhamento de processos.

Com o intuito de minimizar os danos causados pela Covid-19 no âmbito do MPTO, a APAS tem desenvolvido ações contínuas, que visam a garantir a segurança física e o conforto psicológico dos integrantes no seu retorno ao trabalho presencial, bem como no teletrabalho.

Como se verifica, estão descritas algumas dessas ações no quadro a seguir:

Quadro 5.4.7.1 – Ações na redução de danos causados pela pandemia de Covid-19

Item	Descrição
1	Participação no plano de retorno ao trabalho presencial, revisando os critérios sempre que houver alteração no quadro epidemiológico local ou no entendimento científico sobre o controle da doença.
2	Elaboração de critérios para o teletrabalho e avaliação das solicitações de teletrabalho por e-doc.
3	Planejamento da aquisição de recursos materiais para o retorno das atividades presenciais nas melhores condições de segurança possíveis (termômetros, testes, equipamentos de proteção individual, desinfetantes).
4	Elaboração de orientações aos integrantes do MPTO e aos prestadores de serviço, com vistas a minimizar o risco de contágio no ambiente de trabalho.
5	Avaliação clínica e testagem dos integrantes que estão retornando ao trabalho ou que apresentam suspeita de infecção por Covid-19
6	Acompanhamento dos integrantes com suspeita ou com diagnóstico de Covid-19, bem como dos possíveis comunicantes no ambiente de trabalho
7	Monitoramento dos ambientes de trabalho das pessoas com suspeita ou com diagnóstico de Covid-19, de forma a identificar possíveis comunicantes e monitorar e orientar essas pessoas, visando a sua segurança e a segurança de terceiros
8	Assistência psicológica para as pessoas que apresentam estado de sofrimento ou adoecimento mental em razão direta ou indireta da pandemia.
9	Encaminhamento dos integrantes com suspeita ou diagnóstico de Covid-19 para atendimento e acompanhamento por infectologista conveniado.
10	Apoio técnico ao Órgão para o enfrentamento da Covid-19 no estado.
11	Participação no Gabinete de Crise.
12	Reabilitação fisioterapêutica das pessoas com limitações ou síndromes pós Covid-19
13	Treinamento da equipe terceirizada responsável pela higienização das instalações físicas.

Fonte: Área de Promoção e Assistência à Saúde

As ações relacionadas à prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde implementadas no período de 2016 a 2021 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 5.4.7.8 – Atividade de Promoção de Saúde – 2016/2021 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Acompanhamento de casos suspeitos e confirmados de Covid-19	-	-	-	-	179	637
Acupuntura	602	-	-	-	-	-
Aferição de pressão arterial	189	202	183	532	-	-
Análise do ambiente de trabalho	15	21	51	47	45	36
Atividades Administrativas	-	-	-	-	-	440
Atividades enfermagem prevenção/DST	1.800	1.008	1.203	1.500	234	-
Atividades odontológicas de prevenção	153	-	-	-	132	-
Barras de access	-	-	-	44	-	-
Bioimpedância	-	202	-	143	-	-
Bota de compressão	-	-	-	08	-	-
Cálculo de índice de massa corpórea	149	202	174	726	-	-
Cuidados faciais	43	26	37	10	-	-
Distribuição de Máscaras de tecido reutilizável	-	-	-	-	-	906
Distribuição de Protetor facial	-	-	-	-	-	16
Demonstração de alimentação saudável	250	-	-	-	-	-
Dinâmica de relaxamento	20	-	-	-	-	-

Tabela 5.4.7.8 – Atividade de Promoção de Saúde – 2016/2021 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Frequência cardíaca	-	202	-	-	-	-
Cálculo de índice de massa corpórea – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-	-
Manicure e spa dos pés	-	-	-	17	-	-
Peso – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-	-
Estatura – Projeto Você é Único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-	-
Saturação de oxigênio – Projeto Você é Único	-	-	-	532	-	-
Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais	373	544	448	456	63	-
Imunização-Vacinas	24	223	210	-	170	460
Ioga	25	-	-	-	-	-
Maquiagem	10	-	11	08	-	-
Massagem corporal	34	49	64	10	-	-
Movimentações e-doc	-	-	-	-	-	2.285
Movimentações SEI	-	-	-	-	-	478
Movimentações e-mail	-	-	-	-	-	739

Tabela 5.4.7.8 – Atividade de Promoção de Saúde – 2016/2021 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Medidas da circunferência abdominal	149	202	91	532	-	-
Oficinas e palestras	-	358	286	203	-	-
Orientação ergonômica	15	21	65	-	-	37
Orientações e encaminhamentos remoto	-	-	-	-	-	1.701
Prevenção e controle – Covid 19	-	-	-	-	577	637
Projeto Parceiros pela vida – Doação de sangue	-	-	-	-	-	286
Projeto Vivências Corporais	-	-	-	-	-	125
Projetos elaborados e em desenvolvimento	-	-	-	-	-	14
Reiki	-	-	-	19	-	-
Saturação de oxigênio	-	202	-	-	-	-
Testes rápidos Covid 19	-	-	-	-	838	487
Verificação de glicemia	147	202	345	73	-	-
Workshop	66	-	-	-	-	-
Total	3.911	3.664	3.168	7.038	-	-

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

As ações desenvolvidas na área de saúde amparam-se em abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de promoção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

No decorrer de 2021, foram realizadas diversas ações em prol da saúde do servidor, mediante oferta de serviços, conforme comparativo de atendimentos a seguir:

Tabela 5.4.7.9 – Comparativo de Atendimentos – 2016/2021, em (unid.)

Tipo	Ano, (em unid.)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento – Remoto Fisioterapia	-	-	-	-	45	39
Atendimento – Presencial Fisioterapia	1.209	1.181	1.134	1.245	210	1.055
Atendimento Presencial – Psicologia	74	254	345	238	49	-
Atendimento em Grupo – Psicologia	22	69	-	-	-	-
Atendimento Presencial - Medicina	1.053	1.025	976	812	112	141
Atendimento Remoto - Medicina	-	-	-	-	218	331
Atendimento Presencial – Odontologia	701	662	955	771	132	1.010
Atendimento Remoto – Psicologia	-	-	-	-	436	908
Atendimento Presencial - Enfermagem	3.007	1.449	1.774	1.611	641	4.410
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	82	41	39	48	01	19
Gravação de vídeo Fisioterapia	-	-	-	04	-	-

Tabela 5.4.7.9 – Comparativo de Atendimentos – 2016/2021, em (unid.)

Tipo	Ano, (em unid.)					
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Gravação de vídeo Psicologia	-	-	-	04	-	-
Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.	241	474	-	-	-	1.532
Perícias médicas	-	-	09	15	14	21
Procedimentos de Enfermagem	-	-	-	4.833	-	-
Pareceres médicos	-	-	411	372	213	-
Pareceres Fisioterapêuticos	03	-	-	-	-	-
Visitas técnicas – Enfermagem	-	-	08	01	-	-
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	01	01	05	-
Visitas técnicas – Médica	-	-	-	-	-	-
Visitas técnicas – Psicologia	01	-	16	01	-	-

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

No decorrer de 2021, a Área de Promoção e Assistência à Saúde do MPTO realizou a distribuição de álcool em gel, máscaras descartáveis e de tecido e protetores faciais. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são disponibilizados nos edifícios do MPTO para serem utilizados de acordo com a necessidade de cada um dos servidores profissionais terceirizados e membros. Assim, essa ação visa reforçar a proteção dos integrantes da instituição.

A intenção foi prevenir o contágio de membros e servidores pelo novo coronavírus, manter a regularidade dos serviços do MPTO e contribuir para a moderação dos resultados epidemiológicos no Estado.

A Semana da Saúde, realizada pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO) com o objetivo de promover a saúde preventiva e o bem-estar dos seus integrantes, chega à 11ª edição, foi realizada entre os dias 25 e 29/10/2021. Neste ano, o evento trouxe como tema “O autoconhecimento pelo olhar da saúde”.

Houve atendimentos presenciais por agendamento, relativos à verificação de glicemia e pressão arterial, avaliação de bioimpedância e orientação postural. Os interessados agendaram previamente pelo WhatsApp 9100-0921.

Também integraram a programação uma série de palestras online, com inscrição prévia por meio do endereço eletrônico: <https://eadcesaf.mpto.mp.br/moodle/> e foram acompanhadas pelo canal do Cesaf no Youtube.

Além dos atendimentos e palestras, houve, no dia 26/10/2021, uma edição da campanha Parceiros pela Vida na cidade de Araguaína, voltada à coleta de sangue e ao cadastro de doadores de medula óssea. Tradicionalmente realizada em Palmas, esta é a primeira vez que a campanha ocorreu em Araguaína.

Encerrou a programação uma live musical com integrantes do próprio Ministério Público do Tocantins.

A Semana da Saúde foi realizada pela Procuradoria-Geral de Justiça e executada pela Área de Promoção e Assistência à Saúde. O evento tem apoio da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público (Asamp), Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Tocantins (Sindsempto), Federação Brasileira de Coaching Integral Sistêmico (Febracis) e Educa & Invest – Consultoria de Investimentos e Educação Financeira.

Quadro 5.4.7.2– Programação 11ª Semana da Saúde

Item	Programação	Data
1	Atendimentos por agendamento: monitoramento de glicemia, pressão arterial, bioimpedância e orientação postural.	25 a 29/10/2021
2	Palestra online: “Autoconhecimento e as relações interpessoais”, com Newton Vieira – Federação Brasileira de Coaching Integral Sistêmico (Febracis).	25/10/2021
3	Palestra online: “Se toque: entenda autocuidado na prevenção do câncer de mama”, com Renan Sordi – Oncologista.	26/10/2021
4	Doação de sangue, das 13h às 18h Campanha de coleta de sangue – Parceiros pela Vida.	26/10/2021
5	Palestra online: “Olhar no futuro – Relação da saúde financeira e qualidade de vida”, com Caio Lima de Azevedo – Assessor de Investimentos.	27/10/2021
6	Palestra online: “Autoconhecimento como ferramenta para superar a ansiedade”, com Ronauth Martins de Souza – Psicólogo.	28/10/2021
7	Apresentação cultural: Live musical com integrantes do MP.	28/10/2021

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

5.4.8 Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

A tecnologia da informação desempenha um papel importante na reengenharia de processos de trabalho. A velocidade, a capacidade de processamento das informações e a fácil utilização do hardware, software e das redes de computadores modernos podem aumentar drasticamente a eficiência dos processos de trabalho e as comunicações e a colaboração entre as pessoas responsáveis por seu funcionamento e administração.

Assim, a gestão dos processos de trabalho organizacionais do MPTO é traduzida mediante sua Cadeia de Valor, a qual demonstra um fluxo contínuo das informações estratégicas, táticas e operacionais que envolvem cada processo de trabalho na geração dos produtos e benefícios aos clientes da instituição.

Para o alcance dos resultados para a sociedade e dos resultados institucionais contemplados pelo planejamento do MPTO 2020-2029, foram definidas na Cadeia de Valor as Macrorrotinas, dentre as quais a “Gestão da Informação e suas Tecnologias”.

A seguir, o Quadro de Pessoal relacionado à área de Tecnologia da Informação:

Tabela 5.4.8.1 - Recursos humanos de TI no MPTO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
Chefia do Departamento de T.I.	DMTI	Efetivo/Comissionado	Palmas	1
Secretaria		Terceirizada	Palmas	1
Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento	ACEMA	Comissionado	Palmas	1
		Efetivo	Palmas	4
		Efetivo	Gurupi	1
		Efetivo	Araguaína	1
		Terceirizado	Palmas	1
		Estagiário	Palmas	0
Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas	ADS	Comissionado	Palmas	05
		Efetivos	Palmas	04
		A Disposição	Palmas	1
		Estagiário	Palmas	3
Área de Banco de Dados	ABD	Comissionado	Palmas	1
		Efetivo	Palmas	1
Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação	RTSI	Efetivo/Comissionado	Palmas	1
		Efetivo	Palmas	2

Tabela 5.4.8.1 - Recursos humanos de TI no MPTO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
		A Disposição	Palmas	1
Área de Modernização e Inovação de TI	MITI	A Disposição	Palmas	2
		Efetivo	Palmas	1
Total de Servidores em TI				32
Total de Servidores no DMTI				30

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.2 - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	E-doc	2.482	3.290	2.797	*	2.570
2	Memorandos	915	94	96	*	188
3	Ofícios	117	34	-	*	-
4	Despacho	170	53	93	*	76
5	Processos Administrativos	57	74	79	*	12
6	Contratos em vigência	41	47	36	*	87

Tabela 5.4.8.2 - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2017	2018	2019	2020	2021
7	Processos e Estudos	37	31	-	*	-
Total		5.836	5.641	3.101	*	2.933

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.3 - Necessidade de pessoal de TI

Área	Percentual (%)	Quantidade Ideal	Quadro Atual	Necessidade	
ABD	11,90 %	3	2	1	
ACEMA	19,80 %	10	6	4	
ADM e CHEFIA	7,50%	2	2	0	
ADS	52,80 %	25	13	12	
MITI	4,00%	3	3	0	
RTSI	4,00%	6	4	2	
Total	-		49	30	19

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI.

Observação: Quantidade necessária, de acordo com o estudo realizado pela consultoria Gartner e recomendado pelo CNMP, apenas para manter a estrutura atual de TI, considerando o número de clientes que utilizam o serviço de TI (970), onde 3,88% desse total devem ser de profissionais de TI.

Atividades Gerenciais e administrativas

- 3 (três) reuniões administrativas com a empresa Softplan Planejamento e Sistemas Ltda. para análise do sistema SAJ 6 e suas funcionalidades;

- 7 (sete) reuniões técnicas com a equipe da Softplan Planejamento e Sistemas Ltda., para elaboração das propostas e necessidades de estrutura física local, visando a implantação do sistema no MPTO;

- 6 (seis) reuniões com a Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS, para proposta de termo de cooperação técnica, e levantamento das necessidades do MPTO, para desenvolvimento do Software da Assistente Virtual e Software MOBILE para atendimento e interação com cidadão;

- 1 (uma) reunião prévia com a Universidade Federal do Tocantins – UFT, para proposta de termo de cooperação técnica, e entendimento das necessidades do MPTO, para possível desenvolvimento e trabalho conjunto de um sistema de Machine Learn (Inteligência Artificial), para utilização nos sistemas de áreas finalísticas;

- 41 (quarenta e uma) reuniões com as áreas do DMTI (ACEMA, MITI, ADS, RTSI), Diretoria-Geral e Procuradoria-Geral de Justiça, para alinhamento das atividades, definição de estratégia, acompanhamento das atividades e readequações de equipes e objetivo. Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como parâmetro de controle. Atualmente, a definição de prioridades é determinada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), conforme estabelece a Resolução CNMP n. 70 do CNMP. Descrevem-se, abaixo, projetos que se encontram na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento, de acordo com as necessidades e planejamentos Institucionais;

- Elaboração de 17 (dezesete) termos de referência para licitação dos serviços, equipamentos e materiais do DMTI, sendo: Manutenção de equipamentos do ACEMA, Aquisição equipamentos de TI para clientes, Notebooks, Desktop Especiais para Cesaf, Caoma e Comunicação, Materiais do ACEMA e RTSI para manutenções próprias, Equipamentos do RTSI (rede e segurança), estrutura para atendimento remoto ao cidadão (Equipamentos, licenças videoconferência, webcams, fones e caixas de som) e fábrica de software, e outros;

- Realização e participação em 6 (seis) eleições online do CPJ, CSMP e Caop;

- Análises de propostas de licitações referentes a área de TI realizadas, bem como respostas a pedidos de esclarecimentos das empresas participantes.

Tabela 5.4.8.4 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
1	Computadores	80	189	75	4	106	16	52	103	250	208
2	Monitor LCD	80	378	174	-	216	32	104	206	298	436
3	Nobreaks	80	259	105	-	126	32	52	103	350	9
4	Nobreaks 3Kva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
6	Notebooks	120	0	0	0	0	0	120	130	45	110
7	Estabilizadores	40	68	40	-	11	10	25	-	-	-
8	Estação de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
9	Estação de Trabalho (ilha de edição)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
10	Impressora a laser	03	-	-	-	-	-	25	-	-	-
11	Impressora multifuncional	-	58	50	-	11	10	-	29	49	52
12	Projetor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
13	Scanner profissional	24	15	10	-	08	04	05	10	18	-
14	Switch 48 portas 10/100/1000	2	-	-	4	2	4	10	30	04	-
15	Suporte monitor	-	264	100	-	-	-	-	-	-	-
16	Servidores de rede	-	-	3	-	1	1	2	15	-	-
17	Servidores microtorre	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 5.4.8.4 - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, em Quantidade									
		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
18	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-
19	Tablet	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
20	Token	130	-	-	-	-	12	-	-	-	-
21	Unidade de backup robotizada	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Total		440	1231	571	8	481	122	395	627	1.014	634

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Obs.: O índice de defasagem de equipamentos foi o menor registrado pelo DMTI, atualmente em 18,37%.

Tabela 5.4.8.5 - Principais Equipamentos Enviados para Baixa Patrimonial

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Computador	66	95	63	39	21
2	Monitor	68	126	86	64	12
3	Impressoras	22	41	9	21	9
4	Nobreaks	44	70	53	36	42
5	Notebooks	8	3	3	5	1
6	Escâner	10	8	3	9	8
Total		218	343	217	174	93

Tabela 5.4.8.5 - Principais Equipamentos Enviados para Baixa Patrimonial

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.6 - Movimentações de equipamentos realizadas

Item	Descrição	Ano, em Quantidade				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Computador	296	308	133	39	63
2	Monitor	473	493	207	64	44
3	Impressoras	134	152	44	21	9
4	Nobreaks	638	507	338	36	165
5	Notebooks	15	18	9	5	4
6	Multifuncionais	-	-	-	-	5
7	Escâner	34	31	9	9	10
8	Switch	-	-	-	-	1
Total		1.590	1.509	740	174	322

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.7 - Quantitativo de atendimentos realizados

Ano, em Quantidade								
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3.069	3.121	3.233	3.809	3.748	4.547	7.088	396	4.682

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.8 - Atividades nos processos do sistema SEI - Processos com tramitação no período

Descrição	Quantidade
Apuração de Penalidade - Apuração de Descumprimento Contratual	3
Atestado de Capacidade Técnica	2
Contratação	28
Contratação - Dispensa de Licitação	5
Contratação - Licitação	2
Licitação Sistema de Registro de Preços - SRP	27
Total	67

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.9 - Atividades nos processos do sistema SEI - Documentos gerados no período

Descrição	Quantidade
Atesto	18
Atesto de Material Recebido	28
Certidão de Arquivamento	9

Tabela 5.4.8.9 - Atividades nos processos do sistema SEI - Documentos gerados no período

Descrição	Quantidade
Declaração	1
Despacho	2
Despacho de Encaminhamento	12
E-mail	109
Memorando	82
Ofício	13
Pedido de Compra	46
Solicitação	6
Solicitação de Pagamento	51
Termo de Referência	10
Total	387

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como parâmetro de controle. Atualmente, a definição de prioridades é determinada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), conforme estabelece a Resolução CNMP nº 70 do CNMP. Descrevem-se, abaixo, projetos que se encontram na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:

Quadro 5.4.8.1 - Principais atividades de análise e desenvolvimento

Tipo	Descrição
Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas
Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes.
Correções	Atividades relacionadas à correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade, verificados em nossos sistemas.
Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas, ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.10 - Principais atividades de análise e desenvolvimento

Item	Tipo de atividades	Quantidade
1	Funcionalidades	221
2	Suporte / Estudos	403
3	Correções	165
4	Atendimentos realizados	323
5	Total	1112

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Obs.: O número de reuniões aumentou devido à metodologia adotada para desenvolvimento ágil, utilizando a estrutura Scrum Manager.

Tabela 5.4.8.11 - Situação geral anual – sistemas

Item	Descrição	Quantidade
1	Sistemas próprios em utilização	63

Tabela 5.4.8.11 - Situação geral anual – sistemas

Item	Descrição	Quantidade
2	Sistemas desenvolvido e/ou melhorados	20
3	Sistemas de terceiros em utilização	15
4	Sistemas aguardando desenvolvimento ou melhorias	11

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.12 - Sistemas aguardando desenvolvimento ou melhorias

Item	Sistema	Situação
1	Diário oficial (automatização)	2
2	Diárias (novo layout)	2
3	E-EXT (movimentação em bloco)	2
4	Assistente virtual	1
5	Almoxarifado	1
6	Patrimônio (inventário)	1
7	Mobile MP (membros e servidores)	1
8	Ponto eletrônico	1
9	SIMP (sistema único)	1
10	Athenas (simplificação e novo layout)	1
11	Sessão virtual	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.12 - Sistemas aguardando desenvolvimento ou melhorias

Item	Sistema	Situação
------	---------	----------

Legenda: 1 - Aguardando desenvolvimento; 2- Melhoria

Quadro 5.4.8.2 - Sistemas e principais atividades realizadas

Sistemas	Observação	Situação	Previsão
Almoxarifado	Sistema cedido pela Defensoria Pública do Estado Tocantins ao MPTO para realização de adequações e posteriormente testado para implantação	Em andamento	Jun/2022
Application Programming Interface - API	Trata-se de um conjunto de rotinas e padrões que facilitam a comunicação e troca de informações entre sistemas do MPTO	Finalizado	-
Assistente Virtual	Em desenvolvimento pela Fábrica de Software	Em andamento	Abr/2022
ATHENAS	Nova página de entrada	Finalizado	-
Contratos	Gestor de Carona e Pedidos	Finalizado	-
Diárias	Em processo de inclusão de novas rotinas ao sistema	Em andamento	Mar/2022
Diário Eletrônico	Automatização do Diário Eletrônico	Em andamento	Mar/2022
DIRF e RAIS	É necessário atualizações para atender a Receita Federal de acordo com as mudanças tributárias	Finalizado	-
E-DOC	Formulário e-doc para antecipação de 13º salário	Finalizado	-
E-DOC	Formulário e-doc para manutenção do sigilo	Finalizado	-
E-EXT	Ocorre melhorias e novas funcionalidades constantemente	Em andamento	Dez/2021

Quadro 5.4.8.2 - Sistemas e principais atividades realizadas

E-PROC	Ocorre melhorias e novas funcionalidades constantemente	Atualização Diárias	-
eSocial	1ª Etapa definida pelo Governo Federal	Finalizado	-
eSocial	2ª Etapa definida pelo Governo Federal	Em andamento	Jun/2022
Emissão de Certidões	Emissão de certidão de nada consta. Aguardando a administração superior quanto à cobrança ou não para colocar em funcionamento	Aguardando	-
IGPREV	Novo layout	Finalizado	-
INTRANET	Novo layout	Finalizado	-
LGPD	Página e formulários para a Internet	Finalizado	-
MIDIA INDOOR	Propaganda automatizada do MPTO	Finalizado	-
MP Cidadão	Aplicativo para celular em desenvolvimento pela Fábrica de Software	Em andamento	Mar/2022
MP ONLINE	Atendimento online ao cidadão	Aguardando	-
NAPROM	Página gerenciável para atividades do NAPROM	Finalizado	-
NIS	Página e formulários do NIS na intranet	Finalizado	-
Painel Ambiental	Atender regulamentação do Governo Federal e CAOMA	Finalizado	-
Painel de atuação do MP	Painel de atuação	Em andamento	Jun/2022
Patrimônio	Implantação da funcionalidade “Inventário” Cedido da Defensoria Pública do Estado do Tocantins	Em andamento	-
Portal de transparência	Implantação de alterações em consonância às determinações do CNMP	Em andamento	Mar/2023

Quadro 5.4.8.2 - Sistemas e principais atividades realizadas

Portal de transparência	Implantação de alterações em consonância às determinações do Tribunal de Contas do Estado Tocantins TCE/TO	Finalizado	-
SEI	Atualização para a versão 4.0	Finalizado	-
SIACMP	Formulário para controle de entrada	Finalizado	-
SICAP	Novo layout definido pelo TCE/TO	Finalizado	-

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Nota: Todas as atividades são registradas em sistemas como e-Chamados, GitLab e Power BI.

Área de Modernização e Inovação de TI

No decorrer de 2021, foram realizados 31 atendimentos pela Área de Modernização e Inovação de TI.

A seguir, destacamos as principais ações realizadas pela área pela Área de Modernização e Inovação de TI.

Quadro 5.4.8.3 - Principais Atividades Realizadas pela Área de Modernização e Inovação de TI, em 2021

Item	Atividades
1	Implantação do processo de Gerenciamento de Mudança;
2	Elevação do grau de maturidade de 0 para 1 (conforme PAM - Process Assessment Mode 1) e a padronização e otimização do trabalho; tratamento de insatisfações correlacionadas aos atendimentos prestados pela DMTI, no processo de atendimento de TI;
3	Gerenciamento de problemas por processo - capacidade resolutiva deste processo permitiu sanar 100% dos problemas registrados. Logo, situações que não tinham causa identificada foram tratadas, evitando transtornos maiores aos integrantes do MPTO;
4	Gerenciamento de configurações e ativos por processo - destacamos as ações voltadas às adequações dos softwares proprietários que se encontram irregulares, conforme relatório “Considerações e Ações Práticas”,

Quadro 5.4.8.3 - Principais Atividades Realizadas pela Área de Modernização e Inovação de TI, em 2021

Item	Atividades
	atualizado em 30 de março deste ano. Como resultado destas ações, foram regularizados, até o momento, mais de 40% das inconformidades, já que depende da disponibilidade dos usuários e do envolvimento de outras áreas externas ao MITI para regularização dos demais;
5	Elaboração de padrões e normas em conformidade com as boas práticas internacionais e o fomento da cultura de gestão por processos;
6	Planejamento, implantação e integração entre processos de TI entre as áreas do DMTI;
7	Assegurou a conformidade dos processos de TI executados no por meio de auditorias no decorrer do ano;
8	<p>Produziu diagnósticos, estudos e avaliações a respeito da gestão TI, com finalidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> •incrementar a eficiência nas áreas de TI; •desenvolver a melhoria contínua dos processos estabelecidos; •produzir informações de inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisões.
9	<p>Capacitação e desenvolvimento das competências dos novos colaboradores do DMTI, gerando habilidades para:</p> <ul style="list-style-type: none"> •manter os processos de TI estabelecidos; •desenvolver a cultura de gestão por processos; •cumprir os papéis estabelecidos nos processos de TI;
10	Criação e modernização de painéis e dashboard's gerenciais, utilizando a ferramenta de Business Intelligence – Power BI com o objetivo de facilitar, aos gerentes das áreas do DMTI, a tomada de decisão e acompanhamento do desempenho dos processos estabelecidos e da equipe operacional;
11	Realizado outras atividades correlatas e/ou complementares às suas atribuições.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação

Além do desenvolvimento de softwares, o DTMI é responsável por implantar e monitorar a rede de computadores, ou seja, os equipamentos devem ser mantidos funcionando corretamente, bem como implantar novas soluções, auxiliar no suporte ao usuário, criar rotinas de manutenção e monitorar recursos.

Assim, destacamos que foram realizados 1.070 atendimentos pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação, em 2021:

Tabela 5.4.8.13 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação - Enlace de dados (Link)

Item	Enlace de Dados	Ano, (em unid.)				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Links Internet de 2 Mbps - MPLS	33	29	15	7	-
2	Links Internet de 4 Mbps - MPLS	-	4	2	2	-
3	Links Internet de 8 Mbps - MPLS	6	6	4	4	-
4	Links Internet de 10 Mbps - MPLS	2	2	18	26	34
5	Links Internet de 20 Mbps - MPLS	-	-	3	3	1
6	Links Internet de 40 Mbps - MPLS	-	-	-	-	5
7	Links Internet de 200 Mbps – Link Dedicado	1	1	-	-	-
8	Links Internet de 400 Mbps – Link Dedicado	-	-	1	1	-
9	Links Internet de 800 Mbps – Link Dedicado	-	-	-	-	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.8.14 - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação – Ativos de Rede Gerenciados

Item	Ativos de Redes	Ano, (em unid.)				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Switches	70	70	90	90	123
2	Solução de Segurança	43	43	44	44	42
3	Access Point	52	52	94	94	125
4	Servidores de rede	19	16	16	16	43
5	Micro servidor de rede	12	12	25	25	12
6	Storages	3	2	2	2	1
7	Fitoteca de backup	1	1	1	1	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Quadro 5.4.8.4 - Principais Atividades Realizadas em 2021 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
1	Configuração de 06 (seis) servidores de redes e switches para entrega às Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins;
2	Montagem da nova estrutura de redes e backup na Comarca de Porto Nacional;
3	Atualização, renovação e configuração das licenças de backup, solução de segurança e ambiente virtual;
4	Instalação das novas firmwares (softwares) e correções de seguranças das switches gerenciáveis, Storage, servidores de rede e sistemas operacionais;
5	Suporte ao NIS / GAECO na configuração e instalação de equipamentos de redes e segurança;
6	Instalação e configuração do Moodle EAD Cesaf, para realização de cursos e treinamentos online;

Quadro 5.4.8.4 - Principais Atividades Realizadas em 2021 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
7	Atualização e configuração switch para Promotoria de Justiça de Gurupi;
8	Atualização e configuração switch para Promotoria de Justiça Paraíso do Tocantins;
9	Implementação e teste do sistema de permissão automática e geração de script WSACI;
10	Atualização do sistema SEI (versão 3.1.1 para a 3.1.5) homologação e produção;
11	Atualização do Sistema Operacional dos servidores que fazem parte do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (banco de dados, solr/pesquisa, SIP) homologação e produção;
12	Implementação de melhoria na funcionalidade de alteração de usuário WSACI – AD/Athenas;
	Implementação do processo para renovação dos links de dados da PGJ;
13	Implementação do processo para ampliação dos servidores de banco de dados e ampliação do cluster de virtualização a fim de receber o sistema SAJ – neste mesmo processo está previsto ampliação do Storage SAN;
14	Atualização/Criação documentação dos serviços do RTSI como backup, configuração de switch, topologia da rede;
15	Atualização do Cluster de Virtualização Vmware;
16	Atualização do Cluster de Virtualização Vmware;
17	Pré-configuração de todos os Servidores que serão instalados nas Promotorias de Justiça de 3ª entrância;
18	Implementação do servidor de HaProxy parcialmente concluído;
19	Implementação do servidor de Proxy Cache parcialmente concluído;
20	Atualização no script do samba AD necessário para compartilhamento de arquivos e pastas de trabalho na rede do MPTO;
21	Instalação e configuração do Moodle EAD Cesaf;

Quadro 5.4.8.4 - Principais Atividades Realizadas em 2021 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
22	Atualização e configuração de switch para Promotorias de Justiça de Gurupi, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Miracema do Tocantins, Taguatinga, Colinas do Tocantins e Tocantinópolis.
23	Implementação do sistema de permissão automática (via Athenas) e geração de script samba no WSACI;
24	Atualização do sistema SEI (versão 3.1.1 para a 3.1.5) homologação e produção;
25	Atualização do Sistema Operacional dos servidores;
26	Implementação de melhorias na funcionalidade de alteração de usuário no WSACI;
27	Migração da estrutura de rede das Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins (instalação de rack, configuração das máquinas no domínio, configuração de equipamentos de rede e instalação de equipamento sem fio);
26	Instalação e configuração de novo ambiente do SEI para receber a migração – homologação e produção;
27	Migração do sistema SEI para versão 4.0;
28	Atualização e configuração do servidor de e-mail Zimbra e mudança na base de autenticação;
29	Instalação e configuração VM Docker;
30	Configuração e ampliação de discos SSD no storage;
31	Configuração de novo switch SAN;
32	Configuração de switch para link de fibra para o Anexo do Procuradoria-Geral de Justiça;
33	Instalação e configuração da rede sem fio nas Promotorias de Justiça de Porto Nacional;
	Instalação dos discos SSD dos servidores de banco de dados PostgreSQL;
34	Instalação dos Firewall sonicwall tz270 em todas as Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins;
35	Instalação e ativação de licenças de segurança avançada nos firewalls em todas Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins;

Quadro 5.4.8.4 - Principais Atividades Realizadas em 2021 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
36	Configuração de 11 microservidores para instalação nas Promotorias de Justiça de 1ª Instância;
37	Atualização dos switch core de produção do datacenter (correção de falha de software);
38	Atualização do ambiente de produção e virtualização vmware da versão 6.7 para 7.0;
39	Instalação dos racks, no-breaks, servidores de rede e switches nas Promotorias de Justiça de 3ª entrância (exceção de Tocantinópolis-TO – necessário lançamento dos cabos de rede);
40	Instalação de wi-fi nas Promotorias de Justiça de Goiatins, Peixe, Araguaçu, Paraíso do Tocantins, Itacajá, Taguatinga, Aurora do Tocantins, Augustinópolis, Porto Nacional e Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça;
41	Ampliação do sistema de backup da fitoteca;
42	Migração de hardware do servidor de Veeam Backup & Replication;
43	Instalação/configuração dos servidores de arquivos nas Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins;
44	Montagem de servidor/rack nas Promotorias de Justiça de Porto Nacional, Dianópolis, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins e Araguatins;
45	Configuração TZ 270 nas Promotorias de Justiça localizadas no interior do Estado do Tocantins;
46	Instalação dos TZ's nas cidades de Alvorada, Araguaçu, Cristalândia, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Peixe e Pium;
47	Instalação do software Veeam Backup & Replication v11 e servidor IBM M5;
48	Instalação MongoDB01 e MongoDB02 (Cluster ADS);
49	Instalação Postgres IBM M4 (Desenvolvimento);
50	Upgrade Zabbix 3.5 para 4.0;
51	Upgrade para Ubuntu 20.04 (Samba AD, Samba-files, Zabbix, Bacula).

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI em números

Tabela 5.4.8.15 - Resumo das Principais ações Realizadas em 2021 pelo Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tipo	Atividades	Quantidade
Administrativa	Análise de propostas de licitações	13
	Contratos gerenciados pelo DMTI	87
	Elaboração de termos de referências	21
	Eleições online realizadas	6
	Respostas a pedidos de esclarecimentos de licitações	16
	Reuniões com empresas e órgãos externos ao MPTO	55
	Reuniões realizadas com outras áreas do MPTO e Comissões Internas	79
	Reuniões realizadas com as equipes do DMTI	50
	E-doc enviados e respondidos	2.570
	Processos administrativos despachados (SEI)	76
	Documentos gerados em processos (SEI)	188
	Treinamentos realizados	13
Servidores	2	
ADS	Atendimentos realizados	879
Sistemas	Correções realizadas	177
	Melhorias e mudanças realizadas	340
	Projetos em andamentos	6

Tabela 5.4.8.15 - Resumo das Principais ações Realizadas em 2021 pelo Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tipo	Atividades	Quantidade
	Sistemas e formulários entregues	20
	Fiscalização de contratos	1
	Suporte a outros MPs	6
	Levantamentos de requisitos para sistemas	37
	Servidores	12
	Estagiários	3
ACEMA Suporte	Atendimentos realizados	4.682
	Avaliações de equipamentos para baixa	93
	Equipamentos instalados	718
	Fiscalização de contratos	20
	Suportes em reuniões	39
	Servidores	5
	Terceirizado	1
MITI	Fiscalização de contratos	4
	Servidores	1
	Servidores Requisitados	2
RTSI	Atendimentos realizados	878
Redes	Ativos de redes gerenciados	281

Tabela 5.4.8.15 - Resumo das Principais ações Realizadas em 2021 pelo Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tipo	Atividades	Quantidade
	Fiscalização de contratos	24
	Links gerenciados	41
	Manutenções realizadas (data center e soluções de segurança)	15
	Servidores	3
	Servidores Requisitados	1

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

5.4.9 Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados às áreas de manutenção predial e suporte ao usuário. O departamento tem um papel fundamental no desenvolvimento da Instituição, pois é responsável por todas as atividades relacionadas ao bom funcionamento da estrutura física.

Dessa forma, tem a função de planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de apoio administrativos necessários ao funcionamento do MPTO, com ênfase na gestão de material e patrimônio, transportes, serviços gerais e manutenções, compras e contratos administrativos.

Destaca-se, ainda, por gerenciar todos os serviços que são prestados por empresas terceirizadas no âmbito do MPTO, como serviço de energia elétrica, fornecimento de água, manutenção e conservação dos ambientes físicos (internos e externos), bem como os serviços terceirizados de limpeza dos ambientes, recepção, telefonista, reprografia, manutenção predial, jardinagem, copa e vigilância armada.

Tabela 5.4.9.1 - Processos com tramitação no período

Item	Tipo	Quantidade
1	Administração - Alienação de Bens	2
2	Administração - Atestado de Capacidade Técnica	1
3	Administração - Contratação	45
4	Administração - Contratação - Dispensa de Licitação	79
5	Administração - Contratação - Inexigibilidade de Licitação	5
6	Administração - Contratação - Licitação	26
7	Administração - Contratação - Licitação Sistema de Registro de Preços - SRP	73
8	Administração - Materiais - Baixa	28
9	Administração - Materiais - Inventário de Material	2
10	Gestão de Pessoas - Apuração de Falta Funcional	1
11	Gestão Orçamentária/Financeira - Prestação de Contas	1
Total		263

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações(SEI)

Tabela 5.4.9.1 - Documentos gerados em 2021

Item	Tipo	Mês												Total
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
1	Certidão	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	2
2	Ciência	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
3	Despacho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
4	Despacho de Encaminhamento	13	51	18	16	40	42	35	37	42	28	27	28	377
5	E-mail	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	1	1	5
6	Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
7	Memorando	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	3	6
8	Minuta de Edital	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	4
9	Ofício	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
10	Pedido de Compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
11	Termo de Referência	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	3
12	Termo de Sobrestamento	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total		13	51	27	16	46	44	35	37	42	29	33	33	406

Fonte: Sistema Eletrônico de Informações(SEI)

Consolidação das demandas recebidas pelo Departamento Administrativo e suas respectivas áreas nos anos de 2020 e 2021, conforme tabela a seguir.

Tabela 5.4.9.2 - Comparativo de Demandas recebidas 2020/2021

Item	Área	2020	2021
	Almoxarifado	1113	679
1	Patrimônio	1158	628
2	Compras	7.111	10.727
3	Manutenção	2.297	2.352
4	Chefia do Dep. Administrativo	521	669
Total		14.220	17.076

Fonte: Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo possui a seguinte estrutura organizacional:

- a) Área de Patrimônio;
- b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
- c) Área de Transportes;
- d) Área de Almoxarifado;
- e) Área de Compras;
- f) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

Área de Patrimônio

A Área de Patrimônio tem dentre suas atribuições a gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, que é realizada por meio da previsão, aquisição, afetação/tombamento, alocação e realocação de bens patrimoniais.

Durante o exercício de 2021, foram empreendidos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautados pelo objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilitasse aos membros, servidores e à sociedade em geral um ambiente confortável e acessivo.

Assim, dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a execução da ampliação da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, bem como as baixas patrimoniais por irrecuperabilidade, obsolescência e antieconomicidade.

Apresentamos, a seguir, processos/atas e contratos fiscalizados pela área, conforme detalhamento:

Quadro 5.4.9.1 - Processos/Atas e Contratos Fiscalizados pela área, em 2021

Objeto do Contrato/Ata	Natureza da despesa	Formalização da Despesa	
		n./Ano-Tipo do Instrumento Contratual	Data de Vigência Final do Instrumento
Aquisição de Mobiliários	4.4.90.52	ATA n. 084/2020	01/12/2021
Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split	4.4.90.52	ATA n. 014/2021	12/02/2022
Aquisição de utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha	4.4.90.52	ATA n. 043/2021	28/05/2022
Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha	4.4.90.52	ATA n. 044/2021	17/10/2020
Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodoméstico e eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha	4.4.90.52	ATA n. 045/2019	23/08/2021
Aquisição de mobiliários/Adesão	4.4.90.52	ATA n. 071/2021	13/07/2021
Aquisição de mobiliários	4.4.90.52	ATA n. 075/2021	10/08/2022

Fonte: Área de Patrimônio

As aquisições realizadas durante este período buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Órgão. Entre os bens adquiridos, destacamos os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos cidadãos que procuram os serviços do MPTO.

Apresentamos, a seguir, o comparativo de bens adquiridos no período 2016/2021, conforme detalhamento:

Tabela 5.4.9.3 - Comparativo bens adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2021

Item	Especificações	Ano, em (R\$)				
		2016	2018	2019	2020	2021
1	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	-	370,00	108.718,74	7.639,00	29.923,60
2	Carros de Combate	-	-	-	328.900,00	-
3	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	1.295,60	4.900,00	666,49	6.967,98	-
4	Aparelhos e Utensílios Domésticos	22.939,45	139.288,92	204.049,79	702.668,29	390.988,20
5	Máquinas e Equipamentos Gráficos	5.340,00	-	7.600,00	18.620,80	-
6	Equipamentos P/ Áudio, Vídeo e Foto	38.610,51	51.416,63	50.877,80	135.699,24	119.702,58
7	Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.551.447,31	1.591.441,52	2.723.715,46	1.837.213,55	1.223.289,00
8	Máquinas e Utensílios P/ Escritório	-	-	-	-	588,80
9	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	861,19	5.650,00	2.838,85	2.524,50	588,80
10	Mobiliário em Geral	44.947,00	445.301,06	882.869,23	1.193.521,76	416.224,08
11	Veículos de Tração Mecânica	-	411.200,00	946.659,20	1.459.753,34	1.577.753,34
12	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	8.099,80	-	1.500,00	-	-

Tabela 5.4.9.3 - Comparativo bens adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2021

Item	Especificações	Ano, em (R\$)				
		2016	2018	2019	2020	2021
13	Aparelhos e Instrumentos Téc. de Medição, Teste e Controle	3.000,00	-	1.220,00	8.081,25	1.140,00
14	Carros de Combate	-	-	-	328.900,00	-
15	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	1.295,60	4.900,00	666,49	6.967,98	-

Fonte: Siafe-TO, Área de Patrimônio / Departamento Administração

Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Atualmente o setor é responsável pela manutenção, serviços gerais e segurança predial da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça e das 40 (quarenta) Promotorias do interior, bem como por fiscalizar, gerenciar e controlar o contrato de prestação dos serviços de limpeza e conservação, vigilância armada, serviço de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva da central de condicionados de ar da sede da PGJ, manutenções preventiva e corretiva dos elevadores, entre outras atividades.

Apresentamos as demandas recebidas, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 5.4.9.4 - Demandas recebidas, em 2021

Item	Especificações	Recebidas	Pendentes
2	Demandas recebidas via e-doc	1.553	5
3	Demandas recebidas via SIATU	799	-
Total		2.352	05

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Quanto à execução de despesas, destacamos a seguir os principais dispêndios:

Tabela 5.4.9.5 - Principais despesas, em 2021

Item	Especificações	Valor, em (R\$)
1	Serv. de limpeza, higiene e outros	5.395.223,84
2	Serviço de vigilância armada	4.438.940,84
3	Despesas Manutenções Gerais	174.550,98
4	Fornecimento de gás	5.205,40
5	Prestação de serviço de chaveiro e fornecimento peças	9.256,00
6	Prestação de serviço de elevador	17.475,67
7	Serviços de manutenção ar-condicionado na sede da PGJ	269.043,52
8	Monitoramento CFTV e alarme	322.152,62
9	Diárias com terceirizado	62991,75
Total		10.694.840,62

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Tabela 5.4.9.6 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2021, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Artífice	06	R\$ 33.192,18	6,61
Ajudante de artífice	03	R\$ 9.550,56	1,90
Copeiro	06	R\$ 19.069,20	3,80
Jardineiro	01	R\$4.241,06	0,84

Tabela 5.4.9.6 – Serviços de limpeza, higiene e outros 2021, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Recepcionista	31	R\$114.979	22,91
Porteiro	10	R\$37.146,70	7,40
Servente de Limpeza	65	R\$ 220.721,80	43,97
Encarregado	01	R\$ 5.616,50	1,12
Despesas com Diárias	-	R\$ 57.437,96	11,44
Total		R\$ 501.954,96	100,00

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Em relação ao serviço de vigilância armada executado nas dependências e unidades pertencentes à PGJ, segue seu detalhamento:

Tabela 5.4.9.7 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2021 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em (R\$)	Valor anual, em (R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Almas	-	01	6.486,91	77.843,21	1,83
Ananás	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Araguatins	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Araguacema	-	01	5.757,22	63.329,46	1,49
Araguaçu	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Alvorada	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83

Tabela 5.4.9.7 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2021 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em (R\$)	Valor anual, em (R\$)	Em, (%)
	01	-			
Araguaína	-	01	14.006,23	154.068,55	3,62
Augustinópolis	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Aurora do Tocantins	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Arapoema	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Arraias	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Colinas do Tocantins	-	01	6.418,20	77.018,36	1,81
Colmeia	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Cristalândia	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Dianópolis	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Figueirópolis	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Filadélfia	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Formoso do Araguaia	-	01	6.557,20	78.686,34	1,85
Goiatins	-	01	5.831,39	69.976,58	1,65
Guaraí	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Gurupi	-	01	14.324,44	157.569,03	3,70
	01	-	14.324,44	157.569,03	3,70
Itacajá	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Itaguatins	-	01	6.451,50	77.418,10	1,82

Tabela 5.4.9.7 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2021 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em (R\$)	Valor anual, em (R\$)	Em, (%)
Miracema do Tocantins	-	01	6.486,91	77.843,40	1,82
Miranorte	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Natividade	-	01	6.557,20	78.686,34	1,85
Novo Acordo	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Palmeirópolis	-	01	5.814,04	69.768,53	1,64
Ponte Alta	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Palmas (PGJ e Promotorias de Justiça)	-	02	28.699,04	315.689,62	7,42
	02	-	28.699,04	315.689,62	7,42
Paraíso do Tocantins	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Paraná	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Pedro Afonso	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Peixe	-	01	6.628,90	79.547,70	1,87
Pium	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87
Porto Nacional	-	01	11.149,23	122.641,62	2,88
	01	-	11.149,23	122.641,62	2,88
Taguatinga	-	01	6.486,91	77.843,40	1,83
Tocantinópolis		01	6.486,91	77.843,40	1,83
Xambioá	-	01	6.628,98	79.547,70	1,87

Tabela 5.4.9.7 – Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2021 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em (R\$)	Valor anual, em (R\$)	Em, (%)
Wanderlândia	-	01	5.987,41	71.848,96	1,69
Total	5	41	366.288,72	4.253.356,31	100,00

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue o quadro abaixo organizado em três partes: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ; bens imóveis locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao MPTO. A distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ é constituída por 44 imóveis, localizados em quarenta e dois municípios do Estado.

Quadro 5.4.9.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial, em 2021.

Localidade		Situação
TOCANTINS	Almas	2
	Alvorada	2
	Ananás	2
	Araguacema	2
	Araguaçu	2
	Araguaína	3
	Araguatins	3
	Arapoema	2
	Arraias	3

Quadro 5.4.9.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial, em 2021.

Localidade	Situação
Augustinópolis	3
Aurora do Tocantins	2
Colinas do Tocantins	3
Colmeia	3
Cristalândia	2
Dianópolis	3
Figueirópolis	2
Filadélfia	2
Formoso do Araguaia	2
Goiatins	2
Guaraí	3
Gurupi	3
Itacajá	2
Itaguatins	2
Miracema do Tocantins	3
Miranorte	3
Natividade	3
Novo Acordo	2

Quadro 5.4.9.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial, em 2021.

Localidade	Situação
Palmas (PGJ e Promotorias)	3
Palmas (Anexo I)	3
Palmeirópolis	2
Paraíso do Tocantins	3
Paraná	3
Pedro Afonso	3
Peixe	3
Pium	2
Ponte Alta do Tocantins	2
Porto Nacional	3
Taguatinga	3
Tocantínia	2
Tocantinópolis	3
Wanderlândia	2
Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos (1)	0
	21

Quadro 5.4.9.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial, em 2021.

Localidade	Situação
Total de Prédios Locados (2)	
Total de Prédios Próprios (3)	21

Fonte: Departamento Administrativo

Área de Transportes

Atualmente, o Ministério Público do Tocantins tem uma frota de 44 veículos nas categorias de transporte de passageiros, utilitários e caminhões alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 2,8 anos.

Objetivando cumprir o planejamento estratégico / projeto de renovação e ampliação no exercício 2020, fora licitado e solicitada a aquisição de 10 veículos novos, sendo emitida a requisição de fornecimento, empenhado e contratado em dezembro 2020, ficando a entrega para o exercício seguinte.

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

Vale destacar que no decorrer de 2021, foram destinados a desfazimento, após passarem por um processo de baixa interna no órgão, 04 veículos oficiais, os quais por serem classificados como antieconômicos, foram substituídos por veículos novos em 2021.

A seguir, o detalhamento de veículos destinados a desfazimento, por motivo de antieconomicidade.

Quadro 5.4.9.3 – Relação de Veículos Doados.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo
1	Fiat	Siena EL	MWA-8536	2011/2012
2	Fiat	Linea Essence	MWP-0224	2012/2012
3	Fiat	Siena EL	MWQ-8096	2011/2012
4	Fiat	Uno Mille Economy	MWM-1986	2012/2012

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os principais custos associados em 2021, excluídos os veículos destinados a desfazimento.

Quadro 5.4.9.4– Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
1	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Núcleo Maria da Penha
2		Logan	RSA0A66	2020/2021	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
3		Logan	RSA0A75	2020/2021	Procuradoria-Geral de Justiça
4		Logan	RSA0A76	2020/2021	Procuradoria-Geral de Justiça
5	Volkswagen	Gol 1.6	QKE-4704	2016/2017	Gurupi
6		Gol 1.6	QKE-4714	2016/2017	Gaeco
7		Gol 1.6	QKE-4724	2016/2017	Augustinópolis
8		Gol 1.6	QKE-4744	2016/2017	Pedro Afonso
9		Gol 1.6	QKE-4694	2016/2017	Guaraí

Quadro 5.4.9.4– Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
10		Gol 1.6	QKG-5867	2016/2017	Tocantinópolis
11		Gol 1.6	QKE-1148	2016/2017	Araguaína
12		Voyage 1.6	QKG-1F64	2016/2017	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)
13		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2017	Porto Nacional
14		Voyage 1.6	QKF-9884	2016/2017	Procuradoria-Geral de Justiça
15		Voyage 1.6	QKH-6197	2016/2017	Procuradoria-Geral de Justiça
16		Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2017	Gaeco
17	Ford	Ranger XLS	QKF-1924	2016/2017	Araguaína
18		Ranger XLS	QKE-6924	2016/2017	Corregedoria-Geral
19		Cargo 816	QKG-4259	2018/2019	Procuradoria-Geral de Justiça
20	Mitsubishi	L 200 Triton	QKH-1779	2018/2019	Gaeco
21		L 200 Triton	QKH-1799	2018/2019	Procuradoria-Geral de Justiça
22		L 200 Triton	QWA-7227	2019/2019	Procuradoria-Geral de Justiça
23		L 200 Triton	QWB-7027	2019/2019	Procuradoria-Geral de Justiça
24	Ford	KA Hatch	QWB-0672	2019/2020	Gurupi
25		KA Hatch	QWB-0673	2019/2020	Araguaína
26		KA Hatch	QWB-6147	2019/2020	Miracema do Tocantins
27		KA Hatch	QWB-6151	2019/2020	Araguatins
28		KA Hatch	QWB-6152	2019/2020	Dianópolis

Quadro 5.4.9.4– Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
29		KA Hatch	QWC-3057	2019/2020	Porto Nacional
30		KA Hatch	QWC-3066	2019/2020	Paraíso do Tocantins
31		KA Hatch	QWC-3063	2019/2020	Miranorte
32		KA Sedan	QWC-3061	2019/2020	Procuradoria-Geral de Justiça
33		KA Sedan	QWC-5728	2019/2020	Procuradoria-Geral de Justiça
34		KA Sedan	QWC-5546	2019/2020	Procuradoria-Geral de Justiça
35		KA Sedan	QWC-5492	2019/2020	Procuradoria-Geral de Justiça
36		KA Sedan	QWC-5544	2019/2020	Procuradoria-Geral de Justiça
37		KA Sedan	QWC-7728	2019/2020	Araguaína
38		GM	Cruze LT	RSC1B83	2021/2021
39	Cruze LT		RSC1B75	2021/2021	Procuradoria-Geral de Justiça
40	Cruze LT		RSC1B84	2021/2021	Corregedoria-Geral
41	Trailblazer		RSC-4F55	2021/2022	Corregedoria-Geral
42	Trailblazer		RSB-8J16	2021/2022	Procuradoria-Geral de Justiça
43	Trailblazer		RSC6A34	2021/2022	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
44	Peugeot	Expert	RSB0H91	2021/2021	Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

Segue, abaixo, um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2017 a 2021.

Tabela 5.4.8.8 – Principais Despesas de Manutenção da Frota, comparativo 2017 a 2021, em (R\$).

Item	Descrição	Ano, em (R\$)				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Combustíveis lubrificantes ^e	159.940,79	184.895,69	198.743,04	107.896,64	207.835,05
2	Material/Serv. Manutenção	72.133,92	92.582,63	3.737,05	4.208,65	2.045,72
4	Seguros	46.746,26	54.196,68		78.464,20	103.170,73
5	Serviços de Lava a Jato	9.206,00	9.614,00	-	-	-
6	Combustíveis lubrificantes ^e	159.940,79	184.895,69	198.743,04	107.896,64	207.835,05

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

Área de Almoxarifado

Área de Almoxarifado é a unidade responsável pelo recebimento, armazenagem, expedição e distribuição dos materiais. A função maior dessa área é manter a instituição sempre abastecida de bens de consumo, ou seja, fornecer materiais de forma contínua e sem interrupções para as diversas unidades administrativas da instituição.

O setor está localizado no Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, com ótimas instalações, mobiliários e equipamentos novos, com alto nível de segurança. Dispõe de 03 (três) servidores efetivos.

Os pedidos de materiais na Procuradoria-Geral de Justiça são realizados de forma online, via intranet, por meio do sítio eletrônico: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/>. Após solicitação dos itens, estes são separados e entregues nas salas pelos servidores da Área de Almoxarifado. Essa nova metodologia de entrega de mercadorias é executada às segundas e

quartas-feiras. Este procedimento tornou desnecessário o deslocamento dos integrantes da Instituição até a Área de Almoxarifado para retirar objetos, fato que gerou maior comodidade e conforto aos usuários.

Em relação às demandas oriundas das unidades localizadas no interior do estado do Tocantins, essas solicitações devem ser formalizadas por meio de e-doc direcionado à área de almoxarifado, sendo posteriormente atendidas e remetidas, via correios ou por meio da área de transporte, quando coincidir com viagem oficial para a respectiva localidade, conforme disponibilidade.

A seguir, apresentamos o comparativo de despesas e consumo anual de itens de Almoxarifado do MPTO, em 2021.

Tabela 5.4.8.9 - Consumo almoxarifado MPTO

Item	Descrição	Elemento de Despesa	Total, em (R\$)	Média Mensal, em (R\$)
1	Aquisição de Aparelhos Telefônicos	33.90.30	1.789,90	178,99
2	Aquisição de Gêneros Alimentícios, Copa e cozinha	33.90.30	48.482,70	4.848,27
3	Aquisição de Material de Expediente / Capas de Processos e Envelopes	33.90.30	38.318,74	3.831,87
4	Aquisição de Materiais para Atender o Gabinete do P.G.J	33.90.30	3647,10	364,71
5	Aquisição de higiene e utensilio de copa e cozinha.	33.90.30	33.763,53	3.376,35
6	Aquisição de Materiais de Higienização – Combate ao Coronavírus	33.90.30	4.025,00	402,50
Total			130.026,97	13.002,69

Fonte: Área de Almoxarifado / Departamento Administrativo.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoxarifado, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.8.10 – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2017–2021, em (R\$).

Item	Descrição	Ano, em (R\$)				
		2017	2018	2019	2020	2021
1	Ferramentas	1.884,27	1.497,65	21.977,90	5.060,92	9.217,56
2	Gêneros Alimentícios	46.284,97	51.644,73	50.186,05	5.235,00	65.661,40
3	Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	12.490,00	57.962,89	94.542,52	46.483,27	41.046,40
4	Material p/ Comunicações	5.165,00	9.495,50	120.770,30	10.805,00	13.976,90
5	Material Elétrico e Eletrônico	18.191,80	64.010,38	87.750,41	36.088,14	101.278,87
6	Material de acondicionado e embalagem	32.038,00	1.166,00	5.820,97	8.736,03	99.488,30
7	Materiais de Expediente e Ensino	133.990,36	53.045,62	63.745,92	48.534,28	55.203,25
8	Material de Tecnologia da Informação	27.777,52	312.255,14	271.629,08	10.805,00	320.195,15
9	Material de Copa e Cozinha	37.031,70	33.828,95	38.709,55	17.362,80	40.235,34
10	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.980,08	2.522,91	26.412,80	15.762,45	16.883,22
11	Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	13.695,98	27.241,72	13.775,52
11	Material de Sinalização Visual e Outros	41.136,01	13.834,55	27.072,60	48.983,07	50.164,07
12	Material p/ Festividades e Homenagens	0,00	0,00	15.070,64	67.623,10	49.483,80

Fonte: Sistema Siafe-TO, Área de Almoxarifado / Departamento Administrativo

Área de Compras

A Área de Compras do MPTO é responsável por autuar e aferir os preços de todas as aquisições feitas no Órgão, por meio de cotações do mercado e de atas e contratos de outros órgãos públicos, sempre buscando atender assim aos princípios da eficiência e da economicidade (Art 37, caput da CF/88), e também dever de balizar as compras em preços praticados pela Administração Pública (arts. 15,V e 6º, XI da Lei 8.666/93), evitando distorções da realidade dos valores praticados para realização das contratações do MPTO.

Assim, a área recebe as solicitações de compra ou contratação autorizadas pelo gestor, dando-lhes o devido andamento até a fase de solicitação de reserva orçamentária.

Cabe, ainda, instruir os processos de compra e/ou contratação, seja por procedimento licitatório ou compra direta através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, até a fase de solicitação de reserva orçamentária, observando os atos normativos internos e a legislação.

Outra função é realizar pesquisa de mercado para levantamento de estimativa de preços para as aquisições de bens, materiais e para a contratação de serviços. Elabora, quando necessário, a justificativa nos processos de compra direta, indicando a possível via de aquisição para posterior análise jurídica e autorização superior, observada a legislação pertinente.

A seguir o comparativo de atividades desenvolvidas nos anos 2020 e 2021:

Item	Atividade/tarefa	Ano, em (unid)		Var., em (%) 2021/2020
		2020	2021	
1	Solicitação de Orçamento	172	255	+48%
2	Mapa de Cotação de Preços	156	226	+45%
3	Memorandos emitidos:	160	224	+40%
4	Despachos:	83	136	+64%
5	Justificativas para dispensas e inexigibilidades	83	175	+47%
6	Processos com tramitação no período	172	255	+48%
7	Documentos gerados e externos anexados para instrução dos processos.	3.233	5.905	+82%

Tabela 5.4.8.11 – Atividades desenvolvidas Área de Compras				
Item	Atividade/tarefa	Ano, em (unid)		Var., em (%)
8	Quantidade fornecedores contatados	1032	1.530	+48%
Total		7.111	10.727	+50,85%

Fonte: Área de Compras / Departamento Administrativo

Tabela 5.4.8.12 – Prazo de tramitação de processos Área de Compras

Item	Tipo	Tempo Médio
1	Administração - Contratação	24d 5h 18m 51s
2	Administração - Contratação - Dispensa de Licitação	22d 14h 56m 35s
3	Administração - Contratação - Inexigibilidade de Licitação	21d 2h 47m 16s
4	Administração - Contratação - Licitação	33d 14h 3m 48s
5	Administração - Contratação - Licitação Sistema de Registro de Preços - SRP	31d 11h 54m 27s
6	Administração - Licitação - Concurso	5d 10h 58m 4s
7	Comunicação Social - Ações de Divulgação	5d 2h 28m 49s
8	Engenharia - Acompanhamento de Obras/Serviços	4d 1h 6m 32s
9	Gestão de Pessoas - Pagamento da Gratificação Natalina	12m 58s
10	Tecnologia da Informação - Sistemas de Informação	32d 1h 28m 13s
Prazo Geral		17d 23h 19m 33s

Fonte: Área de Compras / Departamento Administrativo

No decorrer de 2021, a Área de Compras instruiu 255 processos de aquisição/renovação/troca de marca/modelo – seja por dispensa, licitação ou inexigibilidade.

A pesquisa de preços é a ação que norteia todas as atividades da Área de Compras. O contato com os fornecedores é essencial para que a pesquisa possa ocorrer com eficiência e eficácia, por isso mantemos o banco de fornecedores sempre atualizado.

Para se ter uma ideia da dimensão e importância de se ter um banco de fornecedores atualizados, consideraremos que, em média, para cada processo recebido são contatadas no mínimo 6 empresas para obter cotações (6 x 255 = 1.530). Desta forma, depreende-se que a área de compras precisaria contatar com 1.530 fornecedores para alcançar os resultados esperados.

Importante ressaltar que este ano houve uma elevação de 50% no número de processos que tramitaram na área de compras em comparação com o ano de 2020, acompanhado da baixa maturidade de planejamento de compras por parte da instituição, acarretando sobrecarga ao processo de pesquisas de preços, o que impactou diretamente no prazo hábil para instrução do processo de compras.

No mês de abril, a Área de Compras contava com 03 (três) servidores, Em virtude do aumento expressivo das demandas por aquisições, foi necessário elevar a quantidade de colaboradores para compor a equipe. Assim, a área é formada por 03 (três) servidores efetivos, 01 (uma) servidora cedida pelo Poder Executivo e 01(uma) colaboradora terceirizada.

A Área de Compras vem buscando aperfeiçoar a gestão relacionada à aquisição de bens e serviços, que abrange várias ações, entre elas, o uso de indicadores e avaliação da qualidade dos produtos e fornecedores, visando à efetividade da atividade de compras.

Apresentamos, a seguir, os processos que tramitaram no decorrer de 2021 na Área de Compras:

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras		
Item	Autos	Descrição
01	19.30.1563.0000646/2019-94	Vantajosidade para troca de marca: * Escada de alumínio profissional com 3 lances 3x9 degraus e comprimento máximo quando esticada de 6,63 m, capacidade para até 120 Kg – Marca Alulev. * Torneira de bancada para pia C-50, bica móvel, em material metálico, 1/4 de volta. - Marca Premier. * Torneira de parede para pia C-50, bica móvel, em material metálico, 1/4 de

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
		volta. Marca Premier. * Torneira para lavatório automática em metal com regulagem de tempo. Marca Premier.
02	19.30.1516.0000207/2019-42	Prorrogação do contrato n. 044/2019, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na assistência técnica de manutenção preventiva e corretiva em subestação de energia elétrica destinado atender à sede da PGJ.
03	19.30.1516.0000269/2019-17	Prorrogação do contrato n. 065/2019, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada em manutenção de equipamentos de informática do MPTO.
04	19.30.1516.0000302/2018-02	Renovação do Contrato 104/2018 – que tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar-condicionado do prédio Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas-TO.
05	2017.0701.00189	Prorrogação do contrato n. 046/2017, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada em vigilância armada destinado atender as necessidades do MPTO.
06	2016.0701.00398	Prorrogação do contrato n. 068/2016, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de Links de comunicação de dados destinado atender as necessidades da PGJ.
07	2016.0701.00399	Prorrogação do contrato n. 067/2016, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de Links de comunicação de dados destinado atender as necessidades da PGJ.
08	19.30.1516.0000354/2019-50	Prorrogação do contrato n. 62/2019, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel, para atender as necessidades do Prédio Sede da PGJ e demais Promotorias do Interior.
09	2017.0701.00119	Prorrogação do contrato n. 011/2017, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reprografia, impressões, encadernação e plastificação para atender as necessidades do Prédio Sede da PGJ, Porto Nacional e Gurupi.
10	19.30.1516.000318/2018-55	Renovação do contrato 130/2018 - prestação de serviços de processamento dos pagamentos de salários e similares aos integrantes do Ministério Público estadual e dependentes, firmado com o Banco do Brasil S/A
11	19.30.1150.0000523/2020-04	Contratação de empresa para fornecimento de licença de uso e ativação de

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
		software para acesso de banco de dados cadastrais.
12	19.30.1563.0000681/2020-19	Reequilíbrio econômico-financeiro de tubos de aço inox para verificar suposta indenização à empresa de instalação de corrimão de aço inox e guarda-corpo.
13	19.30.1563.0000683/2020-62	Vantajosidade de troca de marca de produtos: * Lâmpada Led 18 a 20W, 1800 lumens. Caixa com 25 unidades * Tomada em barra para extensão, 3 tomadas 2P+T 10A *Dispositivo proteção contra surto, 45ka 275V * Fita Autofusão 19mmx10 mts 69kv
14	19.30.1563.0000684/2020-35	Cotação para comparação de valor com objetivo de análise de pedido de cancelamento de Ata SRP
15	19.30.1563.0000738/2020-32	Vantajosidade do preço diante da troca de marca e solicitação de Reequilíbrio econômico-financeiro Computador Estação de Trabalho DC2A-T
16	19.30.1563.0000740/2020-75	Vantajosidade do preço diante do pedido de TROCA DE MARCA: TABLET SAMSUNG GALAXY TABP615 4G 64GB 4GB RAM ANDROID 10 -SAMSUNG TAB P615.
17	19.30.1563.0000741/2020-48	Vantajosidade do preço diante do pedido de Reequilíbrio econômico-financeiro: NO-BREAK 1200 VA, MARCA: RAGTECH / MODELO: EASY WAY 1200.
18	19.30.1150.0000825/2020-95	Contratação de Empresa para consultoria em Segurança Institucional
19	19.30.1534.0000918/2020-69	Contratação de empresa especializada em serviço de coleta de resíduos para atender as necessidades da Área de Saúde do MPTO
20	19.30.1530.0000920/2020-75	Contratação de empresa especializada em lavanderia de roupas.
21	19.30.1530.0000923/2020-91	Contratação de empresa para confecção de crachás

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
22	19.30.1503.0000041/2021-57	Levantamento Topográfico Planialtimétrico - Gurupi - TO
23	19.30.1150.0000077/2021-15	Aquisição de equipamento e materiais diversos para realização de procedimento de contramedida de vigilância técnica, relacionado às ações de contrainteligência executadas, pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, com objetivo de incrementar os níveis de segurança orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins
24	19.30.1530.0000104/2021-85	confeção de 450 (quatrocentos e cinquenta) carteiras de identidade funcional (em PVC), para os membros e servidores (ativos e inativos), deste Parquet, para o exercício de 2021
25	19.30.1150.0000109/2021-24	Aquisição de equipamento detector de junções não-lineares e equipamentos adicionais, nos termos do Projeto “SOLUÇÃO DE CONTRAINTELIGÊNCIA – VARREDURA ELETRÔNICA E INSPEÇÃO AMBIENTAL”
26	19.30.1050.0000165/2021-12	Aquisição de 03 (três) unidades poltronas anatômicas destinado a compor o cenário do programa televisivo do projeto "Ministério Público em Ação"
27	19.30.1060.0000196/2021-92	Aquisição de um pedestal para TV de 32 a 75 polegadas
28	19.30.1534.0000208/2021-30	Contratação de prestação de serviços médicos, especialidade infectologia, para atender especificamente os casos de contágio de COVID-19 dentre os integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins - MPTO
29	19.30.1534.0000223/2021-13	Aquisição de Kits de Teste Rápido (IgM/IgG) para diagnóstico da COVID-19, destinados a atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Tocantins-MPTO, como medida de prevenção ao contágio do novo coronavírus
30	19.30.1524.0000237/2021-76	Aquisição de um certificado digital E-CNPJ do tipo A1 da ICP-BRASIL para Procuradoria-Geral de Justiça
31	19.30.1524.0000258/2021-91	Aquisição de materiais e acessórios para atender demandas da ACEMA
32	19.30.1503.0000274/2021-71	Contratação de empresa especializada em Levantamento Topográfico Planialtimétrico, para determinação dos limites, confrontações, altimetria do relevo do terreno e cálculo do volume de aterro para nivelar o terreno sendo corte ou aterro, localizado na Avenida Filadélfia, Gleba de terra a ser desmembrada da quadra 205-A, em Araguaína - TO
33	19.30.1563.0000286/2021-11	Verificação da vantajosidade na TROCA DE MARCA dos produtos DISCO SSD 240 GB, MEMÓRIA DDR4 e MEMÓRIA PARA NOTEBOOK SODIMM DDR 4 - Itens 9, 14 e 15 da Ata n. 018/2021, para uma possível

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
		substituição pela marca Kingston
34	19.30.1563.0000287/2021-81	Verificação da vantajosidade visando subsidiar estudo em face do pleito de troca de marca/modelo apresentado pela fornecedora registrada LUMEN COM. E SERV. DE MOTORES ELÉTRICOS EIRELI
35	19.30.1563.0000289/2021-27	Comparativa de preços de mercado praticados atualmente em relação ao Autotransformador IPEC
36	19.30.1534.0000360/2021-97	Aquisição de materiais odontológicos para atender as necessidades da PGJ
37	19.30.1150.0000364/2021-26	Contratação de serviços de processamento de dados, para atender as necessidades do NIS do MPTO
38	19.30.1534.0000373/2021-37	Contratação de serviço de manutenção com substituição de peças de canetas odontológicas
39	19.30.1150.0000394/2021-89	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico do Sistema de Interceptações de Sinais – Guardião
40	19.30.1563.0000425/2021-41	Comparativa de preços de mercado praticados atualmente de materiais de expediente, identificada na Ata de Registro de Preços n. 026/2021
41	19.30.1503.0000442/2021-94	Contratação de serviços especializados em elaboração de maquete eletrônica 3D das sedes das Promotorias de Justiça de Araguaína
42	19.30.1503.0000501/2021-53	Contratação de empresa especializada para execução de pintura externa, impermeabilização de alvenaria, tratamento de fissuras e trincas do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça
43	19.30.1150.0000504/2021-29	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços online de solução de dados, por meio de API Web, e mediante fixação de parâmetros eficientes, para fornecimento de acesso às informações holísticas, no período de 12 meses, com vistas a enriquecer a ferramenta eletrônica de pesquisa e análise de dados do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominada Horus
44	19.30.1503.0000506/2021-15	Contratação de empresa para a adequação de espaço físico nas dependências do prédio sede da procuradoria-geral de justiça, na cidade de Palmas – TO
45	19.30.1503.0000512/2021-47	Contratação de empresa para a construção de cobertura metálica para 02 (duas) vagas de garagem, na cidade de Augustinópolis-TO.

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
46	19.30.1050.0000513/2021-25	Aquisição de equipamentos e acessórios audiovisuais visando atender as necessidades da Assessoria de Comunicação
47	19.30.1524.0000594/2021-40	Realização de procedimento licitatório, via Sistema de Registro de Preços, visando a aquisições futuras de suprimentos de informática – TÔNERES, para atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins
48	19.30.1524.0000597/2021-56	Contratação de empresa para a aquisição direta de suprimentos de informática, para dotar a Área de Controle de equipamentos, Manutenção e Atendimento de peças e demais materiais de reposição para manutenção do Parque de Informática da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas e Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins
49	19.30.1563.0000615/2021-52	Comparativa de preços de mercado praticados na Ata de Registro de Preços n. 053/2021 : Açúcar cristalizado em pacote – 2 Kg
50	19.30.1563.0000616/2021-25	Verificação da vantajosidade do preço diante da troca de marca dos itens: 1- Coador de flanela com aro em arame e cabo de madeira, tamanho grande, aro firme não flexível, para coar grande quantidade de café. MARCA: RODOBEM 2- Coador de flanela com aro em arame e cabo de madeira, tamanho extra-grande, aro firme não flexível, para coar grande quantidade de café. MARCA: RODOBEM
51	19.30.1534.0000617/2021-45	Contratação de serviço de manutenção de equipamentos odontológicos, com o objetivo de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça durante o exercício de 2021
52	19.30.1534.0000630/2021-82	Aquisição de medicamentos para Área de Saúde do MPTO
53	19.30.1150.0000694/2021-40	Realização de procedimento licitatório visando aquisição de kit de ferramentas e materiais diversos, com vistas a atender as necessidades da atividade de segurança institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins
54	19.30.1563.0000696/2021-96	Verificação da vantajosidade do preço diante da troca de marca do produto álcool 70%
55	19.30.1503.0000713/2021-52	Contratação de empresa para a Construção de Cobertura Metálica para 04 (quatro) vagas de Garagem, Na Cidade De Augustinópolis - TO
56	19.30.1511.0000721/2021-07	Aquisição de POLTRONAS, através de pregão eletrônico, destinado a atender

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
		as necessidades do plenário do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Tocantins
57	19.30.1530.0000767/2021-32	Contratação de empresa especializada para prestação de suporte técnico de software de registro eletrônico de frequência e controle de banco de horas, visando solucionar problemas técnicos que porventura o sistema apresente, destinado ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins
58	19.30.1503.0000771/2021-38	Contratação de empresa especializada em investigação e estudo de solos, para a execução do serviço de Sondagem à Percussão do tipo SPT –Standard Penetration Test, com o objetivo de reconhecimento e determinação das características do solo do terreno localizado: Avenida Filadelfia, Gleba de terra a ser desmembrada da quadra 205-A, no município de Araguaína - TO
59	19.30.1511.0000775/2021-04	Licitação tem por objeto a aquisição de materiais de tecnologias investigativas e a modernização de equipamentos destinados ao atendimento das necessidades do Ministério Público do Estado do Tocantins
60	19.30.1503.0000776/2021-97	Procedimento licitatório, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação e suporte técnico de equipamento gerador de energia fotovoltaica ON-GRID, de modo a suprir a demanda de consumo de energia elétrica para três edificações do Ministério Público do Estado do Tocantins
61	19.30.1534.0000783/2021-25	Aquisição de 1000 (um mil) bolinhas antiestresse, que serão distribuídas aos integrantes deste Órgão como parte das ações de promoção a saúde, com a finalidade de estimular o exercício das mãos, melhorar o fortalecimento e assim diminuir as tensões musculares
62	19.30.1524.0000799/2021-34	Procedimento licitatório, via Sistema de Registro de Preços, visando aquisição de equipamentos e materiais de Informática, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins
63	19.30.1150.0000800/2021-88	Contratação de serviços especializados de tecnologia da informação – SERPRO
64	19.30.1514.0000816/2021-16	Aquisição de Fitas M-K231S Compatível Rotulador Brother, e Lanternas táticas de luz ultravioleta
65	19.30.1150.0000884/2021-51	Aquisição de cofres armário em aço com compartimentos individuais, objetivando atender demanda ordinária do Ministério Público do Estado do Tocantins de acautelamento provisório de armas de fogo e munições
66	19.30.1534.0000920/2021-12	Contratação de empresa prestadora de serviço de lavanderia para o

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
		processamento de roupas comuns (não-contaminadas) utilizadas pelo Setor de Saúde
67	19.30.1500.0000927/2021-42	Contratação de treinamento, na modalidade EAD para o software revit
68	19.30.1050.0000998/2021-25	Contratação de agência de Publicidade
69	19.30.1050.0001039/2021-82	Contratação de empresa especializada para serviços de sonorização, iluminação e demais serviços afins destinado a atender o evento de premiação do 5º Prêmio Ministério Público de Jornalismo
70	19.30.1534.0001056/2021-26	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de coleta e transporte externos e destinação final dos resíduos gerados pelo Setor de Saúde, Área vinculada ao Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento desta Contratante
71	19.30.1150.0001059/2021-79	Contratação de licenciamento de uso de Software de Análise e Visualização de Dados (data discovery/Business Intelligence), denominado de solução de Analytics, incluindo serviços de treinamento, suporte e atualização, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas a subsidiar o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional no auxílio às atividades de investigação
72	19.30.1503.0001076/2021-48	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia elétrica para substituir o grupo gerador e disjuntor de média tensão, instalados na subestação de energia elétrica do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, e instalação do grupo gerador de 80kVA com QTA, retirado do prédio sede desta Procuradoria-Geral de Justiça, no ANEXO I desta PGJ
73	19.30.1150.0001088/2021-72	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de solução de dados, via Web Service, para acesso a bases cadastrais, endereços, telefones, óbito nacional, vínculos e etc, incluindo serviço de suporte, pelo período de 12 (doze) meses, com vistas a enriquecer a ferramenta eletrônica de pesquisa e análise de dados do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominada Horus
74	19.30.1518.0000189/2020-10	Autorização para o pagamento de transporte de livros doados ao CAOPIJE.
75	19.30.1340.0000219/2020-27	Aquisição de 6 vestes talaes pelerine
76	19.30.1518.0000743/2020-87	Contratação de empresa para fornecimento de Gás para Sede de Gurupi
77	19.30.1518.0000744/2020-60	Contratação de serviço de fornecimento de gás para atender as necessidades da PJ de Araguaína

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
78	19.30.1518.0000895/2020-57	Autorização para contratação do Serviço Municipal de Saneamento de Araguatins - SEMUSA
79	19.30.1518.0000896/2020-30	Contratação da empresa SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, prestador exclusivo dos serviços de água e esgoto para a Promotoria de Justiça de Ananás/TO
80	19.30.1518.0000897/2020-03	Contratação do Serviço Municipal de Saneamento de Pedro Afonso – SISAPA, prestador exclusivo de serviços de fornecimento de água potável naquele município
81	19.30.1518.0000898/2020-73	Contratação do Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE) para a Promotoria de Justiça de Itacajá, prestador exclusivo naquele município, durante o exercício de 2021
82	19.30.1518.0000899/2020-46	Contratação do Serviço Municipal de Saneamento de Ponte Alta; Araguacema; Pium – HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO LTDA, prestador exclusivo de serviços de fornecimento de água potável naqueles municípios
83	19.30.1512.0000005/2021-21	Contratação de serviço de fornecimento de gás para atender as necessidades da PGJ
84	19.30.1512.0000009/2021-10	Contratação de empresa especializada no ramo de chaveiro
85	19.30.1520.0000032/2021-45	quisições de suportes para notebook para atender as necessidades da PGJ
86	19.30.1503.0000034/2021-52	Contratação do fornecimento de energia elétrica do ANEXO I
87	19.30.1518.0000040/2021-53	Serviço de locações de tendas para atender as necessidades da PGJ
88	19.30.1503.0000045/2021-46	Levantamento Topográfico Planialtimétrico – Palmas
89	19.30.1520.0000080/2021-10	Aquisição de material permanente de videoconferência
90	19.30.1340.0000083/2021-10	Aquisição de equipamentos para montagem de iluminação para atender as necessidades da PGJ
91	19.30.1513.0000094/2021-28	Pagamento de franquia de seguro para cobertura de vidros, lanternas e faróis destinado a atender a frota desta PGJ até 31/12/2021
92	19.30.1511.0000123/2021-51	Aquisição de fogão portátil fervedor para a PGJ

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
93	19.30.1514.0000134/2021-97	Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados a atender o Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, bem como, reuniões do Colégio de Procuradores durante o exercício de 2021
94	19.30.1500.0000155/2021-31	Contratação de locação, montagem e desmontagem de andaime fachadeiro
95	19.30.1518.0000156/2021-25	Contratação de empresa especializada em fornecimento de carimbos
96	19.30.1518.0000179/2021-83	Contratação de Serviços Reprográficos
97	19.30.1518.0000195/2021-39	Pagamento da taxa de lixo referente à Promotoria de Justiça de Araguaína
98	19.30.1512.0000232/2021-03	Limpeza e remoção do entulho resultante de terreno da Sede das promotorias Gurupi
99	19.30.1503.0000306/2021-80	Contratação de serviços de adequação complementar de guarda-corpo em aço inox
100	19.30.1503.0000312/2021-15	Serviço de cobertura da garagem do Prédio da Promotoria da Comarca de Guaraí
101	19.30.1555.0000314/2021-54	Contratação de empresa para prestação de serviços postais
102	19.30.1518.0000363/2021-62	Aquisição de materiais para o projeto do CAO Saúde “MP PRÓ-SUS” para atender as necessidades da PGJ
103	19.30.1514.0000409/2021-44	Materiais de Consumos para Cumprimento da Cadeia de Custódia
104	19.30.1518.0000432/2021-42	Contratação de empresa especializada para o fornecimento vestimentas e itens de fardamento a fim de atender ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - GAECO
105	19.30.1511.0000454/2021-38	Baixa patrimonial - n.º 270/2021 9 Baixa Patrimonial e alienação observadas as normas legais e os princípios da Administração Pública.
106	19.30.1518.0000457/2021-46	Aquisição de Álcool em Gel e Frascos Destinados ao Projeto “Parceiros Pela Vida” para atender as necessidades da PGJ
107	19.30.1518.0000458/2021-19	Aquisição de lembranças formato bolsa de sangue

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
108	19.30.1512.0000459/2021-82	Contratação emergencial de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha limpeza, manutenção, jardinagem, serviços gerais e portaria compreendendo o fornecimento de materiais/equipamentos, uniformes, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços nas dependências do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua sede e demais unidades administrativas
109	19.30.1518.0000461/2021-35	Aquisição de lanches salada de frutas destinados ao Projeto “Parceiros Pela Vida” para atender as necessidades da PGJ
110	19.30.1340.0000503/2021-19	Pagamento da taxa de contribuições do CDEMP - Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil (exercício 2021)
111	19.30.1511.0000509/2021-08	Aquisição de equipamentos para estruturação do plenário do colégio de Procuradores de Justiça para atender as necessidades da PGJ
112	19.30.1513.0000556/2021-67	Aquisição de lençol borracha, com o objetivo de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça durante o exercício de 2021
113	19.30.1514.0000558/2021-95	Pregão consiste na fixação de preços dos itens descritos abaixo, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMOS QUE AUXILIAM O TRABALHO INVESTIGATIVO, destinados ao atendimento das necessidades do Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado – GAECO do Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO
114	19.30.1512.0000565/2021-33	Contratação de serviço de emolduramento, com o objetivo de atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça durante o exercício de 2021
115	19.30.1514.0000584/2021-72	Aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça do Interior
116	19.30.1511.0000590/2021-52	Aquisição de 1 (Um) Carrinho tipo plataforma – MPE/TO
117	19.30.1520.0000635/2021-60	Aquisição de Certificado Digital do tipo A1-arquivo digital para ser instalado no computador – Tipo: Equipamento A1
118	19.30.1512.0000668/2021-65	Aquisição de motores para portão, para atender as demandas desta PGJ
119	19.30.1511.0000673/2021-42	Aquisição de 1 (um) Claviculário para chaves individuais em favor da Assessoria Militar/MP

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
120	19.30.1514.0000675/2021-40	Aquisição de materiais de consumo destinados ao atendimento das necessidades do Área de Almoarifado do Ministério Público do Estado do Tocantins
121	19.30.1512.0000678/2021-86	Aquisição de materiais para instalação de monitores
122	19.30.1511.0000764/2021-10	Aquisição de lavadora de alta pressão com carrinho e enrolador de mangueira
123	19.30.1512.0000854/2021-87	Aquisição via dispensa de licitação de câmera speed dome
124	19.30.1514.0000887/2021-39	Aquisição de dispositivos de armazenamento.
125	19.30.1514.0000996/2021-06	Aquisição de caixa arquivo morto polionada
126	19.30.1523.0001002/2021-97	Aquisição de caixa de cabo UTP CAT5E
127	19.30.1512.0001089/2021-47	Aquisição e instalação de portão metálico - PJ de Araguaçu
128	19.30.1512.0001113/2021-78	Contratação de empresa especializada no ramo de chaveiro.
129	19.30.1560.0000044/2020-94	Publicação dos avisos de licitações em jornal – Exercício 2020
130	19.30.1512.0000350/2020-21	Abertura de procedimento licitatório para contratação de manutenção dos elevadores da PGJ
131	19.30.1560.0000039/2021-32	Abertura de procedimento licitatório para contratação de manutenção dos elevadores da PGJ
132	19.30.1500.0000434/2021-64	Contratação do curso de capacitação de elaboração de atos normativos
133	19.30.1523.0000474/2021-94	Aquisição de licenças de UPGRADE da garantia dos equipamentos que compõem solução de armazenamento Storage San – Storage IBM V5000
134	19.30.1050.0000624/2021-35	Aquisição de cinco (5) assinaturas digitais do Jornal do Tocantins, por um período de 12 meses
135	19.30.1518.0000825/2021-04	Aquisição de espectrofotômetro para o Caoma.

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
136	19.30.1340.0000828/2021-71	Contratação da empresa RAFAEL SCHERER POLITANO EPP, para o oferecimento do curso ESTRATÉGIAS E SEGREDOS DO TRIBUNAL DO JÚRI, na modalidade PRESENCIAL nos dias 03, 04 e 05 de novembro de 2021 com carga horária de 18 (dezoito) horas, para membros do MPTO.
137	19.30.1340.0000943/2021-70	Capacitação de Servidor do MPTO, através da participação no Seminário Nacional de Controle Interno nas Contratações Públicas, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, na modalidade à distância.
138	19.30.1340.0001004/2021-72	Contratação por inexigibilidade de licitação Software de Gestão Acadêmica e Biblioteca Web
139	19.30.1340.0001006/2021-18	Assinaturas de 3 (três) Bibliotecas Virtuais
140	19.30.1340.0001096/2021-13	Capacitação de membros e servidores do MPTO, através da participação curso Investigação na proteção do Patrimônio Público, oferecido pela Escola Superior do Ministério Público – MPSP, na modalidade online.
141	19.30.1050.0001110/2021-08	III Workshop de Media Training
142	19.30.1512.0000171/2020-04	Abertura de procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços.
143	2017.0701.00471	Renovação do contrato de concessão de espaço público destinado à instalação da lanchonete no prédio sede
144	2017.0701.00183	Renovação do contrato de empresa especializada em manutenção de fronta MPE/TO
145	19.30.1516.0000292/2019-75	Renovação de contrato referente ao fornecimento de combustíveis óleos e filtros
146	2012.0701.00224	Prorrogação do contrato de seguro total n. 136/2012, firmado entre esta P.G.J e a Companhia de Seguros Porto Seguro
147	19.30.1503.0000660/2020-31	Reequilíbrio econômico – financeiro (telha de fibrocimento ondulada 8 mm e cumeeira universal para telha ondulada de fibrocimento 6 mm,)
148	19.30.1534.0000796/2020-65	Aquisição de materiais e equipamentos para serviço de saúde
149	19.30.1518.0000833/2020-82	Contratação de empresa especializada pra fornecimento de carimbos

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
150	19.30.1503.0000037/2021-68	Aquisição de Mobiliário sob medida para Plenário do Colégio de Procuradores e Espaço Médico na sede desta P.G.J.
151	19.30.1534.0000202/2021-95	Aquisição de doses de vacinas influenza trivalente para o Ministério Público do Estado do Tocantins
152	19.30.1340.0000218/2021-51	Aquisição de obras bibliográficas
153	19.30.1534.0000316/2021-24	Aquisição de Kits de Testes de Antígenos – COVID-19
154	19.30.1511.0000322/2021-13	Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto e acessórios
155	19.30.1518.0000382/2021-34	Contratação de empresa especializada em telecomunicação para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e internet móvel, de forma continuada
156	19.30.1511.0000384/2021-85	Aquisição de materiais destinados ao atendimento das necessidades do GAECO no combate as organizações criminosas.
157	19.30.1512.0000462/2021-98	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais, auxiliar de serviços administrativos e portaria (por postos de serviços)
158	19.30.1340.0000496/2021-14	Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante concessão de bolsa de estágio a estudantes
159	19.30.1518.0000508/2021-27	Aquisição de 01 (um) Medidor portátil multiparâmetros, acompanhado das respectivas sondas
160	19.30.1511.0000625/2021-77	Aquisição de solução para visualização aérea remotamente controlada (Drone)
161	19.30.1519.0000629/2021-43	Contratação de leiloeiro público oficial do Estado do Tocantins
162	19.30.1534.0000707/2021-40	Aquisição de Kits de Testes de Antígenos – COVID-19
163	19.30.1514.0000733/2021-26	Aquisição de envelopes de plásticos reforçados, com lacre de segurança e personalização.
164	19.30.1511.0000765/2021-80	Aquisição de material investigativo destinado ao GAECO

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
165	19.30.1512.0000812/2021-57	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada.
166	19.30.1511.0000818/2021-07	Aquisição de Colete Balístico e Escudo Antitumulto
167	19.30.1512.0000844/2021-66	Aquisição de motores para portão para exercício 2021/2022
168	19.30.1072.0000880/2021-68	Contratação de instituição para realização do X Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto.
169	19.30.1518.0000881/2021-44	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, pelo período de 12 (doze) meses
170	19.30.1513.0000945/2021-40	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos
171	19.30.1340.0001000/2021-83	Contratação de empresas especializada no fornecimento de equipamentos e materiais Produção cultural e Design produção cultural e design/audio, videos e fotos.
172	19.30.1514.0001044/2021-68	Aquisição de pilhas, baterias, materiais eletrônicos e paletes
173	19.30.1503.0001092/2021-04	Contratação de empresa especializada para a substituição do telhado, substituição de forro e impermeabilização de laje, nos prédios sede da Procuradoria-Geral de Justiça e do Anexo - I da Procuradoria-Geral de Justiça.
174	19.30.1563.0000410/2020-61	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha
175	19.30.1563.0000411/2020-34	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha
176	19.30.1563.0000412/2020-07	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha
177	19.30.1563.0000413/2020-77	Aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha
178	19.30.1563.0000420/2020-82	Aquisição de matérias de expediente
179	19.30.1512.0000470/2020-79	Aquisição de automatizadores de portão, peças e acessórios
180	19.30.1563.0000531/2020-92	Aquisição de materiais de higienização destinados à prevenção ao novo coronavírus (COVID-19) durante a pandemia

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
181	19.30.1511.0000628/2020-96	Aquisição de mobiliários
182	19.30.1520.0000658/2020-24	Contratação de empresa especializada para fornecimento de software, visando atender as demandas de setores como: NIS/GAECO, Assessoria Militar, CAOMA, Engenharia, Atendimento ao Cidadão (recepção) e DEPLAN,
183	19.30.1563.0000830/2020-70	Aquisição de veículos novos, de fabricação Nacional
184	19.30.1563.0000831/2020-43	Aquisição de veículos novos, de fabricação Nacional
185	19.30.1511.0000838/2020-52	Aquisição de utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha
186	19.30.1563.0000852/2020-58	Aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha
187	19.30.1563.0000853/2020-31	Aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha
188	19.30.1563.0000854/2020-04	Aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha
189	19.30.1520.0000028/2021-56	Contratação de Fábrica de Software
190	19.30.1514.0000036/2021-27	Aquisição de gêneros alimentos , materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha
191	19.30.1563.0000063/2021-18	Aquisição de equipamentos e softwares de informática
192	19.30.1563.0000066/2021-34	Aquisição de equipamentos e softwares de informática
193	19.30.1563.0000067/2021-07	Aquisição de equipamentos e softwares de informática
194	19.30.1563.0000070/2021-23	Aquisição de equipamentos e softwares de informática
195	19.30.1060.0000084/2021-12	Contratação de empresa especializada nos serviços de agenciamento de viagens
196	19.30.1512.0000095/2021-16	Aquisição futura de peças de reposição para o chiller modelo 30GXE162386S Marca Springer Carrier

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
197	19.30.1512.0000098/2021-32	Aquisição futura de equipamentos de telecomunicações e controle de acesso,
198	19.30.1512.0000101/2021-48	Aquisição futura de automatizadores de portão,
199	19.30.1520.0000106/2021-84	Aquisição de equipamentos e materiais de Informática,
200	19.30.1520.0000110/2021-73	Aquisição de suprimentos de informática
201	19.30.1523.0000130/2021-70	Empresa especializada para o fornecimento de links de comunicação de dados
202	19.30.1523.0000138/2021-48	Aquisições de suprimentos de informática,
203	19.30.1514.0000154/2021-42	Aquisição de aparelhos telefônicos
204	19.30.1514.0000227/2021-11	Aquisição de materiais de expediente
205	19.30.1514.0000228/2021-81	Aquisição de gêneros alimentícios e matérias para copa/cozinha
206	19.30.1520.0000266/2021-32	Aquisição de equipamentos de Informática,
207	19.30.1512.0000372/2021-06	Aquisição de materiais de manutenção predial e ferramentas via SRP
208	19.30.1514.0000396/2021-07	Aquisição de suprimentos de informática de materiais de prevenção a pandemia
209	19.30.1512.0000441/2021-83	Contratação de serviços de fornecimento e instalação de concertinas galvanizadas e cerca eletrificada do tipo industrial,
210	19.30.1512.0000500/2021-42	Contratação de empresa especializada na confecção de placas impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, totens, entre outros,
211	19.30.1520.0000589/2021-41	Equipamentos de Informática
212	19.30.1512.0000638/2021-02	Aquisição de tintas e materiais para pintura e impermeabilização,
213	19.30.1563.0000653/2021-93	Aquisição de suprimentos de informática
214	19.30.1511.0000670/2021-26	Aquisição de suprimentos de informática

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
215	19.30.1512.0000676/2021-43	Contratação do fornecimento de materiais elétricos,
216	19.30.1512.0000684/2021-21	Contratação do fornecimento de películas de controle solar com serviço de remoção e instalação,
217	19.30.1520.0000691/2021-03	Aquisição de equipamentos e materiais de Informática
218	19.30.1511.0000708/2021-67	Aquisição de bens permanentes (eletrônicos e eletrodomésticos)
219	19.30.1511.0000749/2021-27	Aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha
220	19.30.1523.0000753/2021-30	Aquisição de licenças de uso perpétuas da solução Microsoft
221	19.30.1511.0000780/2021-63	Aquisição de Poltronas
222	19.30.1512.0000794/2021-58	Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários
223	19.30.1060.0000797/2021-64	Contratação de empresa para prestação de serviços de buffet,
224	19.30.1512.0000837/2021-61	Contratação de serviços de fornecimento e instalação de concertinas galvanizadas e cerca eletrificada do tipo industrial,
225	19.30.1511.0000872/2021-04	Aquisição de equipamentos para sala de multifuncionais
226	19.30.1512.0000878/2021-21	Aquisição futura de tapetes tipo capacho
227	19.30.1512.0000882/2021-10	Aquisição de bandeiras
228	19.30.1514.0000906/2021-11	Aquisição de materiais de expediente (pendrive)
229	19.30.1512.0000917/2021-35	Aquisição futura de tintas diversas
230	19.30.1511.0000926/2021-98	Aquisição e instalação de condicionadores de ar e demais serviços de estrutura e acabamentos
231	19.30.1523.0000932/2021-47	Aquisição futura de solução de videoconferência contemplada com hardware, software, recursos de gravação, instalação, suporte técnico e garantia

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras

Item	Autos	Descrição
232	19.30.1523.0000948/2021-03	Aquisições de suprimentos de informática,
233	19.30.1514.0000964/2021-94	Aquisição de Pilhas
234	19.30.1060.0000988/2021-48	Prestação de serviços de hospedagem e alimentação
235	19.30.1514.0001124/2021-42	Aquisição de materiais de expediente
236	19.30.1050.0000642/2021-34	Realização do 5º Prêmio Ministério Público de Jornalismo
237	19.30.1050.0000924/2021-83	Contratação de agência de publicidade
238	19.30.1503.0000188/2021-65	Pagamento de boletos bancários das Anotações de Responsabilidade Técnica.
239	19.30.1530.0001121/2021-77	13º Salário - Valor adiantado a maior.
240	19.30.1520.0000494/2020-87	Aquisição de Licenças para sala de reuniões virtuais
241	19.30.1520.0000311/2021-78	Contratação de empresa especializada para fornecimento de software,
243	19.30.1520.0000399/2021-30	Renovação licença programa ArcGIS e Serviços Especializados ESRI/Projetos Institucionais CAOMA
244	19.30.1520.0001053/2021-26	Contratação de empresa especializada para fornecimento de software
245	19.30.1563.0001165/2021-43	Aquisição de computador portátil (Notebook/ultrabook)
246	19.30.1534.0001118/2021-98	Aquisição de materiais de consumo para o serviço de saúde
247	19.30.1534.0001133/2021-81	Aquisição de doses de vacinas influenza tetravalente para o Ministério Público do Estado do Tocantins
248	19.30.1518.0001143/2021-51	Contratação de fornecimento de Água para Promotorias de Ananás
249	19.30.1518.0001144/2021-24	Contratação de fornecimento de Água para Promotorias de Araguatins
250	19.30.1518.0001145/2021-94	Contratação de fornecimento de Água para Promotorias de Itacajá

Quadro 5.4.8.5 – Processos tramitados na Área de Compras		
Item	Autos	Descrição
251	19.30.1518.0001147/2021-40	Contratação de fornecimento de Água para Promotorias de Pedro Afonso
252	19.30.1518.0001148/2021-13	Contratação de fornecimento de Água para Promotorias de Pium, Araguacema e Ponte Alta.
253	19.30.1518.0001167/2021-82	Contratação de Empresa para fornecimento de Carimbos para a PGJ e Promotorias do interior.
254	19.30.1518.0001168/2021-55	Contratação de Empresa para prestação de serviço de Reprografia e Encadernação destinados a PGJ.
255	19.30.1514.0001161/2021-13	Aquisição de gêneros alimentícios.

Fonte: Área de Compras / Departamento Administrativo

Área de Suporte de Serviços Administrativos

A Área de Suporte de Serviços Administrativos é responsável pela garantia da prestação de serviços, tais como o fornecimento água e energia elétrica, bem como por proporcionar a locação de imóveis para atender às comarcas em locais que não dispõem de sede própria. É responsável, também, pelos serviços de telefonia fixa e móvel, fornecimento de carimbos e serviço de reprografia desta PGJ.

No decorrer de 2021, foram contatados os locadores de imóveis que sediam as promotorias de justiça das cidades de Arapoema, Goiatins, Cristalândia e Xambioá para a realização de pintura e adequações nas referidas promotorias. Ademais, esta área fica responsável pela abertura e acompanhamento de processos esporádicos, tais como locação de tendas, compra de camisas para projetos dos Caops, aquisição de fardamentos para o Gaeco, aquisição de lanches, embalagens e papelaria para os eventos do CaoSaúde, compra de equipamentos para o Caoma, entre outros.

Tabela 5.4.8.h – Processos abertos para atendimento de demandas específicas		
Item	Autos	Descrição

01	19.30.1518.0000040/2021-53	Locação de tendas para demandas de 2021
02	19.30.1518.0000458/2021-19	Aquisição de caixas personalizadas para projeto do CaoSaúde
03	19.30.1518.0000461/2021-35	Aquisição de lanches para projeto do CaoSaúde
04	19.30.1518.0000508/2021-27	Aquisição de medidor portátil multiparâmetros para o Caoma
05	19.30.1518.0000825/2021-04	Aquisição de Espectofotômetro para o Caoma
06	19.30.1518.0000457/2021-46	Aquisição de embalagens para projeto do CaoSaúde
07	19.30.1518.0000432/2021-42	Aquisição de fardamento para o GAECO

Fonte: Área de Suporte de Serviços Administrativos / Departamento Administrativo